

ISSN 15169111

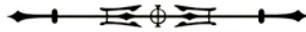
PAPERS  
DO  AEA

2019

**Volume 28**

N.1 . jan-abril

PAPERS  
DO **N**AEA



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Reitor - Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-reitor de Pesquisa e Pós graduação - Maria Iracilda da Cunha Sampaio

## **NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

## **PAPERS DO NAEA**

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA)

Periodicidade semestral, volume 28, número 1, janeiro-junho de 2019

ISSN: 15169111

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Presidente - Prof. Dr. Durbens M. Nascimento • Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Ana Paula Vidal Bastos • Universidade Nacional de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez • Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda • Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer • Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista • Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez • Columbia University, New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo • Universidade Federal do Pará

## **COMISSÃO EDITORIAL**

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Ana Lucia Prado • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Anita Simis • Universidade Estadual Paulista

Prof. Dra. Claudia de Barros e Azevedo Ramos • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Dilma Brasileiro – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Eduardo Gomes • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Elis Miranda • Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo • UFRN

Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa • Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Dra. Larissa Latif Plácido Saré • Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Maria Goretti Tavares • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Marilena Loureiro da Silva • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Maria Manuel Baptista • Universidade de Aveiro

Prof. Dra. Marjo de Theije – CEDLA • University Amsterdam

Prof. Dra. Mirleide Chaar Bahia • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Nírvia Ravena • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Oriana Trindade de Almeida • Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Ponciana Freire de Aguiar • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Raimundo Heraldo Maués • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ricardo Folhes • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Saintclair Trindade Jr. • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo • Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Wilker Nóbrega • Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

Me. Roseany Caxias • Universidade Federal do Pará

Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PAPERS  
DO NAEA



v. 28, n. 1 . jan-abril 2019

ISSN: 15169111

A **Revista Papers do Naea** é um periódico quadrimestral no formato WorkingPapers, publicada por meio digital nos Periódicos da UFPA. Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, além de resultados de pesquisa de outros centros de investigação científica, a Revista Papers do NAEA publica textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo, parceiros e pesquisadores de diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais, para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.

## CONTATOS

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá  
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil  
Tel: (+55-91) 3201-8521  
E-mail: papers\_naea@ufpa.br

## SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br>  
Homepage do Naea: [www.ufpa.br/naea](http://www.ufpa.br/naea)

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

---

P214	Papers do NAEA [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. — Dados eletrônicos. — v. 28, n. 1 (jan./abr. 2019). — Belém : NAEA, 2019
	Quadrimestral Editor: Silvio Figueiredo Modo de acesso: <a href="https://periodicos.ufpa.br">https://periodicos.ufpa.br</a> ISSN 1516-9111
	1. Planejamento regional - Amazônia - Periódicos. 2. Desenvolvimento sustentável - Amazônia. 3. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - História. I. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos amazônicos.
	CDD 22. ed. - 338.981105

---

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA  
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.





## SUMÁRIO

### Editorial

---

### Artigos

- 9 NAEA 45 anos: uma utopia criadora  
*Luis E. Aragón*
- 
- 40 Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições  
*Elimar Pinheiro do Nascimento, João Paulo Faria Tasso*
- 
- 58 Amazônia na obra de Elmar Altvater e elmar altvater na produção acadêmica sobre Amazônia  
*Armin Mathis*
- 
- 72 Técnica, espaço e tempo: grandes objetos urbanos e a difusão da metropolização na Amazônia brasileira  
*Isaque dos Santos Sousa, Susane Patrícia Melo de Lima, Tiago Veloso dos Santos*
- 
- 98 Bem-estar de trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba, Pará  
*Cleideane Lima de Moraesk, Thiago Almeida Vieira, Iani Dias Lauer-Leite*
- 
- 115 Projetos de desenvolvimento para a Amazônia e a expansão da dendeicultura  
*Claudiane de Fátima Melo de Sousa*
- 
- 137 Território do desenvolvimento regional amazônico  
*Francisco Perpetuo Santos Diniz*
-

153 Lazer na região norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais  
*André Chabaribery Capi, Mirleide Charr Bahia, Rita Peloso Grasso, Edmur Antonio Stoppa, Hélder Ferreira Isayama*

---

172 O Graffiti e a paisagem da cidade: arte, ação e cultura em Campos dos Goytacazes  
*Elis de Araújo Miranda, Arthur Nogueira Rangel*

---

194 Do tombamento ao plano diretor municipal: processos, demandas e planejamento urbano na cidade de Baião-PA  
*Stéfano da Paixão Santos, Francisca Ferreira Michelin*

---

## **Conferência**

227 Festa, religião e cidade: experiência e expertise  
*Léa Freitas Perez*

---

## Editorial

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará, nasceu com a premissa de ser um Instituto que pudesse auxiliar no planejamento do desenvolvimento da Amazônia, ainda em 1973. Logo após a sua criação, se tornou um centro de pesquisas sobre as condições das populações e do meio ambiente da Região, apontando inclusive problemas nesse mesmo desenvolvimento, e se tornou um dos primeiros centros de formação de pesquisadores da UFPA, com a criação da Especialização em Especialistas em Áreas Amazônicas, o Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento e o doutorado em Ciência com ênfase no Desenvolvimento Socioambiental, Mestrado e Doutorado que formam o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU. Além disso, criou o Mestrado Profissional em Gestão Pública - PPGGP e hoje, inclusive, oferta disciplinas eletivas para diversos cursos de graduação da UFPA.

Dentro dessa trajetória, foi necessário estimular a difusão dos estudos e pesquisa, que já haviam iniciado dentro do centro, e nesse cenário foi criado o periódico Papers do NAEA, em 1991, com a possibilidade de divulgar resultados de pesquisa com mais rapidez e entre os alunos e pesquisadores da casa. Os Papers do NAEA surgiram com a ideia de configurar um Working Papers que trouxesse pesquisas sobre a Amazônia de pesquisadores naeanos e de parceiros institucionais. Como Working Papers, o periódico deu vazão a uma série de estudos, disponibilizados impressos como venda no Núcleo e também com a possibilidade do envio por e-mail.

Com o avanço das ferramentas da internet, disponíveis na criação de sites e portais, foi possível inserir todos os artigos em plataformas digitais, contribuindo ainda mais na rapidez da divulgação das pesquisas e estudos, facilitando o acesso e a leitura, nesse caso, disponibilizando gratuitamente um poderoso e denso material de pesquisa sobre a Amazônia. Para além disso, os Papers do NAEA acabaram por ampliar seu raio de ação, apresentando artigos que versassem sobre temas do desenvolvimento, sociedade, meio ambiente, políticas públicas e gestão pública. Dessa forma, pode chegar a maiores públicos, inclusive internacionais, uma vez que publica em idiomas como inglês, espanhol e francês, além do português, línguas faladas nas Américas.

O desempenho dos Papers do NAEA agora chega a um novo formato, dentro do quadro de ampliação do seu alcance. Após 400 números de Papers, o periódico migra para a Plataforma de Periódicos da UFPA, produzindo o Volume 28 em 2019, com periodicidade quadrimestral e três números por ano, dando continuidade nos processos de aperfeiçoamento da difusão científica naeana, amazônica e mundial.

O volume 28 apresenta, em seu primeiro número, textos sobre os temas correlatos com a pesquisa do NAEA. O número inicial abre com um artigo que apresenta a importância do Naea em 45 anos de trajetória, elaborado pelo professor Luis Aragon; os textos “Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições”, de Elimar Pinheiro do Nascimento e João Paulo Faria Tasso, e “Amazônia na obra de Elmar Altvater e Elmar Altvater na produção sobre a Amazônia”, de Armim Mathis, debatem questões relacionadas ao desenvolvimento. Os textos “Técnica, espaço e tempo: grandes objetos urbanos e a difusão da metropolização da Amazônia brasileira”, de Isaque Sousa, Susane Lima e Tiago Veloso dos Santos, “Bem estar de trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba, Pará”, de Cleideane Lima de Moraes, Thiago Almeida Vieira e Iani Dias Lauer-Leite,

“Projetos de desenvolvimento para a Amazônia”, de Claudiane de Fátima Melo de Sousa, e “Território do desenvolvimento regional amazônico”, de Francisco Perpétuo Santos Diniz, versam sobre questões relacionadas aos diversos problemas do meio natural e urbano, como o caso do setor madeireiro, das problemáticas urbanas, da exploração do Dendê e das dinâmicas de territorial em regiões brasileiras, evidenciando complexos contextos do desenvolvimento. Na parte final do volume, apresentamos as relações da cultura com o desenvolvimento e as diversas práticas culturais e de lazer, nos textos “Lazer na região Norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais”, de André Henrique Chabaribery Capi, Mirleide Chaar Bahia, Rita Maria Peloso Grassio, Edmur Antonio Stoppa e Hélder Ferreira Isayama, “O grafitti e a paisagem da cidade: arte, política e cultura em Campos dos Goytacazes”, de Elis Miranda e Arthur Nogueira Rangel, e “Do tombamento ao Plano Diretor Municipal: processos, demandas e planejamento urbano na cidade de Baião-PA”, de Stéfano da Paixão Santos e Francisca Ferreira Michelin. Por fim, o número conclui com a Conferência da Profa. Léa Freitas Perez, proferida na UFPA, promovida pelo NAEA e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Esperamos que a densidade e a variedade desse primeiro número do novo Papers NAEA possam continuar contribuindo para a difusão da ciência crítica.

Silvio José de Lima Figueiredo

Editor Científico

# Paper do NAEA

## NAEA 45 anos: uma utopia criadora

Luis E. Aragón<sup>1</sup>



### RESUMO

Este *paper* é uma visão pessoal sobre os alicerces do NAEA, seus propósitos, sua trajetória, seus alcances e desafios de alguém que acompanhou sua história desde 1976, durante 42 anos, portanto. Auxilia-se com documentos oficiais sobre a criação do NAEA, e textos sobre sua produção e trajetória, escritos por diversos autores, sobretudo, de casa, destacando os elaborados por Armando Mendes. Utopias criadoras são ideias norteadoras em busca sempre de uma “luz no fim do túnel” que mesmo sem ser totalmente alcançada, estimula a criação de novos conceitos e metodologias. Nesse contexto, o NAEA foi concebido como uma instituição integradora do fazer universitário, capaz de romper com estruturas e conceitos vigentes na época ancorados no positivismo. Na construção dessa utopia, o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia. O desafio, ou utopia criadora, está precisamente em dar novos conteúdos a esses conceitos, e fazer deles ferramentas capazes de se aproximar à realidade amazônica e transformá-la. Após 45 anos, como o NAEA vem respondendo a esse desafio? É o que se pergunta neste *paper*.

**Palavras-chave:** NAEA. Utopia criadora. Amazônia. Desenvolvimento. Interdisciplinaridade.

---

<sup>1</sup> Ph.D. em Geografia, professor titular do NAEA/UFPA, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenador da Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável.

**ABSTRACT**

This paper is a personal vision of the NAEA's foundations, its purposes, its trajectory, its scope and challenges from someone who has followed its history since 1976, for 42 years, therefore. It is supported by official documents on the creation of the NAEA, and texts on its production and trajectory, written by several authors, especially from home, highlighting those elaborated by Armando Mendes. Creative utopias are guiding ideas always seeking a "light at the end of the tunnel" that even without being fully achieved stimulate the creation of new concepts and methodologies. In this context, the NAEA was conceived as an integrating institution of university doing, able to break with structures and concepts that were then anchored in positivism. In constructing this utopia, the NAEA was envisaged involving three interdependent pillars that would identify it and give it its own personality. The three pillars are summarized in the key concepts of Development, Interdisciplinarity and Amazonia. The challenge, or creative utopia, is precisely to give new contents to these concepts, and make them tools capable of approaching and transforming the Amazonian reality. After 45 years, how has NAEA been responding to this challenge?, is what is asked in this paper.

**Keywords:** NAEA. Creative utopia. Amazon. Development. Interdisciplinarity.

## APRESENTAÇÃO

Em 2018, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), completou 45 anos<sup>2</sup>. Foi um ano de atividades acadêmicas e culturais em comemoração a efeméride. Entre as atividades mais importantes, destacam-se os 26 eventos organizados por grupos de pesquisa do NAEA que compuseram o seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, realizado ao longo do ano, e o *II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Crítica e Atualização do Debate na Produção do Conhecimento na Amazônia*, realizado como evento de encerramento das comemorações, de 5 a 7 de dezembro. Uma das mesas redondas do simpósio tratou dos *Desafios da Pesquisa Interdisciplinar sobre o desenvolvimento: Perspectivas para o NAEA no Século XXI*, da qual tive o privilégio de participar. Este artigo toma como base a minha apresentação nessa mesa redonda.

Desse modo, o texto é uma visão pessoal sobre os alicerces do NAEA, seus propósitos, sua trajetória, seus alcances e desafios, de alguém que acompanhou sua história desde 1976, durante 42 anos, portanto. Auxilia-se com documentos oficiais sobre a criação do NAEA, e textos sobre sua produção e trajetória, escritos por diversos autores, sobretudo, de casa, destacando os elaborados por Armando Mendes.

## UMA UTOPIA CRIADORA

Quando o NAEA completou dez anos, em 1983, Armando Mendes escreveu o artigo *NAEA: os primórdios*, publicado em 2008. O artigo abre com esta instigante afirmação: “Talvez a única afirmativa categórica que se possa assumir em relação ao NAEA seja esta: - O NAEA é uma utopia, não existe” (MENDES, 2008, p. 97).

Em que sentido Armando Mendes se referia ao NAEA como uma utopia? A resposta está numa reflexão anterior quando ele afirmava que “Nas ciências sociais, fazer ciência é, de algum modo, recorrer a utopias. Não utopias do tipo da que nos legaram a Antiguidade, a Idade Média, a Renascença, ou mesmo a Idade Moderna na linha do “socialismo utópico” [mas] Utopias, no sentido de idéias reguladoras, visões do mundo, ancoradouros, bases, concepções de vida” (MENDES, 1981, p. 19). São ideias norteadoras em busca sempre de uma “luz no fim

---

2 O primeiro regimento do NAEA foi aprovado pelo Conselho Superior Universitário (CONSUN) da UFPA por meio da Resolução no 080 de 6 de março de 1972. Porém, começou a funcionar efetivamente a partir do primeiro FIPAM inaugurado em fevereiro de 1973. O desenvolvimento do NAEA, na instituição de hoje, é o resultado do trabalho de todos os que aqui laboram e laboraram. Todos os dirigentes contribuíram para superar obstáculos presentes nas respectivas épocas, porém, nessa história, duas pessoas se destacam pela dedicação durante suas vidas ao fortalecimento institucional e acadêmico desta nova unidade dentro da UFPA que surgia como verdadeiro desafio ao *status quo*: Os professores Armando Dias Mendes (1924-2012) e José Marcelino Monteiro da Costa (1935-2013). O Prof. Armando Dias Mendes, primeiro diretor do NAEA, com sua defesa incansável em prol do NAEA e de sua qualidade e identidade, desde a primeira ideia de sua criação, nas mais diversas posições ocupadas na universidade e no país, nas suas publicações e debates onde defendia os princípios norteadores, a história e os desafios do NAEA. Igualmente, o Prof. José Marcelino Monteiro da Costa, diretor do NAEA durante 10 anos (1973-1983), no trabalho cotidiano, especialmente com seu esforço por levar à frente as diversas atividades do NAEA para fortalecê-lo institucionalmente, sem distorcê-lo de sua concepção original, suas lutas pela qualidade do ensino e da pesquisa realizadas no NAEA, pelo enriquecimento da biblioteca e pela melhoria e aumento de seus quadros docente e discente e aquisição e ampliação de infraestrutura física adequada para as labores do NAEA.

do túnel” que, mesmo sem ser totalmente alcançada, estimula a criação de novos conceitos e metodologias. Nesse contexto, o NAEA foi concebido como uma instituição integradora do fazer universitário, capaz de romper com estruturas e conceitos vigentes na época ancorados no positivismo. Na construção dessa utopia, o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia. O desafio, ou utopia criadora, está precisamente em dar novos conteúdos a esses conceitos, e fazer deles ferramentas capazes de se aproximar à realidade amazônica e transformá-la. Após 45 anos, como o NAEA vem respondendo a esse desafio?

## DESENVOLVIMENTO

No que se refere a desenvolvimento, a proposta quando da criação do NAEA, era redefinir o conceito de desenvolvimento atrelado, na época, à ideia de crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento restringia-se, portanto, somente à dimensão econômica, deixando de lado outras dimensões. Era uma concepção derivada da revolução industrial quando a própria visão de mundo muda radicalmente, passando de uma visão fundamentada na fé, para uma visão racional onde a ciência é considerada capaz de resolver todos os problemas da sociedade. Era o grande salto histórico do século XVIII, conhecido como iluminismo (CASTRO et al., 2018).

A proposta de criação do NAEA foi uma resposta a certas perguntas perturbadoras que surgiam como reação a essa visão iluminista da ciência e do desenvolvimento que tinha dominado os conteúdos e as estruturas das universidades brasileiras. Na crítica de Armando Mendes, a ciência, definida como o entendimento da realidade de forma objetiva e racional, por meio do método científico, convertera-se na

religião do homem contemporâneo. Só o que é científico tem foros de verdade e direito à luz. Da ciência espera-se resposta para todas as angústias e anseios humanos. A ciência solverá todos os problemas, superará todos os desafios, suprirá todas as carências, suprimirá todas as alienações, sustará todos os desesperos, suspenderá todos os erros e imperfeições. Fala-se, explícita ou implicitamente, numa “salvação pela ciência” [e] Pretende-se que só o experimental e mensurável é científico (MENDES, 1980, p. 75-76).

Contudo, dúvidas emergiram na medida em que velhos paradigmas eram incapazes de responder a questões críticas da sociedade. O papel e sentido da própria ciência entraram em questão e perguntava-se ciência para quem? e, é possível explicar e controlar tudo através da ciência? Até a própria Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) perguntava na reunião anual de 1981, “ciência para quê e para quem?” (MENDES, 1981, p. 13).

Certamente não se questionava (nem se questiona) a objetividade da ciência nem o rigor do método científico, mas sim as limitações da ciência e a responsabilidade ética dos cientistas. A transposição mecânica do método científico das ciências exatas e naturais para as ciências da sociedade mostrou-se limitada para explicar a complexa realidade social. Percebeu-se que a realidade social não podia ser reduzida somente ao quantificável; não tudo o social era quantificável, e, aquilo quantificável não sempre era o mais importante na pesquisa social (ARAGÓN, 2001). Consequentemente, técnicas alternativas ou complementares às quantitativas fortaleceram-se na metodologia de pesquisa nas ciências sociais e, por

consequente, valorizaram-se as técnicas qualitativas, o trabalho de campo, a iconografia, a análise de conteúdo e outras.

Nesse contexto transferiu-se, também, de forma acrítica, das ciências naturais, especialmente da biologia, para as ciências da sociedade, o conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de crescimento contínuo e inexorável, sendo tal crença apropriada principalmente pela economia, a qual “está ligada à concepção histórica de progresso, ou seja, de progresso civilizatório, entendendo-o como o “caminho natural” para todas as sociedades”, passando-se, então, a acreditar que o crescimento econômico seria capaz de melhorar as condições sociais como um todo e que seus ganhos fluiriam pelas diversas camadas sociais para benefício de toda a população (CASTRO et al., 2018, p. 6). Tal crença gerou as bases de inúmeros modelos, fórmulas, planos, estratégias, e outras medidas econômicas direcionadas para alcançar o desenvolvimento de sociedades, países e regiões. Percebeu-se, entretanto, que os preconizados ganhos do crescimento não sempre (ou muito pouco) fluíam para as camadas sociais menos favorecidas, levando, em vista disso, a argumentar-se que para o crescimento econômico gerar desenvolvimento, seus efeitos teriam que ser “qualitativamente bons, quantitativamente suficientes e equanimemente partilhados”, chegando-se, portanto, a se questionar, ao final “a quem serve [ou deveria servir] o desenvolvimento?” (MENDES, 1987, p. 94). De fato, como argumenta Armando Mendes, do processo de desenvolvimento participam

seres humanos reais, atuais, iguais em direitos e deveres. Mas participam como fator e fruto do processo. O que se desenvolve não é a técnica, ou a ciência, ou a política, ou a economia, mas o Homem – o resto são ferramentas, bem ou mal usadas. A construção do desenvolvimento é a construção do próprio Homem. Por isso o Homem é histórico, embora não ao ponto de ignorar sua continuidade essencial, desprezar o legado de seus antepassados e apagar a memória construída por séculos e milênios. Assim, pois, o processo de desenvolvimento não pode ser a opressão do homem, mas algo sobre o qual exerce sua impressão. O crescimento sem fim, erigido em valor supremo, oprime o homem. O desenvolvimento integral do homem, ao contrário, imprime a sua marca no mundo. Desenvolver é, em suma, confiar no homem e conferir-lhe o direito de eleger seu destino, desenhar seu futuro, escolher seus caminhos, estabelecer seu ritmo, dosar seus passos e selecionar seus resultados (MENDES, 1987, p. 95).

E nesse sentido, Castro et al. (2018, p. 16) argumentam que:

o debate sobre desenvolvimento implica uma leitura crítica do processo de estruturação do pensamento ocidental, suas matrizes teóricas, ideológicas, seus crivos políticos e sua intencionalidade, mais preponderante e veloz a partir do capitalismo industrial. Essa é a razão pela qual o tema do desenvolvimento e das formas de apropriação da natureza se constitui como um campo complexo à compreensão, uma vez que para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade.

Foram desses questionamentos relacionados à ciência e ao desenvolvimento, in voga nas décadas de 1960 e 1970, e da necessidade de se estudar Amazônia de forma crítica e sistemática, que surgiu a ideia de criar o NAEA, em meio ao movimento de 1968<sup>3</sup>, que clamava por uma reforma universitária.

3 Segundo Armando Mendes, a ideia do NAEA remonta-se à criação na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da UFPA, em 1961, do Setor de Estudos, Treinamento e Aplicação (SETA), ainda que seu nome apareça pela primeira vez somente em 1969 no *Plano de Estruturação da UFPA* que foi submetido ao Conselho Federal de Educação (CFE), “e por este integralmente aceito. Nesse Plano aparece pela primeira

Aquele grande movimento, que contou com amplo apoio popular, permitiu que, durante meses, estudantes e professores, debatessem nas faculdades ocupadas, nas praças, nas casas, em grupos, em assembleias, pessoalmente ou pela imprensa, o processo social e a universidade, o sentido da educação e a maneira como deveria ser a formatação das novas gerações de amazônidas (TURENKO, 2008, p. 102).

E foi precisamente no âmbito desse movimento que emerge na antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA, a proposta de criação do NAEA feita por Comissão Paritária de professores e estudantes escolhida em assembleia geral de discentes e docentes<sup>4</sup>. A referida proposta, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da Comunidade Universitária, foi incluída na reforma universitária e tramitada nas diversas instâncias, sendo o primeiro regimento do NAEA aprovado em março de 1972 e o Núcleo instalado em fevereiro de 1973 (COSTA, 2008).

O longo período que levou desde a proposta, formulação e aprovação do órgão, e a preparação, elaboração, e início dos primeiros programas do NAEA, fizeram que ele se firmasse, desde o início, como uma grande inovação, pioneira, na formação pós-graduada e pesquisa avançada nas universidades brasileiras.

Conforme seu primeiro regimento, os objetivos fundamentais do NAEA foram definidos como (UFPA, 1972a):

- a) – o treinamento de pessoal, em nível de pós-graduação, visando, em particular, a identificação, descrição, análise, interpretação e solução dos problemas regionais amazônicos;
- b) – a pesquisa, notadamente em assuntos de natureza sócio-econômica relacionados com a região;
- c) – a informação, através da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região (destaques no original).

O primeiro regimento do NAEA representa, pois, a culminação dos esforços realizados desde a proposta da Comissão Paritária de 1968. Já em 1970, antes mesmo de o Núcleo ser regulamentado, a Reitoria da UFPA criou por meio da Portaria no 915/1970, um Grupo de Trabalho<sup>5</sup>, diretamente subordinado ao Reitor, “para propor e adotar as providências preliminares indispensáveis à elaboração do Programa de Atividades do NAEA” (COSTA, 2008, p. 14). Todos esses esforços resultaram na elaboração dos documentos de concepção original do NAEA, abrangendo os projetos, então considerados prioritários, para o funcionamento do órgão, datados de 1972 (UFPA, 1972b). Para cada objetivo foi definido um projeto a ser

---

vez o nome de identificação - NAEA - *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*, bem como sua função e inserção na nova estrutura da Universidade. É o seu certificado de batismo” (MENDES, 2011, p.11) e tudo aquilo que foi aceito pelo CFE referente ao NAEA foi incorporado no estatuto e regimento da UFPA de 1970 (UFPA, 1971).

4 A Comissão Paritária foi integrada pelos professores Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Rui Barreiros da Rocha e os estudantes Aleksei Turenko Júnior, Maria de Lourdes Medeiros e Sebastião Ramalho (COSTA, 2008, p. 13).

5 Segundo a Portaria no 915/1970, integraram esse Grupo de Trabalho os então denominados sub-reitores Armando Dias Mendes, Maria Anunciação Chaves e Nelson de Figueiredo Ribeiro, e os professores José Marcelino Monteiro da Costa, Ramiro Fernandes Nazaré e Adriano Velloso de Castro Menezes, com a participação de Manoel Orlando Ferreira (da Confederação Nacional das Indústrias), sob a Presidência de Armando Dias Mendes (UFPA, 1970).

executado de forma integrada e coordenada entre si, os quais deveriam ser aperfeiçoados ao longo dos anos. Analisando a concepção básica desses projetos, o conceito-chave de desenvolvimento perpassa todos eles.

No referente ao treinamento, foi formulado e implementado o primeiro curso de *Formação Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM)<sup>6</sup>, iniciado em fevereiro de 1973, enfatizando, portanto, o desenvolvimento (UFPA, 1972b). Era um curso *lato sensu*, para a época, *sui generis*, principalmente pelo seu caráter interdisciplinar e internacional, composição de seu corpo docente e discente, e currículo, mas já pensando no mestrado, como bem o anunciava Armando Mendes na aula inaugural do curso: “O FIPAM é um sub-programa de treinamento e a primeira iniciativa com vocação para Mestrado que a UFPA inicia” (MENDES, 1973). E efetivamente após quatro anos de FIPAM, em 1977, e com a experiência acumulada, inicia-se o curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), um dos primeiros, se não o primeiro curso de mestrado interdisciplinar do país.

Destaque-se também como iniciativa inovadora o estabelecimento no currículo do FIPAM da atividade denominada “Laboratório de Pesquisa”, com carga horária de pelo menos 50% do total de horas do curso<sup>7</sup>, formando grupos de trabalho interdisciplinares, onde se elaboravam as monografias e se debatiam questões relacionadas ao desenvolvimento, à metodologia científica, e à Amazônia (SÁ, 1974)<sup>8</sup>. Pelo menos nas quatro primeiras edições do curso todas as monografias foram produzidas em grupo, como resultado dos trabalhos realizados no Laboratório de Pesquisa e todas elas tratavam de políticas de desenvolvimento regional (SANTOS; MOREIRA, 2000).

No referente à pesquisa foi formulado um amplo programa denominado Projeto Amazônia (PROAM). Diz o documento do Projeto Amazônia:

O escopo maior que visualizamos para a atuação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [...] é o de montar um sistema objetivando o que, num aparente jogo de palavras, poderíamos denominar de um programa de desenvolvimento de pesquisas para a pesquisa do desenvolvimento. O nosso objetivo está no futuro de curto e médio prazo, a partir, naturalmente, da compreensão da Amazônia dos nossos dias e dos fatores que a conduziram até a situação atual, suas possibilidades para a frente, no tempo, e a exequibilidade de atuar sobre eles (UFPA, 1972b) (destaques no original).

Ou seja, centrar as pesquisas realizadas no Núcleo no conceito-chave de desenvolvimento, tomando como eixo central aquilo que atinge a Amazônia.

---

6 Nome assumido a partir do II FIPAM. O primeiro denominava-se Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (MUNÉVAR BARRETO; DURÁN MELÉNDEZ, 1989, p. 39; REIS, 2004, p. 57).

7 O FIPAM foi originalmente estruturado para um período de 10 meses, em tempo integral, com carga horária total de 1.408 horas, sendo 780 horas (55,40%) alocadas para o Laboratório de Pesquisa (UFPA, 1972b), mas o curso sofreu diversos ajustes ao longo dos anos.

8 Samuel Sá foi um dos professores que mais incentivou e contribuiu à formulação e implantação do Laboratório de Pesquisa do FIPAM/NAEA e iniciativas semelhantes em outros programas (SÁ, 1974, 1987ab, 1993, SÁ et al., 1992).

O terceiro objetivo do NAEA referia-se a fazer do NAEA uma base de documentação e informação por meio da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região (UFPA, 1972b). Seria o suporte técnico-científico das pesquisas realizadas no NAEA e alhures sobre a realidade e o desenvolvimento da Amazônia. Mas para isso a iniciativa não deveria reduzir-se somente a ter uma boa biblioteca: “a informação nos tempos modernos tem nova dimensão e novo conceito. Ela não pode ser, como antigamente, guardada ou acumulada em bibliotecas ou arquivos esperando o pesquisador. Deve, ao contrário, ser reunida, processada e preparada para alcançar o usuário num processo de agressão constante” (UFPA, 1972b). Apontar isso em 1972 é realmente inovador, considerando a dinâmica que tomaram atualmente os centros de documentação e os sistemas de informação.

E a questão do desenvolvimento sustentável?

Os primeiros anos do NAEA coincidiram com uma série de acontecimentos em nível mundial que questionavam o processo de desenvolvimento em curso, fundamentado na aceleração do crescimento econômico e a exploração predatória da natureza, e demandavam a incorporação da dimensão ambiental como componente fundamental nos modelos de desenvolvimento. Essas ideias em circulação em nível global foram paulatinamente absorvidas nos programas do NAEA, quando se debatiam as políticas de integração e desenvolvimento da Amazônia e se buscavam alternativas ao processo em andamento.

O Clube de Roma, integrado por renomados cientistas, empresários, políticos, e outras pessoas ilustres, criado em 1968, debatia desde então assuntos de interesse global e apontava a contradição do crescimento econômico ilimitado baseado na exploração contínua dos recursos naturais, quando a própria Terra era um sistema fechado, questionamentos que se plasmaram na publicação do clássico *Os limites do crescimento* em 1972, elaborado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT), conhecido também como *Relatório do Clube de Roma e Relatório Meadows* (MEADOWS et al., 1972). O relatório tratava dos problemas mais cruciais relacionados com a sobrevivência da humanidade, concluindo que, se as tendências de crescimento se mantiverem, mesmo levando em conta o avanço tecnológico, o Planeta Terra não suportaria a pressão crescente sobre os recursos naturais e energéticos, e à poluição ambiental, e recomendava como as questões mais urgentes a serem resolvidas o controle do crescimento demográfico, o controle do crescimento industrial, a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento de recursos naturais.

Nesse mesmo ano (1972), realiza-se em Estocolmo a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano da qual participaram representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais, e vários organismos das Nações Unidas<sup>9</sup>. Em que pese a clara divisão entre as posições de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento em

---

9 Não se pode concluir que a criação do NAEA seja resultado dessa Conferência. Conforme Armando Mendes “começou a circular a interpretação de que o NAEA foi como que um subproduto da Conferência Estocolmo 72. Nada mais equivocado. Como fica demonstrado, o NAEA foi concebido e partejado pela inteligência amazônica, motu proprio. Os dois processos correram em paralelo, numa época, recorde-se, em que não havia internet, Google, i-Pods e outras maravilhas da comunicação instantânea. A Estocolmo 72 só começou a repercutir aqui ao fim de 73, coincidindo com o encerramento do FIPAM-I e a redação de *A Invenção da Amazônia*. O material reunido [em cidadela transversa] deixa incontroverso que a concepção, gestação e parturição do NAEA consumiram mais de três anos de intenso trabalho de proposta, debates, correção, testes, seleção, convocação, contratação no Brasil e no exterior, e instalação, até a aula inaugural em fevereiro de 1973” (MENDES, 2011, p. 3).

relação ao avanço da industrialização e suas consequências nocivas ao meio ambiente, essa conferência revolucionou o conceito de meio ambiente ao considerar o homem como parte integrante do mesmo, proclamando, entre outras coisas, que:

Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights the right to life itself (UNEP, 1972)<sup>10</sup>.

Por conseguinte, a Declaração aprovada na Conferência de Estocolmo representou “um paradigma e referencial ético para toda a comunidade internacional, no que tange à proteção internacional do meio ambiente como um direito humano fundamental de todos nós” (MAZZUOLI, 2004, p. 105). Pela primeira vez, em âmbito mundial, reconhecia-se ao homem como destinatário final do desenvolvimento e ao mesmo tempo também responsável pela destruição do meio que o rodeia, reconhecimento que demanda cuidados especiais para o aproveitamento da natureza em prol do bem-estar humano, sem destruí-la (PASSOS, 2009).

Um dos resultados práticos da conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairobi (Quênia), com a incumbência de coordenar as ações da ONU sobre meio ambiente. E foi precisamente no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo do PNUMA, reunida em Genebra (Suíça) em junho de 1973, que Maurice F. Strong, Diretor Executivo desse Programa, lança a ideia de ecodesenvolvimento e que Ignacy Sachs<sup>11</sup> define e divulga mundialmente. O título do livro de Ignacy Sachs (1986),

---

<sup>10</sup> Tradução livre: “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma”. Esta tradução encontra-se disponível em: <https://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972DeclaracaoEstocolmo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

<sup>11</sup> Segundo a Wikipedia, Ignacy Sachs nasceu em Varsóvia, em 1927. É um economista polonês, naturalizado francês. Também é referido como ecossocioeconomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Há mais de trinta anos Ignacy Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. Suas ideias são hoje mais claramente compreendidas, no cenário das mudanças climáticas e da crise social e política mundial. Em 1941, refugiado da Segunda Guerra Mundial, Sachs chegou ao Brasil, onde permaneceu até 1954 e graduou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro (atualmente integrada à Universidade Cândido Mendes). Voltou a Polônia no pós-guerra e lá trabalhou no Instituto de Relações Internacionais. Entre 1957 e 1960, esteve na Índia como funcionário da Embaixada da Polônia. Nesse período obteve seu doutorado na Escola de Economia da Universidade de Délhi. Ao retornar à Polônia, foi encarregado de criar um centro de pesquisas sobre as economias de países subdesenvolvidos, na Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia. Em 1968 foi convidado por Fernand Braudel para integrar o corpo docente da futura École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), onde criou, em 1985, o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain [Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo], do qual é atualmente um dos diretores. Trabalhou na organização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, durante a qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nessa época, a partir de uma proposta do secretário da Conferência, Maurice Strong, Ignacy Sachs formulou o

*Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, resume a ideia: um estilo de desenvolvimento onde o crescimento seja baseado nas próprias potencialidades naturais e culturais de um país ou região que enfatize o nível local, o autóctone, o desenvolvimento endógeno sem as amarras de dependências externas, a participação comunitária, e o equilíbrio ambiental, tudo com o propósito de elevar a qualidade de vida das sociedades envolvidas.

O movimento ambientalista em nível global e nacional se fortalece a partir da Conferência de Estocolmo, destacando questões como contaminação ambiental, clima, e proteção das florestas, em especial das florestas tropicais. Nesse contexto, a Amazônia ganha visibilidade mundial e às críticas as políticas públicas sobre a Amazônia brasileira tomam força. Surge, então, por iniciativa do governo brasileiro, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado pelos oito países amazônicos em 3 de julho de 1978<sup>12</sup>, determinando que:

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios (MRE, 1978).

Claramente, o TCA representa o reconhecimento da necessidade da cooperação internacional para garantir a soberania dos países signatários sobre seus respectivos territórios amazônicos, ao mesmo tempo em que absorve as ideias de ambiente humano e de desenvolvimento propagadas pela Conferência de Estocolmo, e nesse sentido, em que pesem as dificuldades, de diversa ordem, enfrentadas para operacionalizar suas ações (ROMAN, 1998), o NAEA passa a ser “instrumento efetivo do Tratado de Cooperação Amazônica” (COSTA, 2008, p. 17).

Por outro lado, mesmo com o TCA assinado, durante a década de 1980 intensificam-se as pressões internacionais, especialmente sobre o Brasil, referente à destruição da floresta amazônica e a violação dos direitos humanos dos índios da região que até a própria soberania do país sobre a região entra em questão. Nesse sentido, especialmente na década de 1980 e inícios da de 1990, comentários preocupantes sobre a internacionalização da Amazônia circularam ao redor do mundo, como, por exemplo (CHAGAS, 1997; MENDES, 2001, p. 23-24):

- 1983 - Margaret Thatcher, Primeira Ministra britânica: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”.
- 1989 – Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.
- 1989 – François Mitterrand, Presidente da França: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.
- 1989 – Parlamento italiano: “A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo”.

---

conceito de ecodesenvolvimento que, anos depois, daria origem à expressão desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs foi também conselheiro especial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. É autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente. Uma síntese da vida e obra de Ignacy Sachs foi elaborada por Yvan Guillard (1993), escrita na base de conferência de Guillard, proferida no NAEA.

12 São signatários do TCA: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), por não ser independente não é signatária desse tratado.

- 1989 - Grupo dos Cem, Cidade do México: “Só a internacionalização pode salvar a Amazônia”.
- 1992 – Mikhail Gorbachev, Presidente da então União Soviética: “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.
- 1992 – Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra: “A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países [amazônicos] é puramente circunstancial”.

A intensificação do movimento ambientalista ao redor do mundo, os protestos contra a destruição das florestas tropicais, e a necessidade urgente de controlar os impactos negativos da industrialização, entre outros fatores, levaram as Nações Unidas a convocar, após 20 anos da Conferência de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro (comumente chamada de Rio 92) à qual acudiram representantes de 172 países, ONGs, organismos multilaterais e outras instituições. Uma das razões para a conferência ter se realizado no Brasil foi a questão amazônica.

Um dos resultados mais importantes da Rio 92 foi a incorporação nas conclusões da Conferência do termo “desenvolvimento sustentável”, lançado em 1987, no Relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum* (UN, 1987), e propalado mundialmente após a conferência. A partir da Rio 92, a ideia de desenvolvimento sustentável espalhou-se pelo mundo, sendo definido de muitas maneiras e usado nas mais diversas atividades humanas conforme os interesses de cada um.

Entre os diversos estudiosos que abordam a questão do desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs, partindo da definição concebida em *Nosso Futuro Comum* como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, propõe que para lhe dar conteúdo, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser considerado como o desenvolvimento socialmente *inclusivo*, ambientalmente *sustentável*, e economicamente *sustentado* no tempo, sendo que o desafio consiste em encontrar modelos que atendam às três condições simultaneamente (SACHS, 2004)<sup>13</sup>.

Entre os inúmeros eventos que se sucederam a Rio 92, a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), realizou no âmbito de sua III Assembleia Geral, em Manaus, de 13 a 19 de junho de 1992, ou seja, um dia após do encerramento da Conferência de Rio, uma Conferência de *follow-up* da Conferência de Rio, sob os auspícios da UNESCO e outros organismos, com referencial teórico e participação de Ignacy Sachs, intitulada *Conference on Environmentally Sound Socio-Economic Development in the Humid Tropics*<sup>14</sup>. Portanto, a Conferência de Manaus buscava formas de “transformar em ações as recomendações da Agenda 21 adotadas na Conferência de Rio” (CLÜSENER-GODT; SACHS, 1995, p. 2). Um dos mais importantes resultados da Conferência de Manaus foi a criação do Programa de

13 Desde a Rio 92, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são comumente utilizados como sinônimos, mas não há consenso sobre o assunto. Uma síntese das diferenças entre os dois conceitos encontra-se em Araújo et al. (2014).

14 Tradução livre: *Conferência sobre Desenvolvimento Socioeconômico Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos*.

Cooperação Sul-Sul sobre Desenvolvimento Socioeconômico Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos, mais conhecido simplesmente como Programa Sul-Sul, sob os auspícios do Programa MAB/UNESCO, da Universidade das Nações Unidas, e da Academia de Ciências do Terceiro Mundo<sup>15</sup>. Um componente importante desse programa era o fortalecimento da capacidade científica nos Trópicos Úmidos. Nesse sentido, foi considerada a proposta de se estabelecer um programa de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, sendo apontado o NAEA como a instituição com melhores capacidades para estabelecimento do mesmo (CLÜSENER-GODT; SACHS; UITTO, 1992, p. 62). Portanto, o Programa Sul-Sul facilitou as negociações para a implementação no NAEA do doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido<sup>16</sup> em 1994, sendo que Ignacy Sachs proferiu a aula inaugural do primeiro curso em 16.08.1994<sup>17</sup>.

Pode-se concluir, portanto, que hoje, após 45 anos de existência do NAEA, o conceito de desenvolvimento permanece como seu mote, seu carro chefe, mas sempre tendo um olhar crítico. O NAEA nasceu em plena ditadura militar, mas as primeiras monografias do FIPAM são críticas contundentes e fundamentadas às propostas de desenvolvimento da região. Buscavam-se alternativas. Hoje os cursos do NAEA, assim como teses, dissertações, livros, artigos e eventos centram-se, de forma crítica como outrora, no estudo dos processos de desenvolvimento, agora, abordando a questão da sustentabilidade.

## INTERDISCIPLINARIDADE

Estudar o conceito de desenvolvimento de maneira holística exige que ele se aborde de forma interdisciplinar. Ninguém é “dono” do conceito, não pode ser o campo de nenhum ramo particular do conhecimento, todo mundo tem algo a contribuir desde seus próprios campos do saber, “mas novas práticas de trabalho em grupo, e novas atitudes de parte dos especialistas tornam-se igualmente fundamentais: disposição de trabalhar em conjunto, reconhecimento de limitações, abertura à crítica, e vontade de aprender com outros” (ARAGÓN, 2013, p. 292).

A *interdisciplinaridade* é, pois, o segundo pilar do NAEA que acompanha sua história desde sua própria concepção (BASTOS et al., 2010). Desde o princípio, os programas do NAEA foram concebidos como uma forma de contornar a fragmentação do conhecimento pela divisão da ciência em múltiplos campos do saber cada vez mais específicos. O NAEA devia, portanto,

---

15 Para maiores informações sobre os resultados do Programa Sul-Sul, consultar Clüsener-Godt (2004); Aragón e Clüsener-Godt (2003) e Aragón (2001, p. 11-20; 2005; 2016, p. 90-101).

16 O título outorgado é: doutor em ciências: desenvolvimento socioambiental.

17 Ver registro fotográfico, disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/45anos/index.php/galeria>. Acesso em: 4 jun. 2019.

assumir a responsabilidade de tentar uma experiência difícil mas intransferível: a de pensar e agir num contexto multi, inter, ou transdisciplinar. Não se voltava ele, especificamente, como a grande maioria dos seus congêneres daquém e dalém-mar, para uma área particular da ciência ou da atividade profissional – nem mesmo no campo abrangente das Ciências Sociais ou do Homem. Seu título já refletia esse descompromisso com o tópico. Sua ambição era, desde o nascedouro, muito mais utópica. Pretendia-se, em resumo, por em contato e promover a interfecundação mútua dos especialistas dos muitos saberes compartimentados, para debruçarem-se em conjunto sobre a esfinge amazônica na busca comum de sua decifração (MENDES, 2008, p. 98-99).

Era, realmente, uma missão e tanto, uma verdadeira utopia criadora! Missão que até hoje desafia todos os programas e os profissionais que aqui trabalham e estudam. E é que, como afirma Castro (1996, p. 4), “Con el tiempo parece que el universo cognoscitivo fue dividiéndose en “provincias” - y después en “estados”, con provincias dentro de ellos y subdivisiones dentro de esas provincias - gobernadas por “profesionales” celosos de los límites de su territorio.” Ao contrário, a interdisciplinaridade envolve ações de unir, articular, integrar e relacionar conhecimentos para entender e solucionar problemas complexos e socialmente úteis e representa, portanto, uma ameaça e ao mesmo tempo uma alternativa face à fragmentação do conhecimento para melhor se aproximar da realidade (MENCHACA DÁVILA, 2005).

Nesse contexto, desde os primeiros exercícios, o NAEA enfrenta o desafio de produzir conhecimento de forma interdisciplinar. Os primeiros FIPAM, com seus corpos docente e discente compostos de profissionais de várias áreas de conhecimento, com seu Laboratório de Pesquisa e suas monografias produzidas em grupo, e o primeiro grande projeto de pesquisa desenvolvido pelo NAEA, “Colonização não-dirigida na Belém-Brasília (com vistas a um modelo alternativo de colonização)”<sup>18</sup> são mostras claras desses esforços interdisciplinares.

Outro exercício interdisciplinar foram os *seminários e debates*, durante a década de 1980, onde um pesquisador era incitado a preparar um determinado tópico (problema) e debatê-lo em seminário interno com colegas interessados na mesma temática, mas não necessariamente da mesma área de conhecimento, e tanto o *paper* principal como as contribuições dos debatedores eram publicados na série *Seminários e Debates*<sup>19</sup>. Essa série era uma forma de divulgar a produção das mais recentes pesquisas que estavam sendo desenvolvidas no Núcleo. Também a publicação da série *Cadernos NAEA* representa exercícios interdisciplinares ou multidisciplinares.

Essas duas séries deram origem às atuais revistas do NAEA, respectivamente, os *Papers do NAEA* e os *Novos Cadernos NAEA*. O *Seminários e Debates* foi uma prática salutar e produtiva, mas ela foi suspensa, e como consequência, a série *Seminários e Debates* também deixou de existir. Foi resgatada em 1992, seguindo o formato das revistas científicas, como a série *Papers do NAEA*. Na nova série o objetivo de divulgar a produção do NAEA manteve-se, e é amplamente consultada gratuitamente on-line. A série *Papers do NAEA* publica

18 Sobre os resultados do Projeto “Colonização não-dirigida na Belém-Brasília”, consultar os quatro volumes das obras do Prof. Jean Hébette (2004).

19 Um desses eventos foi realizado em novembro de 1980, onde se debateu o problema da “Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas”, de autoria de Carlos Coimbra e como debatedores, Benedito Nunes, Samuel Sá, Nazareno Noronha e Armando Mendes (COIMBRA, 1980).

seus números em fluxo contínuo, e acumula um acervo importante. Em 1992 apareceu o primeiro número e até dezembro de 2018, tinham sido publicados 400 números, incluindo *papers* de praticamente todos os professores do NAEA e de muitos alunos e ex-alunos.

A série *Papers* do NAEA é voltada, portanto, principalmente para a divulgação ágil da produção científica da instituição. Ali se publicam conferências, resultados de pesquisa empírica, revisões teórico-metodológicas, e outras produções de autoria de estudantes e professores em coautoria ou não, e de convidados. Já os *Novos Cadernos NAEA*, de forma diferente dos *Papers* do NAEA, é uma revista periódica semestral (duas vezes ao ano), por intermédio da qual o NAEA atrai atenção nacional e internacional. Por meio dela trata-se de valorizar a instituição externamente atraindo autores externos ao NAEA. A revista *Novos Cadernos NAEA* surgiu da série *Cadernos NAEA*, que foi publicada de 1976 a 1994, chegando a 12 números. O primeiro número de *Novos Cadernos NAEA* é de 1998, e até dezembro de 2018, foram publicados 21 volumes e 47 números.

Mas esses são somente alguns exemplos dos exercícios de interdisciplinaridade empreendidos pelo NAEA desde seu nascimento. No que tange à pesquisa inicial, o relatório de gestão preparado por Costa (2008), referente ao período de 1973 a 1983, traz números significativos para uma instituição que estava apenas nascendo: 29 projetos de pesquisa concluídos (sendo 10 em equipe) e mais 16 em andamento (4 em equipe).

A criação da pós-graduação *stricto sensu* no NAEA (1977) foi outro desafio à forma como se estruturava a pós-graduação no Brasil baseada na compartimentalização das áreas de conhecimento estabelecida e supervisionada pela CAPES. Não existia campo para uma pós-graduação interdisciplinar, e, portanto, era uma iniciativa difícil, ou em termos formais, impossível de se avaliar corretamente! O PLADES era considerado um curso ora de ciências sociais, ora de economia, ora de outras áreas, e avaliado, conforme os critérios dessas áreas de conhecimento. Foi necessário, portanto, que os cursos de pós-graduação de caráter interdisciplinar se multiplicassem no país, aumentando a pressão para serem avaliados de maneira especial, para que a CAPES, em 1999, abrisse uma nova “caixinha” para classificar esses cursos, ou seja, uma nova área é considerada formalmente pela CAPES, com o nome de área multidisciplinar. Segundo a CAPES (2010, p. 133), “Em 2008, depois da avaliação trienal concluída em 2007, em razão do crescimento da área, houve um rearranjo e a consequente mudança de nomenclatura: a Área Multidisciplinar passa a ser designada por Área Interdisciplinar e passa a compor, com outras Áreas, a Grande Área Multidisciplinar”. E com a criação dessa nova área surge uma metodologia específica para avaliar esses cursos.

Hoje, a pós-graduação do NAEA está estruturada em três programas: 1) O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), integrando o mestrado acadêmico em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e o doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2) O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP), integrando o mestrado profissional em gestão pública e 3) o Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS), integrando o FIPAM e demais cursos de especialização. O PPGDSTU integra a área interdisciplinar da CAPES, e na última avaliação alcançou nota 6, sendo 7 a nota máxima.

A criação da pós-graduação *stricto sensu*, especialmente do doutorado em 1994, demandou, também, esforços redobrados para atender à missão da interdisciplinaridade no NAEA.

Mesmo que o treinamento e a pesquisa buscassem integrar as mais diversas áreas do conhecimento, esses exercícios eram práticas de uma interdisciplinaridade restrita, como definida por Costa (1996). Isto é, reunia principalmente pesquisadores, professores e estudantes de áreas afins, neste caso das ciências humanas ou da sociedade, deixando praticamente de lado as ciências da natureza. Entretanto, entender a noção de desenvolvimento sustentável demandava incorporar na análise as dimensões ambiental, social e econômica, ou seja, exigia uma interdisciplinaridade ampla:

A noção de desenvolvimento sustentável é um ideário que emerge, se legitima e fortalece frente a uma realidade em crise, com manifestações claras de insustentabilidade. O ideal de sustentabilidade está, pois, em dupla relação com uma realidade insustentável: ele é produto de tensões concretas do contexto de crise e ele é uma intervenção nesse mesmo contexto. O papel das ciências é, aí, também duplo: de um lado aguçar o potencial crítico do ideário, dando-lhe consistência; de outro instrumentalizar o seu potencial transformador, dando-lhe positividade realista. A interdisciplinaridade ampla - ciências da sociedade com ciências da natureza - é algo absolutamente central para a ciência complexa que o ideário de sustentabilidade tende a exigir [...]. O diálogo entre ciências naturais e sociais é, isto posto, uma necessidade imediata, que tem que ser estabelecida politicamente e perseguida institucionalmente. Há que se criar os espaços que favoreçam - ou mesmo forcem - esta aproximação [...] Para tanto têm todos, cientistas naturais e sociais, papéis relevantes a desempenhar. Pois, a interdisciplinaridade ampla é um pré-requisito para a superação da crise de todas as abordagens diante das novas necessidades que a noção de desenvolvimento sustentável sintetiza. Tal interação tem que ser buscada institucionalmente, provocada estrategicamente, perseguida politicamente (COSTA, 1996, p. 13-14).

É, pois, essa interação que se busca no NAEA, mesmo que ela seja um processo contínuo, uma utopia criadora. Exemplos dos esforços nesse sentido é a ampliação do número de professores, pesquisadores e estudantes de formação básica nas ciências da natureza, a formação de grupos de pesquisa interdisciplinares, a realização de eventos científicos, e a produção de artigos, livros, coletâneas, e outras produções científicas em coautoria, inclusive de estudantes e professores, abordando as questões da sustentabilidade envolvendo, portanto, as três dimensões.

## AMAZÔNIA

Mas tudo acontece no espaço; ele é “o campo de relações em que a atividade humana opera em seu esforço contínuo de equilibrar números e recursos” (HOGAN, 1993). E no NAEA, esse campo tem nome: Amazônia. Eis o terceiro pilar do NAEA. Trata-se, ao final, como Armando Mendes afirmava, nos primórdios do NAEA, no seu clássico livro de 1974, *A invenção da Amazônia*, de desvendar o enigma amazônico:

O enigma amazônico é a resultante final da perplexidade da Nação perante a região imensa e da indefinição dos rumos a tomar para extrair dela a enorme riqueza que promete. Assenta suas raízes no próprio choque sentido pelo descobridor, conquistador e colonizador, cujas reações têm oscilado entre o deslumbramento e a descrença mais agudas, levando-o a caracterizá-la, ora como o “celeiro do mundo”, ora como o “Inferno Verde”.

O enigma amazônico assume, porém, características próprias, na medida em que se consegue avançar no conhecimento científico de sua realidade e na descoberta tecnológica de suas potencialidades.

O enigma amazônico é, além disso, a expressão da compreensão que o resto do país tem ou pode adquirir a respeito do que pode ser feito por ele **a favor** da região, ou **pela região** a favor do país, ou, de alguma forma combinada, as duas coisas. O enigma amazônico é também, o produto da concepção que vier a ser adotada da importância do homem como sujeito de ação política, antes que como objeto desta. As três faces do enigma amazônico têm, assim, a ver com a **individualidade** regional, a **função nacional** da região e a **filosofia social** que definirá esta função (MENDES, 1974, p. 19) (destaques no original).

E desde o princípio, a Amazônia foi considerada na sua totalidade, daí a necessidade de acampar a região completa, a Pan-Amazônia, e não somente a Amazônia brasileira, como Armando Mendes expressava na aula inaugural do FIPAM I:

E porque há muitas soberanias sobre a Amazônia continental, que tudo seja numa ótica pan-amazônica. Daí porque desejamos, desde o início, que este programa adquirisse dimensão internacional. Saudamos neste momento os que acorreram à nossa convocação – aqui do Pará, do Amazonas, do Maranhão, e também, com muita alegria para todos nós, da Colômbia, do Equador e da Venezuela (MENDES, 1973).

O que se propunha ao final era compreender a Amazônia desde dentro da própria região; era necessário construir outro conceito da Amazônia, alternativo àquele predominante na época, e o NAEA seria a instituição capaz dessa façanha. A Amazônia era, e ainda é em alguns círculos, vista com os olhos do descobridor, do aventureiro, do conquistador, do colonizador, e como fonte inesgotável de recursos; “como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada. Daí os termos *colonização, conquista, ocupação*, e, – por que não? – *avanço do progresso*, como se um mundo novo viesse a cobrir esse enorme vazio” (ARAGÓN, 2013, p. 54). Dois livros com o mesmo título discutem as duas abordagens sobre a “invenção” da Amazônia. O primeiro, de Armando Mendes, mencionado acima, publicado em 1974, busca uma concepção desde dentro da própria região, alternativa à tradicionalmente aceita e cunhada de fora. O segundo, igualmente importante, publicado em 1994, é uma revisão das distintas visões da Amazônia ao longo de sua história, de como ela tem sido percebida e “inventada” pelo descobridor, conquistador ou explorador; ou seja, uma concepção cunhada desde fora da região (GONDIM, 1994).

E hoje, após 45 anos de NAEA, como a Amazônia é concebida?

A Amazônia é definida atualmente de muitas maneiras, converteu-se num conceito polissêmico, ou seja, que significa muitas coisas diferentes (ARAGÓN, 2013). No NAEA, a produção de teses, dissertações, monografias, livros, revistas, artigos e demais resultados das pesquisas aqui realizadas assim o revelam.

Voltando aos objetivos originais do NAEA, conforme seu primeiro regimento aprovado em 1972, que envolvem o treinamento, a pesquisa e a informação científica, pode-se dar uma primeira olhada do quanto se avançou nestes 45 anos. Uma análise mais aprofundada é necessária, porém excede os objetivos deste *paper*.

No que se refere ao treinamento, como foi sinalado acima, a pós-graduação do NAEA está estruturada atualmente em três programas: PPGDSTU, PPGP e PPLS.

O PPGDSTU integra atualmente quatro linhas de pesquisa<sup>20</sup>:

- **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRÁRIO:** Aborda questões do desenvolvimento econômico em uma perspectiva interdisciplinar, tendo como foco as questões de desenvolvimento regional e as dinâmicas agrárias, com destaque para as complexidades da interação entre sociedade e natureza.
- **ESTADO, INSTITUIÇÕES, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** Os impactos das alterações institucionais econômico-sociais são interpretados nesta linha de pesquisa a partir de um esforço de integração metodológica, permitindo que tanto estudos históricos quanto temas atuais tenham uma abordagem interdisciplinar.
- **GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS:** Nesta linha são realizadas pesquisas que, a partir de uma abordagem interdisciplinar, buscam identificar e compreender as diversas formas de acesso e uso de recursos naturais e os desdobramentos destas ações nas mudanças globais, regionais e locais.
- **SOCIEDADE, URBANIZAÇÃO E ESTUDOS POPULACIONAIS:** As complexidades das questões sociais e culturais nas cidades e os fenômenos de migração são abordados de forma integrada nesta linha, que também examina temas como populações tradicionais, cartografias sociais, territorialidades humanas e espacialidades de atividades e grupos sociais diversos.

Essas linhas oferecem alternativas para mestrandos e doutorandos do PPGDSTU selecionar seus temas de teses e dissertações, orientados por professores cujas pesquisas focam esses temas. É uma gama ampla de assuntos que permite, de forma interdisciplinar, aprofundar o conhecimento sobre as múltiplas Amazôniaas. Até dezembro de 2018, tinham-se aprovado nesse programa 235 teses e 438 dissertações<sup>21</sup>. Às pesquisas de teses e dissertações do PPGDSTU agrega-se pesquisa mais aplicada de dissertações realizada no âmbito do mestrado profissional em Gestão Pública, 84 até dezembro de 2018<sup>22</sup>, e monografias e outros trabalhos técnicos de conclusão do FIPAM e de outros cursos de pós-graduação *lato sensu*<sup>23</sup>. É notável que o curso de especialização FIPAM, ainda que com ajustes, continue sendo oferecido até a atualidade, alcançando no momento a 28ª edição. Aliás, ele ganha relevância e autonomia com a criação de um programa próprio para os cursos *lato sensu*, sendo o FIPAM obrigatoriamente ofertado todos os anos.

As teses, as dissertações e as monografias e outros trabalhos técnicos de conclusão das especializações representam a mais importante produção do corpo discente do NAEA, uma significativa produção interdisciplinar de conhecimento realizada dentro da região e para a região focando o estudo crítico de sua realidade e gerando insumos para a formulação de políticas públicas em prol do bem-estar dos amazônidas.

20 Conforme <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 22 maio 2019.

21 Conforme o catálogo de teses e dissertações elaborado por Santos et al (2008) e atualizado segundo registros da secretaria do PPDSTU (Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/> Acesso em: 17 maio 2019).

22 Conforme <http://www.ppggp.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes>. Acesso em: 23 maio 2019.

23 Conforme levantamento realizado em 28.05.2019 pela Secretaria do PPLS, o NAEA tem formado ao longo de sua história 948 especialistas resultando em 802 monografias e trabalhos técnicos de conclusão de curso.

No que se refere ao segundo objetivo original do NAEA, a pesquisa, uma amostra da pesquisa em andamento pode se ver nos assuntos debatidos em 26 eventos do seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, organizados por grupos de pesquisa do NAEA<sup>24</sup>, durante as comemorações dos 45 anos da instituição (Quadro 1) e em 110 trabalhos apresentados durante o simpósio de encerramento, cujos resumos encontram-se disponíveis em forma de e-book (FIGUEIREDO; RAVENA, 2018).

As apresentações desses assuntos foram abertas ao público e envolveram como expositores e debatedores professores e estudantes do NAEA e convidados de outras unidades acadêmicas da UFPA, e de outras instituições do Brasil e do exterior, permitindo, portanto, ter acesso “a um conjunto de temas, reflexões, críticas e produção do conhecimento acerca da Amazônia que tem na interdisciplinaridade a forma de estabelecer os vasos comunicantes entre as disciplinas necessárias para a interpretação do universo complexo que caracteriza a Amazônia” (FIGUEIREDO; RAVENA, 2018, p. 16).

---

24 Existem 18 grupos de pesquisa registrados no NAEA. Lista disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 31 maio 2019.

Quadro 1: NAEA 45 Anos: Eventos do Seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, 05.03 a 05.12. 2018

Nº	Data	Grupo de pesquisa	Prof(a) Coordenador(a)	Título
01	15/03	Economia, Conservação e Governança Ambiental da Amazônia	Claudia Azevedo	Políticas de Desenvolvimento Regional e seus Impactos Ambientais
02	05-06/04	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal
03	20/04	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - II
04	26/04	Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas	Ligia Simonian	Perspectivas Pan-Amazônicas e Guianas
05	19/05	Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas	Ligia Simonian	Gestão Pública Municipal (realizado no município de Curuçá).
06	24/05	Geoprocessamento como instrumento para a Gestão Pública	Ponciana Freire	Tecnologias e Projeções da Gestão Pública e Ambiental na Amazônia brasileira
07	01/06	*	Rosa Acevedo	O Golpe de 2016 e o Eclipse da Democracia no Brasil: Colapso e resistência (Conferência Prof. Francisco Foot Hardman)
08	08/06	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Turismo, Governança e Políticas Públicas: Reflexões de casos brasileiros
09	19/06	Sociedade, Ambiente e Ação Pública	Edna Castro	In-Modernidade e Conjuntura Política Latino-Americana: Um giro do Sul ao Sul
10	21/06	Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia	Saint-Clair Trindade Jr.	Espaço, Desenvolvimento e Urbanodiversidade na Amazônia
11	29/06	Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia - DADESA	Francisco de Assis Costa	Economia do Açúcar: Desafios, mercado e perspectivas de crescimento
12	14/08	Quintais e hortas caseiras nos quilombos: práticas e mudanças no cultivo de gêneros alimentícios, medicinais e ornamentais.	Rosa Acevedo	Plantas Úteis del Equador: Aplicaciones, Retos y Perspectivas (Palestra Profa. Montserrat Rios Almeida)
13	21/08	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Culturas múltiplas, políticas e desafios das resistências
14	04/09	Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM)	Edna Castro	Aonde vais Amazônia?
15	25/09	Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS)	Mirleide Bahia	Lazer, Turismo e Espaço Público
16	02/10	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Turismo, economia criativa e experiências de requalificação urbana em Lisboa (Palestra Sra. Filipa Bolotinha – Lisboa/Portugal)
17	17-18/10	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - III
18	18/10	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Armin Mathis	Condução Política em Regiões de Modernidade Periféricas: Desafios e limites
19	21/11	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - IV
20	27/11	Experiência Social, Cultura e Sensibilidades Amazônicas	Fábio Fonseca de Castro	Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas
21	29/11	Planejamento Urbano e Regional	Simaia Mercês	Direito à cidade em metrópole amazônica
22	28-30/11	Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia - DADESA	Francisco de Assis Costa	VII EPA - Seminário de Economia Política da Amazônia: A tradição da economia política crítica e as perspectivas de pesquisa sobre o desenvolvimento da Amazônia para o Século XXI
23	30/11	Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia	Marcela Vecchione	Horizontes do campesinato na Amazônia
24	03- 04/12	Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ)	Luis E. Aragón	Amazônia em Movimento
25	04/12	*	Ligia Simonian	Indicadores de Sustentabilidade para Agências de Publicidade Paraenses (Palestra Prof. Dr. Márcio Macedo)
26	05/12	Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM)	Edna Castro	III Seminário Desastres da Mineração em Barcarena

Fonte: Secretaria Adjunta do NAEA. \*Conferência independente.

Revisando os assuntos abordados podem derivar-se algumas conclusões preliminares sobre a pesquisa que se vem realizando atualmente no NAEA:

1. Enfatiza-se a interdisciplinaridade como metodologia capaz de lidar com a pesquisa de sistemas complexos, como a Amazônia.
2. Os assuntos são abordados de diversos pontos de vista e envolvem professores, pesquisadores e estudantes.
3. Os assuntos envolvem desde o nível local até o nível global.
4. As questões da sustentabilidade e do desenvolvimento são temas transversais à todos os assuntos.
5. Os assuntos envolvem tanto aspectos tangíveis como intangíveis da Amazônia.

Outra constatação que se pode derivar tanto dos assuntos abordados nos eventos comemorativos dos 45 anos do NAEA como de outras produções e que vale a pena destacar é o reconhecimento cada vez maior da importância da dimensão internacional da Amazônia (ARAGÓN, 2018). De fato, segundo diversos autores, a Amazônia, com uma superfície de mais de 7 milhões de km<sup>2</sup>, que integra territórios de oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e um departamento francês (Guiana Francesa), chama a atenção mundial como a maior floresta tropical úmida do planeta; a maior bacia hidrográfica da Terra; a maior reserva de biodiversidade e banco genético do mundo; e uma das mais ricas províncias minerais existentes, entre outros superlativos (MELLO, 2015). Sua população total, desde qualquer critério, é nada desprezível. Por exemplo, o estudo do PNUMA/OTCA (2008) estimou em 38.777.600 a população total da Grande Região para 2005 e ao contrário do que muitos pensam, a população concentra-se, principalmente, em áreas urbanas.

Em nível regional a Amazônia, portanto, é considerada como uma região dividida em nove partes, cada uma sob uma soberania diferente, cujo desenvolvimento representa desafios enormes para os países que a compartilham (ARAGÓN, 2015). Carece-se de políticas supranacionais capazes de unir os países amazônicos para resolver problemas que os atingem conjuntamente, ou controlar os impactos gerados em determinados países por políticas nacionais de outros países. A legislação ambiental diverge de país para país, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 2002, com o intuito de operacionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, encontra dificuldades para implementar suas políticas (SILVA, 2009, RAVENA; CAÑETE, 2009).

Em nível global a Amazônia converteu-se numa marca simbolizando meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação etc., e, nesse sentido, agregar aos produtos e serviços o termo Amazônia, ou alguma coisa relacionada a ela, eleva o valor econômico desses produtos e serviços (AMARAL FILHO, 2016); mas ainda que a questão amazônica seja abordada nos mais diversos foros ao redor do mundo os problemas ambientais e sociais acirram-se na região num verdadeiro paradoxo de abundância de recursos naturais, pobreza e subdesenvolvimento.

No que se refere ao terceiro objetivo original do NAEA, a informação científica, os eventos realizados no âmbito dos 45 anos do NAEA, e o acervo especializado de sua biblioteca e editora, deixam claro o papel que desempenha o NAEA como produtor de conhecimento e como fonte de informação científica sobre a Amazônia.

Pode-se concluir que o avanço no conhecimento da Amazônia deve-se e muito às pesquisas e aos demais programas acadêmicos do NAEA. O conhecimento acumulado no NAEA demonstra que a construção do conceito da Amazônia envolve o local e o global, sua dimensão internacional, sua importância no Trópico Úmido, e a sua realidade tangível e intangível; e que o NAEA vem se fortalecendo ao longo dos anos num importante centro de documentação e informação científica sobre a Amazônia nos seus mais diversos sentidos.

## IDENTIDADE E NUCLEAÇÃO

A forma e a intensidade com que o NAEA tem abordado os três pilares que o fundamentam, tem lhe dado uma identidade própria, que serve como modelo para iniciativas congêneres.

Armando Mendes identificava o NAEA como *cidadela transversa*<sup>25</sup>: “Uma cidadela posta à serviço de uma utopia, a Cidadela transversa à academia e à sociedade. A seu tempo, uma escandalosa novidade” (MENDES, 2011, p. 13). O NAEA é, pois, um lugar onde se produz, de forma interdisciplinar, conhecimento crítico sobre a Amazônia e o desenvolvimento voltado para o bem-viver dos amazônidas. Os eventos realizados no âmbito dos 45 anos do NAEA foram uma mostra do funcionamento do NAEA, como uma verdadeira cidadela transversa.

A cidadela chamada NAEA, nos termos de Armando Mendes, conseguiu fortalecer sua identidade com a implantação do doutorado em 1994, que demandou um quadro próprio de docentes, demanda aprovada pelo Conselho Universitário da UFPA, rompendo o gargalo que representava a dependência do NAEA da liberação de professores lotados noutras unidades acadêmicas para trabalharem no NAEA, e de professores visitantes. Hoje o Núcleo conta com 23 professores permanentes brasileiros e estrangeiros de formação básica em diferentes áreas do conhecimento, com doutorado em diversos estados brasileiros e no exterior, e 20 servidores técnico-administrativos, lotados no NAEA, além de um número variável de professores e pesquisadores colaboradores, visitantes e voluntários, e bolsistas de administração e de pesquisa<sup>26</sup>.

No que tange à nucleação, a CAPES a define como ações, programas e projetos que indiquem contribuições para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), apoiando programas em fase de consolidação, para o desenvolvimento da pesquisa e ensino (qualificação de docentes por meio de MINTER/DINTER); a formação de doutores pelo programa que desempenham papel de destaque em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos; e a participação de egressos em atividades de ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em outros países (CAPES, 2017).

25 Ou, como as definições que o próprio autor toma dos dicionários *Aurélio*: “Cidadela: Centro onde se reúnem os defensores mais ardentes de uma doutrina, ideologia etc.”, e *Houaiss*: “qualquer centro ou reduto que congrega os partidários mais fervorosos de uma causa, de uma doutrina etc.” Agregando *Transverso*: Situação de traves, oblíquo, atravessado” (*Aurélio*).

26 Conforme <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/>. Acesso em: 27 maio 2019.

Nessa concepção o NAEA tem-se nucleado local, regional e internacionalmente. Muitos dos egressos do NAEA pertencem ao quadro de professores de outras IES, públicas e privadas, de Belém, do Pará, da Amazônia, do Brasil, e do exterior, e colaboram em outros programas de pós-graduação da UFPA e de outras IES de Belém, incluindo o mestrado profissional de gestão pública do próprio NAEA. O NAEA desenvolveu doutorados interinstitucionais (DINTER) nas Universidades Federais de Rondônia e Amapá<sup>27</sup> e um mestrado interinstitucional (MINTER) na Faculdade de Imperatriz, no Maranhão, além de participar de projetos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) com universidades da região. A maioria de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu que surgiram nas IES da Amazônia abordando a temática do desenvolvimento regional, contaram com a participação de egressos e professores do NAEA. Essa experiência resultou na criação em 2009, do Fórum de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que agrupa programas de pós-graduação da Amazônia Legal. É importante agregar que entre os egressos do NAEA estão reitores das Universidades Federais do Acre (UFAC), do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), do Oeste do Pará (UFOPA), e da Universidade da Amazônia (UA) na Colômbia.

É grande também o número de professores que realizam ou realizaram estágios de pós-doutorado, enriquecendo os programas do NAEA, mas também levando a experiência do NAEA alhures.

Também, vários grupos de pesquisa do NAEA, alguns convertidos em verdadeiras redes, envolvem atividades com a participação de pesquisadores de outras instituições do país e do exterior, incluindo eventos, publicações, missões, consultorias e intercâmbios.

À nucleação propriamente dita devem-se agregar *iniciativas incubadas* no NAEA, que vão além dos programas de pós-graduação, e que se tornaram autônomas, como o Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA), hoje vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), uma organização científica não governamental de alcance internacional, o Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), hoje Instituto (INEAF/UFPA), o antigo Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), e a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IIPA), criada em 2011 e sediada no NAEA<sup>28</sup>. Além desses exemplos, a implementação de outras iniciativas contaram com o apoio e a experiência do NAEA, como o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA), o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal (PIUAL), a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), e a Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, sediada no NAEA<sup>29</sup>.

27 No momento está em negociação um programa DINTER na Universidade do Estado do Amapá.

28 As universidades que integram a IIPA são: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade da Amazônia (UNAMA); Universidade do Estado do Maranhão (UEMA); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) (SILVA, 2013, p. 14).

29 Como resultado das diversas atividades do Programa Sul-Sul e o envolvimento intenso da UNAMAZ e da UFPA, em 15 de setembro de 2006, foi criada a Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, com sede no NAEA. O Programa UNITWIN/Cátedras UNESCO foi estabelecido em 1992, e tem a Secretaria Geral na Divisão de Educação Superior da UNESCO em Paris. As Cátedras UNESCO são concebidas como tanques de ideias e construtoras de pontes entre o mundo acadêmico, a sociedade civil, as comunidades locais, a pesquisa e a formulação de políticas. As Cátedras são estabelecidas por meio de convê

O NAEA serve também como receptor de professores e pesquisadores visitantes. A iniciativa de pesquisadores associados é um bom exemplo. Desde os primórdios o NAEA acolhe pesquisadores nacionais e estrangeiros como associados, para desenvolver seus projetos de pesquisa, incluindo dissertações e teses a serem defendidas em outros programas (uma espécie de bolsa sanduíche ao inverso). Igualmente o NAEA chama a atenção para professores colaboradores e visitantes tanto nacionais como estrangeiros.

A nucleação dos programas de pós-graduação do NAEA, a incubação de iniciativas e a recepção de professores e pesquisadores visitantes, são resultados da experiência acumulada pelo Núcleo desde o FIPAM I, em 1973. Ou seja, a experiência do NAEA foi levada a diversos estados do Brasil e outros países desde os primórdios da instituição.

## **ACADEMIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OU AMAZONIZAÇÃO DA ACADEMIA?**

Em 12 de abril de 2011, Armando Mendes concedeu uma de suas últimas entrevistas, se não a última, à mestrandia do NAEA que realizava sua dissertação sobre a trajetória do NAEA. Nessa entrevista, ele analisava as transformações sofridas pelo NAEA no regimento da UFPA de 2006:

A diferença essencial entre o modelo NAEA de 1970 e o modelo NAEA de 2006 é a seguinte: nós na reestruturação da universidade em 1970 fizemos um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando a amazonização da academia em nossa região. Esta última reforma, ao contrário, e simplificando, desenvolveu um trabalho não menos competente, mas em sentido contrário, no sentido da academização da Amazônia. Abdicou do modelo inovador para aderir ao modelo conservador do ente acadêmico predominante na maioria dos lugares. Certamente exagerando, para fazer o contraste: não mais a academia a serviço da Amazônia, mas a Amazônia a serviço da academia (Cf. MOREIRA, 2011, p. 163) (destaques no original).

Contudo, entendo que o NAEA de hoje é resultado de sua evolução ao longo destes 45 anos de funcionamento. Desde o início, o NAEA orienta sua missão de se aproximar melhor da realidade amazônica, de conhecer melhor a região, de construir uma nova concepção. Poder-se-ia até afirmar fazer da Amazônia seu objeto de estudo (ARAGÓN, 1994). Mas estudar a região de forma sistemática e com o objetivo maior de transformá-la, isto é, focando o desenvolvimento regional, e até influenciando sua transformação em prol dos amazônidas. Portanto, o NAEA, na minha visão, não abdicou de sua missão, pois considero que academizar a Amazônia e amazonizar a academia são processos complementares, dois lados da mesma moeda.

Academizar a Amazônia significa converter a região em objeto de pesquisa científica, e isto o NAEA tem feito muito bem, na pesquisa, nos seus programas de pós-graduação, nos

---

nios assinados entre a UNESCO e a respectiva instituição que sedia a Cátedra. Atualmente (abril de 2019) existem 758 cátedras, em 114 países e cobrem os mais diversos tópicos. No Brasil existem 21 Cátedras, distribuídas pelo país, mas só existe a da UFPA/NAEA na região Norte. A Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável objetiva produzir conhecimento científico para fortalecer a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de um amplo sistema de atividades e parcerias relacionadas com a educação superior, a pesquisa, e a documentação, e em particular com temas como população e meio ambiente na Amazônia, e o Programa de Reservas da Biosfera. Para maiores informações sobre o Programa de Cátedras UNESCO e a Cátedra UNESCO da UFPA consultar a página <http://en.unesco.org/unitwin-unesco-chairs-programme>; UNESCO (2008); Aragón e Clüsener-Godt (2013) e Aragón (2016, p. 102-112).

eventos no Brasil e no exterior, enfim no seu cotidiano acadêmico. Não há dúvida que a Amazônia é hoje mais bem conhecida e entendida do que antes do NAEA, e que sim, uma nova visão da região vem surgido, uma concepção, como Armando Mendes defendia, de dentro para fora. As dissertações, as teses, as monografias, os livros, as revistas, as coletâneas, e demais produções do NAEA são exemplos claros dessa construção. A Editora NAEA cumpre seu papel de reproduzir esta nova visão forjada no NAEA para o mundo.

Amazonizar a academia, por outro lado, significa, como defendia Armando Mendes, pôr a “academia a serviço da Amazônia”. Isto é colocar o melhor da inteligência à difícil tarefa de buscar os melhores destinos para a região em prol do seu desenvolvimento com todos os ingredientes da sustentabilidade.

E há evidências, talvez ainda não suficientes, do empenho da instituição em influenciar a transformação da região. Os cursos de especialização, tanto os oferecidos na sede como fora dela, e mesmo os cursos contratados<sup>30</sup>, foram e são dirigidos para treinar pessoal para resolver problemas concretos; o mestrado profissional em Gestão Pública, criado em 2012, busca formar gestores capazes de contribuir e gerenciar políticas públicas regionais; a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IIPA) que busca gerar ideias e propostas para o poder público implementar, especialmente no nível municipal; e a formação de tantos tomadores de decisão que ocuparam e ocupam altos cargos da administração pública. A essas experiências agrega-se o envolvimento de pesquisadores do NAEA, em ações de extensão em diversas comunidades.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Este texto é uma história do NAEA, não a história do NAEA. É a minha contribuição ao debate. “O NAEA, afirmava Armando Mendes (2008, p. 97), sofre de irrecusável, mas estimulante vocação polêmica.” Talvez seja essa vocação o que tem estimulado a produção de papers, conferências, debates, monografias, dissertações e teses sobre o modelo NAEA<sup>31</sup>. Na UFPA o número de núcleos, como unidades acadêmicas, se multiplicou<sup>32</sup>, mas o NAEA, para cumprir sua missão original, deverá manter sua “cara própria, facilmente reconhecível e insuscetível de fazê-lo ser confundido com qualquer outro Núcleo dentro ou fora da UFPA” (MENDES, 2011, p. 19). O NAEA, como afirma Heraldo Maués (2013), é e deve-se manter como o Exu, o mensageiro dos deuses das religiões africanas, que se irradia, que se reproduz, que produz e dissemina conhecimento crítico sobre o desenvolvimento da Amazônia pela região, pelo Brasil, e pelo mundo, que forma pessoal qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável e que atua em prol do bem-viver dos amazônidas.

O NAEA é um precursor do que a UNESCO definiu como pertinência social da educação superior em 1998. Comentava em outra ocasião (ARAGÓN, 2012), que assim como a Con

30 São cursos de pós-graduação lato sensu realizados pelo NAEA, a pedido e patrocínio de instituições externas.

31 Além dos documentos oficiais e textos do Prof. Armando Dias Mendes sobre o NAEA e seus programas, destacam-se os papers de Sá (1974), Turenko (2008), Maués (2013), Silva (2013), e Bastos et. al. (2010), as monografias de especialização de Munévar Barreto e Durán Meléndez (1989), e Reis (2004), as dissertações de Oliveira (2001), e Moreira (2011), a tese de Menchaca Dávila (2005), e o relatório do Prof. José Marcelino Monteiro da Costa (2008).

32 São núcleos da UFPA com sede em Belém: Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia (NDAE), Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), Núcleo de Medicina Tropical (NMT), Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

ferência Rio 92 propalou a ideia paradigmática de desenvolvimento sustentável, a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior (CMES) de Paris em 1998, gerou o conceito de pertinência social da educação superior, igualmente paradigmático:

A pertinência da educação superior deve avaliar-se em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isso requer normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e a proteção do meio ambiente (UNESCO, 1998, p. 23).

Atrevo-me a dizer que essa é a luta do NAEA desde sua implantação em 1973, sua utopia criadora: conhecer a Amazônia e buscar e fomentar soluções próprias para seu desenvolvimento, ou seja, ser pertinente e comprometido com a região onde a instituição se insere. Na visão de Silva (2013, p. 15), o desafio “é unir a universidade amazônica aos demais atores sociais regionais e juntos minimizarem os problemas ambientais, sociais e econômicos do lugar em que vivem e trabalham, bem como projetarem e construir um futuro melhor para o ecossistema e as pessoas da Amazônia. Esse era o sonho de Armando Mendes”.

Academizar a Amazônia e amazonizar a academia devem ser no NAEA propósitos permanentes, uma vez que não será possível intervir na região sem conhecê-la, esta é premissa sine qua non. O NAEA e a universidade, como um todo, têm exercido, e exercem um papel fundamental para a construção de um novo conceito da Amazônia, mais próximo da realidade, ainda que este processo nunca termine e seja cada vez mais necessário, mas não se pode contentar somente com a detenção do conhecimento, mantendo a Amazônia só como simples objeto de estudo. O outro componente, amazonizar a academia, precisa acompanhar suas descobertas. Não é possível só servir-se da região, o que se quer é uma universidade verdadeiramente amazônica cujo interesse fundamental seja investigar “não de que maneira a Ciência pode servir-se da Amazônia, e sim como pode o conhecimento científico ser produzido na e utilizado pela região” (MELLO, 2007, p. 49).

Para terminar, sem desmerecer a contribuição dos coordenadores/diretores do NAEA, dos seus professores, pesquisadores, servidores técnico-administrativos, estudantes e demais atores que construíram esta história, devo destacar, em especial, a luta de Armando Mendes para manter viva a utopia original do NAEA. O Fórum de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia foram suas contribuições mais recentes na iluminação do caminho que o NAEA deveria trilhar (SILVA, 2013). É por meio de iniciativas como essas que o NAEA poderá institucionalizar sua atuação na sociedade, aplicar seu conhecimento acumulado ao longo destes 45 anos, e daquele que acumulará nos demais anos de sua existência. Essa é a sua utopia criadora!

---

33 Considerando o período preparatório à instalação do NAEA em 1973, os Coordenadores/Diretores do NAEA ao longo de sua história são: Armando Dias Mendes (1970-ago.1973), José Marcelino Monteiro da Costa (set.1973-jun.1983), Manoel Pinto da Silva Jr. (jul.1983-jun.1985), Raymundo Heraldo Maués (5jul.1985-31ago.1989), Raul da Silva Navegantes (1set.1989-15set.1992), Mario Nazareno Noronha Faria e Souza (16set.1992-13out.1992), Francisco de Assis Costa (14out.1992-19nov.1996), Edna Maria Ramos de Castro (20nov.1996-21nov.2000), Luis Eduardo Aragón Vaca (22nov.2000-17dez.2004), Edna Maria Ramos de Castro (18dez.2004-21jan.2009), Armin Mathis (22jan.2009-01fev.2013), Fábio Carlos da Silva (01fev.2013-01fev.2014), Durbens Martins Nascimento (02fev.2014-Atual) (MOREIRA, 2011, p. 45; e Secretaria Executiva do NAEA).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia: O marketing da floresta*. Curitiba: CRV, 2016.
- ARAGÓN, Luis E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 21, n. 42, p. 15-33, 2018.
- ARAGÓN, Luis E. *Memorial acadêmico: trajetória intelectual e percurso internacional de um professor do NAEA*. Belém: NAEA, 2016.
- ARAGÓN, Luis E. Desenvolvimento amazônico em questão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 5-16, 2015.
- ARAGÓN, Luis E. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- ARAGÓN, Luis E. Educação superior, desenvolvimento sustentável e políticas públicas na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 298, p. 1-12, 2012.
- ARAGÓN, Luis E. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 20, p. 767-794, 2005.
- ARAGÓN, Luis E. *Ciência e educação superior na Amazônia: desafios e oportunidades de cooperação internacional*. Belém: NAEA: UNAMAZ, 2001.
- ARAGÓN, Luis E. *The Amazon as a study object: building regional capacity for sustainable development*. Stockholm: Stockholm University/Institute of Latin American Studies, 1994.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel. Biosphere Reserves and UNESCO Chairs: partnerships for sustainable development. *Papers do NAEA*, Belém, n. 315, p. 1-27, 2013.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel. O Programa de Cooperação Sul-Sul para o eco-desenvolvimento e a questão da água na Amazônia. In: ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (org.) *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: NAEA; Brasília: UNESCO, 2003. p. 25-31.
- ARAÚJO, Kássia Karina Silva de; BARROSO, Carlos Maurício Rocha; SOUZA, Éder Júnior Cruz de. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e divergências. *Revista Reflexões e Práticas Geográficas*, Maceió, v. 1, n. 1, p. 45-57, jul./dez. 2014.
- BASTOS, Ana Paula V.; CASTRO, Edna; RAVENA, Nírvia. O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 260, p. 1-18, 2010.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Avaliação – Interdisciplinar. Avaliação quadrienal*. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-INTERDISCIPLINAR-quadrienal.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*, Vol 1. Brasília, DF, 2010.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima; RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros; ALMEIDA, Oriana Trindade de. Pensamento crítico sobre a Amazônia e debate sobre desenvolvimento. *Papers do NAEA*, Belém, n. 379, p. 1-19, 2018.

CASTRO, Eduardo G. Interdisciplinaridade: en busca del paraíso (irrecuperablemente) perdido. *Papers do NAEA*. Belém, n. 057, p. 1-16, 1996.

CHAGAS, Carlos. Querem internacionalizar a nossa Amazônia. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1997. Disponível em: <http://www.brasil.iwarp.com/chagas.htm>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CLÜSENER-GODT, Miguel. Implementing Agenda 21: nature conservation and sustainable development in the humid tropics. *Tropical Ecology*, Veranesi (Índia), v. 45, n. 1, p. 183-186, 2004.

CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy (ed.) *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. Paris: UNESCO, 1995 (Series Man and the Biosphere, 15).

CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy; UITTO, Juha I. Conference on environmentally sound socio-economic development in the humid tropics/Final Report. In: ARAGÓN, Luis E. (org.) *Desenvolvimento sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ, 1992. p. 53-143 (Série Cooperação Amazônica, v. 13, tomo 1).

COIMBRA, Carlos. Interdisciplinariedade nas ciências humanas. *Seminários e Debates*, Belém, n. 6, p. 6-43, 1980.

COSTA, Francisco de Assis. As ciências, o uso de recursos naturais na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla. *Papers do NAEA*, Belém, n. 069, p. 1-16, 1996.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica. Relatório de gestão (1973-1983)*. Belém: NAEA, 2008.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; RAVENA, Nírvia (org.) *Anais do II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia*. Belém: NAEA, 2018.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUILLARD, Yvan. O pensamento do professor Ignacy Sachs: da economia política ao eco-desenvolvimento. *Papers do NAEA*, Belém, n. 06, p. 1-19, 1993.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004. v. 1 a 4.

HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 57-78, dez. 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 maio 2019.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. O NAEA como Exu (um deus arquetípico): tributo a seus cofundadores, Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa. *Papers do NAEA*, Belém, n. 311, p. 1-10, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 97-123, abr./jun. 2004.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis I.; RANDERS, Jorgen; BEHERNS III, William W. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia*. Belém: UFPA, 2007.

MENCHACA DÁVILA, Maria del Socorro. *Pertinencia de la educación superior: desarrollo interdisciplinario como medio para la producción de conocimientos socialmente útiles*. 2005. 355f. Tesis (Doctorado en Educación) - Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Cuernavaca (México), 2005.

MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM.

MENDES, Armando Dias. NAEA: os primórdios. In: COSTA, Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica – Relatório de gestão (1973-1983)*. Belém: NAEA, 2008. p. 97-101.

MENDES, Armando Dias. *Amazônia, modos de (o)usar*. Manaus: Editora Valer, 2001.

MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém: UFPA, 1987.

MENDES, Armando Dias. *Ciência, universidade e crise*. Belém: Grafisa, 1981.

MENDES, Armando Dias. Ciência e consciência. *Seminários e Debates*, Belém, n. 6, p. 73-87, 1980.

MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974.

MENDES, Armando Dias. Aula inaugural do FIPAM I, fevereiro de 1973. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. Fac-simile.

MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)*. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MRE – Ministério das Relações Exteriores/Brasil. *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, DF: MRE, 1978.

MUNÉVAR BARRETO, Liliana; DURÁN MELÉNDEZ, Eugenio. *Papel del programa FIPAM en la formación de recursos humanos para la Amazonia: notas para la discusión*. 1989. 85f. Monografia (Especialização FIPAM) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães de. *NAEA: Instituto regional de desenvolvimento ou instituto de desenvolvimento regional?* 2001. 138f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. *A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente*. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. *Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia*. Brasília: PNUMA/OTCA, 2008.

RAVENA, Nírvia de Souza; CAÑETE, Voyner Ravena. Reflexões sobre a integração pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (org.) *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Edua, 2009. p. 235-253.

REIS, Elen Rosa dos. *A trajetória do curso de especialização FIPAM e o tratamento das questões ambientais amazônicas: Uma experiência do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA*. 2004. 93f. Monografia (Especialização FIPAM) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

ROMÁN, Mikael. *The implementation of international regimes: The case of the Amazon Cooperation Treaty*. 1998. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Uppsala University, Uppsala (Suécia), 1998.

SÁ, Samuel. Implicações interdisciplinares para um programa de estudos ambientais. In: HOYOS, Juan L. Bardález (org.) *Interdisciplinaridade: (re)invenção de um saber*. Belém: NUMA, 1993. p. 103-128.

SÁ, Samuel; FREITAS, Simone Negrão de; SILVA, Adenize de Lima; SILVA, Jorge Albério do E. Santo. Co-autoria: embrião de interdisciplinaridade? *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*, Belém, n. 27, p. 1-11, 1992.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 272-279, jul./set. 1987a.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade e suas práticas em documentos de “Avaliação e Perspectivas” do CNPq 1987, 1982. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 280-296, jul./set. 1987b.

SÁ, Samuel. O laboratório de pesquisa do FIPAM como alternativa pedagógica na UFPA. *Revista da Universidade Federal do Pará*, Belém, ano 4, n. 4, p. 125-241, 1974.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária-Sebrae, 2004.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Ana da Silva; MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus; MERCÊS, Vivyanne Ribeiro das (org.) *Catálogo de teses e dissertações do NAEA*. 2. ed. rev. ampl. Belém: NAEA, 2008.

SANTOS, Ana da Silva; MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus (org.) *Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA, 1973-2000*. Belém: NAEA, 2000.

SILVA, Alberto Teixeira da. Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (org.) *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Edua, 2009. p. 216-234.

SILVA, Fábio Carlos da. A contribuição de Armando Mendes para a construção de uma universidade cidadã na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 314, p. 1-18, 2013.

TURENKO, Aleksei Júnior. O Naea, onze anos depois. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica*. Relatório de gestão (1973-1983). Belém: NAEA, 2008. p. 102-108. Publicado originalmente em *O Liberal*. Belém, 01 de janeiro, 1980.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Resolução n. 80, de 6 de março de 1972. Belém: UFPA, 1972a. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. *Fac-simile*.

UFPA – Universidade Federal do Pará. O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programação; Projeto de um Programa Internacional de Treinamento em Projetos de desenvolvimento de Áreas Amazônicas; Projeto Amazônia (PROAM), Centro de Informação Técnico-Científica da Amazônia (CITAM). Belém: UFPA, 1972b. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD. *Fac-simile*.

UFPA – Universidade Federal do Pará. *Regimento Geral, Estatuto, Plano de Reestruturação*. Belém: UFPA, 1971.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Portaria n. 915/70 de 18 de novembro de 1970. Belém: UFPA, 1970. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. *Fac-simile*.

UN - United Nations/General Assembly. *Report of the World Commission on Environment and Development “Our Common Future.”* UN, 1987. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference\\_attachments/UN%20WCED%201987%20Brundtland%20Report.pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/UN%20WCED%201987%20Brundtland%20Report.pdf). Acesso em: 12 abr. 2019.

UNEP - United Nations Environmental Programme. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. UNEP, 1972. Disponível em: [https://www.soas.ac.uk/cedep-demos/000\\_P514\\_IEL\\_K3736-Demo/treaties/media/1972%20Stockholm%201972%20-%20Declaration%20of%20the%20United%20Nations%20Conference%20on%20the%20Human%20Environment%20-%20UNEP.pdf](https://www.soas.ac.uk/cedep-demos/000_P514_IEL_K3736-Demo/treaties/media/1972%20Stockholm%201972%20-%20Declaration%20of%20the%20United%20Nations%20Conference%20on%20the%20Human%20Environment%20-%20UNEP.pdf). Acesso em: 9 abr. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Cátedras UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2008.

UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization. *Higher education in the twenty-first century: vision and action – World Conference on Higher Education Final Report*. Paris: UNESCO, 1998.

# Paper do NAEA

## Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições<sup>1</sup>

Elimar Pinheiro do Nascimento<sup>2</sup>

João Paulo Faria Tasso<sup>3</sup>



### RESUMO

Há quase meio século discute-se a finitude dos recursos naturais e a irracionalidade de sua exploração pelo modelo econômico vigente que resultou na presente crise ecológica. Este artigo discute o Decrescimento, uma das saídas propostas à esta crise. Nome propositalmente antipático para que o *establishment* não se aproprie, como ocorre com o Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é desenhar a trajetória do Decrescimento para identificar as possibilidades e limites. Pesquisaram-se as principais publicações que sustentam a proposição. As origens do Decrescimento são múltiplas, tanto de caráter econômico como cultural e as proposições são variadas. Contudo, há três certezas: a ideologia do crescimento, que rege o presente modelo econômico, caso não seja modificado, nos levará a uma catástrofe; medidas paliativas, como as propugnadas pelo Desenvolvimento Sustentável, não conduzem a uma solução da crise ecológica; a saída possível é quebrar a lógica da ideologia do crescimento, buscando uma vida mais simples, com relações sociais mais agradáveis e melhor distribuição, e redução, dos bens materiais. O artigo finaliza perguntando-se sobre a possibilidade de as propostas do Decrescimento serem levadas a cabo, e quais os seus obstáculos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Decrescimento. Crise Ambiental.

---

1 Nossos agradecimentos a Paulo Henrique Martins e Andrei Cechin que leram este artigo ainda em seu nascedouro. Infelizmente não foi possível utilizar todas as ricas sugestões que fizeram. Não custa lembrar que todo e qualquer deslize é de responsabilidade exclusiva dos autores.

2 Doutor em Sociologia e Professor dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e do Centro Ambiente e Sociedade Sustentável na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: elimarcds@gmail.com.

3 Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), e Professor do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: jpfariatasso@gmail.com.

## **ABSTRACT**

For almost half a century, the finitude of natural resources and the irrationality of their exploitation have been discussed by the current economic model, which has resulted in the present ecological crisis. This article discusses the Degrowth, one of the proposed outputs for this crisis. A purposely unsympathetic name that the establishment cannot appropriate, as it happens with Sustainable Development. The objective is to design its trajectory to identify the possibilities and limits. The main publications that supports the proposition were investigated. The origins of the Degrowth are manifold, both of an economic and cultural character, and the propositions are varied. However, there are three certainties: the ideology of growth, which rules the present economic model, if not modified, will lead us to a catastrophe; palliative actions, such as those advocated by Sustainable Development, do not lead to a solution to the ecological crisis; the possible way out is to break the logic of the growth ideology, seeking for a simpler life, with more enjoyable social relations and better distribution and reduction of material assets. The article ends by asking if the possibilities of the Degrowth's proposals can be carried out, and what are their obstacles.

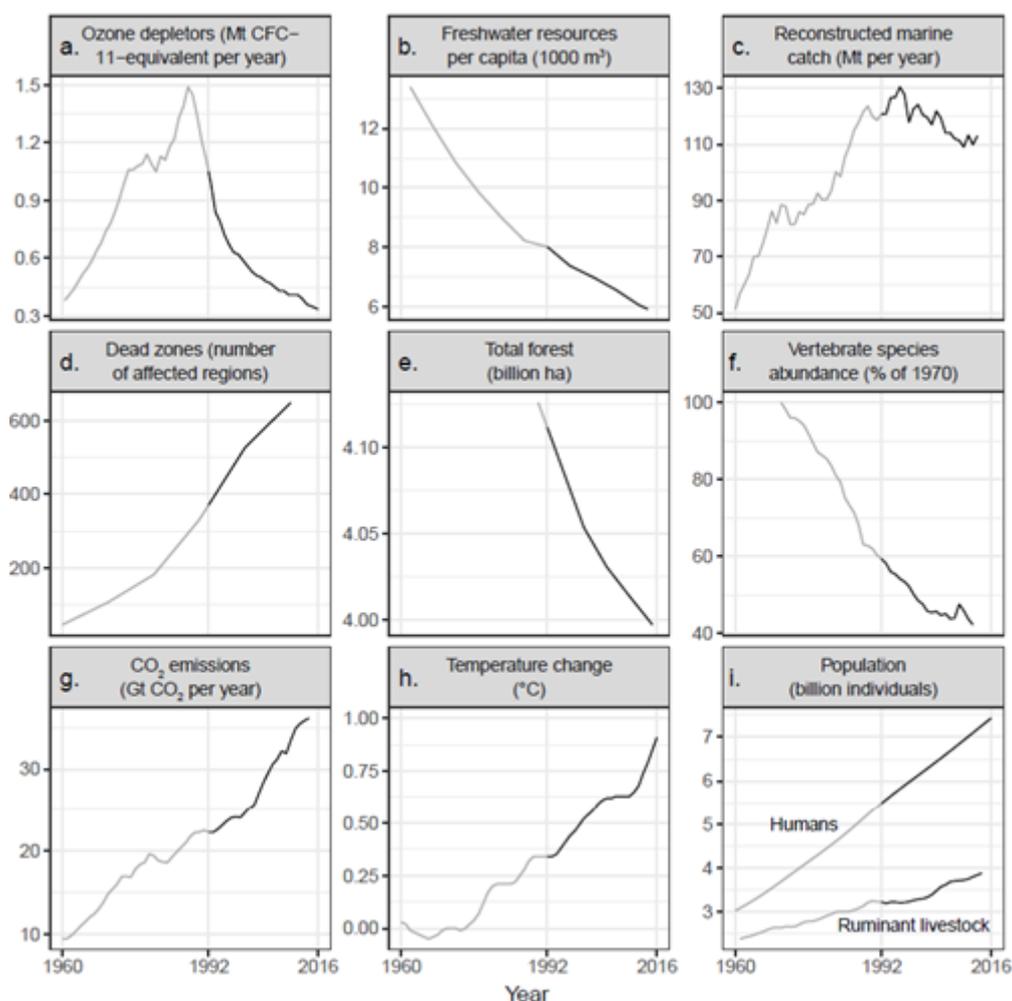
**Keywords:** Sustainable Development. Degrowth. Environmental Crisis.

## APRESENTAÇÃO

Ao término da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-24), na Polônia, em dezembro de 2018, o secretário geral da ONU, Antônio Guterres, chamou a atenção do mundo sobre os riscos de não tomarmos medidas mais assertivas para inflexionar os indícios de degradação ambiental, que se traduzem, entre outros, pela perda da biodiversidade, desaparecimento de países e crescimento dos eventos críticos (provenientes do aquecimento global) que resultarão em prejuízo de bilhões de dólares para a economia mundial. Sem falar das perdas e dos sofrimentos humanos.

Se tomarmos em consideração os nove parâmetros ambientais mais comuns para o monitoramento da crise ambiental entre 1960 e 2016, registra-se que apenas um – a emissão de gases depletora da camada de ozônio –, segundo Ripple et al. (2017), apresentou melhoras entre 1992 e 2016, como mostra a Figura 1. Todos os outros pioraram, conforme os gráficos de “a” ao “i”, a seguir.

Figura 1: Série histórica (1960 e 2016) para diversos parâmetros ambientais



Fonte: RIPPLE et al., 2017, p. 1.027.

A Figura 1 apresenta nove representações gráficas (parâmetros ambientais) dentro de uma série histórica entre os anos 1960 e 2016, com destaque para o intervalo 1992-2016: (a) emissão de gases destruidores da camada de ozônio; (b) volume de água potável *per capita*; (c) captura de pescado marinho; (d) zonas mortas; (e) cobertura florestal; (f) abundância de espécies de vertebrados; (g) emissão de CO<sub>2</sub>; (h) mudança na temperatura e; (i) população de humanos e bovinos.

Segundo Almeida (2018, p. 12) “a persistência da degradação ambiental mostra que mais de 20 anos de debates, acordos e conferências sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não surtiram os efeitos desejados”. De acordo com a Conferência do Clima, supracitada, serão necessárias medidas radicais para zerar a emissão de gases de efeito estufa até 2040 se quisermos ter o teto de aumento de 1,50 C, o que evitaria o desaparecimento de países pela elevação do nível do mar. Ademais que, em 2017, as emissões de gases de efeito estufa, que estiveram estacionárias entre 2015/2016, voltaram a crescer.

O agravamento da crise ambiental demonstra o fracasso da proposta do Desenvolvimento Sustentável, mesmo em sua versão mais moderna de Economia Verde, propalada em 2012, por ocasião da Rio + 20 (ALMEIDA, 2012; ALMEIDA, 2018; CHECHIN, PACINI, 2012). Este fracasso constatado desde 2002 (Rio + 10) criou um ambiente favorável ao fortalecimento de propostas alternativas, como a do Decrescimento (D’ALISA, DEMARIA, KALLIS, 2015; DEMARIA, SCHNEIDER, SEKULOVA, MARTINEZ-ALIER, 2013; KALLIS, 2011; KERSCHNER, 2010; SCHNEIDER, KALLIS, MARTINEZ-ALIER, 2010; LATOUCHE, 2007).

Por esta razão, vamos abordar neste artigo os aspectos centrais desse movimento, assim como alguns de seus inspiradores. Com isso, sinalizamos, ao mesmo tempo, o foco e os limites do artigo. Não se trata de abordar o conjunto da obra que tem criticado a ideologia do desenvolvimento no mundo atual, conformando um campo de reflexão próprio (que seria, para alguns, o pós-desenvolvimentismo), mas sim alguns aspectos (MARTINS, 2005), ademais de algumas de suas expressões lindeiras, como o Mauss<sup>4</sup>, os objetores de crescimento, os bioeconomistas e os antipub (críticas da sociedade de consumo). Correntes, portanto, econômicas, ecológicas, sociais, políticas e culturais, que se desenvolvem na Europa e em outras partes do Mundo, como nos Andes, com sua versão do *Bien Vivir* (ACOSTA, 2016; FARAH, VASAPOLLO, 2011).

O artigo tem como finalidade ampliar as reflexões sobre uma nova perspectiva/proposta ideológica, voltada à melhoria das condições sociais e humanas globais. Para tanto, está dividido em três sessões, além desta Introdução e Conclusão, que são: (i) as origens do Decrescimento; (ii) as suas diversas concepções; (iii) e as propostas para evitar uma catástrofe ambiental, econômica e social.

## ORIGENS

O Decrescimento tem os seus primórdios nos anos 1970, com o reconhecimento global de que não é possível haver um crescimento econômico infinito em um mundo finito (DUBOS,

---

4 O nome MAUSS - Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais - foi adotado em homenagem a Marcel Mauss, etnólogo, autor da teoria do Dom, que inspira este movimento criado, entre outros, por Alain Caillé, economista e filósofo francês.

WARD, 1972; COMMONER, 1972; PELT, 1977; PASSET, 1979), sobretudo após a divulgação da obra “*The Limits to Growth*”, publicada em 1972. Entretanto, o nome, na expressão francesa, “*décroissance*”, foi utilizado pela primeira vez por André Gorz, em artigo, sob pseudônimo, na revista *Le Nouvel Observateur*, em 19 de junho de 1972.

Após relativo silêncio nos anos 1980/1990, o Decrescimento, ganhou um novo esplendor no início deste século (FLIPO, 2012). Em 2002, duas edições da revista *Silence* tiveram um sucesso inesperado ao trazer à tona um dossiê sobre um “novo imaginário”, o decrescimento. Em 2004, foi lançado o jornal *La décroissance, le journal de la joie de vivre*. Em 2006 foi criado o *Le Parti pour la Décroissance (PPLD)*. Ano seguinte, em 25 de março, o principal jornal da França, *Le Monde*, dedicou o seu principal artigo ao tema, após diversas manifestações em todo o País. Em 2005, foi lançada a revista teórica do movimento, *Entropia*. Iniciaram-se, então, os encontros internacionais em diversos países (França, Espanha, Itália, Hungria e Alemanha). A Conferência Internacional em Leipzig, realizada em 2014, reuniu cerca de 3.000 participantes, provenientes de todos os continentes. Em 2016, um novo evento em Budapeste reuniu 6.000 participantes. Após várias dezenas de Conferências, uma simples consulta ao *Journal of Cleaner Production* constatou, em 2018, 14 artigos publicados sobre o tema.

A ideia central do Decrescimento seria o de nos alertar sobre dois aspectos fundamentais e complementares. O primeiro é de que o mundo é finito, e não pode responder a todas as demandas materiais de uma população que já se aproxima dos 8 bilhões de pessoas. Essa percepção é central no debate das obras *The Limits to Growth* (MEADOWS, 1972) e *The Entropy and the Economic Process* (GEORGESCU-ROEGEN, 1971). O segundo, de que o crescimento econômico desmesurado nos levará, necessariamente, a uma catástrofe, semelhante a aquelas descritas por Diamond (2005).

A ideologia do desenvolvimento, sob bases econômicas, nos conduz ao suicídio, enquanto espécie. Se formos resumir o conjunto de escritos em torno do tema do Decrescimento, poderíamos afirmar, talvez com presteza, tratar-se de um movimento que propõe o abandono de uma religião: a do crescimento sem limites, ou seja, o abandono da ideia do progresso, que marcou o século XIX com sua ideologia positivista, e adentrou o século XX, tornando-se hegemônica em nosso ideário. O Decrescimento, movimento intelectual, realiza-se na proposição de uma concepção mais simples e mais modesta de sociedade, que alguns denominam de “convivial”, em homenagem a Illich (2005). De toda forma, perpassa a ideia de simplicidade como forma de vida.

Mas, o que nos impede de atingirmos a simplicidade numa sociedade moderna? Talvez, o que ainda nos falte, é sabedoria, que nos torne capazes de perceber que o cultivo e a expansão das necessidades materiais são antíteses da liberdade e da paz (SCHUMACHER, 1973).

Não se trata de congelar a economia, mantendo ricos e pobres onde estão, nesse mundo de injusta assimetria. Nem de pregar uma estagnação econômica, convidando os humanos, desesperados, a ingressar em um monastério. As ideias do movimento são bem mais complexas e dispersas entre diversos autores: alguns em grande evidência, como Latouche (2006), Martinez-Alier (2007), e Giorgos Kallis (2011); outros, ainda nos primórdios do movimento, como René Passet (1979) e André Gorz (1989); ou, mais recentes, tais como Maurizio Pallante (2004; 2007), Christian Kerschner (2010) e François Schneider (2010), para citar alguns.

Evidentemente que a postura de desconfiança com os resultados da ideologia do crescimento econômico não data de hoje, nem os autores do Decrescimento pretendem que assim o seja.

Eles reconhecem que muitos antecedentes trilharam o caminho de mostrar as incongruências e (in) consequências de um crescimento econômico desenfreado, e produziram ideias nas quais se inspiraram. Proposições provindas de vertentes distintas e tradições singulares, e mesmo divergentes.

A tradição mais antiga tem suas raízes na segunda lei da termodinâmica de Sadi Carnot (1796-1832), conhecida como a “lei da entropia”, a qual mede a energia não disponível para o trabalho que resulta das transformações energéticas. Entropia, do grego *entropêe*, que significa mudança, é uma medida que analisa a desordem das partículas de um sistema físico, ou mesmo a proximidade em relação ao equilíbrio. O equilíbrio é um estado no qual não é possível extrair energia suplementar, ou seja, um estado máximo de entropia é um estado de equilíbrio ou energia nula. No equilíbrio, ou próximo a ele, as leis da natureza são universais, mas, longe do equilíbrio, elas se tornam específicas, relacionando-se com o tipo de irreversibilidade. Longe do equilíbrio a matéria adquire novas propriedades onde as instabilidades e flutuações desempenham um papel essencial, nos forçando a abandonar as descrições deterministas. Longe do equilíbrio, o sistema escolhe um dos possíveis regimes de funcionamento (PRIGOGINE, 1996).

Nicholas Georgescu-Roegen (1971) é, talvez, o grande inspirador para a crítica a ideologia do crescimento sem limite que constitui o cerne do modelo de desenvolvimento capitalista, na medida em que ele introduz o princípio físico da entropia nas ciências econômicas. Na verdade, ele propõe a aplicação da lei da entropia ao mundo material<sup>5</sup>. Isto é, a de que existe a dissipação de matéria e de energia no seu uso porque a biosfera é um ciclo fechado. Toda e qualquer produção, para Georgescu-Roegen, é um processo de transformação entrópica, com perda de energia e de matéria e que, portanto, tem uma finitude definida. As reflexões de Georgescu-Roegen têm um antecessor importante em Serguei Podolinsky (1880), que foi o primeiro a estudar o fluxo energético associado aos fenômenos econômicos.

Entre outras vertentes, as obras de Georgescu-Roegen (1971; 1979) e de René Passet (1979; 2012) criaram o movimento que se convencionou denominar de “bioeconomia”. Passet enfatiza, no prosseguimento de Georgescu-Roegen, a importância de considerar a economia como parte da biologia, pois as ameaças que pesam sobre a biosfera condicionam todas as atividades humanas, em particular as de caráter econômico, que devem respeitar os ritmos de reconstituição dos recursos observados na natureza (princípio da resiliência).

Jacques Ellul (1968; 2014), com escritos originalmente publicados em 1954 e 1962, é também citado como um antecedente do Decrescimento por suas críticas contundentes à tecnologia e à propaganda, que datam dos anos 1950. De forma cuidadosa pode-se citar, ainda, os trabalhos de André Gorz, homem de muitos nomes (Michel Bosquet, Gerard Horst), e de muitas rupturas (*Les Temps Modernes, Le Nouvel Observateur*). É o primeiro a utilizar o termo decrescimento no sentido que o entendemos hoje ainda em 1972, na revista *Le Nouvel Observateur*. Crítico mordaz do capitalismo, e vinculado ao marxismo, embora não ao marxismo estruturalista dominante na França dos anos 1970, seus trabalhos disseminaram a ideia de ecologia humana (GORZ, 1975; 1977; 1989).

Cornelius Castoriadis (1986), um dos filósofos mais importantes do século XX, que fundou com Claude Léfort a famosa revista *Socialisme ou Barbarie*, é frequentemente citado por

5 Seria a 4ª lei da termodinâmica.

decrementistas<sup>6</sup>, como Latouche (2007) e Kallis (2011). Conhecido como crítico mordaz do estalinismo, e filósofo da autonomia, destacou-se entre os decrementistas por sua ideia de que a ecologia poderia ser a brecha para mudar o sistema capitalista. A sua ideia de autonomia dialoga com democracia e autogestão, e nos remete ao caminho de pensar uma alternativa nova ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento infinito.

Por sua vez, Ivan Illich (2005)<sup>7</sup> é o grande inspirador dos pós-desenvolvimentismo, junto aos cientistas sociais, com sua ideia da inflexão de efeitos: quando as ações atingem um determinado nível de saturação, os malefícios crescem mais do que os benefícios. Ideia que ele exemplificou, com sua obra, nos campos da educação, saúde, energia e transporte, entre outros. Segundo o pensador austríaco, a partir de um certo momento os cuidados médicos – excessivos – tornam-se não mais benéficos, mas nocivos (NÉMÉSIS MEDICALE, 2005c, p. 583-786, originalmente em 1975). Remédios curam doenças, mas remédios em demasia provocam doenças. E a medicalização dos cuidados da saúde faz com que as pessoas desaprendam a se cuidar. Em *Une Société sans école* (2005a, p. 205-377, originalmente publicado em 1976), Illich mostra que o prolongamento do tempo de escolaridade torna-se castrador, criando a ditadura do pedagogo. Pois, a “maior parte do que aprendemos se faz fora da escola. Os alunos realizam a maior parte de sua aprendizagem sem os, ou muitas vezes, apesar dos professores”. Na escola o que se aprende em particular é deixar de ser criativo, e passar a ser imitativo. Por sua vez, em *Energie et équité* (2005b, p. 379-447, originalmente publicado em 1973) o pensador austríaco mostra como o excesso de veículos em uma cidade inviabiliza a mobilidade.

O pós-desenvolvimento tem, ainda, uma clara filiação com os trabalhos de François Partant<sup>8</sup> (1997; 2007), economista francês que depois de trabalhar como economista em bancos, privado e público, recusou a ideia do desenvolvimento porque, segundo ele, é impossível nos moldes do Norte. Ideia desenvolvida nos anos 1970 por Celso Furtado (1974), com seu famoso livro sobre o mito do desenvolvimento.

Uma parte dos membros do movimento do Decrescimento se aproxima do grupo *Action for a Tobin tax to Assist the Citizen (ATTAC)*<sup>9</sup>, criado em 1988, por influência do antigo diretor do *Le Monde Diplomatique* e um dos fundadores do Fórum Social Mundial, Ignácio Ramonet. Desde a sua criação, ATTAC se posiciona contra a globalização e o neoliberalismo, e propõe a desaceleração do crescimento econômico nos países do Norte. Uma de suas palavras de ordem mais disseminada é a demanda por justiça nas relações comerciais internacionais.

O movimento ANTIPUB, com grande visibilidade em Paris, em torno de 2003, foi uma das influências na constituição do Decrescimento, em particular pela sua denúncia sobre o papel da publicidade na expansão do consumismo desenfreado. Diga-se de passagem, reações à publicidade se fizeram presentes desde os anos 1970 nos Estados Unidos, Canadá e Europa. E nos anos 1980/1990 com os *Adbusters*, no Canadá, os *Downshifting* (conhecidos também como simplicidade voluntária), os movimentos de consumo verde e

6 Defensores do Decrescimento, como sendo a saída da crise ambiental ou civilizacional que vivemos.

7 Grande parte dos livros e artigos de Illich datam da década de 1970, mas aqui utilizamos os dois volumes de sua Obra Completa, publicada em 2005.

8 Pseudônimo de François Roche.

9 James Tobin, prêmio Nobel de Economia de 1981, sugeriu em 1972 a cobrança de uma taxa de 0.1% sobre as transações financeiras internacionais para fomentar o desenvolvimento nos países pobres.

os *freegans* (anarquistas verdes), um pouco em toda parte. No Brasil pode-se citar, entre outros, o Instituto Akatu.

Demaria, Schneideer, Sekulva e Martinez-Alier (2013), inspirados em Flipo (2007), usam as cinco categorias deste autor para classificar as fontes do Decrescimento, e acrescentam mais uma: justiça. As cinco categorias de Flipo são:

- Ecologia: crítica à economia de mercado que destrói gradativamente, e imperativamente, a natureza;
- Desenvolvimento: supremacia da ideologia do crescimento econômico, e redução das relações sociais às relações de mercado;
- Qualidade e sentido de vida: crítica ao modelo de trabalhar mais, produzir mais, ganhar mais, vender mais e consumir mais;
- Bioeconomia: a economia ecológica;
- Democracia: apelo a uma democracia mais profunda, com maior participação no debate sobre o crescimento econômico.

E, finalmente, aquela acrescentada pelos supracitados autores, justiça, pois conforme Ariés (2005), o decrescimento econômico implica, em primeiro lugar, o decrescimento das desigualdades sociais. Evidentemente que esta forma de organizar as fontes do Decrescimento tem seu mérito, mas, ao mesmo tempo, empobrece as diversas correntes de pensamento que alimentaram esta vertente intelectual, na medida em que os autores não cabem, em sua maioria, em categorias tão definidas. Entretanto, tem o valor de mostrar campos do conhecimento de onde provieram reflexões importantes para dar nascimento ao Decrescimento.

Já existe uma literatura razoável sobre o Decrescimento e suas origens, assim como sites que trazem informações para aqueles que defendem o movimento, inclusive em manifestações de rua, como tem ocorrido na França (FLIPO, 2007). Cite-se como exemplo, no Brasil, o livro “Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade” (LENA, NASCIMENTO, 2012), no qual pode-se encontrar trabalhos de Fabrice Flipo (“Introdução à história do conceito de decrescimento na França”), de Serge Latouche (“O decrescimento. Por que e como?”), Gilbert Rist (“O decrescimento para todos?”), Ernest Garcia (“Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado”) e Alan Boccato-Franco (“O decrescimento no Brasil”), entre muitos outros.

Por outro lado, há um número crescente de trabalhos (HARRIBEY, 2006; DUVAL, 2004) que criticam e se opõem ao Decrescimento. Melhor atestado de sua relevância crescente não poderia ter.

Finalmente, não se pode deixar de citar Alain Caillé, economista e sociólogo, criador do *Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* (MAUSS) e sua *Revue du Mauss*. A tese central do grupo de Caillé é a crítica aos paradigmas da sociologia – individual (Weber) ou coletiva (Marx) – que tentam explicar as relações sociais modernas na base do interesse, negligenciando um aspecto considerável que é a dádiva (dom), ou seja, relações que se estabelecem com base na gratuidade, conforme o princípio descoberto por Marcel Mauss: dar – receber – retribuir. A teoria da dádiva torna-se, no século XXI, um dos fundamentos para se pensar a crise

civilizacional, causada pelo abuso extravagante e nocivo dos recursos naturais<sup>10</sup>. Interessante observar como o MAUSS, assim como alguns decrescentistas, se aproximaram de Illich, inspirando o movimento convivialista hoje em dia na França (CAILLÉ et al., 2016).

## CONCEPÇÕES

O Decrescimento nasce nos anos 1990, como uma crítica radical à sociedade do crescimento econômico (ou “sociedade do consumo”), que é a marca central da sociedade moderna baseada na economia de mercado.

A ideia do Decrescimento assenta-se em um conjunto de constatações que seus autores têm desenvolvido ao longo do tempo. O centro das preocupações do Decrescimento está na ideia de que o mito do desenvolvimento desenha o nosso horizonte epistemológico. Aquele que demarca as possibilidades de nossas ideias desde o século XIX, com o nascimento da sociedade moderna. Utilizando uma noção de Foucault (1990), a noção de desenvolvimento forma uma episteme, ou seja, um horizonte do conhecimento que limita a maneira como definimos os problemas e, em decorrência, como construímos as suas soluções.

Desenvolvimento é uma noção moderna, ocidental e capitalista. Nasce, embrionariamente, com a revolução industrial no século XIX, as grandes invenções do final daquele século, a segunda expansão europeia, e se dissemina no período após a II Grande Guerra, nos anos 1950, sobretudo em função dos países do Sul, denominados então de subdesenvolvidos ou periféricos, em discurso de Harry Truman. A sua ideia, portanto, está estreitamente relacionada ao processo de “ocidentalização do mundo” (LATOUCHE, 1989), que se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX. Está, também, relacionada ao processo de universalização do capitalismo, enquanto modelo vitorioso de produção de mercadorias, de mercantilização e de implantação do consumo de massa (MARX, 1969).

A noção de desenvolvimento se desdobrou em inúmeras teorias diferenciadas (ENRIQUEZ, 2010), que atravessaram todo o século XX, com várias concepções (ROSTOW, 1960; FURTADO, 1974; SEN, 1999; STRONG, 1993 apud BRÜZEKE, 1993), desembocando na ideia recente do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987). No entanto, por mais que tenham ocorrido tentativas de separar a ideia do desenvolvimento da vertente de crescimento econômico, como têm feito Furtado e Sen, a primeira sempre acaba embutindo a segunda. Desenvolvimento sempre esteve relacionado a perspectiva de crescimento e progresso. É claro que a palavra desenvolvimento não está umbilicalmente ligada a crescimento. O desenvolvimento – na psicologia – pode significar, simplesmente, mudança. Ou na teologia, aperfeiçoamento. No entanto, no campo da economia, a imbricação é evidente, e não tem sido superada. Aqui, as tentativas de relacionar desenvolvimento à qualidade de vida nunca se assentaram de forma sólida (VEIGA, 2008).

Todas as teorias de desenvolvimento supõem, embora de maneira diferenciada, a ideia de um aumento da produção e da produtividade da base econômica, que pertence ao universo da modernidade e está relacionado, diretamente, a uma máquina de produzir ou incrementar o desejo de consumir estes mesmos bens, em um círculo vicioso de mais

<sup>10</sup> A revista Sociologias organizou um dossiê sobre a teoria da dádiva (vol.16, no. 36, 2014) sob a direção de Paulo Henrique Martins e Antônio David Cattani.

produção e mais consumo. Esta ideia, também se encontra impregnada na noção de Desenvolvimento Sustentável, ou em sua mais moderna versão, a de Economia Verde (ALMEIDA, 2012; CECHIN, PACINI, 2012).

Latouche costuma comparar a nossa sociedade, em seu momento atual, com o que denomina de “teorema das algas”. Em resumo, ele consiste no seguinte: uma alga se deposita em um grande lago e, durante dezenas de anos, se reproduz aumentando o seu tamanho em 100% a cada ano. Quando alcançar a metade do lago, será necessário apenas um ano para cobri-lo completamente, inviabilizando a vida de milhares de peixes. Dessa forma, segundo esse autor, encontramos-nos, atualmente, no momento em que o lago se encontra tomado pela metade. Em outras palavras, estamos ingressando no período da sexta extinção das espécies da terra. No último desses períodos de extinção, há 66 milhões de anos atrás, sobreviveram apenas 23% das espécies.

O argumento de que a produção é acompanhada da ecoeficiência, reduzindo a energia e a matéria prima na produção dos bens materiais, não considera o desencontro temporal entre o ritmo da descoberta científica, construção tecnológica e disseminação dos novos produtos no mercado, e a demanda crescente e exponencial de novos grupos humanos ascendendo à modernidade, sobretudo na Ásia, que somam mais de três bilhões de pessoas (ENRIQUEZ, GOMES, 2012). Sobretudo, não considera o “paradoxo de Jevons”, ou *rebound effect*, mediante o qual o aumento da eficiência na produção de um determinado bem conduz a um aumento da demanda por este mesmo bem, não apenas eliminando a economia no uso de recursos naturais e energia, mas aumentando este uso.

Uma outra suposição, sobre a qual se ergueu a fé cega no crescimento, relaciona-se ao mito da tecnologia. Esta ganha concretude, e passa a ser percebida como algo que cresce quantitativamente, e que cresce exponencialmente (igual às necessidades). Além disso, é vista apenas como solucionadora de problemas, e não como causadora de outros problemas, o que já foi questionado por Illich (2005) e Beck (1986). Nessa concretude, a tecnologia é percebida como um anticorpo para todos os males que possam ser produzidos pelo processo de desenvolvimento. Mas, um anticorpo com limites visíveis.

Muitas questões surgem dessa premissa. Uma primeira relaciona-se à confusão entre mudança técnica e substituição de fatores, como, por exemplo, quando se obtém um ganho na produtividade do trabalho explicada pela quantidade de cavalos a vapor por trabalhador. No curto prazo, os ganhos de produtividade só ocorrem com a elevação do fluxo de fatores, principalmente insumos e energia, já que a quantidade dos outros fatores é rígida. As inovações tecnológicas são, primeiramente, direcionadas à elevação da produtividade do capital e do trabalho, devido à correlação de forças no mercado, o que significa que a tecnologia não é neutra e nem sempre amplia a produtividade do fator limitante. Veja-se, por exemplo, os limites dos processos de “desmaterialização” da produção.

A ideia ou noção de Decrescimento ocupa um lugar de destaque na economia ecológica, mas seu sentido é multifacetado. Não há um consenso conceitual, o que não é estranho no campo das ciências sociais.

Com o risco de decepcionar, repetimos que o decrescimento não é um conceito, no sentido tradicional do termo, e que não seria o caso de falar propriamente de “teoria do decrescimento” como os economistas souberam elaborar as teorias do crescimento. O decrescimento é simplesmente um slogan, lançado por aqueles que procedem a uma crítica

radical do desenvolvimento a fim de quebrar a rigidez economicista e de desenhar um projeto de reserva para uma política de pós-desenvolvimento (LATOUCHE, 2006, p. 16).

Portanto, segundo Latouche, um dos inspiradores do Decrescimento, não se trata de um conceito, nem uma teoria, nem um modelo. Trata-se, antes, de um slogan político e de uma reação à ideologia dominante do desenvolvimentismo, entendido como crescimento econômico a qualquer custo. Na expressão de Aries (2005), o decrescimento é uma “expressão ônibus”, que comporta muitas assertivas e proposições em torno do tema do reconhecimento dos limites dos recursos naturais.

Nem todos os decrescentistas, porém, concordam com esta definição. Para Schneider (2010), por exemplo, o Decrescimento pode ser definido como sendo a redução na escala de produção e de consumo, que melhore o bem-estar humano e reforce as condições ecológicas. Vandeventer, Cattaneo e Zografos (2019) chegam a sugerir que se trata de uma estratégia de superação do regime capitalista, envolvido de forma intrínseca à ideia de crescimento.

Parte dos defensores do Decrescimento considera que seu movimento não produz um modelo econômico novo, nem um sistema de pensar substitutivo do vigente, mas antes ideias e sugestões que permitem criar, aos poucos, uma sociedade distinta, mais saudável, mais simples, mais relacional.

Todavia, mesmo enquanto slogan, pode-se visualizar o Decrescimento como uma proposição que contribui para uma nova visão paradigmática. De acordo com Kuhn (1962), a mudança de paradigma não se processa por meio de prova científica e, sim, de um processo de convencimento. É, antes de tudo, uma ruptura na percepção social, que se identifica com a alteração nos padrões que determinam a identificação de um problema.

Demaria, Schneider, Sekulova e Martinez-Alier (2013) defendem que o Decrescimento está se tornando um movimento social, não apenas pelos atores que, ainda nos anos 1980, se engajaram no projeto, mas também pelos atores recentes, como os movimentos de agroecologia, agrovila e agricultura orgânica, contra o uso do carro e disseminação dos transportes baseadas na energia humana (bike), defensores das cidades inteligentes (produtora de energia e de alimento), promotores da energia solar e eólica, organizações com moeda local (NASCIMENTO, COLARES, 2009). Enfim, atores sociais que se organizam e agem coletivamente, em prol de objetivos definidos e exequíveis.

Independentemente das controvérsias, o Decrescimento tem ganhado relevância nos últimos dez anos (KERSCHNER, 2010; D’ALISA et al., 2013; SEKULOVA et al., 2013; D’ALISA, DEMARIA, KALLIS, 2015). Jornais de renome, como *Le Monde*, *Le Monde Diplomatique*, *El Pais*, *Wall Street Journal* e *Financial Times*, entre outros, têm dedicado reportagens e artigos na presente década.

Outra forma de visualizar as concepções do Decrescimento é examinando o que eles denominam de grandes dilemas em que a humanidade tem que enfrentar nos dias atuais. O primeiro é de que a sociedade do crescimento não é sustentável, pois esgota os recursos renováveis que seriam essenciais para as próximas gerações, e ameaça piorar grandemente a qualidade de vida da atual geração e, certamente, a da próxima. Afinal, por mais que as inovações tecnológicas se acelerem, os recursos naturais permanecem limitados (MARTINEZ-ALIER, PASCUAL, VIVIEN, ZACCAI, 2010; RESEARCH, DEGROWTH, 2010; SEKULOVA, KALLIS, RODRÍGUEZ-LABAJO, SCHNEIDER, 2013).

## PROPOSIÇÕES

A trajetória da constituição do Decrescimento tem sido acompanhada de propostas para a resolução da crise ecológica ou civilizacional, como denomina Morin (2007).

A bioeconomia de Georgescu-Roegen entende que toda atividade econômica é uma continuação da evolução biológica por meios exossomáticos, e não mais endossomáticos. A técnica é um aspecto da cultura e faz parte da biologia do homem, mesmo que a sua transmissão não seja realizada pelos genes. Hermann Daly possui um argumento interessante sobre este ponto. Os meios exossomáticos são extensões dos endossomáticos. Por exemplo, o computador é uma extensão do cérebro. Porém, tanto os meios endossomáticos como os exossomáticos constituem-se em sistemas físicos abertos, que continuamente importam energia e matéria de baixa entropia, e exportam de alta entropia. Isto é, os dois dependem do meio ambiente de forma idêntica. Por que, então, admite-se que é necessário limitar o crescimento populacional (meios endossomáticos) e não se reconhece a necessidade de limitar o crescimento da produção de bens materiais (meios exossomáticos)?

Na sequência desse raciocínio, Daly (1996) dedicou-se à desconstrução da ideia de crescimento econômico e utilizou, como argumentos, os próprios princípios da teoria econômica<sup>11</sup>. Alguns dos quais detalharemos a seguir.

O crescimento econômico, medido pelo crescimento do produto interno bruto (PIB), seria a única variável que não estaria limitada pelo princípio de que os benefícios marginais deveriam igualar-se aos custos marginais. Trata-se da aplicação do princípio microeconômico da escala ótima à biosfera, considerando esta uma grande planta industrial. Isto porque, no pensamento econômico convencional, o sistema econômico seria um todo passível de crescer indefinidamente. A restrição é admitida apenas ao nível micro das partes, no qual o sistema de preços é a medida da escassez relativa que garante uma alocação ótima, não existindo escassez absoluta. Além disso, considerando a atual distribuição de renda e riqueza, o objetivo de manter o desemprego no menor nível possível, exige altos investimentos líquidos de forma a compensar a concentração de poupança, o que significa mais crescimento, traduzindo-se em um ciclo vicioso, onde o tratamento prescreve sempre o aumento da dose medicamentosa.

A medida de crescimento dada pelo PIB é uma medida do fluxo de bens produzidos a partir de um estoque de recursos naturais. Neste sentido, existe um ganho ideológico em se tratar o crescimento econômico enquanto fluxo, pois se retira a atenção da desigualdade de distribuição – diferente de alocação – dos estoques de recursos que, em última instância, é a fonte real de poder econômico.

Daly (1996) ainda pergunta: em que medida a contabilidade do crescimento é uma garantia de que exista crescimento? Isso porque os custos reais externos do crescimento são considerados como benefícios. Adicionalmente, os recursos naturais possuem uma pequena participação percentual no total do PIB. Trata-se da subavaliação desses recursos, resultante do poder relativo das classes sociais no condicionamento do mercado. Daly (1996) ainda pergunta: em que medida a contabilidade do crescimento é uma garantia de que exista crescimento? Isso porque os custos reais externos do crescimento são considerados como

---

<sup>11</sup> Não significa que Hermann Daly não reconheça que o sistema econômico é um subsistema da biosfera e que, portanto, está sujeito às restrições físicas representadas pelas leis da termodinâmica.

benefícios. Adicionalmente, os recursos naturais possuem uma pequena participação percentual no total do PIB. Trata-se da subavaliação desses recursos, resultante do poder relativo das classes sociais no condicionamento do mercado. Os fatores capital e trabalho possuem representantes reconhecidos, enquanto os recursos naturais, na maioria das vezes, não. Na verdade, os recursos naturais são considerados bens livres. A estratégia de verticalização da produção por parte das empresas colaborou com esta subavaliação, pois apesar da elevação da escassez relativa dos recursos naturais, o capital como um todo se valorizava.

A proposição de Daly (1991), que não é um decrescentista clássico, é a de inverter a hierarquia de problemas a serem tratados pela sociedade e pela teoria econômica. A economia ecológica tem, como primeiro critério, justamente a questão da escala ou capacidade de suporte. É preciso estar atento aos limites biofísicos do sistema. O segundo critério mais importante é o da justa distribuição. Esta se refere à divisão relativa do fluxo de recursos em forma de bens e serviços finais entre as pessoas. A questão da escala ou capacidade de suporte e da distribuição não pode ser resolvida pelo mecanismo de preço, como propõe a teoria econômica convencional, pois, elas se relacionam com a pobreza, com o atendimento das necessidades das futuras gerações (justiça inter-geracional), com a conservação das outras espécies, e são fundamentalmente questões de natureza social e não individual. Por isso, a questão da alocação de recursos é o terceiro critério.

Percebe-se que o grande desafio se encontra na questão institucional. Ou seja, como definir e construir uma ordem social que reflita esta nova visão de mundo? Como, com as instituições vigentes, criar novas institucionalidades que deem conta da finitude dos recursos naturais e a necessidade de ampliar o consumo da parte mais pobre da humanidade?

Assim, essa discussão se relaciona à mudança de paradigma na sociedade, na ciência e na inovação. Supõe novas formas de produção, novas formas de consumo e, em consequência, novos estilos de vida e escalas de valores, sob nova institucionalidade.

Parte dos defensores do Decrescimento considera que seu movimento não produz um modelo econômico novo, nem um sistema de pensar substitutivo do vigente, mas antes ideias e sugestões que permitem criar, aos poucos, uma sociedade distinta, mais saudável, mais simples, mais relacional. Afinal, o grande desafio é como sair do impasse que a sociedade do crescimento criou sem criar uma situação de catástrofe econômica, ou seja, uma brutal recessão que conduza um mundo a uma era de conflitos, guerras e fomes.

É nessa perspectiva que se insere a revalorização do pensamento de Marcel Mauss. Para este autor, existe uma íntima ligação entre o simbolismo e a obrigação de “dar, receber e retribuir”, uma espécie de solidariedade indispensável nas sociedades humanas, na qual os interesses materiais deverão estar subordinados. Nesse sentido, a ordem social é irreduzível à ordem econômica e contratual. Isto é, o que dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei da oferta e da procura, mas a cadeia de interdependência e relações de confiança que se estabelece entre as pessoas. Além disso, destaca-se que os interesses instrumentais (do ter) são hierarquicamente secundários em relação aos interesses do ser. O desejo de dar não deve ser reduzido ao cálculo e à instrumentalidade, afinal, a visão política da própria sociedade não se reduz ao mercado ou ao Estado. A proposta, assim, é uma reinserção do Estado e do mercado numa ordem social e política que tenha um sentido global.

Martinez-Alier defende que o Decrescimento é uma proposta de transformação social, e não apenas econômica. Ele visualiza no movimento um exemplo claro da ciência ativista, ou seja,

Por fim, Kallis (2011) desenha algumas propostas para alcançar o decrescimento planejado, tais como o compartilhamento do trabalho, uma invenção americana dos anos 1970, que permite as pessoas compartilharem com outros os seus empregos, permitindo-se tempos maiores de descanso. Hoje, quase um terço das empresas na Suíça declara lançar programas neste sentido.

Aliás, a formulação de propostas operacionais é um movimento interno recente ao Decrescimento, que agrega valor às revoluções dos “R”s de Latouche, ainda muito genéricas, embora ele as denomine de “programa radical mais sistemático e mais ambicioso em o8 “R”s: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar” (LATOUCHE, 2006). Observe-se que os dois últimos “Rs” forma plenamente apropriados pela Economia Verde.

## CONCLUSÃO

Fica evidente que a proposições do Decrescimento não se confunde com recessão ou com estagnação econômica ou tecnológica. Trata-se, antes, de um redirecionamento do esforço tecnológico para suprir as verdadeiras necessidades dos homens, sem desperdício, sem consumo irracional e, também, sem perda da qualidade de vida. A sua aposta é que é possível reduzir o consumo de recursos naturais/ecossistêmicos, mudar a matriz energética, transformar o estilo de vida e de produção, com melhorias para a maioria esmagadora da humanidade. Uma aposta que não sabemos se será perseguida como uma utopia, ou simplesmente negligenciada e esquecida.

De toda forma, os decrescentistas devem acompanhar mais de perto as inovações tecnológicas em curso, e como elas estão afetando o processo produtivo, os impactos ambientais, e o nosso estilo de vida. A simples rejeição das inovações tecnológicas que se encontram alguns de seus antecessores podem dificultar a compreensão das mudanças, e quais as que podem ser utilizadas no sentido de promover um decrescimento planejado e saudável.

Em resumo, trata-se de reduzir o padrão de consumo dos ricos, aumentar o dos pobres, e modificar o de todas as pessoas. Redirecionar o modelo societal mudando a cultura, os valores e as ideias dominantes na sociedade produtivista e consumista.

Poderíamos dizer, se a aproximação fosse possível, que grande parte dos defensores do movimento do Decrescimento pregam uma reforma intelectual e moral, que lembra a palavra de ordem de Gramsci (1975), no início do século XX. Mas, agora, com outro conteúdo, porque com outros valores e outras representações da sociedade.

Resta saber se é possível construir uma estratégia de mudança gradativa, ou se teremos que aceitar o prognóstico de Gilding (2011) em *The great disruption*: mudar quando iniciar a catástrofe. O problema é que não sabemos se haverá tempo hábil quando esta começar. Sabemos, apenas, que será de monta, reduzindo drasticamente a população humana e degradando as condições de vida, senão de todos, da esmagadora maioria dos humanos.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2016.
- ALMEIDA, M. L. *O que é a economia verde? Mapeando a disputa pelo conceito*. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB), 2018. 110 p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- ALMEIDA, L. T. Green economy: Reinforcing ideas, hoping for actions. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 74, p. 93-103, jan-dez, 2012.
- ARIES, P. *Décroissance ou barbarie*. 1ª ed. Lyon: Golias, 2005.
- BECK, U. *La société de risque. Sur la voie d'une autre modernité*. 1ª ed. Paris: Aubier, 1986.
- BRÜZEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. *Papers do NAEA*, Belém, n. 13, nov, 1993.
- BUARQUE, C. *O erro do sucesso: a civilização desorientada e a busca de um novo humanismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- CAILLÉ, A. et al. *Éléments d'une politique convivialiste*. 1ª ed. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2016.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CECHIN, A., PACINI, H. Green economy: why optimism should be coupled with the skepticism reason. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 74, p. 121-135, jan-abril. 2012.
- COMMONER, B. *The closing circle*. 1ª ed. New York: Bantan, 1972.
- D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. *Degrowth: a vocabulary for a new era*. 1ª ed. New York: Routledge, 2015.
- DALY, H. E. *Beyond Growth: The economics of sustainable development*. 1a ed. Boston: Beacon Press, 1996.
- DALY, H. E. *Steady-State Economic*. 1ª ed. Whashington D.C., Island press, 1991.
- DEMARIA, F., SCHNEIDER, F., SEKULOVA. Filka, MARTINEZ-ALIER, J. What is Degrowth? From an Activist Slogan to a Social Movement. *Environmental Values*, Cambridgeshire, v. 22, nr.2, p. 191-215, april. 2013.
- DIAMOND, J. *Collapase. How societies chose to fall or succeed*. 1ª ed. London: Penguin, 2005.
- DUBOS, R., WARD, B. *Nous n'avons qu'une seule terre*. 1ª ed. Paris: Denoel, 1972.
- DUVAL, G. Décroissance ou développement durable? *Alternatives économiques*, Paris, nr. 221 Hors-série – Le Développement durable, 10 trimestre, p. 53-55, janvier. 2004.
- ELLUL, J. *Técnica e desafio do século*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ELLUL, J. *Propaganda: uma análise estrutural*. Lisboa, Antígona, 2014.
- ENRIQUEZ, M. A. *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento à emergência do desenvolvimento sustentável*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

- ENRIQUEZ, M. A., GOMES, G. Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológica-econômica dos condicionantes do desacoplamento. In: LÈNA, P., NASCIMENTO, E. P. (Org.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 235-252.
- FARAH, I., VASOPOLLO, L. (Org.). *Vivir bien: paradigma no capitalista?* 1ª ed. La Paz: CIDES-UMSA, 2011.
- FLIPO, F. Voyage dans la galaxie décroissante. *Mouvements*, v. 50, n. 2, p. 143–151, avril. 2007.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. 1ª ed. Boston: Harvard University (e-book), 1971.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *La décroissance Entropie – Écologie – Économie*. 1ª ed. Paris: Editions Sang de la Terre, 1979.
- GORZ, A. *Écologie et politique*. 1a. ed. Paris, Galilée, 1975
- GORZ, A. *Écologie et liberté*. 1a ed. Paris, Galilée, 1977
- GORZ, A. *Critique of Economic Reason*. 1ª ed. London, Verso, 1989.
- GILDING, P. *The great disruption: how the climate crisis will transform the global economy*. 1ª ed. London: Bloomsbury Publishing USA, 2011.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. 1ª ed. Torino: Einaudi, 1975.
- HARRIBEY, J-M. Une conception de la richesse non-marchande pour sortir du faux dilemme croissance/Décroissance. In: BERR, E., HARRIBEY, J-M. (dirs). *Le développement en question(s)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2006. p. 265-288.
- ILLICH, I. *Une Société sans école*. 1ª ed. Paris: Fayard, 2005a.
- ILLICH, I. *Energie et équité*. 1ª ed. Paris : Fayard, 2005b
- ILLICH, I. *Némésis Médicale*. 1ª ed. Paris: Fayard, 2005c
- KALLIS, G. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 70, nr 5, p. 873–880, march. 2011.
- KALLIS, G., KERSCHNER, C., MARTINEZ-ALIER, J. The economics of degrowth. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 84, n. 5, p. 172-180, dez. 2012.
- KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6, p. 544–551, april, 2010.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- LATOUCHE, S. *L'Occidentalisation du monde*. 1a ed. Paris: La Découverte, 1989.
- LATOUCHE, S. *Le pari de la décroissance*. 1a edição. Paris, Fayard, 2006

- LATOUCHE, S. *Pour une société de décroissance*. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/>> nov 2003. Acesso em: 01 de março de 2019
- LATOUCHE, S. *Anti-utilitarisme et décroissance*. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net>>. Oct 2007 Acesso em: 02 de março de 2019.
- LÉNA, P. e NASCIMENTO, E.P. (Orgs) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. 1a ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2012
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 73, p. 45-66, dezembro. 2005.
- MARTINEZ-ALIER, J., PASCUAL, U., VIVIEN, F. D., ZACCAI, E. Sustainable de-growth: mapping the contexto, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, n. 69, 1741-1747, may. 2010.
- MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. 1a ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARX, K. *Le capital*. Livre 1. s/ed. Paris:Garnier-Flamarion, 1969.
- MEADOWS, D., MEADOWS, D., RANDERS, J., BEHRENS III, W. *The limits to Growth: a report for the club of Rome's projection the predicament of mankind*. 1a ed., New York: Universe Book, 1972.
- MORIN, E. *Vers l'abîme?* 1a edição. Paris, HERNES, 2007.
- NASCIMENTO, E. P. & GOMES, G. *Décroissance. Qual a sua consistência*. VIII Encontro da Economia Ecológica, Cuiabá, 2009.
- PALLANTE, M. *Manifesto del movimento per la decrescita felice*. 2004. Disponível em: <<http://www.unmondopossibile.net/articolo/arto076.htm>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- PALLANTE, M. *La decrescita Felice: la qualità della vita non dipende dal PIL*. 1a ed. Roma: Riuniti, 2007.
- PARTANT, F. *La fin du développement: naissance d'une alternative?* 1a ed. Ales: Actes du Sud, 1997.
- PARTANT, F. *La ligne d'horizonne*. 1a ed. Paris: La découverte, 2007.
- PASSET, R. *L'économie et le vivant*. 1a ed. Paris: Payot, 1979.
- PASSET, R. *La bioéconomie de la dernière chance*. 1a ed. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2012..
- PIKETTY, T. *Le capital au XXI siècle*. 1a ed. Paris: Seuil, 2013.
- PODOLINSKY, S. Le socialisme et l'unité des forces physiques. *La revue Socialiste*, Paris, v. 08, junho 1880.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas*. 1a ed. São Paulo: UNESP, 1996.
- RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth declaration of the Paris 2008 Conference. *Journal of cleaner production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6 p. 523-524, april, 2010.
- RIPPLE, W. J., WOLF, C., NEWSOME, T. M., GALETTI, M., ALAMGIR, M., CRIST, E., MAHMOUD, M. I., LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. *BioScience*, Oxford, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, nov 2017.

ROSTOW, W. W. *The stages of Economic growth: a non-communist Manifest*. 1a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SCHNEIDER, F. Degrowth of production and consumption capacities for social justice, well being and ecological sustainability. ICTA / Universidad Autonoma de Barcelona. 2end Conference on Economic Degrowth. For ecological sustainability and social equity. Barcelona, 26 e 29 de março de 2010.

SCHNEIDER, F., KALLIS, G., MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 18, n. 6 p. 511–518, april. 2010.

SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful: a study of economics as if people mattered*. 1a XX ed. New York: Harper & Row, 1973.

SEKULOVA, F., KALLIS, G., RODRÍGUEZ-LABAJO, B., SCHNEIDER, F. Degrowth: from theory to practice. *Journal of Cleaner Production*, Knoxville, Tennessee, v. 38, n. 1, p. 01-06, january. 2013.

SEN, A. *Development as Freedom*. 1a ed. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VANDEVENTER, J. S., CATTANEO, C., ZOGRAFOS, C. A Degrowth Transition: Pathways for the Degrowth Niche to Replace the Capitalist-Growth Regime. *Ecological Economics*, Hanover, New Hampshire, v. 156, p. 272–286, February 2019.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 1a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

# Paper do NAEA

## Amazônia na obra de Elmar Altvater e Elmar Altvater na produção acadêmica sobre Amazônia<sup>1</sup>

Armin Mathis<sup>2</sup>



### RESUMO

O texto destaca a importância do cientista política Elmar Altvater para a interpretação crítica dos processos de desenvolvimento da Amazônia e mostra a influência que o seu convívio na região teve para a sua elaboração teórica dos processos de transformação social e econômicos geradas pela globalização. Após apresentação do arcabouço teórico elaborado por Altvater para interpretar o processo de valorização da Amazônia, o artigo indica possibilidades e necessidades de ampliar o legado conceitual de Altvater para adequá-lo as mudanças que caracterizaram a região nos últimos trinta anos.

**Palavras-chave:** Amazônia. Elmar Altvater. Espaço funcional. Globalização. Organização. Desenvolvimento regional.

---

<sup>1</sup> Versão ampliada de uma palestra de mesmo título apresentada no Seminário Internacional: Alternativas ao Capitalismo Mundial e a Contribuição de Elmar Altvater, Rio de Janeiro, UERJ, 9/10 de outubro de 2018.

<sup>2</sup> Cientista Político, professor do Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos, docente do PPGDSTU / NAEA. E-mail: armin.mathis@gmail.com.

## **ABSTRACT**

The text highlights the importance of political scientist Elmar Altvater for the critical interpretation of the processes of development of Amazonia and shows the influence that his cohabitation in the region had on his theoretical elaboration of the processes of social and economic transformation generated by globalization. After a presentation of the theoretical framework developed by Altvater to interpret the process of valorization of the Amazon, the article indicates possibilities and needs to expand the conceptual legacy of Altvater to adapt it to the changes that have characterized the region in the last thirty years.

**Keywords:** Amazon. Elmar Altvater. Functional space. Globalization. Organization. Regional development.

## INTRODUÇÃO

No dia primeiro de maio de 2018 faleceu em Berlim o professor Dr. Elmar Altvater. Ele era um dos cientistas sociais críticos contemporâneos mais respeitados. A sua reputação ultrapassou o mundo acadêmico e adentrou a sociedade civil organizada, tanto na Alemanha quando fora do seu país de origem<sup>3</sup>.

O presente artigo pretende ser uma homenagem crítica desse grande pensador enfatizando uma particularidade de sua vida acadêmica, que foi o seu encontro com a Amazônia. Esse encontro rendeu frutos para ambos, o pesquisador alemão e a comunidade acadêmica que tem na Amazônia o seu objeto de estudos.

## O PESQUISADOR NA AMAZÔNIA

Elmar Altvater travou seus primeiros contatos com a região Amazônica e a sua comunidade acadêmica através de uma pesquisa realizada, nos meados dos anos de 1980, que envolveu o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA. O referido núcleo interdisciplinar, criado em 1973, define como suas tarefas: (i) gerar conhecimento sobre o processo de desenvolvimento regional para Amazônia; (ii) formar e capacitar estudantes em nível de pós-graduação; (iii) acompanhar e atuar de forma crítica na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional; (iv) formular alternativas ao desenvolvimento centrado na atuação do estado desenvolvimentista da época. Altvater desenvolveu seus estudos e suas primeiras aproximações com a Amazônia brasileira através de um projeto de pesquisa intitulado "Consequências regionais da crise global de endividamento – o caso do Pará" financiado pela Fundação Volkswagen. Os resultados deste projeto foram publicados, na Alemanha, em 1987 no livro "Sachzwang Weltmarkt. Verschuldungskrise, blockierte Entwicklung und ökologische Gefährdung. Der Fall Brasilien" (1987).

Logo após o seu retorno de sua viagem feita a Belém do Pará, Altvater organizou junto com Manfred Nitsch e Thomas Hurtienne, no Instituto de América Latina (LAI) da Universidade Livre de Berlin, o "Amazonien Kolloquium". Aquele seria um espaço ideal para socializar seus achados de pesquisa com um pequeno grupo de estudantes e doutorandos unidos pelo interesse e desejo de conhecer a "floresta" amazônica. O LAI se firmou, na segunda metade dos anos de 1980, ao lado do Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen, onde atuava Gerd Kohlhepp, como principal centro da Alemanha no que diz respeito a pesquisa sócio-econômica sobre Amazônia. Diferentemente de alguns dos seus colegas que assumiram papéis ativos em projetos de organizações internacionais de desenvolvimento na Amazônia, Altvater nunca aceitou compromissos dessa natureza, o que lhe permitiu garantir uma independência de pensamento e ação.

Tive o privilégio de estreitar relações e acompanhar Altvater em algumas de suas viagens de campo, inicialmente na condição de seu aluno, no Otto-Suhr-Institut (OSI) depois na condição de docente do NAEA e, também, de amigo. Presenciei inúmeras vezes, a sua forma aberta

---

<sup>3</sup> Informações biográficas de Altvater podem ser encontradas na entrevista que ele cedeu para Seabra, Brito e Coelho (2012)

e respeitosa de se relacionar com a cultura da região, seus habitantes, seus hábitos, seus costumes e suas iguarias regionais. Pude observar um cientista social em pleno processo de criação construindo seus referenciais teóricos a partir de um vasto campo de pesquisa que se apresentava na Amazônia brasileira e sua relação com o mundo em transformação.

Apesar de fazer parte de um seleto grupo de cientistas sociais estrangeiros que contribuíram com os seus estudos para a ampliação do conhecimento sobre a Amazônia, Altvater não foi movido apenas por interesses abstratos, descritivos de um mundo exótico desconhecido. Diferentemente dos viajantes que desbravavam a Amazônia nos séculos XVIII e XIX, Altvater tinha um objetivo claro ao se aproximar desse campo de pesquisa, qual seja: o conhecimento das estruturas que o funcionamento do mercado global imprimia na região amazônica. Portanto, essa empírica iria lhe permitir realizar elaborações teóricas que se tornaram por um longo tempo objetos de sua análise.

## **A AMAZÔNIA COMO CAMPO DE PESQUISA**

A relação de Elmar Altvater com a região amazônica pode ser descrita como um processo de conhecimento e aprendizagem. A região não foi somente uma oportunidade para validar suas teses sobre as consequências do mercado global em regiões periféricas como também propiciou uma abertura para o campo de visão novo que ia marcar as suas elaborações teóricas. Embora ele nunca tivesse afirmado, tenho a convicção, baseada em minhas observações, de que a sua preocupação com as externalidades que a transformação de matéria e energia inerente ao processo produtivo causam, foi originária e aprofundada pela sua inserção no campo e a visão da força destrutiva, tanto no âmbito social como no âmbito ambiental dos impactos dos Grandes Projetos desenvolvidos para a Amazônia e das tentativas de 'valorização' da região.

Também, importa destacar que foi na sua estadia em Belém que ele entrou em contato com o pensamento de Stefan Bunker<sup>4</sup>, sociólogo americano, que anteriormente tinha atuado no NAEA na segunda metade dos anos de 1970. Particularmente, Bunker se dedicou a análise das economias extrativas que caracterizam a Amazônia, e seu livro 'Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State' publicado em 1985 que pode ser considerado ao lado do 'Sachzwang' outra obra de referência sobre as primeiras décadas do processo de valorização da Amazônia. Bunker viu a necessidade de ampliar as abordagens mais tradicionais da economia política (world system de Wallerstein, intercâmbio desigual de Emmanuel, acumulação em escala mundial de Amin) pelas ideias de Georgescu-Roegen (1971) que tinha construído uma relação entre termodinâmica linear e processos econômicos.

Nesse contexto, Altvater apresenta uma releitura da Escola de Regulação através do conceito de 'fordismo fossilístico', por meio do qual ele chama atenção para a importância da base material que sustenta o regime fordista e a necessidade da disponibilidade de energia

---

4 Veja sobre Bunker o artigo que Coelho e Monteiro (2005) publicaram em sua homenagem.

concentrada e ilhas de sintropia e meios de transporte para o seu deslocamento de indústria extrativa para a indústria produtiva<sup>5</sup>.

Altvater, na minha concepção, influenciou com os seus trabalhos e suas experiências acadêmicas a construção do programa de doutorado em desenvolvimento sustentável nos Trópicos Úmidos NAEA iniciado em 1994. Nessa época ela atuava de forma recorrente no programa ministrando aulas e cursos de curta duração, assim como, proferindo palestras durante as suas visitas em Belém. Junto com Joan Martinez-Allier, Alain Lipietz e Ignacy Sachs que também se fizeram presente nos anos iniciais do programa, ele se constitui como uma referência na formação dos alunos do NAEA. Ainda, importa destacar que, por ocasião do Seminário dos 40 anos do NAEA, em 2013, Elmar foi convidado para proferir a conferência de abertura, e foi homenageado no Seminário de 45 anos do NAEA em 2018.

## **SACHZWANG WELTMARKT**

O seu grande trabalho sobre a Amazônia, sem dúvida alguma, chama-se Sachzwang Weltmarkt, publicado na Alemanha, em 1987. Infelizmente, não foi traduzido para o português e assim ficou restrito aos leitores que dominam a língua alemã, o que merece um esforço de publicação em língua portuguesa. Neste trabalho, Altvater faz referência a alguns dos principais autores (Mendes, Becker) que na época discutiram o processo de desenvolvimento da Amazônia. Contudo, a obra apresenta uma construção teórica bastante criativa, que deve ser mesmo considerada uma inovação na interpretação de processos de mudanças sociais, econômicos e ambientais na área de conhecimento em torno da questão do desenvolvimento regional.

Na sequência farei uma pequena apresentação da tese central do autor, em seguida pretendo mostrar, dentro dos limites dessa apresentação, as possibilidades de aprofundamento e desdobramentos em direção a elaboração de uma teoria ampla de análise de dinâmicas regionais atuais.

Ponto de partido de Altvater é a crítica do modelo teórico da análise do processo da formação regional elaborado por Menzel e Senghaas (1985, 1986). Esses autores partem do pressuposto da exigência de fatores endógenos que podem ser influenciados pela política e fatores exógenos que compõem os limites e as restrições da atuação política. A condição de endógeno ou exógeno é vinculada ao território definido politicamente.

Altvater se desvincula da ideia do espaço - território e a substitui pelo conceito do espaço funcional. Desse modo, o espaço funcional, seria definido como o local onde se expressam a lógica organizativa e temporal da economia, da política e da ecologia. Essas lógicas se colocam em camadas de alcance de densidade distintas sobre um determinado território e formam assim o espaço concreto. As superposições dos espaços funcionais apresentam situações de conflitos e contradições e influenciam no alcance das intervenções políticas direcionadas aos níveis regionais, nacionais ou globais.

---

5 Melber no seu artigo sobre Altvater na coletânea organizado por D. Simon (2006) pontua a ampliação da teoria de desenvolvimento pela preocupação com os processos de transformação materiais e energéticos como um dos destaques da obra de Altvater. Dentro dos pensadores marxistas a apropriação que Altvater fez dos conceitos da termodinâmica não ficou sem crítica, veja por exemplo Gehring (2011).

O espaço funcional da economia seria o mercado global; o estado nacional seria o espaço funcional da política e todos os estados nacionais formam o moderno sistema capitalista global. De um lado, a economia seria o espaço da predominância da lógica do valor, que conduz o interesse privado na valorização e acumulação de capital. E de outro, a política seria o espaço da causa pública e do interesse comum.

A atuação do estado nacional sob a chamada da lógica de uma economia capitalista impõe restrições a sua autonomia e sua capacidade de proteger as relações de produção capitalista. As instituições e os instrumentos que os estados nacionais desenvolvem para executar essa tarefa são diversas e dependem por sua vez das formas concretas que a valorização do capital assume dentro de um contexto nacional específico. Independente da sofisticação alcançado na elaboração do seu arcabouço institucional o estado nacional moderno enfrenta limites objetivos no combate de crises que tem sua origem na lógica funcional do sistema econômico.

A lógica do mercado global penetra as regiões, submete as relações de produção não capitalistas a sua lógica e se estabelece cada vez mais como forma de produção dominante. Esse processo de expansão do mercado global insere os setores econômicos na concorrência global e define a estrutura da economia nacional.

Altvater quando faz referência ao estado nacional, trava uma interlocução na tradição marxista com Poulantzas e se aproxima do pensamento desse autor ao defender que o estado é resultado de uma delimitação externa, estabelecendo fronteiras e interna, pois o alcance de sua autonomia é limitado. Dessa maneira, o estado não consegue alcançar a mesma amplitude do espaço funcional da economia. O espaço territorial define o limite de sua capacidade de intervenção. Por sua vez, essa delimitação territorial não impede uma ação coordenado dos estados nacionais, seja de forma bilateral ou multilateral, com o intuito de organizar as regras das relações internacionais, tão pouco a formação de regimes internacionais com hegemonias definidas.

O fato de que a camada da lógica do espaço funcional, caracterizada como estado nacional, se situar abaixo da camada da lógica econômica do mercado global, faz com que se potencializem as crises e contradições existente no território nacional e, por sua vez, se manifestem sob variadas formas em cada região.

Na sequência, a construção teórica apresentada por Altvater está relacionada com a região, definida como aglomerado de locais que possuem características climáticas e dotação de recurso naturais parecidos, tradições comuns, formas de produção específicas, regimes específicos de tempo e de percepção do espaço. A região é o local onde as diferentes lógicas dos espaços funcionais se sobrepõem e cada região é assim caracterizada por uma configuração específica das lógicas dos espaços funcionais.

A maneira como os conflitos entre os espaços funcionais se articulam na região depende das estruturas que nele se formaram historicamente como resultados da atuação de estado nacional e da economia global. Baseado em Lipietz, Altvater define um triângulo que articula as formas de produção na região, a seguir: (i) o regime de acumulação para a economia; (ii) o modo de regulação para o âmbito social e, (iii) o bloco hegemônico para a forma política – ideológica. A especificidade regional se expressa sobretudo no modo de regulação devido a sua integração em sistemas nacionais e regionais de solução de conflitos sociais, e no bloco hegemônico que expressa a capacidade de um grupo ou classe de exercer a sua dominação de forma ampla, apresentando os seus interesses particulares como interesses gerais da

região. O bloco hegemônico seria funcional na implementação do domínio do estado nacional na região e ao mesmo tempo determinante para a identificação de uma identidade regional.

A formação de uma articulação singular na região a partir dessas três lógicas específicas atuando no mesmo espaço sempre apresenta situações e processos conflitivos, haja vista que as referências espaciais de cada sistema são distintas. A região como espaço funcional se interessa pelas suas condições naturais e os processos ecológicos que interferem de transformação de energia e matéria nos processos de produção. O estado nacional conduz a formação e manutenção da hegemonia usando os seus meios específicos – tais como poder, direito, ideologia e dinheiro. Por último, a lógica da valorização do capital e da acumulação se estende sobre a região (e o estado nacional) de forma impositiva. A lógica econômica do mercado global assume a primazia sobre a proteção da hegemonia pelo do estado nacional e sobre os processos de transformação ecológica. O mercado global se apresenta como obrigação objetiva.

O fato que os espaços funcionais processam as suas lógicas com regimes de tempo próprios resultam na região em uma simultaneidade de regimes temporais distintos. Isso é sobretudo verdadeiro para a economia. O mercado global se manifesta na região sob a forma de capital incorporado em meios de produção e sob a forma de dinheiro que circula globalmente com alta mobilidade. O capital na sua atuação concreta intervém na região em circuitos ecológicos (*ökologische Kreisläufe*) e nos processos de formação de hegemonia e dominação. Por outro lado, o capital sob a forma de dinheiro se vale das contradições entre os distintos tempos de operação que caracterizam o mercado financeiro internacional na formação das taxas de juros internacionais e a produção e reprodução de circuitos ecológicos que possibilitam a atuação do capital produtivo na região dentro de um regime de acumulação assegurado pelo estado nacional. A existência do capital na sua forma duplo como capital produtivo e dinheiro, e o fato que a fonte de ambos é a mais-valia, gera no espaço funcional da economia global um conflito distributivo sobre a mais-valia gerada no processo produtivo. Esse conflito se manifesta na região como exigência de priorizar investimentos produtivos cuja taxa de lucro está à altura da taxa de juros internacionais ou de gerar, via política do estado nacional, acesso a fundos que possam compensar a diferença entre taxa de lucro e taxa de juros nos investimentos produtivos. Além do conflito distributivo a taxa de juros, através do processo de desconto de receitas futuras, influencia o valor dos estoques de recursos naturais e a decisão econômica de sua extração e com isso tem reflexo sobre as atividades econômicas regionais.

## **A REPERCUSSÃO E A ATUALIDADE DE ALTVATER NA AMAZÔNIA**

A repercussão maior da obra, no mundo acadêmico brasileiro, veio a público através de uma publicação de partes do livro, realizada em 1993, na revista do NAEA<sup>6</sup>. No referido trabalho, Altvater apresenta sua interpretação do processo de valorização da Amazônia como um processo de transformação energética e material com ganhos e perdas distintas nas regiões de produção ou extração e consumo. A preocupação com a relação entre o fluxos monetários na esfera econômica e seus impactos no processos de transformação de

---

6 A escolha de parte do livro que foi publicada ficou a cargo do próprio autor.

energia e matéria se firmou na produção intelectual de que seguiu ao ‘Sachzwang’. Tanto na obra sobre o futuro do mercado (Altvater 1991) escrito como uma reflexão crítica sobre as mudanças em curso após queda do muro de Berlin quanto em ‘O preço da riqueza’ (1992 [1995]) há capítulos que discutem os limites do modelo do fordismo fossilístico. A temática se manteve presente sob diferentes ângulos até as suas publicações mais recentes<sup>7</sup>.

Por outro lado, o conceito de espaço funcional, um dos fundamentos teóricos usado por Altvater na interpretação do processo de desenvolvimento da Amazônia embora permanecesse presente na sua obra<sup>8</sup>, não foi objeto de um aprofundamento teórico<sup>9</sup>.

Como já mencionado anteriormente – o arcabouço teórico que Altvater desenvolve ao longo da obra para desvendar as lógicas das mudanças de organização da vida social e de seu reflexo no ambiente natural na Amazônia contemporânea, não teve a recepção merecida entre os cientistas sociais na Amazônia, como também entre aqueles que tem como objeto de estudo a Amazônia. Não me cabe aqui neste espaço buscar e esgotar todos os motivos que causaram essa pouca repercussão do trabalho de Altvater na Amazônia, mas considero importante mencionar alguns fatores, que, no meu entendimento, dificultaram a apreensão da obra.

Dentre as considerações apontadas para a pouca repercussão do autor no meio acadêmico brasileiro pode ser identificado o fato de que os estudos sobre Amazônia, em grande parte, se apresentaram como um meio de apoio ou crítica às políticas de desenvolvimento, seja do cunho federal ou estadual, direcionadas para a região. Nesse contexto, a escolha do foco, que consiste na avaliação de uma intervenção política concreta, direciona o olhar do estudo para um recorte pequeno da realidade empírica e ofusca a visão para as condições gerais em que a intervenção política ocorre.

A partir de que foi apresentado anteriormente pretende-se, baseado no arcabouço teórico deixado por Altvater, mostrar a atualidade do seu pensamento e, em seguida, aprofundar o olhar sobre as formas de compreensão da Amazônia na contemporaneidade e a capacidade explicativa dessa teoria para apreender os fenômenos empíricos atuais, mesmo considerando o processo de modernização conservadora vivenciado no Brasil. De um lado, a Amazônia ainda carrega algumas características de uma realidade de 30 anos atrás, época em que foi publicada pela primeira vez o livro de Altvater, de outro lado, pode se identificar inúmeras diferenças em relação à experiência vivenciada pelo autor nos anos de 1980 que precisam de uma releitura e evidenciar algumas mudanças registradas na região nos últimos anos.

Primeiramente, ao fazer referência aos processos migratórios que iniciaram com a política de integração nacional do regime militar pode-se afirmar que estes processos modificaram a estrutura social da população de forma significativa, em dois aspectos. (i) A população

---

7 A partir de 1996, quando ele publicou junto com a sua companheira Birgit Mahnkopf o livro, ‘Grenzen der Globalisierung’ o seu enfoque cada vez mais se fixou no processo de globalização e seu impactos, possibilidade e riscos para o processo de desenvolvimento. O livro que se transformou em um ‘clássico’ sobre a globalização e foi reeditado varias vezes; sua última edição (7ª.) data de 2007. Não há uma versão em português, somente uma tradução para o espanhol, Altvater & Mahnkopf (2002). No ano de 1997, a revista Lua Nova, publicou a tradução de um dos capítulos do livro (‘Attraktivität und Interdependenz von Entwicklung’).

8 Ele aparece, por exemplo, no livro “O Fim do Capitalismo Como o Conhecemos” publicado na versão original em 2005.

9 Na geografia, Läßle (1991) retoma o conceito.

que migrou a partir dos anos de 1980 para a Amazônia não passou por um processo de adaptação as formas de produção existentes na região, como aconteceu durante as ondas migratórias durante os dois ciclos de extração de borracha (final do século XIV, soldados da borracha na segunda guerra mundial). (ii) A substituição do rio pela estrada como meio de penetração da região e como símbolo para um outro estilo de vida, modificou a forma da relação homem – natureza. Exemplo mais claro disso, é a substituição da floresta pelo pasto ou pela agricultura (vide a expansão da fronteira agrícola dos grãos). Nesse sentido, a migração trouxe para Amazônia não somente um contingente novo de pessoas em busca da melhoria das suas condições de vida, mas também formas de relacionamentos distintos com a natureza formados em ambientes ecológicos diferentes da floresta tropical.

O processo do estranhamento (*Entfremdung*) entre a população e sua base natural de existências foi impulsionado por um processo de urbanização na região, e a Amazônia atual é uma Amazônia das cidades. Essa mudança de local de vida deslocou a problema da reprodução física de uma de relação direta entre produtor e seu ambiente natural para um problema de inserção / inclusão em um ambiente social (urbano) que oferece um leque maior de possibilidades para a reprodução individual, mas ao mesmo tempo carrega o custo e as dificuldades da organização social urbana. O inimigo e o perigo não estão mais presentes no seu ambiente natural, mas no ambiente social. Da mesma forma, a relação com natureza (na sua forma mais ampla como estilo de vida, como formador de costumes e tradições, e relações de trabalho) perdeu para a população moderna que são moradores de aglomerações urbanas, a sua função de construir sentido capaz de orientar comportamento social. E há indícios que mostram que as mudanças na sociedade moderna que essa primeira geração de urbanos precisa processar são rápidas demais para possibilitar a formação de um novo sentido consolidado.

O processo da perda da importância da natureza como formador de sentido social para uma grande parte de população local contrasta com o aumento da importância do seu ambiente natural que a Amazônia recebe fora da região. A partir dos anos de 1990, Amazônia ocupa um lugar de destaque na discussão ambiental internacional, e o interesse internacional pela sua conservação se constitui para parte da administração pública brasileira como meio importante para acessar recursos financeiros externos e fortalecer a sua posição nas lutas pela hegemonia intra-estado.

Também, a Amazônia de hoje em comparação à Amazônia de 30 anos atrás, apresenta avanços em relação a disponibilidade de modernos meios de comunicação eletrônicas. No entanto, a infraestrutura física clássica (ferrovias, rodovias, portos etc.) se desenvolveu de forma bastante precária na região. Esse descompasso gera uma nova forma de integração da região. De um lado, a região amazônica se torna mais acessível na internet, no entanto, o acesso ao local físico onde essa informação foi criada é dificultado pela falta de infraestrutura clássica. Nesse sentido as possibilidades de gerar informações se multiplicaram, porém, a capacidade de verificação da veracidade das mensagens fica reduzida pelas dificuldades em relação à infraestrutura. Apesar disso, a disponibilidade de acesso a internet via telefone celular por quase toda a população da região é um fator de mudança social significativo e pouco estudado.

Nesse cenário, a interpretação da região amazônica, segundo a visão de Altvater, como forma de articulação de três lógicas funcionais distintas na formação de um espaço concreto, pode iluminar uma reflexão acerca de problemas que precisam ser (re)formuladas e respondidas.

Na sua teoria, a decisão de atribuir à valorização do capital à primazia sobre as demais lógicas funcionais que estruturam o desenvolvimento da Amazônia tornou-se uma leitura possível, que pode ser complementada com outras visões sobre a região. De um lado, a presença da esfera internacional na qualidade de fator estruturante não é mais restrita apenas a lógica do mercado global, e, de outro lado, a constatação da lógica do capital como limite imposto de forma objetiva para as possibilidades existentes da região, nega a contingência da evolução social.

Nesse sentido, pode-se citar alguns exemplos no âmbito do sistema político e no âmbito da ciência para ilustrar esse argumento.

(i) Os desdobramentos que a conferência Rio-1992 trouxe para a cooperação internacional no âmbito de ações de proteção ambiental, mostraram claramente que a influência extraterritorial, vigente na Amazônia, não está restrita ao âmbito do sistema econômico. Nesse caso, as ações de fortalecimento institucional no programa de PPG7 nada mais foram do que a (malsucedida) tentativa de definir a lógica de trabalho dos órgãos ambientais da administração pública estadual.

(ii) Os movimentos sociais que atuam na Amazônia no monitoramento de empresas transnacionais na região se valem das possibilidades de comunicação que a tecnologia moderna oferece, e dessa maneira, podem se inserir em redes internacionais e difundir as suas demandas para um público internacional, que muitas vezes é bem mais receptivo e efetivo para as suas demandas do que a população local.

(iii) A participação de grupos de pesquisas de universidades amazônicas em redes de investigação sobre mudanças ambientais globais, pode contribuir a ampliação do conhecimento da população sobre o ambiente natural e as suas mudanças. Desta maneira, cria as condições para a introdução de novas demandas na agenda política nacional ou regional.

Importa registrar que, qualquer tentativa de mudança através de uma política de desenvolvimento, precisa partir de uma posição que atribui à região um certo grau de autonomia no que diz respeito a definição do seu futuro desejável, e uma (limitada) capacidade de colocar esse futuro em prática e de associar as mudanças às intervenções política em curso<sup>10</sup>. Esse enfoque de análise, parece se aproximar da proposta de Altvater quando apresenta no final do seu livro uma estratégica alternativa da valorização da Amazônia, que advoga uma política reformista tanto no discurso social como ecológico que ao mesmo tempo nem nega nem exclui, nem se submete nem se envolve com as tendências da valorização do capital. De acordo com esse pensamento, os sujeitos dessa nova política são movimentos sociais contestatórios que necessitam de possibilidades de participação política para desenvolver as suas propostas. Segundo essa lógica, as estruturas democráticas são *conditio sine que non* para a criação dessas alternativas. Isso requer uma atenção especial à análise do funcionamento do sistema político para identificar os limites de uma participação efetiva, seja em função das estruturas institucionais seja em função de motivos inerentes ao funcionamento de movimentos sociais<sup>11</sup>.

---

10 Bob Jessop denomina essa postura de *requisite irony* (2003) ou *romantic public irony* (2007).

11 Veja sobre a sua ideia de uma ‘revolução solar’ Altvater (2017) e a sua crítica em relação a um ‘Green New Deal’ Altvater (2011).

## ALÉM DE ALTVATER

Dito isso, os exemplos acima pretendem mostrar que a dinâmica social de uma região, como a Amazônia, não se explica apenas pela lógica dos espaços funcionais que a circunscrevem, mas pela maneira como essas lógicas estão sendo traduzidas através de decisões estruturantes no interior da região. Isso desloca a nossa atenção para as organizações<sup>12</sup> [interpretadas como sistemas sociais] que atuam na região. A escolha de organizações como marcador das mudanças na região não se deve somente a uma decisão teórica, mas também ao fato que as organizações são ao mesmo tempo os alvos e os instrumentos de uma política de desenvolvimento regional, haja vista, que até as empresas transnacionais são sujeitos às decisões políticas do território onde atuam.

A nossa tese é que as organizações são as interfaces (Schnittstellen) que concretizam as lógicas dos sistemas funcionais na região. As organizações se posicionam de forma transversal dentro da superposição dos espaços funcionais. Elas transformam as informações da região a luz de suas referências extra-regionais, sejam elas nacionais ou internacionais, e as informações extra-regionais à luz de seu conhecimento regional em decisões relevantes para a região; esses processos são acompanhados da formação de estruturas internas que integram a memória da organização e influenciam futuras decisões que dizem respeito a região.

Finalmente o fato que os espaços funcionais não atuam direto na região, mas mediante decisões tomadas a partir de uma auto-referência específica construída historicamente dentro de cada organização não permite a análise dessas lógicas externas de forma abstrata, e exige o seu exame na sua forma concreta como se expressa nas decisões e comportamentos das organizações no espaço regional. Nesse sentido, essa abordagem permite observar que as lógicas não geram comportamentos uniformes na região, pelo contrário, a atuação concomitante de inúmeras organizações no espaço regional se materializa e se manifesta de formas multifacetadas.

O cenário apontado acima ganha em complexidade se levarmos em consideração que as organizações não atuam somente em um único espaço funcional. Com essa afirmação, não estou negando que nas organizações econômicas o critério da valorização da capital é a última ratio para avaliar o sucesso do conjunto das decisões tomadas no decorrer do ano fiscal da empresa, no entanto, como critério para orientar cada decisão de uma organização ele não é adequado. Complexos sistemas de governança corporativa se ocupam da tarefa de configurar os processos decisórios de tal maneira que a direção possa viver na ilusão da capacidade de conduzir e direcionar a organização<sup>13</sup>.

O caráter transversal das organizações em relação às diferentes lógicas existentes na região exige para a tarefa de construir uma descrição coerente da região uma observação que ultrapassa a sua mera atuação no sistema econômico. De importância igual é a observação de sua atuação no processo comunicativo que visa estabelecer decisões coletivas vinculantes, seja dentro das instituições formais do sistema político seja nas organizações de mídia que representam a opinião pública, seja nas suas tentativas de controlar, monitorar ou influenciar o trabalho de movimentos sociais.

---

12 O conceito de organização é intencionalmente usado de uma forma genérica para abarcar tanto as organizações formais ou informais e é distinto do conceito de instituição, no seu uso pelos (neo)institucionalistas.

13 A teoria das organizações se ocupa com essa dificuldade de conduzir organizações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. *Das Ende des Kapitalismus wie wir ihn kennen. Eine radikale Kapitalismuskritik*. Münster (Verlag Westfälisches Dampfboot) 2005. [Versão em português: *O fim do capitalismo com o conhecemos*. Rio de Janeiro (Civilização Brasileira) 2010.]

ALTVATER, E. *Der Preis des Wohlstands, oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung*. Münster (Westfälisches Dampfboot): 1992 [português: *O preço da riqueza. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo (Editora da Universidade Estadual Paulista): 1995.]

ALTVATER, E. *Die Zukunft des Marktes. Ein Essay über die Regulation com Geld und Natur nach dem Scheitern des 'real existierenden Sozialismus'*. Münster (Westfälisches Dampfboot): 1991.

ALTVATER, E. *Mit Green New Deal aus dem Wachstumsdilemma? Widerspruch*, no.60 (2011), p.119-132.

ALTVATER, E. *O capitalismo fossil e seu ambiente social e natural*. *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, vol. 3 (2017), no. 1, p.143-164.

ALTVATER, E. *Sachzwang Weltmarkt. Verschuldungskrise, blockierte Industrialisierung, ökologische Gefährdung – der Fall Brasilien*. Hamburg (VSA) 1987.

ALTVATER, E.; MAHNKOPF, B. *Grenzen der Globalisierung. Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Münster (Westfälisches Dampfboot): 1996. [espanhol: *Limitaciones de la globalización, las. Economía, ecología y política de la globalización*. México (Siglo XXI). 2002.]

BUNKER, S. *Underdeveloping the Amazon: Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern State*. 1985

COELHO, M.C.N.; MONTEIRO, M.d.A. *As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia brasileira: contribuições do Prof. Stephen Bunker*. *Novos Cadernos NAEA*, vol 8 (2005), no. 1, p.5-17.

GEHRING, T. *Der entropische Marx. Eine Bitte an den Marxismus, die Entropie Kirche im thermodynamischen Dorf zu lassen*. *PROKLA* vol. 41 (2012), no. 165, p.619-644.

GEORGESCU-ROEGEN. N. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge/Mass. e Londres. 1971.

JESSOP, Bob. *Governance and Meta-Governance: On Reflexivity, Requisite Variety and Requisite Irony*. Em: Bang, H.P. (org) *Governance as social and political communication*. Manchester (University Press), 2003.

JESSOP, Bob. *The Governance of Complexity and the Complexity of Governance*. Em: Bogg, J.; Geyer, R. (orgs). *Complexity, Science and Society*, p. 151-155. Oxford (Redcliff Publish): 2007.

LÄPPLE, D. *Essay über den Raum. Für ein gesellschaftswissenschaftliches Raumkonzept*. Em: Häußermann, H. et al. (orgs). *Stadt und Raum. Soziologische Analysen*. Pfaffenweiler (Centaurus), p. 157-209.

MELBER, H. *Elmar Altvater*. In: Simon, D. (org). *Fifty Key Thinkers on Development*. Pág. 14-20. London and New York (Routledge), 2006.

MENZEL, U.; SENGHAAS D. Indikatoren zur Bestimmung von Schwellenländern. Ein Vorschlag zur Operationalisierung. Em: *Politische Vierteljahresschrift*, Sonderheft 16/1985: Dritte Welt Forschung, hrsg. von F. Nuschler, P. 75-90.

MENZEL, U.; SENGHAAS, D.: *Europas Entwicklung und die Dritte Welt. Rückblick und Ausblick auf die Entwicklungsproblematik*, Frankfurt/Main 1986.

SEABRA, J.E.; BRITO, J.A.; COELHO, T.P. Crises, alternativas e as perspectivas do marxismo ecológico: entrevista com o professor Elmar Altvater. *Intratextos*, vol 4 (2012), no. 1, p. 312-326.

# Paper do NAEA

## Técnica, espaço e tempo: grandes objetos urbanos e a difusão da metropolização na Amazônia brasileira<sup>1</sup>

*Isaque dos Santos Sousa<sup>2</sup>*  
*Susane Patrícia Melo de Lima<sup>3</sup>*  
*Tiago Veloso dos Santos<sup>4</sup>*



### RESUMO

O artigo analisa a importância das metrópoles de Belém e Manaus como estruturas urbanas de maior expressão da difusão da metropolização na região amazônica, tendo em vista que a atual configuração dessas cidades passa pela produção de grandes objetos urbanos, cujo papel é essencial na indução da expansão de suas estruturas metropolitanas. Tal fato pode ser observado a partir da construção deles no contexto de efetivação da metropolização regional. A teorização proposta por Santos (2008) acerca da importância dos grandes objetos na Amazônia é o ponto de partida desta reflexão, bem como a tendência atual da metropolização do espaço. Sob o aspecto metodológico, estabeleceu-se como percurso desta pesquisa: i) o levantamento bibliográfico da temática analisada; ii) levantamento documental acerca dos grandes objetos aqui destacados; iii) coleta de iconografia representativa da época em que esses objetos são efetivados no espaço urbano. Assim, aponta-se uma metropolização regional que engendra novas configurações espaciais, ora densas e bem articuladas, ora descontínuas e dispersas quando se comparam as duas realidades empíricas, podendo-se contrapor processos históricos e naturais aos processos políticos e econômicos do plano global, regional, ou mesmo local, que são produtos de um tempo em que o urbano e o metropolitano tendem a ser hegemônicos.

**Palavras-chave:** Metropolização regional. Grandes objetos. Belém. Manaus.

---

1 Este texto não poderia ter sido redigido sem as discussões que o inspiraram no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GeURBAM) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, coordenado pelo professor Saint-Clair C. da Trindade Júnior, e também sem a relação de parceria e troca desenvolvida com o Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional (NPUR) da Universidade do Estado do Amazonas.

2 Geógrafo. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). E-mail: isaque13@gmail.com.

3 Geógrafa. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: susipatricia@gmail.com

4 Geógrafo. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: tiago.veloso@ifpa.edu.br.

## **ABSTRACT**

The article analysed the importance of regional metropolises of Belém and Manaus is form the diffusion of the metropolization in the amazonic region. A current metropolitan configuration of those cities pass by the production of great urban objects that have a essential function in the induction of urban expasion and structuring of regional metropolization, that is a fact that can be observed from the construction of them in context of regional metropolization effectiveness. The theorization proposed by Santos (2008) about the importance of great objects in the Amazon is the starting point of this reflection, as well as the current trend of space metropolization. Under methodological aspect , it was established as a course of this research: I) The biblioghaphic of the analysed thematic; II) documentary survey about great objects highlighted here; III) Collection of representative iconography of the time which those objects are effected in urban space and their importance in the dissemination of a regional metropolitan narrative. Thus, it is pointed a regional metropolization that engenders new spatial configurations sometimes dense and weel articulated, sometimes discontinuous and dispersed when comparing both empirical realities being able compare historical and natural processes to the political and economical processes of global, regional or even local plan that are products of a time in which urban and matropolitan tend to be hegemonic.

**Keywords:** Regional metropolization. Great objects. Belém. Manaus.

## INTRODUÇÃO

A realidade metropolitana está presente, em maior ou menor grau, em todo o território nacional e, conseqüentemente, também no espaço amazônico, no qual, atualmente, parcelas significativas da sua região acompanham as tendências de urbanização e metropolização observadas no território brasileiro. A configuração desse fenômeno no cenário regional é consequência de variados fatores, dentre os quais a expansão do processo de globalização e como este fenômeno se apresenta na região, haja vista a inserção da Amazônia na internacionalização da economia brasileira, desde meados dos anos 1970, com a intensificação de políticas de integração nacional e desenvolvimento regional.

Dentre as particularidades regionais observadas, uma delas reside justamente na existência de um processo de metropolização que está, por um lado, relacionado às redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais, o que seria um princípio geral orientador da metropolização regional. Cabe, portanto, dentro dessa perspectiva recordar as reflexões de Becker (2001), para quem essa constituição urbana está relacionada com a formação de uma economia de fronteira na região, sendo esse o motivo de a autora analisar a formação de cidades na Amazônia a partir da necessidade de construção de uma rede urbana regional, que é *locus* de atuação das instituições responsáveis por executar o projeto de integração.

Assim, as repercussões desse processo de metropolização no espaço regional amazônico advêm da necessidade de expansão em direção à fronteira e aos novos padrões de acumulação de capital e da necessidade de formação do mercado de trabalho regional, como também diz respeito ao movimento geral de complexificação urbana pelo qual passa a sociedade e o território brasileiro. A metropolização regional está associada a um padrão de passagem de uma urbanização da sociedade e do território (SANTOS, SILVEIRA; 2001) para uma tendência à metropolização do espaço (LENCIONI, 2006; 2008). Logo, é a partir dessa interpretação que se apresenta o quadro geral dos centros metropolitanos amazônicos como Belém e Manaus.

Por outro lado, pensando para além do adensamento urbano em perspectiva regional e suas repercussões, se os processos socioespaciais de metropolização regional mostram-se como uma tendência reveladora da urbanização amazônica, isso não quer dizer que eles tenham configurações espaciais homogêneas. Ao contrário, a região tem aglomerados metropolitanos que apresentam características diversas, seja no tipo de dinâmica econômico-espacial que potencializa e intensifica o processo de metropolização, seja no que diz respeito a uma determinada paisagem produzida como expressão de processos mais profundos.

A identificação dos objetos que provocam, nas últimas décadas, a estruturação metropolitana que têm efeitos importantes sobre a rede urbana regional e, também, sobre o perfil de organização intra-urbano das metrópoles auxilia na compreensão desse processo complexo em uma região periférica como a amazônica. É o caso observado nas duas metrópoles que constituem a referência deste trabalho, Belém e Manaus, já que dentre os elementos de destaque na atual configuração urbana dessas metrópoles está a difusão de objetos técnico-logísticos que são condição, produto e meio de uma reestruturação do espaço metropolitano.

Observa-se, ainda, que a difusão do fenômeno metropolitano se dá de maneira diferente quando consideradas porções distintas do espaço amazônico. Tendo em vista a análise de uma dessas expressões da urbanização do território e da sociedade e a importância que

os grandes objetos representam para Belém e Manaus, o objetivo do texto é apresentar evidências da importância da produção de grandes objetos urbanos como condições, produto e meio da estruturação e mais recente expansão de seus espaços metropolitanos.

## **GRANDES OBJETOS E METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL**

Levando-se em consideração a importância dos dados oficiais, conforme o censo de 2010 (IBGE, 2010), 72% da população na região amazônica reside em núcleos urbanos. Embora eles possam ser avaliados segundo graus diversos de carência e precariedade, quanto à existência de serviços básicos, há de se considerar os núcleos urbanos existentes como constituintes de um modelo de urbanização especialmente voltado para a região.

Além disso, a urbanização não pode ser mensurada apenas pelo espraiamento da mancha urbana ou mesmo pelo surgimento de novas cidades, deve também ser analisada a partir da veiculação dos seus valores pela sociedade. Nesse caso, é preciso recordar que, desde os anos 1980, quando a taxa de urbanização na Amazônia Legal passava de 50%, a imagem da Amazônia enquanto uma “floresta urbanizada” já se disseminava como possibilidade concreta (BECKER, 1990; 2001).

Ademais, embora se possa falar de metropolização, é importante ter em vista que esse processo não é hegemônico no caso amazônico. Por essa razão, fala-se em urbanização extensiva no âmbito da região, ou seja, um padrão de difusão de um modo de vida urbano que não necessita de um centro urbano exclusivo, mas sim do espraiamento, no território, de relações de produção e condições gerais de vida que tenham um conteúdo urbano significativo, a ponto, inclusive, de se criarem demandas com perfis metropolitanos (MONTE-MÓR, 2003). Em nossas referências empíricas, acrescenta-se o fato de que os elementos que provocam a indução à metropolização não são de forma alguma homogêneos.

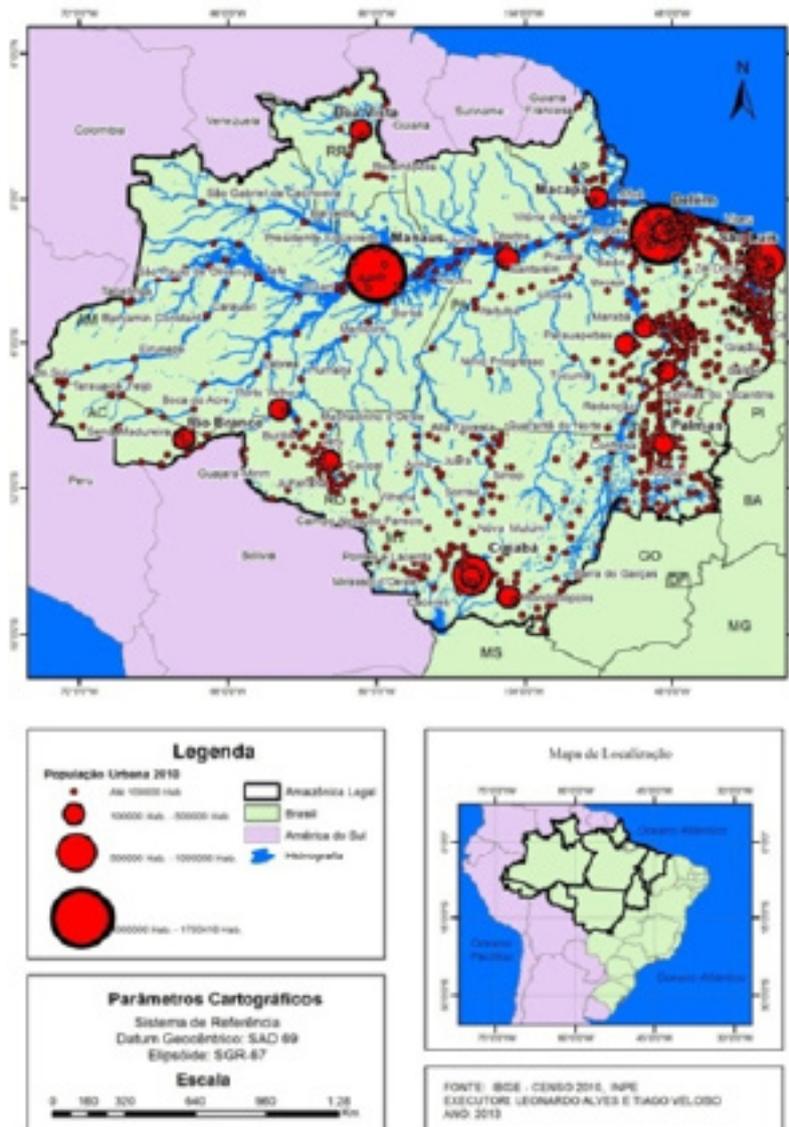
Primeiro, temos Belém, que, de acordo com diferentes interpretações (AMARAL, 2010), vem paulatinamente perdendo a característica de principal aglomeração urbana da Amazônia, embora de forma alguma perca a condição de metrópole. Essa cidade, que em décadas anteriores tinha uma participação econômica e populacional de destaque no contexto regional, começa a ter sua importância alterada face aos novos espaços de incremento econômico das décadas mais recentes – fato esse que confirma uma nova dinâmica da economia política da urbanização da sub-região na qual se insere, refletida na participação de Belém em termos populacionais, quando comparada ao conjunto do Pará (VELOSO, TRINDADE JÚNIOR, 2014).

Posteriormente, vemos Manaus, que, em virtude da localização em seu território de um polo industrial, o qual a conecta a redes mundiais de produção e circulação de bens e mercadorias com grau relevante de especialização, se torna, a partir desse empreendimento, um “nó” na rede mundial de cidades. Essa característica também é reveladora do perfil de metrópole e da metropolização regional em Manaus, que, por meio de seu Polo Industrial e da Zona Franca, consegue internalizar parte da riqueza produzida em torno do mercado de trabalho industrial.

Esses centros urbanos representam uma face importante da dinâmica regional em amplo período histórico, sendo portadores de uma realidade que traduz o que é o processo de metropolização regional na atualidade. Pode-se perceber a importância dessas metrópoles a

partir da figura 1, ao menos em seu aspecto populacional, como as duas maiores aglomerações na Amazônia Legal.

Figura 1 – Amazônia Legal: população urbana (2010)



É relevante compreender que, diferentemente do processo de urbanização e metropolização em outras regiões do País, a urbanização amazônica tem como característica a alocação, no território, de um conjunto de sistema de ações e um sistema de objetos – os grandes objetos – que proporcionaram a urbanização regional para a expansão da economia de fronteira, ou seja, na qual o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, constituindo uma debilidade que é retrato da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo:

Os grandes objetos são as grandes coisas artificiais, produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço, criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido e localizado da forma adequada para que se produzam os resultados que dele se esperam. Instalados para obedecer a uma lógica que é muitas vezes estranha aos lugares onde se

instalam, acabam por criar também uma nova forma de alienação. Esses objetos obedecem a funcionalidades extremas, que não são puramente mercantis, mas também simbólicas, constituindo assim claras diferenças entre os “espaços do mandar” e os “espaços do fazer” (SANTOS, 2008, p. 105).

Ao mesmo tempo, considera-se que a metropolização do espaço na região amazônica não está dissociada de elementos externos, ao contrário, é possível associá-la a dois conjuntos de variáveis. Na primeira, a existência e a expansão da metropolização são funcionalmente articuladas às novas formas de apropriação capitalistas em plano global, no qual a produção de valor no espaço urbano conduz à consolidação dessa nova forma de acumulação. Assim, a inserção da economia e do território amazônico em formas de reprodução capitalista pela dinâmica da fronteira, a partir da segunda metade do século XX, é o processo que acelera a urbanização regional e, por conseguinte, intensifica a metropolização de seu espaço.

A segunda variável está ligada ao próprio eixo de estruturação interna dessa forma de metropolização, mas não necessariamente está associada a elementos externos, dentre os quais podemos identificar alguns elementos-chave, tais como: a precarização da vida cotidiana; a intensificação da produção de assentamentos habitacionais cada vez mais distantes dos núcleos urbanos originais, e mesmo da sua periferia mais imediata; uma relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos específicos para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano das cidades, configurando assentamentos exclusivos mais distantes; o aumento significativo do volume de fluxos intermunicipais, seja para os municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja para aqueles que não fazem parte da institucionalidade efetivada, expondo cada vez mais a necessidade de deslocamentos dentro do espaço metropolitano; por fim, o elemento que é o centro de nossa reflexão: a difusão de grandes objetos que são condição, produto e meio da estruturação desses espaços metropolitanos regionais e que se encontram presentes nas duas realidades analisadas, isto é, Belém e Manaus.

Em Belém<sup>5</sup>, um conjunto de obras de caráter logístico e de infraestrutura de circulação induziu a dispersão de seu espaço urbano desde meados da década de 1970 até os anos 2000 são elementos de destaque na configuração da Região Metropolitana ampliada em relação a que se institucionalizou no início dos anos 1970<sup>6</sup>. Dentre as principais obras que norteiam essa reflexão, foram incluídos a Avenida Augusto Montenegro, inaugurada em 1978, essa avenida permitiu a conexão rodoviária rápida de Belém com alguns de seus distritos periféricos mais distantes (especialmente os distritos de Icoaraci e Outeiro), e o conjunto de Pontes que constituem a chamada “Alça Viária”, finalizada no ano de 2000, tornando-se a partir disso a principal conexão da Região Metropolitana de Belém (RMB)

5 A institucionalização da Região Metropolitana de Belém ocorre na década de 1970, em conjunto com outras realidades metropolitanas em território nacional. O governo federal, a partir da Lei Complementar nº 14, instituiu oito regiões metropolitanas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Belém, a única na região Norte do Brasil.

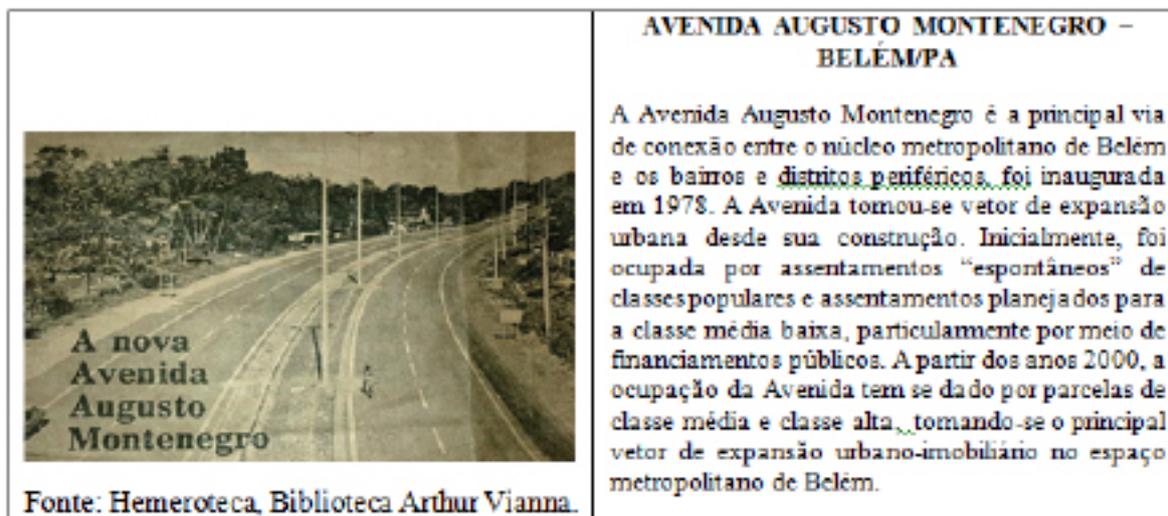
6 Em 1995, a Região Metropolitana de Belém (RMB) é reconfigurada, agora com base em legislação estadual (Lei Complementar nº 27, de 1995), e passa a ter cinco municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará). Em 2009, o município de Santa Izabel do Pará é inserido na RMB via legislação estadual, o mesmo ocorrendo com o município de Castanhal em 2011, formando assim uma região metropolitana bastante ampliada em relação às suas primeiras configurações.

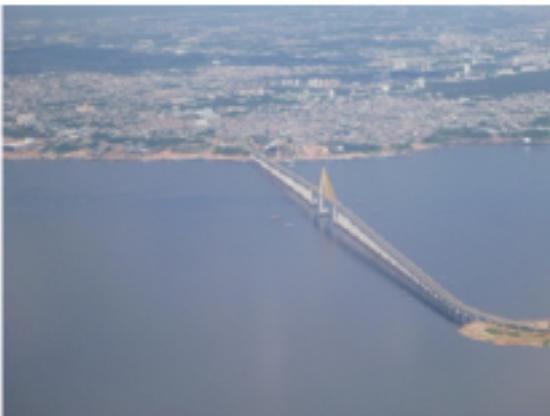
com algumas das principais cidades e regiões do interior do Estado do Pará, por exemplo: as cidades de Cametá e Tucuruí no Baixo Tocantins e, ainda, as cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste paraense.

Em Manaus, a difusão desses objetos é mais significativa atualmente, no entanto, também se evidencia concomitante a consolidação de uma Manaus Metropolitana, com a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM), tendo para isso como principal expressão a Ponte Rio Negro inaugurada em 2011 e renomeada, recentemente, de ponte Jornalista Phelippe Daou. A ponte veio com uma perspectiva de ampliar os laços da metrópole para com o seu entorno, sobretudo os municípios de Iranduba e Manacapuru, na porção sul-sudoeste da RMM, e, ainda, para dar acesso mais imediato ao município de Novo Airão pela rodovia AM-352, localidades até então limitadas pela barreira natural que o rio representava. Salienta-se, neste íterim, o caráter logístico de outrora, que se dava sobremaneira por uma infraestrutura de circulação baseada no transporte fluvial, passou a se dar pela via rodoviária, com irrelevante manutenção do caráter tipicamente fluvial. Tal mudança traduz-se em uma nova dinâmica tempo-espaço, de compressão espaço-tempo, visivelmente observada no espaço urbano-regional analisado e mediada pelos grandes objetos geográficos: a Ponte e a duplicação da Rodovia Manuel Urbano (AM-070).

Ainda em construção no município de Iranduba, a Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas também deverá se constituir em um grande objeto de difusão da metropolização entendida como expansão da malha urbana. Nas suas proximidades, começam a surgir diversos loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais cujos modelos e expectativas são dominados pela lógica dos promotores imobiliários, orientando o espraiamento do espaço metropolitano (de Manaus), como antes aconteceu em direção às zonas norte e leste da metrópole. O quadro 1 expõe de forma sintética as principais características dessas obras e a importância do ponto de vista metropolitano:

Quadro 1 – Os grandes objetos da metropolização regional: técnicos, econômicos e logísticos



 <p>Quem ganha uma pontezinha a ir mais longe.</p> <p>Fonte: Hemeroteca, Biblioteca Arthur Vianna</p>	<p><b>PONTE BELÉM – MOSQUEIRO</b></p> <p>Com extensão de 1.458 m, inaugurada em 1976, a ponte Sebastião R. de Oliveira liga a porção continental do Município de Belém a uma de suas principais ilhas, o distrito de Mosqueiro, distando aproximadamente 70 km do núcleo urbano metropolitano de Belém. O distrito, a partir da ligação rodoviária, passou a ser cada vez mais espaço de um tipo de lazer metropolitano, especialmente para classes populares, mas isso só foi possível devido à abertura de empresas de transporte rodoviário a partir dos anos 1990. Tomou-se, também, espaço de assentamentos “espontâneos” de grupos sociais excluídos dos bairros centrais da metrópole e da periferia imediata.</p>
 <p>Fonte: Governo do Estado do Pará (2012).</p>	<p><b>“ALÇA VIÁRIA” – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM</b></p> <p>Oficialmente denominado Sistema de Integração do Pará, é um complexo de pontes e estradas com 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do Estado. A Alça Viária, inaugurada em 2002, tem início na rodovia BR-316, no Município de Marituba, e termina no Município de Barcarena, permitindo acesso às rodovias PA-475/PA-150, rumo ao sudeste do Pará. As pontes sobre os rios Guamá, Acará e Moju permitem a interligação mais rápida do que a via fluvial, ainda utilizada.</p>
 <p>Fonte: Veloso (2015).</p>	<p><b>PONTE RIO NEGRO – MANAUS/AM</b></p> <p>A Ponte Rio Negro é uma ponte estaiada que atravessa o Rio Negro, no Amazonas, para conectar os municípios de Manaus e Iranduba, fazendo parte da rodovia Manoel Urbano (AM-070). Inaugurada em 2011, é considerada a maior ponte fluvial e estaiada do Brasil, com 3,6 quilômetros de extensão. Seu custo total foi de R\$ 1,099 bilhão (R\$ 586 milhões do BNDES e R\$ 513 milhões do Governo do Amazonas). A Ponte projeta a expansão urbana de Manaus para o outro lado do rio, possibilitando a extensão da metrópole no sentido sul-sudoeste, até então limitada pelos obstáculos naturais.</p>

	<p style="text-align: center;"><b>DUPLICAÇÃO DA RODOVIA AM-070</b></p> <p>A duplicação da Rodovia Manuel Urbano (AM-070) teve sua primeira etapa concluída em 2015, sendo que seu início foi em 2014, no distrito de Cacau Preta até a entrada de Iranduba e tem como previsão alcançar o município de Manacapuru. Foi orçada em valor superior a R\$ 200 milhões, com financiamento do BNDES e do governo do Estado apresentando contrapartida. A duplicação da rodovia é vista como um empreendimento importante para a ligação dos municípios da RMM, visto que atendeu a seus diversos fluxos, assim como valorizou a expansão imobiliária ao longo da rodovia.</p>
---	---

Fonte: Npur (2016).

Organização: Autores (2017).

No caso dos grandes objetos destacados nas duas metrópoles, alguns aspectos são comuns no âmbito qualitativo, uma vez que a análise comparativa de suas características mais gerais permite apreendê-los por meio de elementos que lhe são comuns. Destaca-se aqui alguns deles, inspirados originalmente naquilo que Ultramar (2006) descreve como pontos comuns na efetivação de Grandes Projetos Urbanos.

Primeiro, há um incremento na participação do setor privado, particularmente no que tange a participação efetiva para a implantação das obras. Considera-se mesmo dizer que o setor privado envolvido é, sobretudo, aquele ligado ao setor imobiliário das áreas vizinhas e que visualiza possibilidades de lucro de seus investimentos. Estado e setor privado estão juntos na inversão de recursos para a construção desses grandes objetos. Além disso, esses grandes projetos tendem a apresentar significativas inversões de recursos públicos federais, em parceria com o capital privado, alavancados por grupos diversos de interessados, e, nos casos mais recentes da Alça Viária e da Ponte Rio Negro, os valores descritos no quadro 1 são representativos dessa tendência comum aos grandes objetos nas metrópoles amazônicas.

Segundo, são crescentes os custos envolvidos na efetivação desses grandes objetos. De maneira geral, os custos de concretização das obras são muito superiores àqueles originalmente pensados em suas fases propositivas ou de elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Ou seja, tem sido comum, devido à complexidade do projeto e da obra, assim como a imprevisibilidade de medidas mitigadoras, resultado de negociações com agentes contrários ao projeto, o incremento nos valores inicialmente propostos. Nos casos especificamente analisados, os custos e os prazos de execução das obras em muito superaram o planejamento inicial divulgado por ocasião da apresentação do projeto ao público.

Outro aspecto importante e que pode garantir um potencial positivo aos Grandes Projetos Urbanos é a possibilidade de integrar ou não um projeto maior para a cidade. Uma vez integrado a um projeto maior de cidade, suas justificativas se ampliam e suas chances de provocar maiores impactos positivos são multiplicadas. Nos casos descritos, tanto os grandes objetos que constituem a Belém metropolitana quanto a Manaus metrópole utilizaram amplamente as narrativas referentes à necessidade desses empreendimentos para a expansão da malha urbana das cidades, à necessidade de ampliação dos investimentos

imobiliários que seriam e são induzidos pelas obras, à grandiosidade das próprias obras e à retórica do desenvolvimento a partir desses objetos.

Assim, a partir desses elementos comuns entre as duas metrópoles, apresentados e descritos como referências para a produção do espaço metropolitano regional, parte-se para o exame de cada uma das realidades empíricas estudadas tendo a estrutura metropolitana de Belém e Manaus como fundamento de análise.

## **A AMAZÔNIA COMO CAMPO DE PESQUISA**

A produção do espaço metropolitano em Belém guarda particularidades advindas de sua formação enquanto cidade de referência no cenário regional. O contexto histórico-geográfico reconhece a história da formação metropolitana de Belém, associada às mudanças na região estabelecidas a partir da segunda metade do século XX, já que, de fato, até meados da década de 1960, a cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização apresentada por Moreira (1989) sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 mostra que:

Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (MOREIRA, 1989, p. 52).

Assim, somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o significativo avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989), uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Nesse caso, compreende-se que a cidade de Belém teve seu momento de expansão em direção à formação de uma malha metropolitana mais complexa a partir dos anos 1960, no contexto de alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônica (VICENTINI, 2004), - o qual é um elemento fundamental para compreensão da metropolização regional. Desse modo, a rodovia é um dos elementos explicativos para entender a expansão da malha urbana de Belém e a conseqüente possibilidade de espraiamento da cidade.

Assim, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que possibilitou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias. As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém, que, até a década de 1960, estava limitado fisicamente. Essas mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica:

[...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília – e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Segundo Trindade Júnior (2000; 2006), Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial de montagem, a exemplo do que se verificou em Manaus. Seu perfil é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. As indústrias nela instaladas – com um peso relativamente pequeno – voltaram-se para o beneficiamento de matérias-primas da própria região e, portanto, com um impacto relativamente maior em relação à floresta.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência para a Amazônia oriental, há de se levar em conta, entretanto, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica em detrimento da sua metrópole não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas busca uma redefinição dessa mesma importância (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Nesse caso, é necessário também relativizar essa perda de importância levando em consideração aspectos econômicos. Quando se consideram os três setores (primário, secundário e terciário), se observa que a Belém metropolitana mantém primazia em outros aspectos da economia regional. No setor de serviços, por exemplo, dentre os 10 maiores municípios no valor adicionado do setor para o Estado do Pará (2009-2010), Belém é responsável por 34,09% do produto, enquanto Ananindeua é o imediato segundo colocado, com 6,63%. Ou seja, mais de 40% dos serviços do Estado do Pará são fornecidos pelas duas maiores cidades do espaço metropolitano. Mesmo no setor industrial, concentrado no interior do Estado, há uma produção significativa desses dois municípios. Belém, no total do valor adicionado do setor industrial, é a segunda colocada com 8,59%, atrás apenas de Parauapebas, que concentra 46,74%. Ananindeua é a sétima colocada, responsável por apenas 2,50% do PIB industrial estadual (PARÁ, 2010, p. 23).

Isso sugere um perfil de metrópole dispersa em Belém, ou seja, um espraiamento da mancha urbana da metrópole para além dos processos mais conhecidos de conurbação e, portanto, indo diretamente de encontro ao perfil de metropolização apresentado em Manaus, o que pressupõe perspectiva diferenciada, considerando a particularidade da dispersão metropolitana em Belém.

Essa dispersão metropolitana pode ser evidenciada pela periferização de grande parte das classes populares em direção aos bairros mais distantes da área central de Belém e aos demais municípios que compõem o espaço metropolitano, assim como pela ampliação da malha urbana através do crescimento dos fluxos de natureza diversa e dos deslocamentos cotidianos e, mais recentemente, pela suburbanização de uma classe média e alta em direção a empreendimentos imobiliários localizados fora do núcleo metropolitano. As taxas de urbanização dos municípios que compõem a RMB (tabela 1) auxiliam a identificar essa tendência:

Tabela 1 – Região Metropolitana de Belém – População urbana e taxa de urbanização dos municípios (1991, 2000 e 2010)

Municípios	População Urbana – 1991 (1.000 hab.)	Taxa de Urban. – 1991 (%)	População Urbana – 2000 (1.000 hab.)	Taxa de Urban. – 2000 (%)	População Urbana – 2010 (1.000 hab.)	Taxa de Urban. – 2010 (%)
Belém	849	68,22	1.272	99,35	1.381	99,14
Ananindeua	74	84,00	393	99,76	471	99,75
Benevides	8	12,21	21	58,83	29	55,98
Castanhal	93	90,97	121	90,15	153	88,58
Marituba	-	-	65	87,18	107	98,96
Santa Bárbara	-	-	4	35,23	5	31,84
Santa Isabel	24	71,19	33	76,52	43	72,31

Fonte: Pará (2010).

Organização: Tiago Veloso dos Santos

Além da importância metropolitana, é necessário considerar que Belém teve sua história caracterizada como a porta de entrada da Bacia Amazônica, sendo que ainda mantém a navegação fluvial na relação com o restante do País e na diversificação de sua economia regional. De acordo com Huertas (2009), Belém:

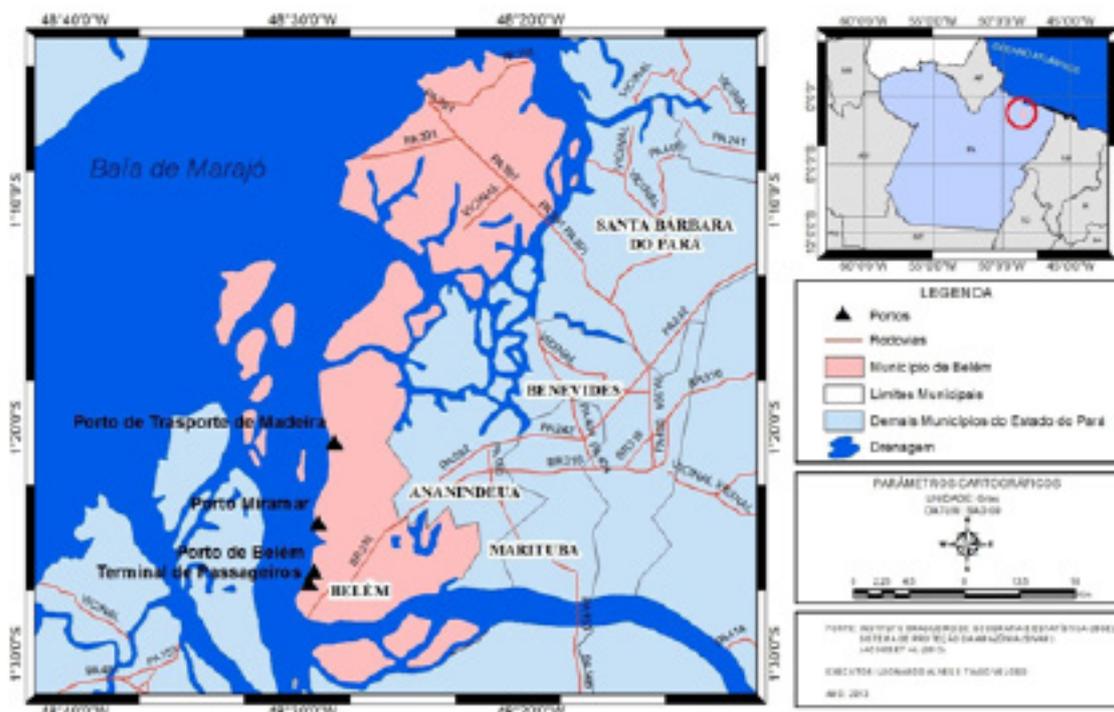
É um dos centros metropolitanos mais dinâmicos da rede, exercendo influência não somente sobre o Estado do Pará, mas também no Amapá, a porção Oeste do Maranhão e o norte do Tocantins. Essa influência da metrópole tem sido possibilitada pela reestruturação do espaço metropolitano de Belém a partir da construção de eixos rodoviários que conectam a capital ao interior do estado e da região, como a recém-construída alça viária de 74 km, ligando as PAs 150/151 a Belém pela BR-316 (com pontes sobre o Rio Guamá, Acará e Moju), que melhorou a fluidez e formatou o Sistema de Integração do Pará (SIP), interligando a Região Metropolitana de Belém e o Nordeste Paraense às demais regiões do Estado (HUERTAS, 2009, p. 185-186).

A existência de portos importantes ratifica essa posição na atualidade. A figura 2 expressa a manutenção da importância de Belém como referência na navegação fluvial.

A manutenção da importância da navegação fluvial, combinada a uma metropolização dispersa, tem possibilitado um modal de caráter rodo-fluvial, integrando a estrutura industrial e portuária em Barcarena e o porto de Belém, tornando mais complexa a estrutura metropolitana de Belém na última década.

Se a forma urbana da metrópole se apresentou em um primeiro momento confinada, e a partir dos anos 1980 em diante assumiu seu caráter disperso, na atualidade, observa-se cada vez mais uma complexificação da metropolização em âmbito regional, viabilizada pelo aumento de fluxos, implantação de infraestrutura de circulação material e ampliação da influência da metrópole sob a região. Em razão disso, considera-se estes grandes objetos, descritos no quadro 1, como elementos fundamentais para a produção de um espaço metropolitano, sendo Belém a referência urbano-regional.

Figura 2 – Belém: localização dos principais portos



Dois desses elementos chamam atenção quando observados em perspectiva, dada sua importância na expansão do espaço urbano-metropolitano em décadas recentes. O primeiro deles é a Avenida Augusto Montenegro, a via que deixou de ser uma ferrovia para se transformar em uma Avenida ainda nos anos 1960 e que teve suas margens originalmente ocupadas por uma população de características ainda rurais (DIJK, FIGUEIREDO, 1997). Os quase 15 km duplicados de pista, levaram três anos para serem concluídos, entre 1975 a 1978. O projeto de criação da avenida foi financiado pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Prefeitura Municipal de Belém.

Apesar da resistência por parte da elite belenense, devido à escala do investimento e à alegação de que este seria usado em uma obra para ninguém utilizar, logo ficou claro que a criação da Avenida estava fundamentada em uma intenção de que ela “ligaria a cidade de Belém ao seu principal distrito, através de uma Avenida de ‘Classe Especial’, [...] sendo objetivo de tal construção, a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico da cidade [...]” (DIÁRIO DO PARÁ, 1996). Para Mendes (2014), fica claro que nesse período já tinha sido criada uma expectativa sobre a Augusto Montenegro como um possível eixo de crescimento e um “sub-centro” de serviços e mercadorias<sup>7</sup>.

Uma importante forma de uso da via são as inúmeras “ocupações espontâneas” que surgem por causa das várias glebas livres ao longo da Avenida e, também, devido à realidade

7 Nas décadas de 1970 e 1980, várias indústrias são implantadas nos vastos terrenos ao longo da Avenida: Companhia de Refrigerantes do Pará (uma filial da multinacional Coca-Cola), Hiléia Alimentos Ltda., IBFAM (Indústria Brasileira de Fármacos da Amazônia), Estacon Engenharia Ltda. etc. Algumas consolidaram-se e até hoje estão alojadas na via, outras, por dívidas e/ou falência, tiveram seus terrenos ocupados de forma clandestina, como é o caso da IBFAM (MENDES, 2014, p. 160).

econômica e de crescimento populacional por que passava Belém. Nesse sentido, Alves (1997) destacou à época que, por causa dos problemas urbanos existentes na RMB, em particular, do difícil acesso à moradia por pessoas de baixo poder aquisitivo, Belém teve um expressivo número de “invasões de terras”, intensificadas nos anos de 1980 e na década de 1990. Afirma que somente no eixo da Augusto Montenegro se concentraram 23,77% das ocupações de toda a Região Metropolitana, o que significava a quantia de 53 “invasões”, de um total de 223.

Além desses assentamentos, a Avenida foi espaço de efetivação de políticas públicas em escalas estadual e federal para a resolução do problema habitacional no Estado. O governo estadual produziu 29 Conjuntos Habitacionais Populares, isto é, mais de 14.812 unidades ao longo da via. Essa política decorreu da atuação do IPASEP (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará) e da COHAB-PA (Companhia de Habitação do Estado) sob o financiamento do BNH (Banco Nacional da Habitação), do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e da CEF (Caixa Econômica Federal) (TRINDADE Jr, 1998; DIJK, FIGUEIREDO, 1997).

Já na década de 1980, encontrava-se uma diversidade de construções, aparelhos e serviços nessa avenida, tais como comércios, indústrias, conjuntos populares, clubes recreativos, condomínios fechados, invasões, casas de shows, motéis, bares, restaurantes etc. A maioria direcionada a uma população de baixa renda. Conviviam “Barracos, bandidos e buracos entre as indústrias e as mansões”, segundo os jornais da época (DIÁRIO DO PARÁ, 1996).

Portanto, a história de produção da via está associada a uma dinâmica de indução da expansão da malha urbano-metropolitana de Belém, culminando nos processos mais recentes, quando passa a ser o vetor hegemônico de uma centralidade espraiada do espaço metropolitano de Belém. A partir dos anos 2000, é a ação do capital financeiro, em sua atual forma, que transforma a Avenida em uma “Nova Belém”, forjando o que se denominou a periferia distante (TRINDADE Jr., 1998).

O segundo grande objeto em perspectiva intraurbana é a ponte Belém-Mosqueiro. Inaugurada como parte da rede de infraestrutura viária, que fez a interligação da ilha à parte continental do município de Belém na década de 1960, também foram construídas a Rodovia Augusto Meira, em 1965, e a ponte São Sebastião (ponte Belém – Mosqueiro). A ponte substituiu a travessia do Furo das Marinhas, feita antes por balsa. Segundo Meira Filho (1978), a construção da ponte foi considerada uma das mais importantes obras do gênero no país. As dimensões estruturais e de investimentos reforçam a ideia:

A Ponte na Rodovia Belém-Mosqueiro construída pelo Estado do Pará sob a responsabilidade da empresa META (Mosqueiro, empreendimentos e Turismo S/A) possui um comprimento total de 1,457,35 m; o volume total de concreto foi de 11.846,25 m<sup>3</sup>; o peso total do aço doce foi de 919,20 ton. Pelo relatório da Presidência da META S/A datado de 14/1/76 e o Ofício nº. 05/76 dirigido à Secretaria de Estado de Administração, a META recebeu de diversas fontes o total geral de: Cr\$ 88.742.508,62 e empregou nas obras da ponte: Cr\$ 86.921.472,67 tendo ficado com uma disponibilidade em 31 de dezembro de 1975, no valor de: Cr\$ 1.821.035,95 (BRITO, 2012, p. 153).

Por essa razão, a estrada e a ponte são consideradas fatores determinantes da popularização da ilha e de sua integração à dinâmica metropolitana de Belém desde esse período. Em função do processo de estruturação da ilha, outras mudanças se fariam presentes. O acesso

à ilha por terra-firme passou a ser feito pela frota de ônibus da Empresa de Transportes Rodoviário, esta, motivada pelo empreendimento, começou a dar certa regularidade aos horários de saída de ônibus de Belém em direção a Mosqueiro. Nos períodos regulares, isto é, durante a semana, o intervalo de saída era de uma hora. Nos períodos de maior fluxo, aos fins de semana, os intervalos de partida eram reduzidos para quinze minutos. Já na década de 1990, houve a introdução das linhas de ônibus urbanos que atendem à Região Metropolitana de Belém, acarretando na redução do preço dos transportes rodoviários que dão acesso à ilha, o que possibilitou o atendimento de um dos anseios da população local, que necessita se deslocar para trabalhar e estudar, e, conseqüentemente, promoveu uma intensificação dos fluxos diários entre o distrito e o núcleo metropolitano de Belém.

Por esses aspectos, a inserção de Mosqueiro na dinâmica metropolitana de Belém deriva diretamente da introdução destes grandes objetos no espaço metropolitano, visto que estimularam o crescimento da produção “espontânea” de segunda residência. Mais recentemente, é o crescimento dos novos espaços de assentamentos permanentes de caráter popular e, muitas vezes, precarizados que acontece em um ritmo mais acelerado do que os de assentamentos de uso ocasional. Boa parte disso se deve graças à conversão das residências secundárias em residências primárias, quer pela comercialização do imóvel, quer pela decisão do proprietário em permanecer morando nele. Além disso, colabora também o aumento do número de ocupações que vêm acontecendo nos últimos anos na Ilha, principalmente a partir do final da década de 1990.

Ademais, não é apenas a produção de grandes objetos em escala regional, como a Alça Viária, que marca a estruturação de uma dinâmica metropolitana em Belém quando, por exemplo, aproxima pela via rodoviária proporcionada pelas pontes a conexão mais rápida entre o núcleo metropolitano de Belém e o Polo Industrial de Barcarena, ampliando a área de influência da metrópole, bem como acelerando os fluxos de deslocamento de trabalhadores e consumidores entre Belém e Barcarena. Para além desse caráter de ampliação regional, há elementos estruturadores do espaço intraurbano da cidade que compõem esse cenário geral de metropolização de seu espaço. A Avenida Augusto Montenegro e a Ponte de Mosqueiro são dois exemplos da importância desses grandes objetos em escala intraurbana que intensificam essas dinâmicas que explicam a atual estrutura metropolitana de Belém.

## **MANAUS: GRANDES OBJETOS E A PRODUÇÃO DA METRÓPOLE CONCENTRADA**

Tomando-se a porção ocidental da região, com Manaus como a referência metropolitana, alude-se que a aglomeração manauense representa cerca de 60% do contingente demográfico do Amazonas, com enorme peso relativo para o Estado, e demonstra forte tendência à concentração demográfica, econômica e de infraestrutura. A principal explicação para esse fenômeno de concentração é a existência de um complexo e dinâmico polo industrial na cidade, o qual atrai a maior parte dos fluxos econômicos e populacionais. A estratégia de ocupação e integração dessa porção da Amazônia por meio da implantação, no meio da floresta, de um polo industrial é, sem dúvida, o elemento que destaca Manaus neste contexto no Estado do Amazonas e, por conseguinte, em face do entorno sub-regional:

Se a abertura de estradas, de certo modo, provocou pouco impacto na espacialidade da cidade de Manaus, porque a construção foi um processo lento e as dificuldades de manutenção praticamente tornaram essas vias intransitáveis nos anos 1970 e 1980, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial, em 1967, tiveram efetivamente impacto na paisagem urbana de Manaus (OLIVEIRA, SCHOR, 2008, p. 73).

A concentração econômica, demográfica e de capacidade produtiva da metrópole em relação ao seu Estado e o seu entorno sub-regional também causa repercussões na produção do espaço de forma diferenciada na dinâmica de fronteira, que é característica das políticas de integração e desenvolvimento. Um dos impactos, mesmo que indireto, da existência do Polo Industrial de Manaus é a configuração de uma lógica que é ainda marcada pelo ritmo da natureza, com potencialidade em aliar a existência de recursos naturais (águas, florestas, minerais etc.) com uma atividade econômica de grande impacto sem causar, necessariamente, o perfil de devastação característico da Amazônia oriental, por exemplo.

Estudos recentes revelam que a existência de um polo industrial dinâmico em Manaus contribuiu significativamente para a redução das pressões sobre a exploração dos recursos da floresta, o que é considerado uma alteração positiva no espaço regional. Rivas, Mota e Machado (2009) chegam a afirmar a experiência do Polo Industrial de Manaus (PIM) como um instrumento econômico de proteção da Amazônia. Eles consideram modelos econométricos a fim de demonstrar que a estratégia de industrialização materializada no PIM vem contribuindo para a manutenção da floresta amazônica, mormente, do Estado do Amazonas.

Nesse caso, a causa deste fenômeno reside no fato de o polo industrial não necessitar de matéria-prima vinculada ao meio natural circundante, pois se trata de um modelo industrial importado, sendo, portanto, pouco provido de conexões que demandem os recursos da floresta, ou seja, tal modelo desenvolve atividades econômicas com ausência ou baixa utilização de recursos florestais e impulsiona outros setores da economia com o mesmo perfil produtivo, como é o caso do setor de serviços.

Assim, pode-se dizer que a Amazônia ocidental é a que apresenta uma urbanização concentrada, reafirmando o papel de comando de sua metrópole – Manaus –, e que, apesar da existência de uma Região Metropolitana institucionalizada com vários municípios, expressa uma forma metropolitana definida por uma malha urbana de recorte municipal até o momento exclusiva ao município de Manaus, ainda que exista uma tendência inicial de expansão, em razão da ponte que articula a metrópole aos municípios de Iranduba e Manacapuru, os quais expressam a expansão metropolitana recente.

Esse perfil concentrado é observado no aspecto interno da Região Metropolitana, como visto a seguir nas tabelas 2 e 3, que versam, respectivamente, sobre a participação nas riquezas e a dinâmica demográfica dos municípios da RMM:

Tabela 2 - Região Metropolitana de Manaus - participação nas riquezas por municípios

Municípios da RMM	% PIB	% POP	IDH-M
Autazes*	0,31	1,47	0,577
Careiro*	0,29	1,44	0,557

Careiro da Várzea	0,33	1,11	0,568
Irlanduba	0,72	1,82	0,613
Itacoatiara	2,06	3,83	0,644
Itapiranga*	0,11	0,35	0,654
Manacapuru	1,79	3,71	0,614
Manaquin*	0,28	1,14	0,596
Novo Airão	0,15	0,71	0,570
Presidente Figueiredo	0,93	1,31	0,647
Rio Preto da Eva	0,52	1,22	0,611
Silves*	0,10	0,36	0,632
Manaus	92,40	81,53	0,737
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,720</b>

Fonte: IBGE, Censo 2010. Org. Isaque Sousa (2017).

\*Municípios agregados à RMM por meio da lei promulgada n. 64/2009 – Assembleia Legislativa do Amazonas.

<http://www.ale.am.gov.br/2011/10/19/judiciario-mantem-lei-que-inclui-municipios-na-rmm/>

Tabela 3 - Região Metropolitana de Manaus - População urbana e taxa de urbanização dos municípios (1991, 2000 e 2010)

Municípios	População Urbana 1991	Taxa de Urbanização 1991	População Urbana 2000	Taxa de Urbanização 2000	População Urbana 2010	Taxa de Urbanização 2010
Autazes*	6363	37,20	10150,00	41,69	13893	43,23
Careiro*	4328	13,60	5877,00	21,33	9437	28,83
Careiro da Várzea	707	3,89	806,00	4,67	1000	4,18
Irlanduba	6403	33,92	9940,00	30,77	28979	71,06
Itacoatiara	37380	63,62	46465,00	64,44	58157	66,97
Itapiranga*	3468	67,51	5295,00	72,44	6451	78,57
Manacapuru	36019	63,00	47662,00	64,67	60174	70,68
Manaquin*	2391	22,31	4165,00	32,77	7062	30,97
Novo Airão	5980	42,64	6984,00	72,37	9499	64,52

Presidente Figueiredo	3232	45,59	8407,00	48,33	13001	47,84
Rio Preto da Eva	2343	35,94	6232,00	35,45	12205	47,46
Silves*	2241	39,30	3363,00	43,20	4029	47,71
Manaus	1006585	99,51	1396768,00	99,36	1792881	99,49

Fonte: SIDRA IBGE (2017). Org. Isaque Sousa (2017).

\*Municípios agregados à RMM por meio da lei promulgada n. 64/2009 – Assembleia Legislativa do Amazonas.

Situar Manaus em um cenário de mudanças na realidade urbana é pensá-la, mais recentemente, no que se poderia denominar de um novo paradigma “urbano-metropolitano”, como uma realidade espacial mais institucionalizada do que metropolizada, dado a rarefação de características metropolitanas quando comparadas na relação espaço-temporal engendradas em Belém, visto que na capital paraense a característica dispersa se contrapõe a concentração ou mesmo a uma reconcentração em Manaus. Tal reconcentração se evidencia pela manutenção de um status quo que Manaus desenvolveu ao longo de sua geo-história de expansão urbana.

Essa expansão urbana no contexto da Amazônia Ocidental se expressou ao longo de diversos períodos espaço-temporais, evidenciando momentos de crescimento, de expansão, de estagnação e de revigoração (CORRÊA, 1987), com fortalecimento de Manaus em detrimento dos núcleos urbanos em seu entorno ou em seu eixo de articulação, assim, exercendo uma primazia no Estado do Amazonas pelo forte viés de concentração e influência territorial, em função da rede de influência que veio estabelecendo e, ainda, mantendo uma articulação relevante com Boa Vista/RR, na Amazônia Setentrional brasileira.

Não se intenciona traçar uma periodização da expansão do urbano na metrópole manauense, porém destacar que o espaço metropolitano de hoje se expressa como coexistência têmporo-espaciais, ou seja, concebe-se a concatenação do espaço de hoje com o de outrora, a organização espacial como coexistência contemporânea (MASSEY, 2008) de outros espaços em dado tempo. Destarte, desde o primeiro e o segundo boom da economia gomífera, Manaus se apresentou como importante centro no contexto regional.

E assim, pode-se considerar que a criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM) em 2007 institucionaliza e estabelece a Manaus-metrópole, que já se configurava como tal desde a economia da borracha e se consolidava em meados da década de 1960, por conta do perfil diferenciado que assumiu no contexto regional em razão das peculiaridades que absorveu devido à existência da Zona Franca de Manaus e o estabelecimento do PIM, fato que indicou um processo de urbanização acelerado no território, desencadeado, majoritariamente, pelo crescimento populacional e econômico da cidade.

No contexto metropolitano emergente, a RMM não somente possibilita como induz novas dinâmicas neste território, sobretudo, pelas novas articulações impulsionadas pelo principal eixo de expansão urbano-metropolitano de Manaus, a AM-070, que liga os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (pela AM-352). Essa rodovia apresenta novas formas e funções no contexto regional provocadas pela singular expansão do mercado imobiliário que se espraia em sua margem, ressaltando, assim, a rede de influência que se estabelece

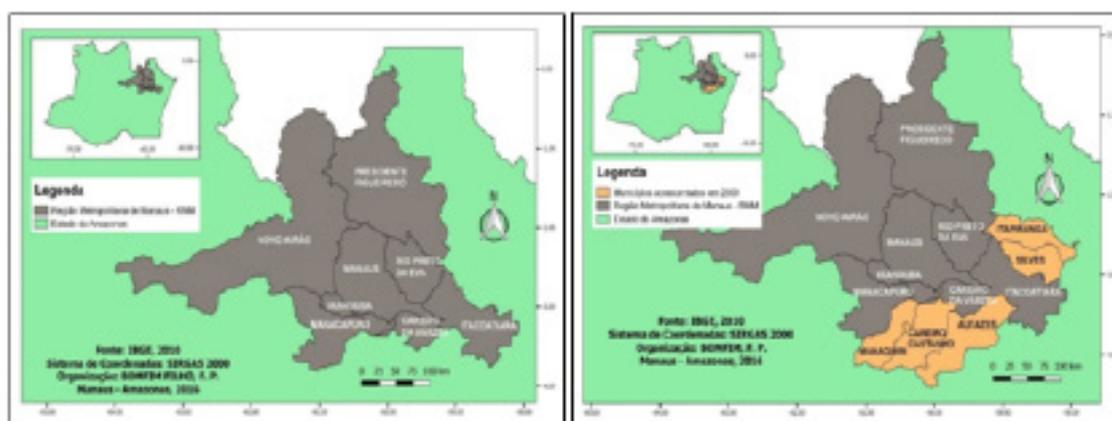
entre Manaus e os municípios com os quais se liga, se intensifica por meio da capilaridade dos fluxos. Tal rede de influência não somente se avulta nas relações com o urbano, mas também com o rural, em um concomitante processo urbano-metropolitano, mediado pela intensificação dos fluxos de veículos, de pessoas, bens e mercadorias.

Enquanto grande objeto geográfico, a duplicação da Rodovia Manoel Urbano (AM-070), com a ocupação de suas margens, passa a se caracterizar pelo crescente capital imobiliário e comercial, que transforma o espaço metropolitano morfológica e funcionalmente dado a intensidade da reestruturação espacial da realidade metropolitana que agora se impõe.

Uma variável analítica importante deve ser considerada na reflexão do processo de reestruturação urbano-regional na RMM e, sobretudo, em razão da forma como expressa suas ações, visto não ser somente uma variável analítica, mas, majoritariamente, um agente que intermedeia ações que se coadunam entre as dimensões de domínio público e privado, trata-se do Estado que, além de regulador, é produtor do espaço.

É preciso considerar que o Estado, enquanto agente produtor do espaço, induziu a estruturação espacial na RMM, sobretudo quando a institucionalizou em maio de 2007 pela Lei Estadual 52/2007. Portanto, a RMM resulta de uma ação política que a compôs inicialmente por sete municípios, sendo esses Manaus e os municípios fronteiriços circunvizinhos. Em dezembro daquele mesmo ano, foi acrescentado o município de Manacapuru, em virtude das articulações desta cidade com a capital, apesar de elas não serem limítrofes. Nos anos seguintes, isto é, de 2009 a 2013, dois parlamentares propuseram a inserção de mais cinco municípios, estendendo assim a composição anterior para 13 municípios membros, como pode ser visto a seguir na figura 3.

Figura 3: À esquerda RMM com 8 municípios (Lei 52/2007) e, à direita, com 13 municípios (Lei 64/2009)



Na institucionalização da RMM é possível perceber a ação do Estado, seja por sua presença, seja por sua ausência e, em associação com o capital, a partir da instalação de grandes obras. Por sinal, esta é uma característica marcante não somente da metropolização que agora ocorre na Amazônia ocidental, mas também da urbanização acelerada pelos grandes projetos instalados na região no período do governo militar. A abertura de estradas, sob o argumento da integração regional e nacional, a construção de usinas hidrelétricas e até a exploração mineral promoveram o “povoamento da região”, a dizimação de diferentes

povos, o desflorestamento e a degradação ambiental. Como consequência semelhante aos empreendimentos públicos e/ou privados, tem-se a (des)valorização do espaço, o crescimento econômico de algumas áreas em detrimento de outras e a reprodução das iniquidades espaciais.

O urbano que se produziu outrora e o espaço metropolitano que hoje se acompanha possuem dimensões diferentes, porém também apresentam semelhanças, uma vez que são reproduzidos sob a mesma lógica – o da exclusão e da desigualdade pela hierarquização dos lugares. Quando se anuncia e se constrói a ponte, geograficamente se aproximam, se interligam os lugares, reduzindo, então, o tempo para deslocamento. As áreas agora próximas à metrópole recebem maior demanda e oferta de bens, serviços e comércios. Trata-se de um movimento lógico do mercado e do capital, que também exigirá nova padronização do território usado (SANTOS, SILVEIRA, 2001), para não fugir da perspectiva da apropriação-dominância (LEFEBVRE, 1991), que, por sua vez, redundará em um jeito diferente de compartilhar e de vivenciar o espaço produzido.

Nesse sentido, é possível compreender que não há novidade na lógica do processo de reprodução espacial – que acontece em uma perspectiva da inclusão-exclusão, isto é, da incorporação de novas áreas ao banco de terras urbanizadas, de imóveis no mercado imobiliário, associada à exclusão de algumas áreas, as desprovidas de equipamentos e serviços, as quais são destinadas para as camadas com menor rendimento. É a dinâmica social (segregação) sendo impressa e expressa no espaço. A novidade, portanto, não está no processo identificado, mas está onde ele agora se manifesta, na Amazônia ocidental brasileira, visto que a metropolização que aqui se manifesta precisa ser compreendida a partir de elementos que ainda estão em construção.

O que se pode apontar dos grandes objetos geográficos e das transformações decorrentes do estabelecimento deles como impulsionadores do processo de metropolização, é que os primeiros se materializaram por meio, inicialmente, da ponte Rio Negro e, subsequentemente, da duplicação da rodovia estadual AM-070, da construção da cidade universitária, que atraíram e/ou propiciaram as transformações, tais como os conjuntos habitacionais (públicos e os de iniciativa privada), a valorização, o parcelamento e novos usos da terra, a intensificação dos fluxos diários de pessoas, as mercadorias, os bens, além de novas dinâmicas nos setores de comércio e serviços e, mais recentemente, em vias de ampliação, a partir da decisão de estabelecer o Shopping Outlet Manaós<sup>7</sup> em Iranduba.

No que tange às ações do Estado e do capital mediadas pelos grandes objetos geográficos, pontua-se as seguintes medidas, com ressalvas de que algumas delas já estavam presentes antes da institucionalização da RMM em 2007. Assim, cabe destacar alguns desses elementos que compõem a produção do espaço metropolitano de Manaus e são visíveis no plano da alteração da paisagem, como a nova dinâmica de oferta de serviços e comércio e a alteração no estabelecimento do mercado imobiliário.

---

7 De acordo com o Portal Amazônia, o município de Iranduba sediará o Manaós Outlet, com investimentos da ordem de R\$ 120 milhões. Reunirá 60 lojas de marcas estrangeiras e nacionais, além de oferecer área de alimentação, lazer e estacionamento. Disponível em: <http://portalamazonia.com/cultura/iranduba-sera-sede-do-manaos-outlet-primeiro-da-regiao-norte>. Acesso em 29 de março de 2017.

## a) Serviços: abastecimento de automóveis, lazer, gastronômico e funerário

O número de postos de combustíveis em Iranduba passou de 14, em 2011, para 26 em 2016. Em Manacapuru, até 2011, havia 10 postos, passando também para 26. Em três anos (2014, 2015 e 2016) os dados apontaram um incremento de 17 postos de abastecimento de automóveis nos dois municípios.

Outro serviço recorrente na área de estudo é o gastronômico, principalmente aliado à culinária regional, constituindo-se em empreendimentos que se instalam ao longo das rodovias AM-070 e AM-452. Com exceção de um, o Bar e Restaurante 3 irmãos, todos se estabeleceram a partir de 2011, conforme se pode observar no Quadro 3.

Quadro 3: Estabelecimentos de serviço gastronômico

ESTABELECIMENTO	SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO
Café & Restaurante Sabor da Terra	Café da manhã e almoço	Km 05, AM-070
Restaurante do Naldo	Café da manhã e almoço	Km 06, AM-070
Café Regional Miriam	Café da manhã	Km 12, AM-070
Bar e Restaurante Recanto da Preguiça	Almoço	Km 12, AM-070
Café da Manhã da Gigi	Café da manhã	Km 13, AM-070
Café Regional da Priscila	Café da manhã	Km 13, AM-070
Bar e Restaurante 3 Irmãos	Café da manhã e almoço	Km 23, AM-070
Restaurante e Peixaria Palhetas	Café da manhã e almoço	Km 06, AM-452
Restaurante do Paraíba	Café da manhã e almoço	Km 06, AM-452

Fonte: Pesquisa de Campo/Npur (2015/2016).

Aliado ao serviço gastronômico, identificam-se os bares agregados aos restaurantes para atender aos que usufruem do serviço de lazer, e aqui se destacam, ainda, os balneários recorrentemente utilizados aos finais de semana. Dois deles que podem ser apontados são a praia do Açutuba e a Cachoeira do Castanho, que, embora já existissem, passam a ser muito mais frequentadas em virtude do acesso facilitado pela rodovia. Esses lugares modificam-se tanto do ponto de vista da estrutura, quanto do ponto de vista da relação de consumo do espaço, sendo a cobrança de estacionamento rotativo um exemplo disso. Quanto ao serviço funerário ou póstumo, o marco na paisagem urbano-metropolitana é a instalação da empresa Recanto da Paz em 2011 na rodovia Manoel Urbano, trata-se de um cemitério que comercializa jazigos, sepultura e gavetas, prestando um serviço particular neste segmento.

## b) Comércio: materiais de construção e demais atividades (formais e informais);

Com a expansão do setor imobiliário a reboque ocorreu a instalação de pequenas lojas de materiais de construção, e estas, por sua vez, atenderam particularmente obras de menores envergaduras que se instalaram no entorno dos novos conjuntos residenciais.

Em relação ao comércio informal, este é recorrente no recorte analisado em virtude do fluxo que se estabeleceu após a construção da ponte. Dessa forma, é possível identificar barracas de frutas e de produtos regionais, bem como pequenas lanchonetes.

As atividades comerciais estão diretamente relacionadas aos novos usos e à ocupação do espaço, cuja materialização mais marcante é o consumo imobiliário, que se dá via parcelamento da terra, adensamento populacional e instalação de novas infraestruturas. Nesse sentido, a situação fundiária de uma quase total irregularidade dos terrenos e a frágil atuação do Estado no planejamento da ocupação propiciam não somente o aparecimento das ocupações ilegais, como também o desflorestamento da área, o assoreamento e a poluição dos cursos d'água e a degradação ambiental de modo geral, e isto ocorre mesmo quando se trata de áreas legalizadas.

c) Mercado de imóveis: loteamentos, condomínios, chácaras e ocupações.

A ação do mercado imobiliário na AM-070, após 2011, talvez seja a marca mais forte de transformação socioespacial no recorte. As mudanças se estendem até a sede de Iranduba (Carlos Braga/AM-452) em menor escala e menor força do que as que ocorreram na Rodovia Manoel Urbano. Conforme o quadro 4, é possível perceber a expansão destes empreendimentos:

Quadro 4: Empreendimentos imobiliários “pós-Ponte”

Nº	Empreendimento	Empresa Responsável	Localização
1	Nova Manaus	NOVA Bairros Planejados	Manoel Urbano (Km 08)
2	L'Acqua Residenza	Aliança Incorporadora	Manoel Urbano (Km 03)
3	Nova Amazonas I	NOVA Bairros Planejados	Carlos Braga (Km 02)
4	Nova Amazonas II	NOVA Bairros Planejados	Carlos Braga (Km 2,5)
5	Terramazônia	Constrói Imobiliária	Manoel Urbano (Km 06)
6	Manoel Urbano	SP Construtora	Manoel Urbano (Km 08)
7	Maria Zeneide	NV Construtora	(Estrada da Cidade Universitária)
8	Bella Vista	NV Construtora	Manoel Urbano (Km 09)
9	Passeio das Águas	Platinum Construções	Manoel Urbano (Km 09)
10	Jardins da Universidade	XL Incorporadora	Manoel Urbano (Km 14)
11	Ecoville	Obelisco	Manoel Urbano (Km 08)
12	Recanto das Águas	Amora Imóveis	Manoel Urbano (Km 29)
13	Residencial Amazonas	Constrói Imobiliária	Carlos Braga (Km 02)
14	Residencial Amazonas II	Constrói Imobiliária	Carlos Braga (Km 04)
15	Monções de Açutuba	Constrói Imobiliária	Estrada do Açutuba (Km 02)
16	Condomínio Amazonas	Constrói Imobiliária	Carlos Braga (Km 01)
17	Villa Bela	NV Construtora	Manoel Urbano (Km 02)
18	Açutuba Park (Morada & Praia)	Açutubapark	Estrada do Açutuba (Km 10)
19	Real Village Açutuba	*Orandir Rabelo* (Inc)	Estrada do Açutuba (Km 01)
20	Vitória Régia	Expansão e Marketing	Manoel Urbano (Km 13)
21	Chácaras de Açutuba	-	Estrada do Paricatuba
22	Portal das Oliveiras	-	Estrada do Paricatuba

Fonte: Pesquisa de campo/Npur. Organização: Eduardo Braga (2016).

O consumo imobiliário se manifesta de múltiplas formas a partir dos produtos disponíveis, dos condomínios habitacionais às chácaras, e, ainda, os chamados “bairros planejados”, além de uma gama de serviços especializados para atender a nova forma de ocupação do espaço. Há forte demanda aos investimentos do Estado, em favor da hegemonia de uma reestruturação do espaço mediada pela produção imobiliária, responsável pelo maior adensamento na área. Pode-se mesmo mencionar uma subordinação do espaço ao capital (PEREIRA, 2011), regulando o ritmo, a intensidade e a direção dos processos espaciais, a dinâmica de uso, a ocupação e a exploração dos recursos disponíveis.

Assim, a reestruturação socioespacial é fruto das ações do Estado, a partir dos seus empreendimentos, assim como as investidas do capital, neste caso, metamorfoseado por empreendimentos imobiliários, os quais alteraram e continuam a alterar as condições de vida das pessoas – tanto aquelas já antes residentes em Iranduba e Manacapuru como as que para lá migram em busca de morar longe da agitação da grande cidade, porém, perto dos serviços e equipamentos presentes na Metrópole.

A construção da Cidade Universitária em Iranduba, a continuidade da duplicação da rodovia até o município de Manacapuru apontam para o fato de que os grandes objetos realmente se constituem como meio, condição e produto da reestruturação do espaço regional amazônico, traduzindo no que se escolheu denominar de urbanização-metropolização das cidades amazônicas, das quais Manaus é a principal expressão na Amazônia Ocidental, assim como apresenta-se Belém na porção oriental da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações acerca da difusão da metropolização regional na Amazônia brasileira aqui expostas perpassaram – aludindo as metrópoles Belém e Manaus – pelos nexos dos objetos técnicos – os grandes objetos –, articulados à configuração metropolitana que esses espaços congregam, sobretudo, ao serem indutores da expansão do urbano e da própria metropolização regional, e neste caso, técnica-espaço-tempo, evidenciam-se pela construção do que se tem chamado de “grandes objetos urbanos”, indutores do espaço metropolitano na Amazônia.

Em Belém, essa dinâmica de produção de grandes objetos urbanos é mais antiga, vinculada à realidade de institucionalização da Região Metropolitana de Belém, nos anos 1970, e que foi sendo acumulada ao longo de cinco décadas em torno do direcionamento das áreas de expansão da cidade. Daí esses grandes objetos estarem expressos na abertura de vias e pontes que, em períodos distintos desses cinquenta anos, possibilitaram a expansão da malha urbana e metropolitana, seja pela periferização cada vez mais dispersa das classes populares, seja pela produção de assentamentos residenciais planejados para as classes médias, em um tipo particular de suburbanização ou, em período mais recente, permitindo uma conexão da metrópole para com regiões do interior da Amazônia, como o Sudeste Paraense e o Baixo Tocantins, viabilizadas pela Alça Viária.

Em Manaus, esse processo de produção de grandes objetos urbanos assume feição mais recente e, talvez, por isso mesmo em escala e proporção mais significativa do que em Belém. Maior exemplo disso é a ponte sobre o Rio Negro, uma das maiores obras de infraestrutura urbana produzida na última década na região e que permite a expansão da malha urbana

e metropolitana para além dos limites estritos da municipalidade de Manaus, sendo elemento disseminador da produção do mercado imobiliário da metrópole. Além da Ponte, outros elementos como a Rodovia AM-070 e o polo universitário em direção à Iranduba – do “outro lado do Rio” – marcam a intencionalidade que produz esses objetos em Manaus, viabilizar a expansão da metrópole.

Embora possa ser analisada sob uma leitura regional e, portanto, particular, não se considera que a metropolização na região amazônica esteja dissociada de elementos internos e externos cruciais à tônica deste processo espacial, quer seja a proeminência de dois conjuntos de variáveis já supramencionados, tais quais: as novas formas de apropriação e acumulação capitalistas em âmbito global que intensificam a metropolização; quer seja a própria estruturação interna da metropolização que se expressa nas duas realidades empíricas, associada a elementos internos mediados pelo novo estilo metropolitano da vida cotidiana. Essas variáveis culminam com o argumento central desta análise: tanto em Belém quanto em Manaus, os grandes objetos urbanos são condição, produto e meio pelos quais ocorre a reestruturação do espaço metropolitano na escala regional.

A metropolização regional engendra novas configurações espaciais em que a urbanização se mantém coadunada ao conjunto do processo anterior, ora tais configurações se mostram densas e bem articuladas, ora descontínuas ou dispersas, se comparadas as duas realidades, Belém sendo mais descontínua e dispersa, enquanto Manaus é mais concentrada e de fácil articulação, apesar da precária infraestrutura para coexistência de múltiplos fluxos. Ora com conurbação, ora com a ausência desta, tendo, no entanto, ambas as características próprias da metrópole moderna: grande mancha urbana, concentração de diversos fluxos, centro difusor de inovação e tecnologia, bem como de desigualdades, de segregação, expropriação e até espoliação e resistência. Para cada uma das duas realidades empíricas, pode-se contrapor processos históricos e naturais aos processos políticos e econômicos do plano global, regional, ou mesmo local, que são produtos de um tempo em que o urbano e o metropolitano tendem a ser hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. D. B. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)*. 2010. 347f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVES, J. V. S. *Belém: a capital das invasões*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.
- BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BRAGA, Eduardo Henrique Freitas. *A produção do espaço na Região Metropolitana de Manaus (RMM): A rodovia AM-070 como eixo de expansão urbano-metropolitano*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Amazonas/UEA: Manaus, 2016.
- BRITO, S. *A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha de Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2012.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 49, v. 3, p. 39-68, 1987.
- DIÁRIO DO PARÁ. *Rodovias* (Caderno A). Belém: Edição de 07/04/1996.
- DIJK, A. I. N. V.; FIGUEIREDO, L. A. *A ação do capital imobiliário na produção de habitação popular: Estudo na área de expansão de Belém*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Monografia de Especialização), 1997.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. 341p
- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. *Informações dos Censos demográficos brasileiros: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. Brasília: IBGE, 2010.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Translated by Donald Nicholson-Smith. Editions Anthropos, 1991.
- LENCIONI, S. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevivência do capitalismo. In: Paulo Cesar Xavier Pereira; Rodrigo Hidalgo (org.). *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en America Latina*. 1ed. Santiago: PUC - Chile, 2008, v. , p. 41-54.
- LENCIONI, S. Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano Godinho de (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, v. 1, p. 41-58.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MEIRA FILHO, A. *Mosqueiro: ilhas e vilas*. Belém: Grafisa, 1978.

MENDES, L. A. S. *Espaços Elitizados de Moradia e Consumo: A reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. *Outras Fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira*. In: CASTRIOTA, L. B. (org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

MOREIRA, E. *Belém e sua expressão geográfica*. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989. v. 1.

NPUR. Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional. *Acervo Digital*. Universidade do Estado do Amazonas/UEA: Manaus, 2015; 2016.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. *Das cidades da natureza à natureza das cidades*. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. *Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional*. In: CASTRO, E. (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Anablume, 2009. p. 13-39.

PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios do Pará: 2010*. Belém: IDESP, 2012a.

PARÁ. *Produto interno bruto Municipal: 2011*. Belém: IDESP, 2012b.

PEREIRA, P. C. X. *Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea*. In: PEREIRA, Paulo César Xavier. *Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

RIVAS, A; MOTA, J. A; MACHADO, J. A. C. *Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia: a experiência do Polo Industrial de Manaus*. Curitiba: Editora CRV, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, I. S. *A produção de centralidades urbano-regionais no Estado do Amazonas*. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 01-07, jun. 2011.

SOUSA, I. S. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital*. 2013. 249f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 394f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana*. *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 26, p. 177-194, 2006.

ULTRAMARI, C. *Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos*. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635116>. 2006.

VELOSO, T.; TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. *Revista Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 17, n. 1, p. 177-202, 2014.

VELOSO, T. *Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís*. 271f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

# Paper do NAEA

## Bem-estar de trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba, Pará

*Cleideane Lima de Moraes<sup>1</sup>*

*Thiago Almeida Vieira<sup>2</sup>*

*Iani Dias Lauer-Leite<sup>3</sup>*



### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi avaliar o bem-estar dos trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba (PA). Participaram 52 trabalhadores, na faixa etária de 20 a 59 anos, em sua maioria com tempo médio de até 3 anos. Para averiguar o bem-estar foi utilizado o questionário de Indicadores de Bem-Estar Pessoal nas Organizações. O método utilizado foi quantitativo, através de questionário com indicadores de bem-estar pessoal nas organizações, que medem o nível de satisfação dos pesquisados sobre aspectos relacionados ao ambiente de trabalho. O bem-estar dos trabalhadores apresentou média geral de 61%. O Fator com maior nível de bem-estar foi o Suporte Ambiental (73,25%), já os fatores com níveis médios mais baixos foram os fatores Autonomia (42,25%), Salário (52,5%) e Relação com a Chefia (56,75%). A pesquisa é importante para conhecimentos iniciais acerca do bem-estar dos trabalhadores deste setor no município de Itaituba.

**Palavras-chave:** Bem-estar. Setor Madeireiro. Amazônia.

---

1 Administradora, Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: cleideanni@hotmail.com.

2 Doutor em Ciências Agrárias, Docente do Programa de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br.

3 Doutora em Psicologia, Docente do Programa de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: ianilauer@gmail.com.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to evaluate the wellbeing of workers in the timber sector in the municipality of Itaituba (PA). The method used was quantitative, (via a questionnaire with indicators of personal well-being in the organizations), To measure the level of satisfaction of the participants on aspects related to the working environment. the subjective well-being of workers in the timber sector in the municipality of Itaituba (PA), as a general average, presented a calculated level of 61%. the factor with the highest level of satisfaction on the questionnaire, was Environmental Support (73.25%), the factors identified with lower average levels were Autonomy (42.25%), Salary (52.5%) and Relationship with the Chief of Staff (56.75%). The research is not conclusive in the sense that the factors studied do not completely define the well-being of the workers in the companies, but it is important for our initial knowledge about the wellbeing of the workers of this sector in the municipality of Itaituba.

**Keywords:** Wellbeing of Workers. Timber sector. Amazon.

## INTRODUÇÃO

A qualidade de vida pode ser mensurada baseada em critérios objetivos em relação ao atendimento das necessidades humanas, na percepção pessoal ou do grupo, e de seu bem-estar subjetivo (COSTANZA et al., 2007). Os autores afirmam ainda que os indivíduos avaliarão o atendimento das necessidades humanas de forma distinta, considerando o contexto sociocultural ao qual estão inseridos e que o bem-estar subjetivo é mensurado a partir de respostas a questões relacionadas à felicidade, satisfação com a vida, utilidade ou bem-estar.

A avaliação subjetiva dos indivíduos sobre a sua vida é definida por Diener e Chan (2011), como bem-estar subjetivo. Os autores dizem que esta avaliação é feita a partir da satisfação com a vida, bem como baseada em sentimentos e emoções, ao analisarem a presença de emoções positivas e ausência de emoções negativas. Concluindo que o bem-estar subjetivo pode ser avaliado incluindo várias categorias como otimismo, ausência de raiva e satisfação com o trabalho.

Não existe consenso na literatura sobre a definição dos termos qualidade de vida e bem-estar subjetivo relacionados ao mundo do trabalho. Quanto aos estudos relacionados ao bem-estar no trabalho, Essays (2013) afirma que a satisfação no trabalho é a forma mais estudada do bem-estar subjetivo. Para este autor, mesmo existindo muitos estudos sobre bem-estar no trabalho, estes ainda não conseguiram explicar totalmente o assunto, devido as pesquisas na área ainda serem incompletas.

Apesar da limitação citada, Essays (2013) afirma que é importante que estudos sobre bem-estar no trabalho sejam realizados. Para Ribeiro e Silva (2018), é necessário que a felicidade e o bem-estar sejam estudados no contexto organizacional, pois pode-se ter ambientes instáveis, ocasionados por mudanças existentes no contexto do trabalho, incluindo o desemprego, além de problemas existentes na sociedade que podem afetar negativamente os indivíduos.

Existem na literatura diversos instrumentos desenvolvidos para a mensuração do bem-estar nas organizações. Nesta pesquisa foi utilizado o Indicador de Bem-Estar Pessoal nas Organizações, validado por Dessen e Paz (2009). O instrumento é composto por dez fatores, que são: Reconhecimento, Salário, Relação com a Chefia, Relação com os Colegas de Trabalho, Relação com os Clientes, Identificação com a Organização, Oportunidades de Crescimento, Condições de Trabalho, Valorização do Trabalho e Realização.

Diante do exposto, este trabalho objetivou avaliar o bem-estar pessoal dos trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba, região oeste do estado do Pará.

## METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, que segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste na coleta, análise e organização dos dados sem manipulá-los, ou seja, sem que haja interferência do pesquisador. Em relação à forma de abordagem do problema, trata-se de um estudo quantitativo. O desenho da pesquisa foi do tipo transversal, que de acordo com Shaughnessy, Zechmeister e Zechmeister (2012) se caracteriza por retirar uma ou mais amostras da população em determinado momento.

A pesquisa foi realizada com trabalhadores do setor madeireiro do município de Itaituba, região oeste do estado do Pará, especificamente com empresas que trabalham de forma legalizada. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2016, havia 30 empresas legalizadas no município em questão, totalizando 330 trabalhadores.

Considerando as características geográficas do município, bem como o difícil acesso a algumas empresas (madeireiras, serrarias e movelarias), situadas em locais distantes, o foco da pesquisa se deu na sede do município e distritos distantes no máximo 30 km da sede. A amostra é representada por seis empresas, das quais participaram 90% dos trabalhadores que atuam nestas empresas, totalizando 58 trabalhadores.

Após a coleta de dados foram excluídos da amostra os participantes que não preencheram o mínimo de 90% dos questionários (RAFALSKI; ANDRADE, 2017), restando um total de 52 participantes. Os trabalhadores presentes na amostra estão nas respectivas empresas há mais de três meses, tempo considerado mínimo para que o indivíduo conheça o seu local de trabalho, conforme sugere Dessen (2010).

Utilizou-se como instrumento para coleta de dados, questionário autoaplicável, desenvolvido e validado por Dessen e Paz (2010). O questionário que as autoras denominaram de Indicadores de Bem-Estar Pessoal nas Organizações, utiliza escala Likert de 5 pontos, e varia de 0 (nunca) a 4 (sempre).

Inicialmente o questionário possuía 61 itens (DESSEN; PAZ, 2010). Depois foi revalidado por Dessen (2010), passando a ser considerados apenas 49 itens subdivididos em 10 fatores, quais sejam: salário (6 itens,  $\alpha=0,91$ ); relação com a chefia (6 itens,  $\alpha=0,93$ ); relação com colegas (6 itens,  $\alpha=0,87$ ); relação com clientes (3 itens,  $\alpha=0,76$ ); autonomia (4 itens,  $\alpha=0,80$ ); identificação com a organização (6 itens,  $\alpha=0,90$ ); identificação com o trabalho (6 itens,  $\alpha=0,87$ ); oportunidades de crescimento (4 itens,  $\alpha=0,82$ ); suporte ambiental (4 itens,  $\alpha=0,79$ ); valorização do trabalho (4 itens,  $\alpha=0,75$ ).

Para a coleta de dados, entrou-se em contato pessoalmente com o representante de cada empresa, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando acesso aos trabalhadores. Após autorização, foi feita a primeira abordagem ao participante para explicar os objetivos da pesquisa e obter o consentimento por escrito de cada um deles, assinando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Diante do aceite individual, foram entregues questionários impressos aos participantes e recolhidos posteriormente. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), vinculado à Plataforma Brasil, com Parecer de aprovação nº 2.374.851.

Os dados foram tabulados e analisados mediante estatística descritiva, por meio dos programas Excel for Windows® e Statistical Analysis Software (PSPP), versão 1.0.1. As médias foram calculadas por meio da estatística descritiva, posteriormente transformadas em porcentagem. Foi realizado o teste de confiabilidade, apresentando alpha de Cronbach de 0,89. De acordo com Field (2010), a partir de 0,8 tem-se valor considerado muito bom, de modo que podem ser aceitos valores a partir de 0,7.

## PERFIL DOS TRABALHADORES DO SETOR MADEIREIRO DE ITAITUBA (PA)

Dos 52 participantes, 78,4% eram do sexo masculino e 21,6% do feminino. A idade variou de 20 a 59 anos e o salário de R\$ 902,00 a R\$ 3.000,00 (Tabela 1). O intervalo de idade mostra que os trabalhadores estão na fase de plena capacidade produtiva.

Tabela 1: Perfil dos trabalhadores do setor madeireiro participantes da pesquisa, Itaituba, Pará

Faixa Etária	Sexo (%)	
	Masculino	Feminino
20 a 29	31,4	9,8
30 a 39	33,3	9,8
40 a 49	7,8	2
50 a 59	5,9	0
<b>Total</b>	<b>78,4</b>	<b>21,6</b>
<b>Salário</b>		
Até R\$ 1.000,00	22,4	2,0
R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	24,5	4,1
R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	16,3	6,1
R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	6,1	6,1
R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	10,2	2,0
<b>Total</b>	<b>79,6</b>	<b>20,4</b>
<b>Tempo de Serviço</b>		
Até 1 ano	17,6	13,7
1,1 a 3 anos	43,1	5,9
3,1 a 5	9,8	2
5,1 a 7	5,9	0
7,1 a 10	2	0
<b>Total</b>	<b>78,4</b>	<b>21,6</b>

Fonte: Esta pesquisa, 2018.

Uma grande parte dos participantes está na faixa etária de 30 a 39 anos, com 43,1%, outros 41,2% são representados por jovens na faixa etária de 20 a 29 anos, e com base no Art. 1º, § 1º da Lei nº Lei nº 12.852/2013, podemos considerar que a quantidade de jovens é bastante representativa nas empresas estudadas. Já a faixa etária de 40 a 59 anos representa apenas 15,7% da amostra.

Quanto ao salário, os resultados mostram que 49,0% dos participantes recebem de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00, outros 34,7% recebem salários entre R\$ 1.501,00 a R\$ 2.500,00. Existindo ainda uma pequena parcela de trabalhadores que recebem salários entre R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00.

Em relação ao tempo de serviço, a maioria dos trabalhadores (53,1%) está vinculada às empresas estudadas há menos de três anos. Já 24,5% dos trabalhadores estão no emprego em um intervalo de tempo de 7 a 10 anos. Para Dessen (2010) a autoavaliação do trabalhador quanto ao seu bem-estar no trabalho é mais precisa quando este exerce sua função há mais de três meses no seu emprego, pois é considerado tempo mínimo para que se conheça o local de trabalho.

Observou-se que os participantes com maiores salários estão na faixa etária de 20 a 40 anos. Já os trabalhadores que recebem os menores salários estão na faixa etária de 41 a 60 anos, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Frequência (%) de salário por faixa etária dos trabalhadores de empresas madeireiras de Itaituba, Pará

Faixa de salários (em reais)	Faixa Etária (%)				Total
	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	
Até 1.000,00	13,46	9,62	5,77	3,85	32,69
1.001,00 a 1.500,00	19,23	21,15	3,85	3,85	48,08
1.501,00 a 2.000,00	3,85	7,69	0	0	11,54
2.001,00 a 2.500,00	1,92	3,85	0	0	5,77
2.501,00 a 3.000,00	1,92	0	0	0	1,92
<b>Total</b>	<b>40,38</b>	<b>42,31</b>	<b>9,62</b>	<b>7,69</b>	<b>100</b>

Fonte: Esta pesquisa, 2018.

A Tabela 3 mostra o salário dos participantes em função do tempo de serviço na empresa. Observa-se que, grande parte dos trabalhadores está há menos de três anos nas empresas pesquisadas e recebem até R\$ 1.500,00. Os maiores salários pertencem aos trabalhadores com vínculo empregatício há menos de cinco anos de trabalho.

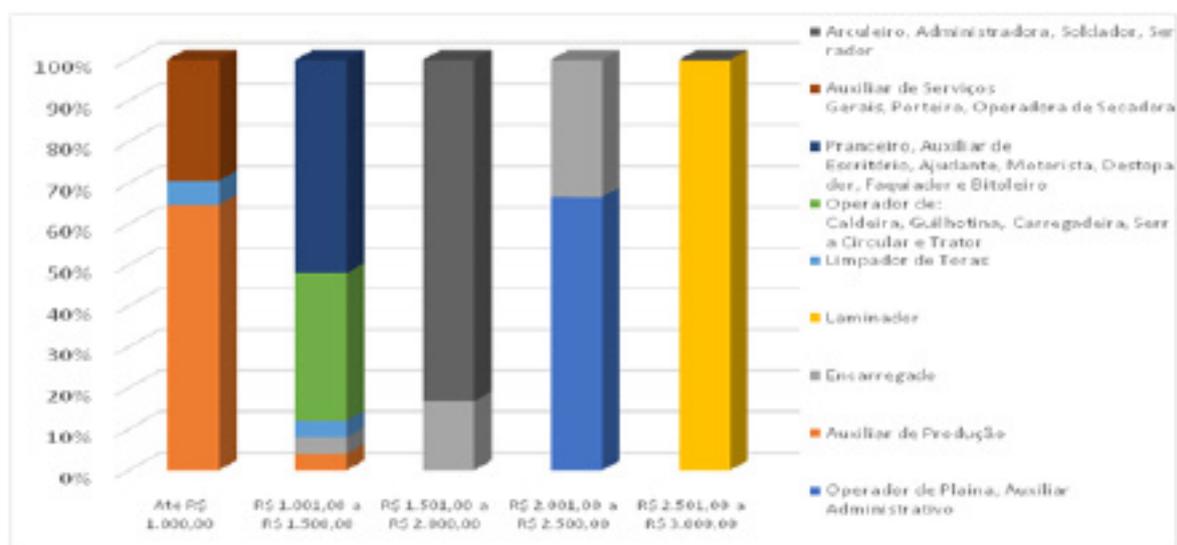
Tabela 3: Frequência (%) de percepção de salário por tempo de serviço dos trabalhadores de empresas madeireiras de Itaituba, Pará

Faixa de salários (em reais)	Tempo de Serviço (em anos)					Total
	Até 1	1,1 a 3	3,1 a 5	5,1 a 7	7,1 a 10	
Até 1.000,00	10%	6%	6%	6%	4%	32%
1.001,00 a 1.500,00	6%	16%	14%	6%	6%	48%
1.501,00 a 2.000,00	4%	4%	2%	0%	2%	12%
2.001,00 a 2.500,00	2%	2%	2%	0%	0%	6%
2.501,00 a 3.000,00	2%	0%	0%	0%	0%	2%
<b>Total</b>	<b>24%</b>	<b>28%</b>	<b>24%</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Esta pesquisa, 2018.

Foram analisados ainda as funções existentes nas empresas pesquisadas em relação ao salário recebido pelos trabalhadores. O Gráfico 1 mostra que foram identificados 25 cargos/ funções distintos dentro das empresas pesquisadas. O cargo que possui maior retribuição é o de Laminador, seguido por Auxiliar Administrativo, Encarregado e Operador de Plaina, com valores acima de R\$ 2.000,00. Já os cargos com retribuição menores são os de Auxiliar de Produção, Auxiliar de Serviços Gerais, Limpador de Toras, Operador de Secadora e Porteiro, com valores até R\$ 1.000,00.

Gráfico 1: Cargos no setor madeireiro e classes de salário, Itaituba, Pará



Fonte: Esta pesquisa, 2018.

Ao analisar esses dados em função do tempo em que os trabalhadores estão alocados neles, foi possível observar que os cargos em que os trabalhadores permaneceram por mais tempo são os de Encarregado, Faquiador, Limpador de Toras, Operador de Carregadeira e Operador de Secadora.

A literatura relacionada ao comportamento organizacional costuma apresentar como uma das explicações possíveis sobre a conduta relacionada à permanência no emprego, mesmo que estes não sejam muito atrativos, de acordo com a idade, diferenciando os grupos em geração Baby Boomers, X e Y. Segundo Comazzetto et al. (2016), o primeiro grupo é caracterizado por pessoas nascidas até 1964, o segundo por aqueles nascidos entre 1965 a 1977, já os últimos são os nascidos de 1978 em diante. Chudzikowski (2012) afirma que os trabalhadores mais jovens tendem a buscar ambientes mais desafiadores e almejam desenvolvimento na carreira, indo em busca de novos cenários organizacionais.

Os resultados encontrados neste trabalho contrariam os achados por Chudzikowski (2012), uma vez que o perfil dos trabalhadores que está há mais tempo no emprego não é homogêneo quanto à faixa etária, variando entre 29 a 56 anos, estando em seus respectivos empregos de 7 a 10 anos. Inclusive para um dos cargos não houve diferença salarial entre trabalhadores com menos de um ano nas empresas, o que leva a crer que não houve promoção no cargo. Pode ainda ser o fator explicativo para trabalhadores que possuem 42 e 56 anos.

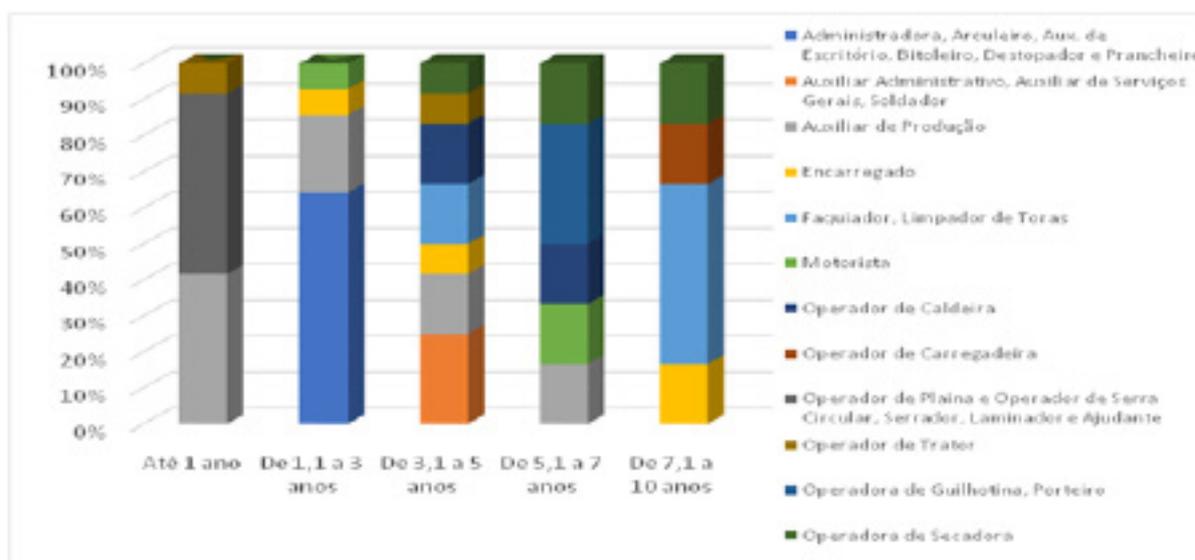
Outra explicação possível é a falta de alternativas em relação à disponibilidade de empregos na região, e/ou a visão dos trabalhadores de que as vagas existentes no mercado não são melhores que as suas condições atuais. Guimarães (2012) fez um estudo comparativo entre as dificuldades encontradas por jovens brasileiros e japoneses para encontrar empregos: para os brasileiros as principais dificuldades apontadas foram falta de experiência e treinamento adequados, além da concorrência pela vaga; já para os jovens em Tóquio, as principais dificuldades apontadas foram a idade e condições de trabalho e salário inaceitáveis.

Já os cargos de Ajudante, Auxiliar de Produção, Limpador, Operador de Plaina, Operador de Serra Circular, Operador de Trator e Serrador são ocupados por trabalhadores que estão há menos tempo nas empresas. Quanto ao tipo de rotatividade não é possível inferir pelos resultados se são controladas pela empresa ou pelo mercado, no entanto Santana, Santos e Oliveira (2008) informam que as indústrias madeireiras no Pará sofreram baixas na produção com a crise econômica mundial em 2007, conseqüentemente reduzindo a oferta de empregos.

Apenas as questões econômicas não explicam a alta rotatividade especificamente nos cargos acima. Lira (2015) desenvolveu uma pesquisa com uma empresa madeireira no município de Santarém-PA, e observou que a alta rotatividade advinha das funções de ajudante de produção e servente, funções ligadas a maiores incidências de acidentes de trabalho, podendo gerar insatisfação aos trabalhadores. Um estudo realizado por Mota e Salvi (2015), procurando ouvir os responsáveis pelos colaboradores de 16 empresas localizadas no Oeste do Paraná, identificou que nas perspectivas destes as principais razões pela dificuldade em manter o pessoal era a falta de interesse dos colaboradores, seguidos pela falta de mão-de-obra no mercado e média salarial.

A partir das informações contidas nas Tabelas 3 e 4, e nos Gráficos 1 e 2 é possível observar que não existe uma diferença expressiva em relação ao tempo de serviço na empresa em função dos salários recebidos, quando observamos os maiores salários disponíveis. No entanto, quando analisamos os cargos com retribuições menores e o tempo em que estão ocupados, uma explicação possível é que as empresas adotam sistemas de promoções, ainda que estes não sejam formalizados e rigorosamente seguidos.

Gráfico 2: Frequência de Cargos de trabalhadores de empresas madeireiras de Itaituba (PA) por tempo de serviço



Fonte: Esta pesquisa, 2018.

Em relação à composição salarial adotada, a partir dos dados obtidos, pode-se inferir que a especialização e conhecimentos técnicos internos sejam levados em consideração para a decisão do valor das remunerações e que existam cargos considerados mais importantes dentro das empresas estudadas, que possivelmente sejam essenciais para o negócio. Isto

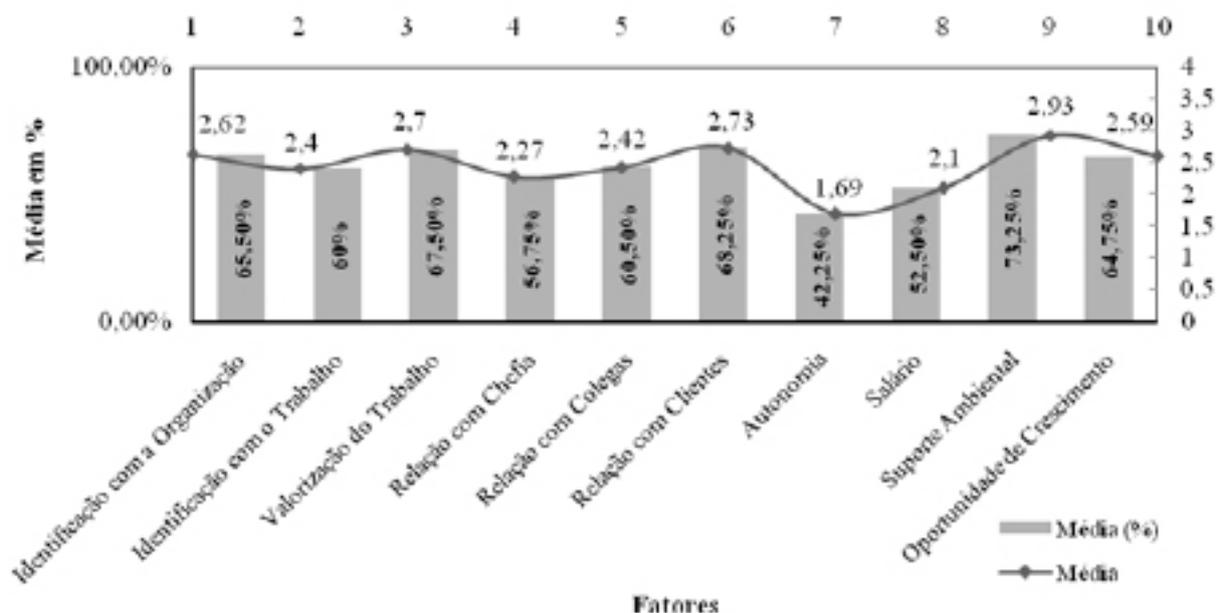
foi possível constatar ao se observar que o trabalhador com cargo de Laminador recebe maior salário encontrado, estando ocupado há menos de um ano na empresa. De acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), a exigência para a ocupação do cargo é Ensino Fundamental, não necessitando de qualificações específicas, apenas experiência de no mínimo de um a dois anos.

Para Silvério (2017), existem funções que são essenciais para uma organização, alguns chamados de talentos estratégicos, que desempenham funções-chave para a vantagem competitiva do negócio. Segundo Bryant e Allen (2013), quando questionam os seus clientes sobre o motivo pelo qual as pessoas trocam de emprego, o salário geralmente é a primeira ou segunda resposta, no entanto os autores afirmam que as causas da intenção de troca de emprego devem ser investigadas, pois geralmente estão relacionadas a insatisfação com o trabalho e falta de comprometimento organizacional.

## BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES DO SETOR MADEIREIRO DE ITAITUBA (PA)

O Gráfico 3 mostra os fatores analisados nesta pesquisa, que influenciam no bem-estar pessoal nas organizações. Ressaltamos que os valores não correspondem a porcentagem de trabalhadores satisfeitos nas organizações estudadas e sim a média de resposta em relação a cada fator expresso em porcentagem.

Gráfico 3: Contribuição de cada fator no bem-estar de trabalhadores do setor madeireiro de Itaituba, Pará



As variáveis pertencentes ao Fator 1 - Identificação com a Organização, agrupam ideias relacionadas à confiança na organização e admiração em relação ao trabalho desenvolvido

pela organização, bem como a sensação de pertencimento e ao orgulho por fazer parte desta. Os resultados encontrados na pesquisa apresentaram como média das respostas níveis de satisfação de 65,5%.

Um estudo realizado por Cavazotte, Araújo e Abreu (2017), para avaliar as correlações entre a identidade organizacional, o alinhamento dos valores e a intenção de saída voluntariamente por parte de funcionários públicos de duas instituições federais na área da cultura, demonstrou que existe alta correlação entre os aspectos identidade organizacional e alinhamento de valores, bem como entre identidade organizacional e intenções de sair. Os autores explicam ainda que quando os trabalhadores se identificam com os valores organizacionais a identidade organizacional é fortalecida, diminuindo a intenção de saída voluntária do trabalhador.

Oliveira e Sacilotti (2013) afirmam que as organizações devem desenvolver qualidades que gerem nos colaboradores sentimento de respeito e empatia. Algumas variáveis presentes na Dimensão Identificação Organizacional proposta pelos autores, tais como significado da tarefa, identidade da tarefa e variedade da habilidade, estão presentes no modelo proposto por Dessen e Paz (2010) como Identificação com o Trabalho. Estas últimas autoras incluem ainda aspectos “relacionados a gostar do que faz”, em que os trabalhadores apresentaram níveis médios de satisfação de 60% em relação a este fator, Gráfico 3.

Ao realizar pesquisa com profissionais do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), Leite, Nascimento e Oliveira (2014) demonstraram que mesmo em meio a dificuldades encontradas para a realização das atividades, quando os profissionais realizam atividades que gostam, isso traz satisfação no trabalho. Os autores, ao entrevistarem um dos profissionais, reportam que este definiu sua qualidade de vida como de média a boa, afirmando que tinha dificuldades, mas gostava muito do trabalho, que apesar dos empecilhos fazia algo que o deixava feliz.

Outro aspecto avaliado no trabalho foi o Fator 3 - Valorização do Trabalho, relacionado à percepção de importância das atividades desenvolvidas, bem como os impactos dos resultados pessoais nos resultados organizacionais. As respostas dos trabalhadores sobre a valorização do seu trabalho levaram a média geral de 67,5% de satisfação.

Para Macareno (2006), as teorias modernas de Gestão de Pessoas defendem a valorização do trabalho como requisito essencial para retenção de talentos, valorização esta entendida pela importância das atividades desenvolvidas pelos profissionais para o alcance dos objetivos organizacionais. No entanto, para que ocorra esta valorização, segundo o autor, é necessário que haja o processo de comunicação, sendo indispensável o feedback por parte dos gestores.

Os fatores relacionados à satisfação dos trabalhadores com as questões relacionais em seu ambiente de trabalho foram divididos em três, que são: Fator 4 – Relação com a chefia, Fator 5 – Relação com os colegas e Fator 6 – Relação com os clientes. Destes, o fator que apresentou média de satisfação mais alta foi relação com os clientes (68,25%), seguido pelo fator relação com os colegas (60,5%) que apresentou níveis de satisfação mais baixos na relação com a chefia (56,75%).

Di Fabio et al. (2016) realizaram estudo para avaliar as propriedades psicométricas da Escala de Gestão Relacional Positiva (PRMS), com trabalhadores italianos, e mostraram correlações positivas entre Workplace Relational Civility Scale (WRCS) e Bem-Estar, demonstrando que as boas relações no ambiente de trabalho influenciam positivamente no bem-estar dos trabalhadores.

Os dados apresentaram níveis moderados principalmente na relação com a chefia, mostrando que os trabalhadores tenderam à média, demonstrando indiferença, não estando satisfeitos ou insatisfeitos. Outra forma de interpretar é que podem existir situações ou momentos em que ocorra maior nível de satisfação, já que as opções a serem marcadas eram (nunca, raramente, às vezes, frequentemente e sempre), e a média das respostas se aproximou do meio da escala, ou seja, as vezes podem estar satisfeitos, em outras situações insatisfeitos.

Os resultados corroboram com achados de Almeida et al. (2016), em estudo similar com policiais militares do Rio Grande do Sul, quando mostraram que, em geral, a satisfação daqueles trabalhadores na relação com o chefe tendeu ao ponto médio da escala. Considerando a importância deste fator para melhorar o bem-estar dos trabalhadores, as empresas ora estudadas devem trabalhar para melhorar o relacionamento entre os gestores e trabalhadores.

Dentre os resultados encontrados nesta pesquisa o mais crítico foi em relação ao Fator 8 - Autonomia, que apresentou níveis de 42,3%, como média de satisfação dos trabalhadores. Os resultados desta pesquisa, para o indicador Autonomia, corroboram com o resultado encontrado por Dessen (2010), ao aplicar o questionário com policiais militares, sendo que seus resultados mostraram que no fator Autonomia esteve abaixo de 2 (1,90). Ao realizar pesquisa com trabalhadores de empresas privadas, Carneiro (2013) mostrou correlação entre o fator Autonomia e o Crescimento.

Para Fischborn e Cadoná (2018) a autonomia no ambiente de trabalho envolve tanto a flexibilidade para exercer as atividades, quanto a possibilidade de participação no processo decisório. Nesse sentido, Leite, Nascimento e Oliveira (2014), ao realizarem pesquisa com profissionais do NASF, definiram que possuem qualidade de vida justamente pela liberdade que tem para planejar e executar suas atividades.

Já Tamayo (2007) afirma que é comum encontrar na literatura trabalhos que apresentam níveis baixos de satisfação relacionados ao fator autonomia, mas nem sempre significam que tais fatores interferem no bem-estar dos trabalhadores. No caso de Itaituba, observou-se que o fator Autonomia não é valorizado pela organização, não significando, portanto, que seja relevante para os trabalhadores ao ponto de impactar negativamente o seu bem-estar.

O autor retromencionado realizou ainda uma pesquisa com bancários brasileiros, com o objetivo de verificar a correlação entre alguns valores organizacionais e o estresse no trabalho, e os resultados identificaram altas correlações entre autonomia e estresse. Seus resultados mostram que quanto maior o nível de autonomia que a empresa concede aos funcionários, menor será o estresse no trabalho.

Avaliando a autonomia por outro ângulo, dentro das organizações, Job (2003) demonstra que esta é muito importante para os trabalhadores, no entanto, deve estar acompanhada de apoio por parte da chefia e colegas de trabalho, bem como demonstração de confiança. Já que em meio ao processo de tomada de decisão podem ocorrer situações desagradáveis, tendo sido relatados em seu estudo como causa de sofrimento para aqueles trabalhadores que não obtiveram apoio no momento que necessitaram.

Corroborando com a ideia que o fator Autonomia pode ser observado sob pontos de vistas diferentes, Cecílio (1999) ao realizar estudo com profissionais da saúde, observou que para aqueles trabalhadores a autonomia concedida no ambiente de trabalho era vista como instrumento de controle, causando ainda disputa por poder, sendo gerador de conflitos dentro da organização.

Dessa forma, os resultados deste trabalho dão indicativos de que o fator Autonomia pode impactar fortemente o bem-estar geral dos trabalhadores nas empresas estudadas. Partindo dos resultados encontrados por Job (2003), caso a autonomia seja importante para o bem-estar dos trabalhadores estudados, os gestores devem atuar em busca de melhores resultados para os fatores relação com os colegas e relação com a chefia. Principalmente este último que também apresentou resultados baixos, já que promover autonomia no ambiente de trabalho geralmente implica em responsabilidades mais elevadas para os trabalhadores.

Foram encontrados também níveis moderados de satisfação com o Fator 8 – Salário, apresentando média de 52,5%. Os resultados corroboram com os encontrados por Baggio, Lima e Kovaleski (2006), ao realizarem estudo em uma empresa do ramo madeireiro em Ponta Grossa (PR), que verificaram que os fatores que promovem a satisfação profissional, observando que para aqueles trabalhadores o salário foi apresentado como um dos maiores itens de insatisfação, mesmo que apenas 17% deles tenham admitido que trabalhavam exclusivamente pelo salário.

A questão do salário é avaliada também como fator de satisfação no trabalho por servidores públicos federais do poder judiciário, de acordo com pesquisas feitas por Fogaça e Coelho-Junior (2015), de modo que os servidores atribuem inclusive a satisfação com a remuneração como fator influenciador no bom desempenho no trabalho.

O salário é importante no contexto de satisfação com o trabalho, porque viabiliza o suprimento de necessidades básicas. Gouveia (2003) realizou um estudo sobre valores humanos, classificando-os em tipos, dentre eles está o da sobrevivência, o qual em contexto de escassez funciona como princípio-guia para as pessoas. No contexto organizacional estes valores foram incluídos na categoria de valores motivadores do tipo materialista (GOUVEIA et al., 2009).

O Fator 9 – Suporte Ambiental apresentou o melhor resultado quanto aos níveis de satisfação dos trabalhadores (73,25%); nesta pesquisa relaciona a garantia da saúde e segurança dos trabalhadores por meio de ambiente seguro e oferta de equipamentos adequados para realização das atividades, bem como a disponibilização de materiais suficientes para a execução das tarefas.

Um estudo de correlações feito por Souza, Siqueira e Martins (2015) com trabalhadores que atuavam em organizações públicas e privadas, para identificar a interdependência de algumas variáveis de comportamento organizacional, dentre elas a influência do suporte organizacional no bem-estar daqueles trabalhadores, estes se mostraram positivos no referido estudo de correlação, demonstrando que o suporte organizacional influencia positivamente no bem-estar daqueles trabalhadores. Silva, Souza e Minetti (2002) identificou em seus resultados que 97,6% dos trabalhadores de marcenarias de Viçosa-MG não consideravam seus trabalhos perigosos, embora já tenham se acidentado

O Fator 10 – Oportunidade de crescimento apresentou nível acima de moderado de satisfação de 64,75%, para os trabalhadores pesquisados. Quando observamos os Gráficos 1 e 2, juntamente com as Tabelas 3 e 4, é possível inferir que alguns cargos tenham sido ocupados como forma de promoção, já que cargos de auxiliar e ajudante são os que estão ocupados por um menor período de tempo e recebem salários maiores. Outros, devido à necessidade de especializações, o recrutamento pode ser externo, explicando salários mais altos, estando ocupado por períodos menores. Tal inferência corrobora com resultados encontrados por Silva, Souza e Minetti (2002), que relatam que os pesquisados que trabalham

em marcenarias em Viçosa (MG), afirmaram que nunca tiveram treinamentos externos, aprenderam a profissão dentro da própria marcenaria.

Os resultados mostram que embora nem todos os trabalhadores tenham sido promovidos nas empresas estudadas, os participantes manifestaram satisfação moderada com as capacitações recebidas e com o sistema de promoção adotados pelas empresas. Watson et al. (2018) identificaram que a maioria das pesquisas relacionadas ao efeito do aprendizado no bem-estar são voltadas para o desenvolvimento de competências pessoais, tais como: resolução de problemas, flexibilidade psicológica, treinamento do sono, terapia cognitivo-comportamental, entre outras. Quanto ao método utilizado nos treinamentos, aqueles que demonstraram impactos mais significativos no bem-estar foram realizados de forma presencial, com a possibilidade de interação, ainda que houvesse recursos on-line para aprendizagem autodirigida.

Ao realizar uma pesquisa para analisar a relação entre o bem-estar dos colaboradores e a percepção de oportunidade de desenvolvimento, utilizando um questionário voltado a essas temáticas e, posteriormente, feito análise de correlação entre os fatores, Clemente (2017) demonstrou que a percepção de oportunidade de desenvolvimento tem relação moderada com o bem-estar, influenciando-os mutuamente de forma positiva.

Quanto à média geral de satisfação dos trabalhadores pesquisados, ela foi de 61%, considerando todos os fatores conjuntamente. Ao ponderar sobre o fato de o ambiente de trabalho dos participantes da pesquisa ser considerado muitas vezes perigoso e cansativo, sendo inclusive uma das limitações para o aumento do tamanho da amostra, podemos considerar positivo este resultado.

Mesmo sendo positivo, outras pesquisas apresentaram níveis de satisfação melhores. Silva, Souza e Minetti (2002), mostraram que nos ambientes de trabalho de marcenarias localizadas no município de Viçosa (MG), 80,9% dos marceneiros estavam satisfeitos com o trabalho e não gostariam de mudar de profissão. No entanto, 19,1%, afirmaram que apesar de gostar das atividades, trabalhariam com algo menos cansativo.

Para analisar as relações entre engajamento, bem-estar no trabalho e capital psicológico, com trabalhadores da área de gestão de pessoas, Cavalcante (2013) utilizou cinco instrumentos, Escala de Engajamento no Trabalho (EGT), Medidas de Bem-Estar no Trabalho (BET), Escala de Comprometimento Organizacional Afetivo (ECO), Escala de Satisfação no Trabalho (EST) e Escala de Capital Psicológico (ECP). O estudo apresentou que o maior índice de correlação foi entre o bem-estar no trabalho e o comprometimento organizacional afetivo. Já o capital psicológico apresentou índices de correlações positivas fortes tanto com satisfação no trabalho quanto com comprometimento organizacional afetivo.

Em pesquisa similar, feita com 56 trabalhadores de uma empresa inserida no ramo da comunicação social, utilizando escalas de bem-estar e capital psicológico, Nunes (2015) encontrou correlações fortes e positivas entre a satisfação dos trabalhadores nas organizações com sentimentos positivos referentes à esperança e otimismo.

Baseado nos trabalhos acima, é possível dimensionar a importância do bem-estar pessoal nas organizações, uma vez que contribui tanto para manter a organização saudável facilitando o alcance de seus objetivos, quanto para evitar o adoecimento dos trabalhadores por fatores negativos relacionados ao ambiente de trabalho.

## CONCLUSÃO

Os participantes da pesquisa estão em grande parte na faixa etária de 20 a 39 anos, vinculados às empresas estudadas há menos de três anos. Grande parte recebe até pouco mais de um salário mínimo e meio. As funções ocupadas há mais tempo nas empresas são as de Faqueador, Encarregado, Limpador de Toras, Operador de Carregadeira e Operador de Secadora, não possuindo relação direta com os salários, e o tempo de serviço não é fator considerado isoladamente para promoções.

O bem-estar dos trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba (PA) apresentou um nível médio de 61%. O Fator com maior nível de satisfação foi com relação ao Suporte Ambiental, e a Autonomia foi a dimensão que menos contribuiu com o bem-estar dos trabalhadores.

A pesquisa mostrou-se importante para conhecimentos iniciais acerca do bem-estar dos trabalhadores do setor madeireiro no município de Itaituba (PA). Ademais, considerando ainda que a Relação com a Chefia também apresentou níveis baixos de satisfação, é prudente que quaisquer medidas a serem tomadas sejam dialogadas e adotadas conjuntamente com aspectos ligados à Autonomia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, D. M.; LOPES, L. F. D.; COSTA, V. M. F.; SANTOS, R. C. T.; CORRÊA, J. S. Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. *Psicol. cienc. prof.*, v.36 n.4, 801-815, 2016.
- BRYANT, P. C.; ALLEN D. G. Compensation, Benefits and Employee Turnover: HR Strategies for Retaining Top Talent. *Compensation & Benefits Review*, v. 45, p. 171-175, 2013.
- CARNEIRO, L. L. *Bem-estar pessoal nas organizações: o papel do locus de controle no trabalho* (dissertação de mestrado). UFBA, Salvador, BA, 118p., 2013.
- CAVALCANTE, M. M. *Engajamento no Trabalho, Bem-Estar no Trabalho e Capital Psicológico: um estudo com profissionais da área de gestão de pessoas* (dissertação de mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 60p. 2013.
- CAVAZOTTE, F. de S. C. N.; ARAUJO, F. F. de; ABREU, A. L. de. Identificação organizacional entre funcionários públicos brasileiros: um estudo no setor cultural. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 19, n. 64, p. 289-306, 2017.
- CECÍLIO, L. C. de O. Autonomia versus controle dos trabalhadores: a gestão do poder no hospital. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n.2, 315-329, 1999.
- CHUDZIKOWSKI, K.; OGLIASTRI, E.; BRISCOE, J. P., ITUMA, A.; REICHEL, A., MAYRHOFER, W.; KHAPOVA, S. Culture and Context: Understanding Their Influence. In: *Careers Around the World: A Global Perspective*, Eds. Jon P. Briscoe and Douglas (Tim) Hall and Wolfgang Mayrhofer. London: Routledge, pp. 147-165, 2012.
- LIRA, J. de A. *Modelo de Gestão Para Uma Empresa Madeireira da Cidade de Santarém- Pará: Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais* (dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 105p., 2015.
- CLEMENTE, A. R. P. *Impacto do Work Engagement na Relação Entre o Bem-Estar e a Percepção de Oportunidades de Desenvolvimento Pessoal*. Lisboa: UCP, 97p., 2016.
- COMAZZETTO, L. R.; VASCONCELLOS, S. J. L.; PERRONE, C. M.; GONÇALVES, J. A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v..36, n.1, p.145-157, 2016.
- COSTANZA, R.; FISHERA, B., ALIB, S.; BEERC, C.; BONDD, L.; BOUMANSA, R.; DANIGELISE, N. L.; DICKINSON, J.; ELLIOTT, C.; FARLEYA, J.; GAYERG, D. E.; GLENNH, L. M.; HUDSPETH, T.; MAHONEY, D.; MCCAILL, L.; MCINTOSH, B.; REED, B.; RIZVIM, S. A. T.; RIZZON, D. M.; SIMPATICO, T.; SNAPP, B R. Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics*. n.61, p. 267 – 276, 2007.
- DESCALS, F. J. P. *Psicología de la organización*. Madrid: Pearson Prentice Hall, 2008.
- DESSEN, M. C.; PAZ, M. das G. T. da. Validação de um instrumento de perfil pessoal nas organizações. *Avaliação Psicológica*, n.3, v.8, 347-357, 2009.
- DESSEN, M. C. *Indicadores de Bem-estar Pessoal nas Organizações: o Impacto da Percepção da Cultura, do Perfil Pessoal e de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho e de Qualidade de Vida do Trabalhador* (tese). UNB, Brasília, DF, 245p., 2010.

DI FABIO, A.; GIANNINI, M.; LOSCALZO, Y.; PALAZZESCHI, L.; BUCCI, O.; GUAZZINI, A.; GORI, A. The Challenge of Fostering Healthy Organizations: An Empirical Study on the Role of Workplace Relational Civility in Acceptance of Change and Well-Being. *Frontiers in Psychology*, v.7, p.17-48, 2016.

ESSAYS, UK. *Subjective well-being at the workplace and organizations*. Disponível em: <<https://www.ukessays.com/essays/psychology/subjective-well-being-at-the-workplace-and-organizations-psychology-essay.php?vref=1>>. Acesso em: 30 ago 2018.

FARSEN, T. C.; BOEHS, S. de T. M.; RIBEIRO, A. D. S.; BIAVATI, V. de P.; SILVA N. Qualidade de vida, Bem-estar e Felicidade no Trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? *Interação em Psicologia*, v.22, n.1, p.31-41, 2018.

FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FISCHBORN, A. F.; CADONÁ, Marco André. Trabalho e autonomia dos trabalhadores em saúde: considerações sobre pressupostos teórico e metodológicos de análise do trabalho em saúde. *Saúde Soc.*, v.27, n.1, p.227-237, 2018.

FOGAÇA, N.; JUNIOR, F. A. C. A hipótese "trabalhador feliz, produtivo": o que pensam os servidores públicos federais. *Cad. EBAPE*, v.13, n.4, p. 759-775, 2015.

GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, v.8, n.3, 431-443, 2003.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; FISCHER, R.; COELHO, J. A. P. de M. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Aplicações para Organizações. *RAM*, v.10, n.3, 2009.

GUIMARÃES, N. A. A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho? *Estudos Cebrap*, 93, pp. 123 143, 2012.

HELLIWELL, J. F.; WANG, S. Weekends and Subjective Well-Being. *Social Indicators Research*, v.116, n.2, pp 389-407, 2014.

JOB, Fernando Pretel Pereira. *Os Sentidos do Trabalho e a Importância da Resiliência nas Organizações* (tese). São Paulo: EAESP/FGV, 242p., 2003.

LEITE, D. F.; NASCIMENTO, D. D. G. do; OLIVEIRA, M. A. de C. Qualidade de vida no trabalho de profissionais do NASF no município de São Paulo. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v.24, n.2, , 507-525, 2014.

LIRA, J. de A. *Modelo de Gestão Para Uma Empresa Madeireira da Cidade de Santarém- Pará: Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais* (dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 105p., 2015.

MOTA, L.; SALVI, A. Estudo da aplicabilidade de indicadores de recursos humanos nas indústrias moveleiras do oeste de Santa Catarina. *Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba*, v. 6, n. 2, p. 207-216, 2015.

MACARENCO, I. *Gestão com pessoas, gestão, comunicação e pessoas: comunicação como competência de apoio para alcançar resultados humanos* (tese). USP, São Paulo, SP, 248p., 2006.

NUNES, C. A. P. P. da S. *A Relação Entre Capital Psicológico e Bem-Estar no Trabalho* (dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa, 69p., 2015.

- OLIVEIRA, J. L. de; SACILOTTI, A. C. Proposta de Avaliação Para Qualidade de Vida no Trabalho nas Micros e Pequenas Empresas. *Journal of Engineering and Technology Innovation*, v. 1, n. 1, p. 3-23, 2013.
- PAZ, M. G. T da. *Poder e saúde organizacional*. Em A. Tamayo (Org.), *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 127-154). Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: 2 ed., Feevale, 2013.
- RAFALSKI, J. C.; ANDRADE, A. L. de. Desenvolvimento da Escala de Percepção de Futuro da Aposentadoria (EPFA) e Correlatos Psicossociais. *Psico-USF*, v. 22, n. 1, 2017, p. 49-62.
- RIBEIRO, A. D. S.; SILVA, N. Significados de Felicidade orientados pela Psicologia Positiva em Organizações e no Trabalho. *Psicologia desde el Caribe*, v.35, n.1, 2018, 60-80.
- SANTANA, A. C.; SANTOS, M. A. S.; OLIVEIRA, C. M. *Preço da madeira em pé, valor econômico e mercado de madeira nos contratos de transição do estado do Pará*. Belém: UFRA; IDEFLOR; FUNPEA, 2010. (Relatório de pesquisa).
- SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology. *American Psychologist*. v. 55, n. 1, p. 5-14, 2000.
- SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. *Metodologia de pesquisa em psicologia (recurso eletrônico)*. Porto Alegre: AMGH, 9 ed., 2012.
- SILVA, K. R.; SOUZA, A. P. de; MINETTI L. J. Avaliação do Perfil de Trabalhadores e das Condições de Trabalho em Marcenarias no Município de Viçosa-MG. *Árvore*, v.26, n.6, 2002, p.769-775.
- SILVÉRIO, Z. M. de M. F. *Gestão e Retenção de Talentos: Uma Análise com Abordagem em Capacidades Dinâmicas* (dissertação de mestrado). Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 95p., 2017.
- SOUZA, W. da S.; SIQUEIRA, M. M. M.; MARTINS, M. do C. F. Análise da interdependência do capital psicológico, percepções de suporte e bem-estar no trabalho. *RAD*, v.17, n.2, 2015, p.151-184.
- TAMAYO, A. Impacto dos Valores da Organização sobre o Estresse Ocupacional o sobre o Estresse Ocupacional. *RAC-Eletrônica*, v. 1, n. 2, art. 2, 2007, p. 20-33.
- BAGGIO, Letícia; LIMA, Isaura Alberton de; KOVALESKI, João Luiz. A satisfação do trabalhador na área industrial: o caso da indústria madeireira “PP”. In: XXVI ENEGEP, Fortaleza, out, 2006.
- WATSON, D.; TREGASKIS, O.; GEDIKLI, Cigdem; VAUGHN, Oluwafunmilayo; SEMKINA, Antonina. Well-being through learning: A systematic review of learning interventions in the workplace and their impact on well-being. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, n. 27, v. 2, 2018, pp. 247-268

## Paper do NAEA Volume 28

# Projetos de desenvolvimento para a Amazônia e a expansão da dendeicultura

*Claudiane de Fátima Melo de Sousa<sup>1</sup>*



### RESUMO

No ano de 2004, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), um programa orientado para a diversificação da matriz energética brasileira. Como parte desse programa, em 2010 foi lançado o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil. Este programa teve forte impacto na Amazônia brasileira, pois a principal diretriz incluía a expansão da dendeicultura por meio de incentivos fiscais, linhas de créditos para a agricultura familiar e para as empresas produtoras e beneficiadoras de dendê. Os dois programas tinham como objetivo o desenvolvimento sustentável no meio rural, a geração de renda e a inclusão social. Com promessas de melhoria de vida e de renda, agricultores familiares foram incentivados a plantar dendê e muitas famílias fizeram contratos de compra e venda com grandes empresas do ramo. Este trabalho é um recorte de duas pesquisas que foram realizadas nos anos de 2013-2014; 2015-2019 o primeiro para minha dissertação de mestrado e o segundo para minha tese de doutorado. O recorte que aqui apresento chama atenção para os discursos que estão por trás do referido programa, discutindo à qual perspectiva de desenvolvimento este se alinha e ainda problematizar o imaginário sobre a Amazônia que em geral compõe parte do desenho de políticas de desenvolvimento que, via de regra, não tem levado a realidade socioeconômica da região em consideração. Por fim, contraponho as promessas do programa aos resultados obtidos e concluo que esse foi mais um programa de desenvolvimento que não logrou a inclusão social e econômica do homem e da mulher da região amazônica.

**Palavras-chave:** Dendeicultura. Biopalma. Biodiesel. Agricultura familiar. Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA. E-mail: nanni.sousa@gmail.com.

**ABSTRACT**

In 2004, the Brazilian government launched the National Biodiesel Production and Use Program (PNPB), a program aimed at diversifying the Brazilian energy matrix. As part of this program, the Sustainable Palm Oil Production Program in Brazil was launched in 2010. This program had a strong impact on the Brazilian Amazon, as the main guideline included the expansion of oil palm through tax incentives, credit lines for family farming and oil palm producers and beneficiaries. Both programs aimed at sustainable development in rural areas, income generation and social inclusion. With promises of improved living and income, family farmers were encouraged to plant oil palm and many families made purchase and sale agreements with large companies in the field. This paper is a clipping of two surveys that were conducted in the years 2013-2014; 2016-2018 the first for my master dissertation and the second for my doctoral dissertation. The clipping that I present here draws attention to the speeches that are behind this program, discussing to which development perspective it aligns itself and also problematizing the imaginary about the Amazon that are generally part of the design of development policies, which via rule has not taken socioeconomic reality into account. Finally, I contrast the program's promises with the results and conclude that this was another development program that failed to achieve the social and economic inclusion of men and women from the Amazon region.

**Keywords:** Dendeicultura. Biopalma. Biodiesel. Family farming. Development.

## INTRODUÇÃO

(...) o programa que estamos lançando hoje abre um novo horizonte de possibilidades para o Brasil e para a região amazônica, em particular. E representa o casamento entre a proteção ambiental e a geração de renda e de emprego digno para milhares de pessoas que moram na Amazônia. Hoje, o brasileiro pode dizer com orgulho que consegue proteger aquele que é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, a sua floresta tropical.

Com essas palavras o então presidente da República do Brasil, Luis Inácio da Silva, o Lula, iniciou seu discurso no lançamento do Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo no Brasil, na cidade de Tomé-açu, Estado do Pará.

O Programa supramencionado é conhecido como Programa Palma de Óleo e é um desdobramento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) lançado em 2004 com o objetivo de implantar a cadeia produtiva do biodiesel no Brasil, diversificar a matriz energética e substituir o uso do diesel pelo biodiesel. De acordo com o governo Federal, este programa se orienta pelas seguintes diretrizes:

a) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego; b) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; c) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima (MDA, 2010a).

O Programa Palma de Óleo é de 2010 e, embora traga em seu título que se trata de um programa de abrangência nacional, tem se focado muito mais na região Norte. Este programa foi lançado com o objetivo de “Disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis” (MDA, 2010b).

É baseado em três diretrizes, preservação da Floresta e da Vegetação nativa; Expansão da produção integrada com agricultura familiar e estabelecimento de Territórios prioritários, incluindo, as áreas degradadas na Amazônia Legal e áreas utilizadas no plantio da cana de açúcar.

O Programa Palma de Óleo é composto por sete linhas: 1) Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo; 2) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; 3) Ampliação da oferta de assistência técnica; 4) Aprimoramento dos instrumentos de crédito; 5) Regularização Ambiental; 6) Regularização Fundiária e 7) Câmara Setorial.

Essas sete linhas seriam sustentáculos para a implantação sustentável da Palma de Óleo e cada uma foi desenvolvida por determinados setores do governo e da sociedade civil. Por exemplo, as linhas um e dois estavam diretamente ligadas à pesquisa de desenvolvimento de tecnologia, ficando a primeira a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a segunda envolvia essa última, e também universidades públicas.

A linha três abrangia empresas e institutos públicos e privados de assistência técnica e extensão rural, bem como as empresas do ramo da dendecultura que mantinham suas próprias equipes na assistência técnica dos agricultores que plantam dendê. A linha quatro diz respeito às linhas de crédito rural criadas pelo governo federal para atender à expansão da dendecultura tanto por agricultores familiares como por empresas,

financiando para esses últimos inclusive plantas industriais para esmagamento do fruto e produção de óleo bruto.

A linha cinco nada mais era que o cumprimento do percentual de reserva legal, e o resguardo de plantar apenas em áreas já desflorestadas, ditas degradadas; a linha seis envolvia o Programa Terra Legal e prometia viabilizar a regularização fundiária para garantir o financiamento bancário para implantação do dendê e a linha sete diz respeito à câmara setorial vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e envolvia membros de todos os ministérios, do empresariado e da sociedade civil, funcionava com reuniões periódicas e tinha como objetivo acompanhar a implementação do programa bem como sugerir ao governo federal ações que viessem melhorar a cadeia de produção da palma de óleo.

Esse trabalho é um recorte de pesquisas que realizei para elaboração da minha dissertação de mestrado e também para o doutoramento. No recorte que aqui apresento pretendo apresentar uma avaliação do programa fazendo a comparação entre o discurso da política e a sua efetivação na prática.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2013-2014 e 2016-2018, e teve como método a etnografia e como metodologia a utilização das técnicas da observação participante e entrevistas etnográficas, que tem a particularidade da não diretividade e de partir de um tema, utilizando perguntas de aprofundamento por meio da técnica do gancho (GUBER, 2011).

O recorte que aqui apresento diz respeito apenas a dois locus de pesquisa, um no qual fiz etnografia, o assentamento rural Taperuçú nos anos de 2014 e 2018, localizado no município de São Domingos do Capim e o outro a comunidade Arauaí, no município de Moju e que tem a particularidade de ser a primeira comunidade rural no Estado do Pará a ter uma experiência de agricultura por contrato com uma empresa do ramo da dendeicultura.

A comunidade Arauaí foi muito utilizada para recrutamento de agricultores quando as empresas chegaram à região no advento do Programa Palma de Óleo. As empresas do ramo da dendeicultura na tentativa de conseguir convencer agricultores familiares a plantarem dendê faziam visitas técnicas ou intercâmbios levando outros agricultores para conhecerem a experiência de Arauaí e então apresentar relatos de sucesso e assim encorajar outros agricultores a plantarem dendê, meu contato com a comunidade foi num desses intercâmbios quando eu fazia observação participante.

Esses momentos eram sempre acompanhados por um técnico da empresa Agropalma, com quem eles mantêm o contrato, e consistia em alguns agricultores (escolhidos pela empresa) relatarem sua experiência com o plantio de dendê, não deixando de enfatizar que os quatro primeiros anos são de trabalho duro e árduo, mas que depois os ganhos compensam<sup>2</sup>.

O artigo está organizado em seis seções, mais a introdução e as considerações finais. Na primeira seção concentro-me em três linhas do Programa Palma de Óleo, a) zoneamento agroecológico, b) ampliação da oferta de assistência técnica e c) aprimoramento dos instrumentos de crédito, trago os principais elementos que o governo apregoa acerca dessas

---

2 No mesmo período em que estive na referida comunidade ouvindo histórias de sucesso, os agricultores entraram em contato com o MDA para que esse interferisse no contrato com a empresa que de acordo com eles não estava dando renda para os agricultores devido ao alto custo de manutenção do dendê e ao endividamento com a empresa, que além de compradora do dendê é também fornecedora de insumos para os agricultores.

três linhas e faço a relação com a pesquisa de campo, ressaltando os elementos discursivos que subjazem essas linhas.

Na segunda parte do imaginário acerca da Amazônia para discutir sob qual perspectiva que o desenvolvimento da dendeicultura está ancorado. Em seguida contrasto os dados de campo com outras pesquisas e mais uma vez faço uma discussão acerca das armadilhas retóricas que o programa Palma de Óleo traz.

Nas partes três, quatro e cinco apresento os dados de campo no que concerne ao plantio do dendê por agricultores familiares, trago informações sobre o financiamento, o contrato, a organização do trabalho e a perspectiva dos agricultores acerca do plantio do dendê. Na sexta parte volto a falar de modo geral do programa já caminhando para o que apresentei nas conclusões, ou seja, apesar das promessas de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento para os agricultores e para a região permanece como utopia.

## **LINHAS DO PROGRAMA PALMA DE ÓLEO**

Como pode ser depreendido das diretrizes do PNPB, da fala destacada do então presidente da república e dos objetivos do Programa Palma de Óleo, a expansão da dendeicultura está amplamente ancorada no discurso do desenvolvimento sustentável, ou seja, promete crescimento econômico, com proteção ambiental e inclusão social.

Com discursos alinhados a essa matriz, somado ao imaginário que se tem da Amazônia acerca de a despeito de sua imensurável riqueza, ter baixos índices de desenvolvimento, áreas extensas a serem ocupadas e uma floresta exuberante que hoje precisa de ações salvadoras.

O desmatamento da Amazônia ganha as manchetes de jornais tanto nacional quanto internacionalmente, contudo, as atividades geradoras do desmatamento são mantidas ocultas pelo discurso midiático e oficial. Fala-se de desmatamento como se a exploração fosse apenas para extração da madeira, ignoram que os grandes projetos que chegam à região, prometendo desenvolvimento, acabam com milhares de quilômetros de florestas, de fauna, flora e de povoados tradicionais e povos indígenas. Vejamos mais este trecho do discurso do presidente Lula.

(...) a produção ordenada do óleo de palma, realizada dentro de rígidos parâmetros ambientais e sociais, como os que estão previstos neste programa, será mais um importante vetor de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e será, sobretudo, um grande aliado no combate ao desmatamento (Secretaria de imprensa, 2010, p. 5).

Nesta fala o então presidente está se referindo ao Zoneamento Agroecológico do dendezeiro (ZAE-dendê) para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), consistindo na primeira linha do Programa Palma de Óleo, que acordo com o documento produzido pela Embrapa:

é uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação à implementação da cadeia de produção de óleo de dendê. Para a Amazônia Legal, em particular, constitui a base técnico-científica para se buscar a sustentabilidade em bases social, econômica e ambiental, pela indicação das terras mais adequadas à produção agrícola da cultura do dendezeiro (EMBRAPA, 2010, p. 6).

O ZAE-dendê foi realizado com base no cruzamento das condições climáticas e edafológicas adequadas às exigências do dendê. A Embrapa defende que o zoneamento é uma ferramenta que cria mecanismos de orientação para implementação da cadeia de produção de palma de óleo e seria fundamental para a produção sustentável.

Produção sustentável para quem? Pergunto. Em quesito de sustentabilidade pode-se ter um leque de orientações. A sustentabilidade que se procura é para os negócios do dendê? É para o plantio do dendê? Ou seja, garantir que ele seja implantado apenas em regiões com as condições edafoclimáticas adequadas e assim reduzir os custos de produção e garantir rentabilidade produtiva. Ou sustentabilidade do ponto de vista amplo, considerando o meio ambiente e social, as questões étnicas, a biodiversidade e a proteção da cultura local?

O texto do zoneamento não parece ser orientado por questões ligadas ao meu último questionamento, haja vista que ele foi produzido a partir do cruzamento das condições de clima e solo conforme as necessidades do dendezeiro. Desta forma, o zoneamento ficou dividido em dois níveis de manejo, o manejo B que emprega práticas agrícolas com médio uso tecnológico e o manejo C que emprega práticas agrícolas com alto nível tecnológico; caracterizando-se pela aplicação intensiva de capital e de tecnologias para manejo.

Além dos níveis de manejo, o zoneamento foi definido em quatro classes, a Preferencial, com potencial alto de produção; a Regular, com médio potencial, em que solos apresentam moderada limitação para a produção sustentada do dendê; a Marginal apresenta solos com fortes limitações para a produção sustentada do dendê e a Inapta, que apresenta condições de solo e clima desfavoráveis, tornando inviável a produção econômica do dendezeiro.

Podemos ver que, apesar de ser chamado pela Embrapa como zoneamento agroecológico, o zoneamento em si não tem nenhum princípio ligado à agroecologia. O termo agroecológico foi utilizado como um recurso discursivo, que tem o fim de convencer e não informar, como é próprio da linguagem da política, linguagem esta em que os termos utilizados refletem determinados valores sociais e culturais que não são meros adornos nas frases, são instrumentos de poder exercidos pela linguagem (APTHORPE, 1997).

Além do Zoneamento Agroecológico, a expansão da dendeicultura contou com a linha instrumentos de créditos em que o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu normas para a concessão de crédito para implantação de dendê por agricultores familiares por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e também linhas de crédito para as empresas, oferecendo vantagens e menores juros para as empresas detentoras do Selo Combustível Social (SCS).

O SCS seria a garantia da dimensão social do PNPB e é uma das bandeiras mais tremuladas pelo governo e pelos entusiastas tanto do PNPB quanto da expansão da dendeicultura e de seu atrelamento à agricultura familiar, pois, entendem o mecanismo do selo como um diferencial do PNPB e uma experiência inédita que aliará produção sustentável com inclusão social (ANDRADE, 2010; MONTEIRO et al, 2013; SIMAS, PENTEADO, 2012).

Alfredo Homma (2010; 2012) defende que a dendeicultura inaugura um novo ciclo econômico, e abre possibilidades de respostas a uma questão global (o aquecimento global) e ainda diminuiria o passivo ambiental na Amazônia. Homma e outros autores, também consideram a dendeicultura uma oportunidade de geração de renda e inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia. (ANDRADE, 2010; HOMMA, et al, 2014; MONTEIRO, 2013).

A dendecultura como vetor de desenvolvimento, um desenvolvimento adjetivado pelo sustentável, é defendido não apenas por governantes, mas também por uma parcela da academia, e obviamente pelas empresas, desse entusiasmo e das diretrizes governamentais, indagamos: a dendecultura constitui realmente uma saída viável para a agricultura familiar? O desenvolvimento propalado é realmente significativo e interessante para a região? Ou seja, é realmente desenvolvimento? Para os defensores da dendecultura o que é desenvolvimento sustentável? O que é inclusão social? O que é Amazônia?

Estas questões serão tratadas pontualmente, confrontando dados etnográficos e outras pesquisas, pois se há muitos discursos em defesa da expansão da dendecultura, há também muitas vozes dissonantes e não apenas que ecoam da sociedade em geral, mas também da academia e dos próprios agricultores integrados e também de agentes públicos que como tal, representam o governo, mas não necessariamente convergem suas ações aos interesses do Estado, que aqui não é compreendido como monolítico.

## DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DA DENDECULTURA

Começaremos a delinear nossas respostas pela indagação final: O que é Amazônia? Fica claro que para estes atores a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, uma reserva de biodiversidade ameaçada pela ação predatória da extração de madeira e que como um estoque fenomenal de biodiversidade precisa de ações que visem sua conservação.

Para estes, paradoxalmente, o dendê, cultura industrial e que tem seu sistema de produção amplamente ancorado no alto uso de insumos e baseado no sistema de monocultivo é desvelado e posto como a salvação da floresta, tendo em vista que seu cultivo seria apenas em áreas degradadas. Das características mais propaladas acerca da floresta amazônica, a sua rica biodiversidade, não é considerada nesse projeto de “recuperação ambiental” que sequer tem sustentabilidade e coerência discursiva, vem se impondo e sendo exaustivamente repetido até por figuras instruídas e respeitáveis, tanto no mundo acadêmico, como na sociedade mais ampla.

Aqui o discurso da *terra incógnita* que precisa ser conquistada, a natureza rica, exuberante e inesgotável ávida por ser explorada e transformada em riqueza capital (ARAGÓN, 2013) é substituída pelo utilitarismo do desenvolvimento com bases ambientais, em que a Amazônia assume papel geopolítico na mitigação dos problemas derivados das mudanças climáticas (IBDEM, 2013), desta vez o protagonismo não se deve à floresta, mas às terras disponíveis, desflorestadas e degradadas.

Terra disponível, este é um dos maiores mitos sobre a Amazônia, pois está diretamente ligada à noção de vazio demográfico que subjaz mais uma das noções preconcebidas sobre a Amazônia. Do mesmo modo que na visão do colonizador este vazio deveria ser recoberto por ações que levasse ao progresso, o discurso das terras degradadas anuncia a ação salvadora e progressista da recuperação ambiental.

Luis Aragón (2013) afirma que a noção de vazio demográfico não se restringe à suposta falta de gente, mas envolve a negação do homem local e de sua cultura. Vejamos que o ZAE foi elaborado basicamente pelo cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendezeiro, recomendando seu plantio nas áreas já desmatadas, sem levar em consideração o meio cultural.

As práticas da agricultura familiar não foram sequer consideradas, quem vive e como viviam as comunidades tradicionais não constam desse zoneamento que é puramente ligado a fatores climáticos e edáficos e que, portanto, nem poderia ser chamados de agroecológico.

Termos que remetem à agroecologia, assim como desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado sem critérios e sem reflexões. Os termos Agroecologia, agroecológico tem sido esvaziados de sentido e utilizados como jargão e moda bem como, se detido reprodução de termos chaves que não são meras reproduções de termos, tem a função de onde a política falha como prática, ser bem sucedida como composição ou código (APTHORPE, 1997).

Levando em consideração os princípios agroecológicos, não se pode considerar o zoneamento agroecológico e sim edafoclimático, pois este zoneamento realizado pela Embrapa não leva em consideração nem princípios, nem diretrizes, e é um atentado aos elementos mínimos constitutivos da agroecologia, que além de ecológicos, são também sociais e econômicos (ALTIERE, 2004).

Conforme afirma Miguel Altieri, - “Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos” (ALTIERE, p. 27).

Com isso entramos na questão: O que é desenvolvimento sustentável? A questão é demasiadamente complexa para ser respondida de pronto. Para a academia pode ser muitas coisas, ou pode ser nada. Mas, para os defensores da expansão da dendeicultura é basicamente o dendê, que recebe a nomenclatura de floresta plantada, procurando ocultando os malefícios ambientais de uma monocultura em uma região conhecida por sua sociobiodiversidade.

O desenvolvimento sustentável para estes se resume ao plantio do dendê em áreas consideradas degradadas. Todavia, observemos que para servir ao discurso da expansão da dendeicultura o termo degradado é manipulado de acordo com a conveniência. Por exemplo, atualmente as empresas exigem que cada agricultor familiar plante dez hectares, para isso, em cumprimento à legislação ambiental, cada agricultor precisa dispor de pelo menos, vinte e cinco hectares, dos quais, pelo menos dez sejam desflorestados.

Caso o agricultor não disponha de toda essa área, ele pode abrir um roçado e completar a área, como informa um dos empregados da Biopalma, “por exemplo, deu seis, oito hectares, aí ele plantou uma mandioca ano passado, aí agora esse ano ele arranca a mandioca, dá os dez, aí ele já entra”. (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

O ZAE leva em consideração a retirada da vegetação nativa, se por um acaso houver um pomar, este pode ser substituído por dendê, pois essa área pode ser caracterizada como degradada. A Embrapa não adota isso, afirma que áreas de pastagem devem ser reconvertidas em plantios de dendê, mas na prática o fato da floresta nativa ter sido tirada abre possibilidades para que muitas áreas sejam utilizadas sob o pretexto de que estavam degradadas.

E mais, há forte ênfase de que com o dendê novas áreas deixarão de ser abertas, e isso se aplica para diversas culturas, inclusive as culturas alimentares. Em campo percebemos que o discurso sobre o dendê como mecanismo de preservação ambiental já está sendo reproduzido por agricultores, como ressalta um de nossos interlocutores “os agricultores, que no Taperuçu que investiram em dendê, nesse período não queimaram roça, e aí o meio ambiente pede pra num queimar/evitar queimadas”. (Pesquisa de campo, maio de 2014).

Essa não abertura de novas áreas indica que novos roçados de mandioca não foram feitos, já que a agricultura ainda praticada pela maioria das famílias de agricultores amazônidas é do tipo corta e queima. Os agricultores também vão se apropriando do discurso da sustentabilidade e dando novas conotações e alinhando ao seu projeto de futuro, à sua vivência e as suas práticas, até defendendo a expansão da dendeicultura como uma atividade sustentável.

Sustentabilidade é aquilo que não precisa se arrancar o pé. (...) eu penso nos meus filhos porque eu sou um agricultor e meus filhos tão se desenvolvendo nos estudos e mais lá na frente o dendê tem condições de pagar uma faculdade pra eles, e roça de mandioca não paga, não é nada contra entendeu? (Agricultor familiar, entrevista concedida em julho de 2014).

Por fim, colocamos a discussão sobre o desenvolvimento, sem adjetivos, pois, ao fim e ao cabo o projeto de expansão da dendeicultura é alinhado à ideia de desenvolvimento para a região Amazônica e se assenta em métodos e ações que remetem às origens do desenvolvimento ainda no iluminismo, perpassam pela ideia de progresso e chegam ao desenvolvimento como crescimento econômico (CASTRO, 2012), mas agora revestido pelo manto protetor do desenvolvimento sustentável.

Dentro desse quadro, de crescimento econômico, desenvolvimento e capitalismo, a Amazônia aparece como uma região de fronteira, mas fronteira para a produção capitalista. A tragédia maior é certamente a incapacidade de se pensar para além dos parâmetros coloniais que tem informado as estratégias de agentes públicos e privados, as políticas e as ações direcionadas para esta região (CASTRO et al, 2018, p. 8).

Sobre expansão da dendeicultura e desenvolvimento, João Nahum e Cleison Bastos (2014) asseveram que a expansão da dendeicultura na Amazônia é a reinvenção de um projeto de desenvolvimento já experienciado na Amazônia na década de 1970. Esse projeto, aliado à falta de perspectiva dos camponeses, e de políticas de desenvolvimento local, os levarão à descampenização.

Nahum e Bastos compreendem a descampenização como “a formação de um campo sem camponeses que, paulatinamente, metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar” (p. 471).

Não concordamos com esse posicionamento, pois entendemos o campesinato para além da dimensão da produção e da reprodução da força de trabalho. Compreendemos o campesinato em sua dimensão moral e subjetiva, na qual a produção é orientada por princípios e valores que são moldados por uma racionalidade específica e um modo peculiar de se relacionar com a terra e de criar, recriar e reproduzir valor (COSTA, 2012; WOORTMANN, 1988; WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

No entanto, não podemos deixar de considerar as preocupações dos autores no que concerne às políticas orientadas para o desenvolvimento rural, tendo como foco as especificidades locais. Cultura local, não seria uma dimensão do desenvolvimento sustentável? Formalmente sim, mas como já explicitou Edna Castro em citação anterior, o desenvolvimento sustentável, em nossa sociedade, permanece como uma utopia.

Podemos considerar que a expansão da dendeicultura se impõe como um sistema agrário, tendo em vista que os arranjos institucionais forjados para sua implementação conjugam regras formais para o uso dos recursos naturais, do conhecimento tecnológico e laboral, e ainda são criadas novas relações fundiária e mecanismo de acesso ao crédito e assistência técnica (COSTA, 2009).

Esse sistema agrário deveria ser voltado para o desenvolvimento da região Amazônica, com geração de trabalho e renda, logo, com inclusão social. Todavia, a expansão da dendecultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? É um projeto interessante para o desenvolvimento da região?

Alfredo Homma e João Nahum, aqui citado anteriormente, já abrem controvérsias quanto às respostas a essas indagações. Porém, para além das considerações desses autores, nossa pesquisa confronta o discurso da viabilidade social e econômica a práticas que vem ocorrendo nessa relação empresas e agricultores familiares.

## **AGRICULTURA FAMILIAR E A EXPANSÃO DA DENDECULTURA**

Começaremos por responder à indagação: A expansão da dendecultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? Nosso recorte envolve famílias que estão diretamente ligadas a empreendimentos de grande envergadura, como é o projeto da empresa Biopalma.

O nosso programa é o seguinte é... a VALE, Biopalma ela precisa plantar sessenta mil próprio e vinte mil hectares pra Agricultura familiar, ou seja, são duas mil famílias (...) Esses vinte mil hectares no negócio da Biopalma corresponde a vinte e cinco por cento, então não é um negocinho, tá! Tu tá atuando em 10 municípios, então é considerável o que tu tá levando de melhoria pra esse público. Vai alavancar por quê? tu/ele não vai mais precisar corre atrás de pra quem vender. Um dos problemas da agricultura é, eu vou produzir pra quem eu vou vender, né? (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

Em virtude da aquisição do Selo Combustível Social, as empresas têm empreendido estratégias para cooptar famílias para produzirem o dendê e fornecer-lhes. A esta relação as empresas chamam de parceria.

Parceria por quê? Desde o princípio foi pregado que a relação entre as empresas e as famílias seria de reciprocidade. As empresas forneceriam as mudas, os insumos e a assistência técnica. As famílias produziriam de acordo com as recomendações técnicas e venderiam para a empresa “parceira”.

Uma conjugação que parecia perfeita, tendo em vista que para além de uma relação de mercado, encerrada na compra e na venda, essa relação seria em que a empresa ajudaria as famílias, doando as mudas e entrando com assistência técnica, como ressaltou Lula em seu discurso: “Ô, gente, é um programa extraordinário. Você vai receber a muda sem pagar nada por ela, você vai receber assistência técnica, você vai plantar. Depois, você tem já o comprador garantido” (Secretaria de imprensa, p. 11).

Mas, o que vem ocorrendo é bem diferente do que foi disseminado nesta audiência que de certa maneira foi um espaço, também, de recrutamento com o dirigente máximo da nação dando garantias de que o programa era bom, interessante e viável. Hoje, tudo, exatamente, tudo é pago, ainda assim, os agricultores enxergam alguma parceria.

(...) a empresa ela nos fornece o adubo do preço que ela compra, que ela compra de lote. É então o adubo mais caro que chegou agora pra gente foi R\$ 1,26 [cada quilo]. (...) Esse adubo ele vem tudo ai, dividido nas parcelas, é pago incluído no projeto. (...) o banco deposita na conta da Biopalma, assina uma documentação que tem lá/que eles preparam, ai o banco libera pra conta da Biopalma. Na realidade o adubo deles tá bom, porque se a gente fosse comprar individual, tá de dois e pouco esse adubo ai. Tá, até tá sendo parceria isso, mas nas outras

coisas meu irmão é fatal! (Pesquisa de campo, maio de 2014).

Na citação anterior um agricultor relata como é a relação com a empresa no que tange à aquisição dos adubos. Os adubos são financiados pelo agente financeiro e liberados conforme a necessidade definida pela empresa. A empresa Biopalma presta assistência técnica e fornece os adubos, aí ela faz o laudo de liberação do adubo, entrega o laudo ao banco e recebe pelo valor do adubo que teria fornecido aos agricultores.

No próximo tópico falaremos mais detidamente sobre essa relação, onde explicitaremos de modo geral como vem se dando essa parceria que envolve dois agentes em posições muito distintas e em escalas muito diferentes no que tange às relações de poder, de um lado uma grande corporação e de outro, agricultores familiares desassistidos até pelos seus sindicatos.

## ASPECTOS GERAIS DA “PARCERIA”

Rui Gomes Júnior e Rafael Barra (2010) asseveram que ao se integrar ao agronegócio do dendê a agricultura familiar deverá trabalhar sob mecanismos empresariais. Os autores são contundentes ao descrever quais os procedimentos que a agricultura familiar deverá adotar para lograrem êxito na produção do dendê:

- Planejamento em nível operacional das atividades da propriedade – os produtores deverão saber quais atividades deverão ser executadas em cada período do ano e a demanda de equipamentos e mão de obra para cada atividade e em cada período.
- Adotar procedimentos como cumprir prazos e atingir metas – o atraso na execução de atividades acarretará em prejuízos ao agricultor, a outros agricultores vizinhos e a agroindústria. O atraso da execução das atividades de manejo da cultura como coroamento, rebaixo e adubação resultarão em plantações com baixo desempenho. O atraso na colheita afetará a qualidade do produto e a logística de transporte da safra, prejudicando outros produtores envolvidos no fechamento da carga e a agroindústria pela queda na qualidade de óleo.
- Adotar tecnologias adequadas - o agricultor deverá estar acessível e executar tecnologias conforme treinamento disponibilizado pela agroindústria agregada, agências de ATER ou empresas de pesquisa. A adoção de tecnologias não validadas é um grande risco para o produtor (Ibidem, p. 9).

O primeiro choque é de racionalidades, pois essa “parceria” está envolta no encontro de duas racionalidades distintas. A do grande capital, e a da reprodução camponesa, todavia, a empresa com o contrato de “parceria” se reveste de legitimidade para impor suas regras sobre o trabalho, a terra e as decisões da família “parceira”.

Desde o contrato, até o financiamento e como esse financiamento será utilizado, é a empresa que decide. Sob o pretexto de que dispõe dos conhecimentos técnicos a empresa elabora um projeto super favorável a ela e completamente desfavorável às famílias.

Inicialmente o valor financiado para o dendê chegava a R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por hectare, com financiamento no máximo de R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil reais). Atualmente estes valores são na ordem de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), respectivamente.

Os valores que vamos trabalhar aqui se referem ao primeiro limite, e apresentaremos dados coletados de uma cédula de crédito de uma agricultora que contratou em 2011 o financiamento. Financiamento este que contemplou a aquisição de mudas, fertilizantes para dois anos da cultura, mão-de-obra, também para dois anos da cultura e outros materiais.

O financiamento para a cultura do dendê é alto, e mesmo assim não supre todas as despesas exigidas. Muitos itens deixam de ser financiados e tem que ser adquiridos pelos agricultores, além do que o financiamento só vem ocorrendo até o segundo ano da cultura, período em que ela ainda nem começou a produzir.

Dos itens financiados as mudas somam um total de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), a semente de puerária (*Pueraria phaseoloides*) R\$ 300,00 (trezentos reais) e fertilizantes NPK, Arad e fosfato reativo, para os dois anos da cultura, R\$ 25.520,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte reais), somam-se a estes valores os custos da semente de puerária e das luvas, e chega-se à cifra de R\$ 43.371,00 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais) ocupando 67,10% do valor total do financiamento. Este valor fica diretamente com a empresa.

Os 32,9% são distribuídos em parcelas que são liberadas pelo agente financeiro mediante laudo apresentado pela empresa. Esses valores são referentes à mão de obra, mas muitas vezes é utilizado na aquisição de insumos e materiais que não foram contemplados no financiamento e que são muito necessários.

Cabe ressaltar, que das regras impostas pela empresa consta a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), pois as mesmas regras aplicadas à empresa são aplicadas aos agricultores “parceiros”, pois suas áreas findam sendo vistas como continuação da empresa.

Os EPI's exigidos são capacete, óculos de proteção, luva cano longo em couro, perneiras e chapéu árabe. Embora sejam exigidos, além da luva, nenhum outro item é financiado, e tem que ser adquiridos pelas famílias.

Os instrumentos de trabalho com o dendê, como o sacho e a rede de pesagem e a lona também são necessários, mas não são financiados, obrigando os agricultores a adquirirem esses materiais com seus escassos recursos.

Vimos que os termos do financiamento da cultura do dendê, pouco é interessante para os agricultores e ainda abre margem para aumentar os lucros da empresa, que passa a fornecer seus materiais e tem onde despejar seu excesso de mudas, ampliando ainda mais a reprodução de seu capital.

Além de o financiamento ser desvantajoso para os agricultores e as decisões sobre ele serem da empresa “parceira”, as famílias ainda tem que responder com produtividade, que é cobrada ao nível da produtividade da empresa, mesmo que os agricultores não disponham da mesma tecnologia e dos mesmos recursos.

A dívida alta, não há em geral para agricultores familiares cultura agrícola que seja financiada com esse valor, em geral os projetos que eles acessam são com valores bem baixos. Então a dívida e as metas de produção os preocupam muito. Na maioria das entrevistas que fiz essa aflição foi ressaltada.

Ainda que os técnicos da empresa cobrem uma produção de 25 toneladas por hectares, a série histórica da produtividade do dendê mostra que essa produtividade no Estado do Pará

nunca ultrapassou as 16 toneladas por hectare. Ou seja, a viabilidade do projeto foi calculada com base numa produtividade que não existe fora dos campos experimentais, e tem sido quarenta por cento abaixo do projetado, o que, na prática, pode acarretar a inviabilização do final do projeto.

Um dado que pode corroborar essa inviabilidade é que nos anos de 2017 e 2018 começaram a vencer os financiamentos e dos agricultores que plantaram em 2011 e 2012, respectivamente, dos agricultores que visitamos nos municípios de Acará, Concórdia e Tomé-Açu, um total de 55, nenhum teve condições de quitar a parcela de aproximadamente R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e renegociaram a dívida, alguns para pagamento no ano seguinte outros conseguiram mais quatro anos de carência. Esses agricultores haviam financiado seus projetos de investimento com juros de 2,5% a.a, e na renegociação passaram a pagar juros de 5,5% a.a, o que é bastante interessante para o banco e mais um vilipêndio dos agricultores.

## “PRA TODO LADO É SOFRIMENTO”

A frase que abre esta seção foi proferida por um agricultor ao comparar a vida na época em que cultivava mandioca como o principal produto da família e a vida atual como produtor de dendê. Diz que passou a plantar dendê convencido pelas promessas de que o dendê daria resultados mais satisfatórios que a mandioca, possibilitando à família usufruir de uma renda que melhorasse seu padrão de consumo e conforto, mas o que ele viu foi “a roça já dava trabalho, o dendê dá o dobro”.

É verdade que nem todos os agricultores que entrevistamos estão insatisfeitos com o resultado que vem obtendo da cultura do dendê. Não por falta de motivos para reclamar, como atraso na entrega do adubo, atraso no pagamento da produção, atraso na busca do fruto na casa do agricultor, custos elevados da cultura, preço baixo do quilo do fruto, mas por ainda estarem confiantes de que chegaram às margens produtivas prometidas e por terem mensalmente uma renda que ainda está livre de outros custos, como o pagamento da parcela do financiamento, por exemplo.

Contudo, a cultura do dendê demanda trabalho constante e árduo. Os quatro primeiros anos, diz a pesquisa e agricultores que já passaram por essa fase, são de trabalho muito intenso. A partir do quarto ano, com mais ênfase a partir do quinto ano de plantio os tratos culturais passam a ser menos frequentes, em contrapartida o trabalho com a colheita aumenta, pois a produtividade é maior.

Ao trabalho árduo os agricultores estão acostumados desde a mais tenra infância, quando começa o processo de socialização e aprendizagem, o que difere em relação ao dendê é que agora eles têm uma dívida a quitar, cumprir metas e produção e ainda adequar-se à agenda da empresa. Esse novo quadro que agora tem que se adaptar, muda o modo como se organizavam até então, e isto mexe com a organização do trabalho e da produção da família, que passa a se organizar em torno da produção do dendê.

Certa vez ouvi o depoimento de um agricultor da comunidade Arauaí no município de Moju-PA, que ao chegar ao plantio, diante de um trabalho tão exaustivo, jogou a água da garrafa fora e foi embora. Relatou que depois refletiu, ele já havia feito um financiamento, agora teria que honrar com seu compromisso, caso contrário não estaria ensinado uma boa lição aos filhos.

Desistir e voltar a palavra não era uma opção a ser considerada. Semelhante ao caso do agricultor do Arauaí, citado anteriormente, as famílias do Assentamento Taperuçu têm trabalhado arduamente nesses primeiros anos. Um dos interlocutores chegou a citar que às vezes o corpo “tá que não aguenta”, mas pensam no compromisso, e que cada hora perdida, são toneladas a menos na produção.

Se estão trabalhando além da exaustão é porque estão confiantes nos resultados da produção. Um dos agricultores afirmou que para trabalhar com o dendê “o cabra tem que ter sangue nos olhos”. Agricultores que já estão com o dendezal adulto costumam relatar que a partir do quinto ano o manejo com a cultura é mais fácil, menos pesado, a demanda de trabalho diminui.

Todavia, ao mesmo tempo em que as operações de manejo reduzem, o corte dos cachos aumenta porque aumenta e muito a produtividade e onde se carregava dez-doze toneladas, passa-se a quarenta-cinquenta e isto tudo manualmente, com cachos ultrapassando os trinta quilos. A produtividade é algo bom e desejado, o problema para os agricultores é que lhes falta recursos para investir em maquinários, então o carregamento dos frutos é feito em lombos de animais, carroças, tudo muito manual, o que torna a rotina mais árdua e pesada.

Nos tratos culturais, os membros das famílias trabalham de acordo com suas disponibilidades, principalmente no segundo turno de trabalho. No corte dos cachos toda a família é envolvida e é a atividade que mais demanda mão-de-obra externa. Para as famílias que tem o dendê bem próximo às residências, a condução do processo pareceu mais tranquila. Isso porque eles podem estender as horas de trabalho, e em dias que escurece mais tarde “varam a noite roçando”.

Para os técnicos, embora o dendê demande muito trabalho, no Assentamento Taperuçu as famílias vêm tendo dificuldades em manter os dendezais e trabalhando muito mais horas e dias por semana do que seria necessário, por falta de organização do trabalho (se referindo à distribuição de dias dedicados a determinadas atividades) e a falta de união das famílias, que não se ajudariam na condução do dendê. No mínimo desrespeitosa essa consideração, pois as famílias que plantaram dendê estão aprendendo a trabalhar com a cultura, estão tendo que docilizar seus corpos para os tratos culturais e corte. Ao contrário do que diz a empresa Biopalma, os agricultores organizam sim seu trabalho, mas ao seu modo.

Como disse um dos agricultores: “Só com a nossa força, não dá pra fazer do jeito que os técnicos querem. Eles chegam aqui e exigem que se trabalhe de um jeito e de outro, mas, eu não tenho como, sou praticamente sozinho”.

Ainda que os resultados não sejam favoráveis, muitos afirmaram estar confiantes, pois alguns vem conseguindo, e relatos como o que transcrevo a seguir são comuns: “Andei por ali todos eram pobres, plantaram dendê; agora tão com casinha boa e carro na porta”. Esses exemplos de sucesso são em geral vagos e de se ouvir falar, quando a pessoa é próxima e está tendo uma produção boa, o comentário gira em torno de “fulano se deu bem, ciclano está bem”, notícias estas veiculadas pelos próprios técnicos das empresas.

Sempre que os agricultores reclamam das condições de trabalho a empresa é enfática em cobrar e exemplificar outras pessoas que conseguiram. Se fulano consegue, porque vocês não conseguem?! Os agricultores convidam a empresa a refletir sobre as diferenças nas condições financeiras das famílias consideradas modelo e ainda nas condições do solo.

A empresa não aceita tais argumentos nem relativizações. Um dos agricultores tidos como modelo na produtividade é o senhor Raimundo Lopes dos Reis, agricultor de Concórdia do Pará, que segundo relatório apresentado por Verena Glass da ONG Repórter Brasil (2013), estava muito satisfeito com a produção do dendê.

Na mesma publicação a autora faz uma conta rápida dos custos do agricultor com a cultura, e mostra que mesmo ele chegando a uma renda de R\$ 1.800,00/mês, contabilizava prejuízos de mais de R\$ 700,00 ao mês.

Um dos interlocutores afirmou que hoje não plantaria o dendê, mas agora já não tem mais como voltar atrás. Esse agricultor em questão tem os maiores índices de produtividade no Assentamento Taperuçu, mas a renda gerada com o dendê não tem sido suficiente para suprir as necessidades de sua família, composta por nove pessoas, três adultos, três adolescentes e três crianças.

A empresa ignora as peculiaridades de cada família e faz muita pressão por produtividade. Contudo, o rendimento do trabalho na agricultura familiar não pode ser mensurado em níveis empresariais, e como já tratamos, a produtividade cobrada não tem sido factível nem para as empresas. Adicione a isto o fato de que, embora venham se dedicando quase integralmente ao trabalho no dendê, as famílias não vivem com exclusividade para o dendê, nem trabalham para cumprir meta de rendimento Homem/Dia.

Embora já se preocupem com o tempo e por isso trabalhem muitas horas por dia, como acompanhamos o trabalho por eles realizado tem um grau de envolvimento e de cuidado que demanda muito mais tempo de realização, até porque eles não realizam uma única atividade, a sua atuação é muito mais sistêmica.

Contabilizando o rendimento das empresas versus o rendimento do trabalho realizado pela agricultura familiar, vemos que não há grandezas que consigam extrair uma razão, pois a organização do trabalho difere muito, de uma pra outra.

Quadro 1. Rendimento do trabalho empresarial versus agricultura familiar

<b>Atividade</b>	<b>Empreiteiras/ empresa</b>	<b>Estudos para a AF</b>	<b>Agricultores Taperuçu</b>
Coroamento manual	0,83 ha H/D	0,4 ha H/D71	0,12 ha H/D
Rebaixo manual	0,72 ha H/D	0,72 ha	Não conseguem contabilizar
Adubação	3,12 ha H/D	5,59 ha H/D72	Não conseguem contabilizar

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os agricultores não conseguem contabilizar o tempo que gastam no rebaixo e na adubação porque em geral conjugam essas duas atividades, bem como outras, como a poda de limpeza. Além do que entre o início e o término dessa atividade passam-se meses. Em geral quando limpam a última fileira, a primeira que limpam já se encontra no mato e eles recomeçam todo o trabalho.

Devido a essa demanda constante de trabalho, no qual as famílias se revezam entre o corte, adubação e tratos culturais, muitas famílias têm ou deixado de plantar a roça de mandioca, ou reduzido as áreas de plantio. As atividades no dendê ocupam a semana inteira das famílias, chegando algumas a trabalharem até o domingo, no caso das semanas em que está ocorrendo o corte dos cachos.

Quando estivemos no assentamento Taperuçu, construímos junto com os assentados um cronograma de trabalho, que representa uma média de como vem sendo a distribuição das atividades num dado mês. Com algumas variações, para um dia a mais ou a menos, em geral esse cronograma é fiel à distribuição do trabalho das famílias (referência Junho-Novembro de 2014).

Quadro 2. Distribuição do trabalho no dendê/ocupação da mão de obra

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.
	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.
	29.	30.	31.				

Corte

Tratos culturais

Biopalma busca a produção

O modelo pensado pelos agricultores na “parceria” foi aquele que o agricultor mantinha seus cultivos. O dendê passaria a ser um componente no sistema de integração, mas com as condições dadas e com os dez hectares impostos, essa diversificação fica como um tipo ideal para muitas famílias.

Até os agricultores mais entusiasmados com o dendê, veem com preocupação a não continuidade dos cultivos anuais: “eu sonhava, com os agricultores, essa forma de dendê: Dendê com as culturas que nós já conhece (...) hoje nós sente uma visão diferente. Nós quer plantar a mandioca?! Dá de plantar! Mas, se você for plantar a mandioca, você arranca o dendê”.

De acordo com o interlocutor citado anteriormente, o trabalho que o dendê demanda é incompatível com a continuidade do plantio da mandioca. No caso da família dele, a mão de obra disponível é a sua, de sua esposa e de um filho adolescente; verificamos que a família continua com o cultivo da roça<sup>3</sup>, mas a diversificação diminuiu, bem como o tamanho da área.

3 O termo roça na Amazônia é polissêmico. No artigo e para os agricultores com os quais estou trabalhando é o cultivo de mandioca, acrescido de arroz, milho, feijão, abóbora, maxixe, etc. Há uma infinidade de cultivos que são plantados na mesma área que a mandioca. Muitas vezes pesquisadores que não conhecem as peculiaridades da produção e da língua, acabam registrando apenas o cultivo de mandioca, pois como cultura principal ela acaba ofuscando as demais, que chegam às vezes até não ser consideradas pelos próprios interlocutores. Como já conheço bem essa realidade costumo perguntar "e na roça, além da mandioca planta o que?" e daí

No ano de 2014 plantaram na roça apenas feijão, as demais culturas alimentares não foram mais possíveis de continuar cultivando, embora permaneçam com a criação de pequenos animais. Verificamos que o mesmo vem ocorrendo com agricultores de outra região:

era acostumado a mexer com dez tarefas... agora eu não posso fazer muito, tenho muito trabalho no dendê (...) naquela época [se referindo antes do plantio do dendê] a gente fazia 10 tarefas, 08 tarefas de roça, metia o arroz, metia o milho, dava uma ajuda. A gente tinha o feijão e hoje a gente não mexe. Por quê? Porque tem uma mão de obra muita [se referindo ao trabalho no dendezal] (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

Já em visita a um agricultor em Tomé-Açu, ele mostrou diversas áreas com sistemas agroflorestais. Ao todo tem cultivados doze hectares e meio entre frutíferas e essências florestais. Inclusive no meio do dendê ele implantou diversas culturas, entre elas pimentado-reino e banana. Mas nesse caso, ele já vinha cultivando as áreas bem antes do dendê e por se tratar de culturas perenes, a introdução do dendê não impactou negativamente nessa produção.

## O DESENVOLVIMENTO AINDA POR VIR

Além das questões que envolvem o trabalho das famílias, o impacto negativo na produção de alimentos, a expansão da dendeicultura também atinge outras famílias que não estão ligadas diretamente aos empreendimentos.

Os efeitos negativos da expansão da dendeicultura começaram antes mesmo das empresas se instalarem no Pará. O PNPB, e mais acentuadamente o Programa Palma de Óleo, levou à especulação imobiliária, induzindo muitas famílias camponesas a perderem suas terras, outros foram se integrando, e ainda outros se empregando nestes empreendimentos, principalmente os mais jovens (ALMEIDA, MARIN, 2014; COUTO et al, 2012; NAHUM, BASTOS, 2014).

Ademais as questões ligadas à sustentabilidade da agricultura familiar há um intenso debate que envolve a questão ambiental e os direitos das comunidades e povos tradicionais. O despejo de produtos químicos nos rios e igarapés também tem sido denunciado por povos e comunidades tradicionais e alvo de ações do Ministério Público Federal (MPF) (COUTO et al, 2012; GLASS, 2013; MPF, 2014).

Em 2014 o Instituto Evandro Chagas detectou, em quatorze dos dezoito pontos analisados entre São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, contaminação por agrotóxicos oriunda de plantios de dendê (MPF, 2014).

Além das questões ambientais, em 2013 o dendê foi incluído no rol das atividades que utilizaram trabalho escravo. Além desta denúncia que envolve não uma empresa produtora de dendê, mas um fazendeiro e político que produz dendê para comercializar a uma das empresas, também são alvos de denúncias e ações trabalhistas por utilizar de trabalho precário, geralmente efetuado por empresas terceirizadas.

---

os agricultores passam a enumerar o que plantam e outros chegam a dizer “todas essas nossas coisas” ou ainda “essas coisinhas”. Outra informação importante é que “essas nossas coisas” e “coisinhas” costumam ser plantadas por mulheres e crianças e estão fora do circuito da produção para venda, talvez também por isto que essa produção muitas vezes é ocultada e ignorada.

As empresas foram sucessivas vezes corresponsáveis pelas indenizações e reparo de danos a trabalhadores e trabalhadoras (VILMAR, 2014). Alvo de denúncias, a empresa Biopalma teve que paulatinamente substituir a mão de obra terceirizada por trabalhadores próprios.

Um estudo do Projeto Cartografia Social mostra a euforia, incerteza e preocupação que assola comunidades quilombolas dos municípios de Concórdia do Pará e Bujaru que estão na área de influência dos polos de produção da empresa Biopalma (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Além da pressão e avanço sobre as terras tradicionais, o despejo de insumos químicos e agrotóxicos nos afluentes e no solo vem causando contaminação e prejudicando as atividades tradicionais de pesca, caça e a própria agricultura (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Ressente-se da expansão da dendeicultura não ter contemplado um estudo de impacto ambiental e social. Ora, não houve este estudo porque a expansão da dendeicultura se afirma sobre o tripé economicamente viável, promotor da inclusão social e importante promotor da recuperação ambiental. O discurso tem se sobreposto à prática, e como já dissemos, se protegido sob o manto do discurso do desenvolvimento sustentável.

Um grande projeto de expansão implantado sob estes argumentos se reveste e se protege nestes discursos e segue na busca de continuamente desqualificar as denúncias que lhes são infligidas. No estudo acima citado, as famílias quilombolas atingidas mostram que o poder público tem sido extremamente complacente com as empresas e as tem defendido, além de não considerarem que a expansão da dendeicultura venha afetando negativamente a região, haja vista que o projeto chegou pelas mãos dos governos federal e estadual e foi vendido como um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo deste trabalho que os discursos de conservação da Amazônia não se sustentam na prática da expansão da dendeicultura. Prevalece ainda a visão de utilização dos recursos da região para a reprodução ampliada do capital.

Além disso, o projeto de inclusão social ligado à expansão da dendeicultura vem ocorrendo de modo que nos remete a níveis de expropriação assistidos na acumulação primitiva. A empresa vem se apropriando da terra, do trabalho e dos conhecimentos das famílias “parceiras”, sem lhes retribuir financeiramente. Ou seja, ela subordina o trabalho, apropria-se deste, mas não há uma relação de assalariamento, sob o pretexto de um contrato de compra e venda, ou como eles chamam, de “parceria”.

A esse processo David Harley (2003) chama de acumulação por espólio. Uma variável aperfeiçoada da acumulação primitiva que atua liberando ativos (inclusive força de trabalho) a custos muito baixos, estes ativos são apropriados pelo capital sobreacumulados, dando uso lucrativo.

O termo “parceria” e seu reforço não são utilizados ao acaso, mas serve a um projeto de fidelização por meio das estruturas e racionalidades próprias do campesinato, que tem sua lógica de ação muito ligada a práticas de reciprocidade positiva. Deste modo, a empresa tenta utilizar essa racionalidade a seu favor, tentando reforçar discursivamente, que aquela relação é entre parceiros e não meramente comercial.

As famílias, reiteradamente reivindicavam a parceria e afirmavam que aquela relação não era de parceria e rejeitavam uma relação meramente econômica. Embora se saiba que a integração é meramente econômica, camponeses e camponesas foram levados a esperar mais dessa relação.

Continuamente ouvimos os agricultores refutarem a parceria, “isso não é parceria”, “na parceria a gente conversa”, afirmavam que as imposições feitas pela empresa não se configuravam como parceria porque a parceria conhecida, entendida e praticada por eles tem o objetivo de buscar o melhor e do melhor modo para todos, e não se assenta em máximas como “os fins justificam os meios”, nem “amigos, amigos, negócios a parte”.

Sobre a expansão da dendeicultura servir ao desenvolvimento sustentável, vimos que não tem sustentação prática. Não podemos considerar extensas áreas de monocultivo como recuperação ambiental, tendo em vista que esses plantios utilizam muitos agrotóxicos e contaminam os solos, os mananciais, e vem afetando a saúde das pessoas, direta ou indiretamente, ligadas aos empreendimentos.

Não podemos considerar que houve inclusão social quando o capital cultural das pessoas é usurpado em favor da expansão de um capital que lhes é estranho, o capital industrial. Não podemos considerar que houve inclusão social quando as famílias vêm perdendo autonomia e soberania alimentar, pois tem abandonado seus roçados tradicionais devido ao trabalho com dendê e também devido ao percentual de área que sobra para o plantio de outras culturas.

O que vemos é que a expansão da dendeicultura, assim como outros projetos desenvolvimentistas que chegaram para a região, assenta-se em princípios que primam pela expansão do capital, abuso do poder econômico, desconsideram os direitos dos povos e comunidades tradicionais e se impõe na paisagem e na vida das pessoas, sem considerar a dimensão dos impactos sociais e ambientais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. MARIN, R. A. (Coordenação). Quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará: Guerra ao Dendê. In *Boletim informativo Mapeamento social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*. – nº 9. (set. 2014) Manaus: UEA Edições, 2014.
- ALTIERE, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 1ª edição. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, 2004.
- ANDRADE, L. G. Andrade, Lucia Gama de. *Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel: possibilidade e limites do desenvolvimento*. 2010, 105f. Dissertação de mestrado (Mestre em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém- PA, 2010.
- APTHORPE, R. Writing development policy and policy analysis plain or clear. In SHORE, C; WRIGHT, S. *Anthropology of policy: critical perspectives on policy and power*. London, Routledge, 1997. P. 43-58.
- ARAGÓN, L. E. *Amazônia: conhecer para desenvolver – cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRASIL. Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>, acesso em 14 de agosto de 2013.
- CASTRO, E. M. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão. *Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND*. São Paulo: Acquerello, 2012. 208 p. (Coleção Diálogos Interdisciplinares).
- CASTRO, Edna Maria Ramos, FIGUEIREDO, Silvio Lima, RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros, ALMEIDA, Oriana Trindade de. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Papers do NAEA* 379, Janeiro de 2018. Disponível em <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/457>>, consulta em 18 de janeiro de 2019.
- COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília: CGEE, 2009. p. 215-363.
- COSTA, F. A. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira*. Belém-PA. NAEA, 2012.
- COUTO, A. C. O; SOUSA, R.; MACEDO, C. O. A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do Nordeste paraense. In XXII ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Minas Gerais, 2012, *Anais...* Uberlândia-MG, 2012.
- EMBRAPA. *Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal*. Embrapa Solos. Rio de Janeiro-RJ, 2010.
- GLASS, V. *Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará*. Centro de Monitoramento de

Agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. São Paulo- SP, 2013. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/recomendado/expansao-do-dende-na-amazonia-brasileira-elementos-para-uma-analise-dos-impactos-sobre-a-agricultura-familiar-no-nordeste-do-para-2/>, acesso em 22 de julho de 2014.

GOMES JÚNIOR, R. A. BARRA, V. R. Seleção de áreas aptas para o cultivo sustentável da palma de óleo. In Rui Alberto Gomes Júnior (org) *Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar*. Belém-PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2010. Parte II, p. 03-12.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

HARVEY, D. Acumulação por via espoliação. In David Harley. *O novo Imperialismo*. São Paulo-SP. Edições Loyola, 2003. p. 115-148.

HOMA, A. K. O. Agroenergia: a entrada de um novo ciclo na Amazônia? In Rui Alberto Gomes Júnior (org) *Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar*. Belém-PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2010. parte I, p. 03-12.

HOMA, A. K. O; VIEIRA. I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. Banco da Amazônia. *Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, v. 8, nº 15, julho-dezembro, 2012. p. 79-90.

HOMMA, A. K. O [et al]. *Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará*. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial*. Brasília-DF, 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Palma de Óleo*. Brasília-DF, 2010b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portaria Nº 337, de 18 de setembro de 2015*. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Diário Oficial da União. Nº 181, terça-feira, 22 de setembro de 2015. Seção 1. Página 65.

MONTEIRO, K. F. G. *Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no estado do Pará*. 2013. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia). Universidade Rural da Amazônia/ Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2013.

MPF. *Ação cautelar de antecipação de prova com pedido liminar*. Ministério Público Federal, Belém-PA, 2014. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Acao-cautelar-pedido-inspecao-TI-Ture-Mariquita-analise-contaminacao-agrotoxicos.pdf>> acesso em 18 de Dezembro de 2014

NAHUM, J. S; BASTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>> acesso em 13 de Setembro de 2014.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região. Tomé-Açu - PA, 06 de maio de 2010. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/06-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma>> acesso em 03 de setembro de 2015.

VILMAR, M. L. [et al]. *O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma de dendê no estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás combustíveis*. Relatório final. Instituto Observatório Social. São Paulo-SP, 2014.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. In *Anuário Antropológico*. Editora UNB. Brasília-DF. 1988. p. 11-73.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília-DF. Editora UnB, 1997.

# Paper do NAEA Volume 28

## Território do desenvolvimento regional amazônico

*Francisco Perpetuo Santos Diniz<sup>1</sup>*



### RESUMO

O presente trabalho problematiza a relação existente entre a necessidade de se repensar o território do planejamento de desenvolvimento regional amazônico, que está fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos advindos da ciência moderna e na construção de projetos alternativos de desenvolvimento edificados em bases comunitárias, considerando os espaços físicos, onde sujeitos locais reproduzem seus cotidianos. Assim, objetivamos contribuir com os debates acerca do desenvolvimento regional a partir da consideração do que denominamos de “território-rizoma”. O trabalho tem um caráter qualitativo, bibliográfico e exploratório, cuja técnica de discussão de dados pautou-se na análise de conteúdo e os resultados demonstraram que o planejamento regional amazônico deve ser pensado considerando os territórios endógenos locais.

**Palavras-chave:** Ciência Moderna. “Território-rizoma”. Desenvolvimento de base comunitária.

---

<sup>1</sup> Doutorando UFPa - fpsdiniz@gmail.com.

**ABSTRACT**

The present article discusses the relationship between the necessity of rethinking about the Amazonian regional, development planning that is based on theoretical-methodological assumptions arising from modern science and the construction of alternative development projects built on community bases considering the physical spaces, where local subjects reproduce their daily lives. Thus, we aim to contribute to the debates about regional development from the consideration of what we call “rhizome-territory”. The work has a qualitative, bibliographic and exploratory character, whose data discussion technique is based on content analysis and the results shows that the Amazonian regional planning should be envisioned considering the local endogenous territories.

**Keywords:** Modern Science. “Rhizome-territory”. Community based development.

.

## INTRODUÇÃO

Iniciamos a reflexão afirmando que o termo território, na ciência geográfica, sempre esteve ligado à ideia de posse, domínio e controle de solos. De acordo com Souza (2009, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O território pode ser entendido pela perspectiva integradora, ou seja, quando considera as condicionantes materialistas (naturais, econômicas, jurídico-políticas) e idealistas (integradora e relacional) vinculadas sempre aos processos de desterritorialização que, para Haesbaert (2011, p. 337-338), não necessariamente têm a ver com a perda ou fim de um território, mas com a coexistência de múltiplas territorialidades<sup>2</sup> edificadas em redes difusas e integradas. Contudo, para efeito deste estudo, o território é considerado como estratégia de dominação espacial, que emana de campos teóricos, filosóficos e técnicos, operacionalizada pelo exercício de políticas públicas de desenvolvimento regional.

O território, neste trabalho, adquire um sentido metafórico quando o associamos à dominação teórica – no plano de investigações fenomênicas expressas pela racionalidade, rigor científico e menosprezo por outras expressões de conhecimentos – e espacial – quando efetivado em espaços projetados, concebidos hierarquicamente como instrumentalização de técnicas de planejamento e administração advindas do plano da abstração matemática imposta pelo modelo de Ciência Moderna<sup>3</sup>.

Assim, quando analisamos as ações de órgãos de planejamento de desenvolvimento regional no contexto amazônico, conjecturamos que seus fundamentos baseiam-se em orientações cartesianas emanadas da Ciência Moderna, especialmente por tratarem a natureza como máquina e entender o espaço social como vazio. Contudo, propomos a possibilidade de realização de planejamento regional a partir da metáfora “território-rizoma<sup>4</sup>” direcionada a comunidades que reproduzem seus cotidianos a partir da apropriação e uso da natureza.

O trabalho tem um caráter qualitativo, bibliográfico, baseado numa análise exploratória e apontamos para a possibilidade de ser pensar o planejamento regional amazônico a partir da consideração de “territórios-rizomáticos”<sup>5</sup> de caráter endógeno comunitário e socioespacial locais.

---

2 Para Haesbaert (2011), a animação, uso, apropriação e controle de territórios representam um conjunto de estratégias (políticas, econômicas, culturais etc.) que determinados grupos criam e desenvolvem para assegurarem a defesa e posse de determinadas áreas.

3 Para Capra (1988), a ciência moderna erigida pelo Renascimento Comercial Europeu, pela construção de leis matemáticas e edificação de um ideal burguês de sociedade e ciência é marcada pelo tecnicismo, razão instrumental, reprodução modelística de sociedade e natureza, edificação de leis universais, racionalismo cartesiano e abstração fenomênica.

4 Segundo Deleuze e Guattari (1995), o termo rizoma é originariamente advindo da botânica e representaria raízes que cresceriam de forma subterrânea e em sentido horizontal. Porém, na perspectiva filosófica dos autores, o rizoma expressaria uma metáfora direcionada à crítica à árvore do conhecimento imposta pela Ciência Moderna, na qual a física e a matemática seriam preponderantes em análises de fenômenos sociais e naturais e as demais expressões de conhecimentos representariam as ramificações da base científica euro-ocidental cartesiana.

5 De acordo com Diniz (2002), os territórios-rizomáticos representam uma metáfora expressiva de saberes, práticas de trabalho e socioespaciais tecidas em redes vinculadas à apropriação da natureza.

## O TERRITÓRIO DA CIÊNCIA OCIDENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A razão instrumental que emana da Ciência Moderna, Segundo Santos (2009, p.61), expressa em um território feições técnica, teórica e prática, que buscou, ao longo de séculos, construir um método científico que se tornasse dominante, capaz de definir verdades que se tornassem absolutas e determinar relações científicas que separassem o sujeito do objeto investigado pelo princípio da neutralidade científica, desqualificando outros discursos que não fossem os testados e validados por ela mesma.

A ciência dominante, legitimada ao longo de séculos, criou princípios teóricos, metodológicos e filosóficos constituídos a partir da lógica matemática, com a definição de leis universais e reprodução de modelos para serem replicados e testados em laboratórios. De acordo com Capra (2006), Descartes, ao separar a mente, ou coisa pensante (*res cogitans*), da matéria, ou coisa pensada (*res extensa*), contribuiu para a imposição do racionalismo, questionando o funcionamento das coisas até que almejasse verdades tidas como absolutas.

Para Descartes, o universo material era uma máquina, nada além de uma máquina. Não havia propósito, vida ou espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de acordo com leis mecânicas, e tudo no mundo material poderia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes. Esse quadro mecânico da natureza tornou-se o paradigma dominante da ciência... (CAPRA, 2006, p.57).

De acordo com o exposto por Capra, os fenômenos socionaturais comporiam uma grande máquina formada por engrenagens a serem controladas, descritas e mensuradas. Corroborando com a crítica à razão instrumental da ciência dominante, Deleuze e Guattari (1997, p. 35) discutem que a ciência de Estado é normativa, reguladora e controladora. Segundo eles, ela prima pelas formas, extraindo variáveis de constâncias, atuando no centro e não se preocupando com as bordas e sobras, fazendo um movimento não inovativo, percorrendo canais, espaços duros e lineares, sem provocar erosões, preenchendo e ocupando casas, enfatizando a previsibilidade em percursos, valorando os espaços identificados pelo visual, pelo observável, pela leitura não cartografada de processos singulares, indo de um ponto a outro sem invenção e percorrendo espaços de forma sempre fria e com movimentos geometricamente calculados.

Quando relacionamos o caráter técnico-regulador, cientificista-tecnicista, hierárquico e gerencial de princípios regulatórios que emanam da Ciência Moderna na dinâmica de investigação de fenômenos espaciais, sejam eles naturais ou sociais à realidade do planejamento do desenvolvimento regional praticado no Brasil, em especial, na região amazônica, verificamos que ambos possuem mais semelhanças do que diferenças. Aliás, podemos dizer que a postura autoritária do planejamento e do desenvolvimento regional foi quase toda apoiada na concepção de espaço regional abstrato descrito por modelos numéricos e matemáticos, vazios de conteúdos e significados.

O território de ação e controle do conhecimento científico constitui-se num processo incessante que busca desterritorializar outros territórios científicos tidos como periféricos. Da mesma forma, o território de planejamento oficial na Amazônia foi reproduzido num espaço vazio newtoniano-cartesiano como modelo abstrato a ser imposto numa base física abstrata e sem vida, um espaço matemático e geométrico.

Assim, a variável território se constitui num dos caminhos de flexibilização da razão instrumental da ciência oficial e do Planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico, pois permite compreender a cultura, a sociedade, a economia e a natureza regidas por

saberes e conhecimentos locais que orientam e dão razão ao existir material e imaterial que fogem à repetição modelística, artificial e hierárquica emanada de dinâmicas do fazer ciência e do pensar o espaço do homem edificado pelas políticas públicas regionais.

Em contextos de populações locais rotuladas, questionavelmente, de tradicionais<sup>6</sup>, diversos territórios se integram num processo contraditório de ratificação e retificação de ações, controle e domínio de frações territoriais construídas e afirmadas ao longo de gerações. Os territórios amazônicos se encontram em processos de construção e desconstrução, não permitindo a criação de centros de poder e nem espaços para a monocultura de saberes, hierarquizações e planejamentos burocrático-tecnocratas. Na Amazônia, todos os territórios são científicos, funcionam feitos teias que se articulam e se entrelaçam, e a natureza não é só natural, mas também social cuja interpretação é pura hermenêutica<sup>7</sup> que muda a cada fração espacial.

Destacamos que no contexto do espaço regional amazônico, desde as últimas cinco décadas, a atuação produtiva capitalista baseada em grandes empreendimentos econômicos repercutiu nas sociedades, meio ambiente e espaços locais. De acordo com Becker (2015), a teoria desenvolvimentista, baseada na implantação de polos de desenvolvimento, consolida uma estrutura de produção que atende aos centros da economia capitalista.

A teoria dos polos de crescimento (Perroux) estabelece que o crescimento econômico se manifesta em polos - atividades e unidades motrizes representadas principalmente por complexos industriais -, de onde é induzido para a economia global. Constata-se, pois, que o desequilíbrio é condição concomitante e inevitável do desenvolvimento” (BECKER, 2015, p. 46).

Os efeitos sociais e ambientais danosos advindos de políticas de desenvolvimento regional, acrescidos de mudanças estruturais do sistema capitalista, a emergência de discussões ambientalistas globais e a organização social no que se refere às lutas em defesa da natureza e cidadania, repercutiram no sentido de reorientarem discursos e políticas de desenvolvimento regional brasileiros.

No Brasil, as Políticas Públicas de Planejamento Oficial Regional, implementadas a partir dos anos 1960, tiveram um caráter multifacetado, especialmente quando são destacadas as desestruturações de sociedades e meio ambiente. De acordo com Castro (2003), a formação histórica de parte dos sujeitos amazônicos esteve ligada à reprodução do modo de vida em ambientes socioculturais únicos, mas que passou a apresentar uma faceta desestabilizadora com as atuações de projetos econômicos que desestruturaram processos sociais singulares desenvolvidos secularmente.

Para as inúmeras gerações reproduzidas nos rios amazônicos, esses saberes foram elementos fundamentais para a reprodução social e cultural. O tempo social e o tempo individual estiveram sempre definidos a partir de regulações dos ciclos da natureza, tendo de se alterar com o avanço das mudanças sócio-ambientais verificadas nos últimos quarenta anos (CASTRO, 2003, p. 331).

As ações de grandes projetos expressaram políticas de integração nacional direcionadas à ocupação territorial, mas falharam nos contextos social e ambiental ao promoverem o desenvolvimento regional desigual e combinado, buscando consolidar a Divisão Nacional e Territorial do Trabalho, a destruição da natureza e o empobrecimento de populações.

---

6 Em geral, as populações tradicionais são formadas por agrupamentos humanos de ribeirinhos, extratores, índios, remanescentes de quilombos, coletores, entre outros, que constroem seus cotidianos, produção material e imaterial a partir do contato direto com as matas, rios e solos.

7 Para Veronese e Guareschi (2006), a hermenêutica tem a ver com a construção de sentidos, revelando-se numa técnica de interpretação de processos fenomênicos.

O “novo” Ambientalismo Planificador na Amazônia, fundado na noção de desenvolvimento sustentável, releva que o Planejamento do Desenvolvimento Regional pretende, no século XXI, ser mutável e diversificado; mas como não propõe mudanças significativas na estrutura produtiva, diferenças sociais e não relativiza a ideia de território econômico quando pensa a natureza, torna-se mutante e destruidor, intensificando a desorganização socioambiental. Planejar, para os órgãos de planejamento oficiais, tornou-se uma grande incerteza, especialmente por haver pressões de toda ordem, nacionais e internacionais, com os recursos minerais e biotecnológicos que a natureza apresenta (MIYAMOTO, 2008).

Neste sentido, apesar de buscar novos caminhos, explicações, roupagens, imagens, slogans e horizontes, o território do Ambientalismo do Planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico ainda recorre aos investimentos de grande porte, difusão de processos midiáticos e projeta as populações na economia de mercado a partir da valorização de suas potencialidades locais, buscando uma espécie de desenvolvimento endógeno, mas exogenamente orientado a ser inserido de forma periférica ao capitalismo, reproduzindo a lógica global dominante desenvolvida via grandes projetos geoeconômicos, apesar de todo o discurso ambiental em evidência.

Nascimento e Simonian (2014), ao analisarem o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao turismo na Amazônia, destacaram que a inserção de elementos ecológicos, comunitários, locais, preservacionistas e de desenvolvimento sustentável atuaram como condicionantes do Planejamento do Desenvolvimento Regional:

...no que concerne à região Amazônica, as discussões realizadas na Eco-92 levaram ao questionamento do paradigma de desenvolvimento eminentemente deletério imposto a ela. Esta passa então de exclusivamente desenvolvimentista para o ecológico e da preservação ambiental (NASCIMENTO; SIMONIAN, 2014, p. 5).

Porém, apesar dos “ventos modernizantes” na reformulação de discursos e emergência de novos atores imbricados com a defesa do meio ambiente, o planejamento regional ainda é um enigma a ser tecido no contexto da Amazônia.

Portanto, a partir da situação de incerteza vinculada à continuidade do planejamento de desenvolvimento regional na Amazônia, pergunta-se: “como efetuar a exploração cuidadosa desse potencial sem prejuízo das necessidades das populações presentes e futuras?” (BECKER, 2015, p. 486).

## **DO TERRITÓRIO DO PLANEJAMENTO REGIONAL AO “TERRITÓRIO RIZOMÁTICO”**

O paradigma científico baseado na formulação de procedimentos e leis matemáticas replicado exaustivamente pelas ciências sociais e naturais é marcado por fissuras, crises e questionamentos que permitem conjecturar que sua forma de operar se encontra em desgaste, abrindo espaço para especulações e eclosões de novos paradigmas que emanam de vários campos de saber (biologia, física, antropologia, matemática, sociologia, química etc.), centrados na valorização da integração entre saberes nos quais o meio ambiente e o homem se tornam protagonistas. De acordo com Santos (2010a), é possível especular a partir de referenciais teóricos e sociais a existência da crise do paradigma dominante e a abertura de uma nova fronteira paradigmática a partir do reconhecimento de novas relações científicas.

Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (SANTOS, 2010a, p. 48).

A fronteira que se abre no arcabouço teórico e metodológico da “Ciência de Estado”, também é reconhecida por Deleuze e Guattari (1997, p. 38) quando afirmam que o novo paradigma que se anuncia é marcado pelos percursos difusos, voláteis e flexíveis que se encontram em processo de fuga da ciência oficial. A dinâmica exposta pelos autores revela processos de desterritorialização<sup>8</sup> e reterritorialização<sup>9</sup> da dinâmica de produção do conhecimento.

O paradigma emergente, de acordo com Petraglia (2008), é descrito detalhadamente por Edgar Moran, ao evidenciar a necessidade de pensarmos a complexidade do mundo humano, físico e biológico, além dos conceitos de ordem e desordem em todas as suas vertentes. Nesta perspectiva, a visão holística<sup>10</sup> pode ser entendida como a leitura e entendimento da realidade por um universal, ou seja, um sistema global de saberes que forma redes de interdependências sem hierarquias, na qual cada ponto da rede representa um organismo formado por segmentos de redes articuladas, difusas e integradas. “A visão sistêmica da vida é uma visão ecológica arraigada, em última análise, na percepção espiritual. Conectividade, relacionamento e comunidade são conceitos fundamentais da ecologia” (CAPRA, LUISI, 2014, p. 10).

A nova fronteira paradigmática em ebulição é “constituída por sujeitos desestabilizadores, individuais ou coletivos, e é, ao mesmo tempo, constitutiva deles (SANTOS, 2010b, p. 64). De acordo com o mesmo autor, a ecologia de saberes afirma que o pensamento moderno é pós-abissal e não derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação na qual a “Epistemologia do Sul” confrontaria a monocultura da ciência moderna por meio da ecologia de saberes que privilegiaria o diálogo entre saberes ocidentais e não ocidentais. Assim, a “ecologia de saberes” pode ser entendida como a busca da diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, da impossibilidade de uma epistemologia geral.

O pensamento complexo é tido como uma ramificação da crítica ao modelo científico monocultural, pois com a teoria quântica e microfísica há a possibilidade de compreensão de discursos a partir de pressupostos relativos e múltiplos. A fratura imposta à Ciência Moderna é discutida por Bauman (2013) quando destaca transformações relevantes que vêm ocorrendo no campo da cultura com o multiculturalismo, da arte e das tradições, fazendo com que, nos dias atuais, tornemo-nos impossibilitados de pensar um modelo de cultura rígido e que não esteja aberto à liquidez do mundo moderno. A assertiva pluricultural que questiona o padrão de homem eurocêntrico e letrado pela diversidade cultural encontra fundamento na noção de que “a linguagem técnica, inclusive o simbolismo da matemática, é em última instância uma florescência da linguagem cotidiana” (BERTALANFFY, 2015, p. 299).

---

8 Para os autores o território tem como fundamento a constante desterritorialização que funcionam como linhas de fuga frente a processos rígidos que buscam “congelar” o movimento.

9 A reterritorialização para os autores (DELEUZE; GUATTARI 1997) tem a ver com a construção de novos territórios erguidos a partir do questionamento da estrutura anterior.

10 De acordo com Teixeira (1996) a perspectiva holística pretende superar o reducionismo permitindo novas construções e atitudes de investigações e entendimento de fenômenos no campo social, de saúde e natureza.

As transições paradigmáticas no plano da macroeconomia e sociedade são identificadas, primeiramente, no colapso do bem estar social internacional com a superação do Welfare State, ao ceder lugar ao Estado mínimo, neoliberal e privatista no qual a produção Fordista, rígida e em massa, vem sendo superada pela flexível emanada do Toyotismo e de necessidade de flexibilização e investimentos, produção e mercados (HARVEY, 2013, p. 135).

Percebe-se, ainda, que a vertente produtiva flexível passa a exigir qualificação aos trabalhadores e implementa novas dinâmicas de trabalho com a terceirização, miniaturização e eficiência produtiva. Numa outra perspectiva, a globalização integra, mesmo que de forma marginal, pessoas e lugares, promovendo a exclusão social e fragmentação; porém, a maior parte das pessoas do planeta está fora da onda de consumo e os espaços são integrados à economia-mundo de forma diferenciada dependendo da concentração de empresas, de densidades técnico-produtivas, redes de comércio e de comunicações.

Vivemos a era das revoluções da informática, comunicações, informações, tecnologias e mídias, mas o mundo passa por uma desordem e crise humanitárias. Apesar do caos, criaram-se referenciais para a promoção da qualidade de vida e economia, um deles é o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é uma nova roupagem do desenvolvimento e do lucro a qualquer custo. Forjado no pós-1945, é a grande referência para o Planejamento do Desenvolvimento Regional, especialmente no Trópico Úmido. Contudo, a tríade sociedade-natureza-economia não foi feita para abalar e superar vários dos fundamentos do capitalismo, tais como o consumismo, a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

As conferências ambientais globais, dentre elas a de Estocolmo na Suécia, em 1972, e a do Rio-1992, com o lançamento do conceito de desenvolvimento sustentável, desenvolveram a noção de economia em harmonia com as sociedades e natureza e ratificaram protocolos e intenções, mas não criticaram o “paradigma teórico dominante baseado num sistema único de conhecimento” (BANERJEE, 2006, p. 78).

A partir do desenvolvimento sustentável, buscou-se cada vez mais mitigar, em escala global, a deterioração socioambiental. Receitas ecológicas propuseram créditos, selos e economias verdes, de carbono, de biomassa, entre outros. Uma infinidade de modelos tem orientado o Desenvolvimento Regional, mas mostraram-se inertes, importados e estéreis, especialmente quando são observadas as décadas do planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico. A tese do Estado mínimo, a partir da redução de gastos públicos, com a modernização e a eficiência gerencial, representaria o mais recente papel do Estado no contexto da economia e do planejamento regional (CASTRO, 2003, p. 12).

A partir da perspectiva da existência da crise do modelo científico, técnico-burocrático dominante no fazer ciência e na planificação regional, entendemos que no contexto do desenvolvimento amazônico a ideia de território deva adquirir um sentido holístico, integrado<sup>11</sup> e rizomático. Tentar explicar as diferentes realidades existentes na região e buscar promover o crescimento econômico em diferentes localidades, a partir da matriz hegemonicamente econômica, constitui-se num grave erro de planejamento, administração e desconhecimento da sociobiodiversidade regional.

---

11 Segundo Costa (2011), o território na perspectiva integrada tem a ver com a noção de existência, numa mesma área territorial, de múltiplos territórios de perspectiva natural, cultural, econômica e política.

O planejamento regional pode ter referência no que denominamos metaforicamente de “território-rizoma”, que é expresso pelo processo cartográfico que considera, primeiramente, as relações espaciais tecidas entre os sujeitos e a natureza, além de pretender compreender as relações espaciais existentes entre as endogeneidades e exogeneidades a partir de suas contradições.

O “território-rizomático” é originário da noção de um espaço como produto de relações historicamente construídas, cujas formas espaciais são inerentes ao movimento da sociedade e de suas contradições. O “território-rizomático” considera o constante por vir uma incerteza; extrair incertezas é próprio do movimento do rizoma deleuze-guattariano, pois prima pela dinâmica do movimento de desterritorialização do modelo científico ocidental, criando um movimento que nunca cessa e que se revela nos restos, sobras, vestígios, indícios, sintomas, sinais, pistas, problematizações, magia, encanto, renovação, resgate do som, cor, cheiro e percepção de fenômenos. O movimento do “território-rizoma” é incerto, não repetitivo, turbilhonar e liso, sem referências a modelos. Tudo é criação.

O planejamento regional deve ser flexível, conectado às demandas locais, ser utópico e subversivo, com força propulsora, endogenamente construído, erigido pelas memórias e lutas sociais, pela dialética que emana da produção social do espaço regional, da história de sujeitos e grupos que habitam a região, como processo que leve à criação de novas perspectivas de desenvolvimento inerentes às singularidades e especificidades da região. O território do desenvolvimento regional deve suprimir a reprodução de modelos e promover o desenvolvimento de acordo com as potencialidades econômicas, sociais e naturais que, no contexto amazônico, se diversificam a cada fração de áreas.

Assim, é importante ao Planejamento do Desenvolvimento Regional mesclar economia-território, cultura-técnica e meio físico, para não desestabilizar, abruptamente, sociedades e meio ambientes que apresentem dinâmicas próprias. Quando o planejamento econômico atua na geometrização de linhas e abstrações de espaços físicos na Amazônia, suas ações demonstram ser inócuas, estéreis, ineficazes, inúteis e indevidas. O “território-rizoma” possui a variável da animação do mundo como um de seus fundamentos. A animação foi excluída pela ciência oficial que concebeu realidades sem cheiro, cor e sentidos. Nenhum território é criado sem a variável sonora, de cor, sabor, percepção e hermenêutica. Imaginemos um mundo sem sons, ruídos, representações de paisagens e barulhos. Não há território sem estar referenciado e legitimado com a animação inerente ao meio físico.

Os territórios integrados ou rizomáticos representam subjetividades, saberes socioambientais, histórias, memórias, desejos, sonhos, vontades, cultura, pensamentos, tradições, traduções, religiões, afetividades, ancestralidades, emoções e interações, lutas de classes e contradições espaciais, todos legitimados e continuados coletivamente, e efetivados a partir de teias forjadas com os espaços físicos.

O “território-rizoma”, ao ser associado ao mundo em movimento de partículas e átomos, dissoluções, reconstruções, repetições, significados e projeções a partir da base física e de princípios físicos quânticos e sistêmicos, descritos detalhadamente por Capra e Luisi (2014), constitui-se na necessidade de repensar os padrões científicos de investigação fenomênica a partir da relativização de procedimentos vinculados a medições e mapeamentos.

Na Amazônia, o homem precisa ser pensado para além do viés produtivo, de trabalho, de economia e de racionalidade produtiva capitalista. O homem só é homem porque a natureza é natural e artificial, cuja base de existência é o solo e o meio socionatural. Para Ingold (2015),

o homem só é homem porque produz cultura, afeto e economia, sendo que tudo está amarrado a espaços físicos nos quais vive pela experimentação e reprodução da vida. Na Amazônia, o que determina a edificação de “territórios-rizomas” é o processo socioespacial constante que atua na percepção de frações espaciais, relações de apropriação, pertencimento, vivência, memória, história, arte, produção e confronto frente à colonização capitalista. “Territórios-rizomas” são cartografias de fluxos e movimentos realizados em espaços cuja essência supera a noção de que sua base “não é uma rede de conexões ponto a ponto, mas uma malha emaranhada de fios entrelaçados e complexamente atados” (INGOLD, 2015, p. 224).

Na Amazônia, tudo é fluxo e movimento. O espaço fixo, frio, a ser preenchido e congelado pela ciência oficial, deve ser cruzado de maneira animada. No contexto local comunitário das “amazônias”, a natureza é explicada para além da observação e leitura de elementos do ambiente (pedra, água, solo, árvores, animais etc.). A natureza em comunidades amazônicas é o “território-rizoma”, ou seja, é sempre social, impregnada por histórias e lutas de classes, de substâncias e processos imateriais que edificam culturas e identidades.

Portanto, cabe ao Planejamento do Desenvolvimento Regional flexibilizar a noção de território como um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico de espaços abstratos e sem vida. Não há espaço na Amazônia para representações cartesianas, não hermenêuticas e fragmentárias da realidade, posto que em comunidades locais há a integração entre sujeitos e natureza, sendo esta relação edificada de forma holística, em teias e rizomas que dão sentido à existência de diversas realidades.

## **NOVAS TENDÊNCIAS DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA COMUNITÁRIA**

Em contextos de populações locais amazônicas, o planejamento do desenvolvimento regional deve considerar o território ao implementar projetos econômicos em pequena escala. Em comunidades amazônicas, há um conjunto de práticas socioeducativas e culturais que circulam e são legitimadas pelas comunidades cujas representações expressam processos ancestrais e afirmativos de identidades e são edificados a partir observação e interação com a natureza. Diferentemente da noção globalmente dominante que define a natureza enquanto reserva de recursos naturais, os povoados amazônicos, de modo geral, concebem a natureza de forma múltipla e diversa, como espaços físicos configurados como a extensão de suas vidas, o caminho para produção de cultura e socialização comunitária.

Para Leff (2009), o saber observar a natureza expressa um valor social relevante e representa a acumulação de saberes ambientais necessários para a socialização em comunidades, retratando uma pedagogia do ambiente construída a partir do desenvolvimento de práticas concretas no meio onde os sujeitos reproduzem seus cotidianos. Em comunidades amazônicas, são desenvolvidas formas de linguagens cujas semânticas se pautam na leitura e compreensão de elementos espaciais que funcionam feito uma “cartografia de leitura ambiental”, marcada pela existência de linhas, pontos e nós que se articulam e se interceptam, cuja dinâmica de integração de conhecimento, conforme Ingold, é reveladora de ligações diversificadas de sujeitos com os habitats onde vivem, pois “cada relação – no espaço fluido é um caminho de fluxo, como o leito do rio ou as veias e vasos capilares do

corpo. Como a imagem sanguínea sugere, o organismo vivo não é apenas um, mas um feixe inteiro de tais linhas” (INGOLD, 2015, p. 141).

Os saberes sobre a sociobiodiversidade revelam uma cartografia de indícios socioambientais. Plantar, caçar, coletar, colher, pescar e queimar representam práticas sociais fundadas na observação de ciclos da Lua, identificação de tipos de solos e reconhecimento de procedimentos que garantam a sobrevivência. No planejamento do desenvolvimento socioambiental, forjar técnicas de cultivos e usos de solos, águas e florestas em ambientes projetados em escritórios, representa “virtualizar realidades” que nunca serão efetivadas, uma mera abstração da técnica e da burocracia.

Ressalta-se que populações amazônicas criam e recriam saberes ambientais cujas metodologias de aprendizagem são referenciadas no que denominamos metaforicamente de “pedagogia cartográfica do ambiente” ou do “território-rizoma”, por basearem-se em mapeamentos por meio de registros variados de transmissão de conhecimentos, que na perspectiva de Giard (2011) representam memórias e expressões artísticas vinculadas à arte de cozinhar, experimentar, andar, talhar, praticar e socializar comunitariamente no e pelo meio físico de vivência.

Reforçamos que urge ao planejamento regional a revalorização da etnia, do lugar, de endogeneidades sociais e de localidades, visto que a metodologia da técnica produtiva é fundamentada na administração burocrática e no neutralismo e cientificismo da Ciência Moderna, e não tem atuado em transformações sociais e ambientais relevantes na Amazônia.

De acordo com Petraglia (2006, p.18), resta-nos a inovação e subversão ao modelo imposto pela economia do desenvolvimento regional a ser reformulado pelo aproveitamento democrático de espaços e recursos naturais que obedeçam as dinâmicas sociais, culturais e econômicas inscritas em diferentes espacialidades e centradas na promoção do desenvolvimento social, aliado ao uso da natureza de forma integrada pela definição de planos de metas e planejamento de ações, de articulação entre conhecimento científico e tradicional e participação de comunidades locais na gestão e uso de recursos naturais. Para McGrath et. al. (2008), o manejo integrado comunitário tem relação com a gestão de um território por parte de sujeitos locais que seguem normas, regras e procedimentos produtivos definidos pela comunidade.

O planejamento comunitário local e integrado é mais adequado à realidade de pequenas comunidades e representa um filamento, uma fronteira e um desafio a ser trilhado, sendo considerado como uma semente que germina sem seguir hierarquias em suas etapas, multiplicando-se a todo instante, sem objetivar ser modelo enrijecido, estanque, para que não interrompa o processo que é típico do “território-rizoma”, sendo fronteira constantemente móvel e questionável, posicionando-se de forma contrária ao paradigma da ciência enquanto máquina matemática e instrumental que atua na produção de conhecimento, mas visa fortalecer o paradigma de desenvolvimento que envolve a perspectiva orgânica, quântica e contraditória inscrita em relações tecidas entre sociedade e natureza.

O planejamento regional também pode ter por fundamento o que Ginzburg (1989) descreveu como a articulação entre saberes, posto que acreditava que os vários ramos de conhecimentos se entrelaçavam, sem hierarquias e privilégios, rompendo com a não visibilidade proposital imposta pela ciência moderna às demais expressões de saberes e

representando o tapete que integraria os pensamentos semiótico<sup>12</sup>, divinatório<sup>13</sup>, indiciário<sup>14</sup> e venatório<sup>15</sup> centrados num modelo epistemológico comum, pois:

Podemos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções (GINZBURG, 1989, p. 170).

Neste sentido, os fios de tapete poderiam ser comparados, metaforicamente, às raízes de uma planta, em que cada filamento da raiz estaria integrado, articulado e não pararia de crescer e se multiplicar. A integração entre saberes também é discutida por Deleuze e Guattari (1995), ao definirem a cartografia como processo de mapeamento de fenômenos e processos sociais a partir de registros de pistas e multiplicidades, heterogeneidades e recusa a adoção de modelos ou parâmetros rígidos de análise de fenômenos.

O rizoma de Deleuze e Guattari pode ser comparado à noção de tapete definido por Ginzburg (1989), em que os vários saberes como a arte, a filosofia, a ciência dominante, a religião, o senso comum e os conhecimentos populares estariam integrados. Assim, quando relacionamos o paradigma indiciário de Ginzburg e o rizoma deleuze-guattariano às realidades comunitárias amazônicas, conjecturamos que os sujeitos criam “territórios-rizomas” e “tapetes” e misturam as ciências em seus cotidianos de forma não hierárquica, racional, respeitosa e harmônica. Marin (2010) aponta para a importância do reconhecimento de conhecimentos tradicionais, de valorização de saberes socioambientais criados e difundidos pelos povos amazônicos.

Portanto, os saberes e fazeres erguidos na Amazônia, decorrentes da apropriação e usos de espaços físicos, funcionam feito raízes que nunca param de crescer e se multiplicar, sem seguir direções fixas, mesclando, fundindo e integrando técnicas produtivas e socializações comunitárias que o planejamento de desenvolvimento regional deveria observar.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Planejar representa considerar saberes científicos, indiciários, tradicionais, religiosos, míticos, filosóficos, artísticos, técnicos, sensíveis e não científicos. Pressupõe a compreensão de que existem tapetes e teias de conhecimentos que funcionam em fluxos constantes, não se congelam, muito menos endurecem ou enrijecem, tampouco param o movimento social e natural que são inerentes a ações de sujeitos com os meios físicos onde vivem.

---

12 De acordo Monteiro (2006) o pensamento semiótico tem relação com a criação discursiva inscrita em conhecimentos ou informações que podem levar a outro estado, não necessariamente novo, da ordem discursiva.

13 Segundo Haubert e Prellwitz (2018), é a capacidade de o intérprete adivinhar, reconstruindo situações associadas ao uso da interpretação, imaginação, motivações e controvérsias em situações dadas, que resulta na produção de consciência pelo questionamento de situações dadas.

14 Segundo Ginzburg (1989), o paradigma indiciário estaria vinculado à integração de saberes e conhecimentos e à realização investigativa, a partir de pequenas narrativas, restos, vestígios, sintomas e sinais, ou seja, a partir de situações e processos que, de modo geral, são tidos como insignificantes na análise fenomênica.

15 Segundo Rodrigues (2005), o paradigma venatório está relacionado ao conjunto de experiências práticas ligadas ao universo de caça de animais, sendo expresso por saberes e fazeres que orientam a identificação, registros e captura de animais por marcas deixadas por eles no ambiente.

O desenvolvimento regional deve ser endógeno, mas articulado com as exogeneidades, além de ser paradigmático, mas não dominante, para não se impor como modelo, abstração ou técnica. De acordo com Espada (2018, p. 11), o planejamento na Amazônia deve ser adaptado a diferentes espacialidades e realidades, variando entre o simples, tradicional e moderno, dependendo, é claro, de condicionantes sociais, culturais e naturais em que for construído e sempre expressar um conjunto organizado de processos contraditórios, considerando a organização comunitária e geração de renda local. A técnica, quando pretende ser dura, torna-se regravativa, edificando uma metodologia similar à imposta pela ciência abissal, pois aprofunda as desigualdades sociais e de conhecimentos entre as localidades.

O saber ambiental é produção material e cultural, deriva de relações tecidas com os territórios e falas dos sujeitos. O manejo é, antes de tudo, um manejo para afirmação da existência. O tecnicismo não é existência, é economia pura, mera abstração modelística. O crescimento socioeconômico local deve ser pensado a partir de usos de meios físicos enquanto natureza animada e inanimada. As cartografias de identidades, de elementos naturais e da cultura são relevantes. O espaço local, não pode ser espaço abstrato. É existência e essência. Agrupa ciências do lugar, de elementos naturais e dinâmicas naturais.

O planejamento do desenvolvimento regional não pode conter os fluxos de reforma agrária, de luta de classes, de defesa do meio ambiente, da democratização de uso da terra, de defesa da dignidade humana, tampouco buscar delimitar movimentos, espaços, processos e saberes culturais de populações que constroem suas vidas a partir de experimentações de matas, rios e solos. De acordo com Leff (2009), as transformações paradigmáticas no campo ambiental não estão limitadas à construção de modelos novos de planejamento regional, mas apresentam a faceta de lutas de movimentos sociais e a busca pela cidadania, direito à terra e de desenvolvimento endógeno fundado em bases comunitárias sustentáveis, que são bastante antigas.

Em territórios de populações amazônicas, tudo é fluxo e “território-rizoma”, resultando e dando sentido ao movimento, explosão, erosão, teias, singularidades e pistas. O movimento é turbilhonar, disforme, complexo, holístico e fragmentário. Não há monocultura do saber. Saberes múltiplos sobre o meio físico eclodem, pulverizam as técnicas oficiais, cultivam e irrigam as culturas locais.

Assim, acreditamos que o manejo comunitário é um dos caminhos de desenvolvimento regional, desde que considere as peculiaridades de territórios, lugares e saberes ancestrais vinculados a espaços físicos que edificam culturas e cotidianos de populações tradicionais e locais na Amazônia.

Por fim, entendemos que os grandes projetos implementados na Amazônia não podem ser tidos como modelo de desenvolvimento regional direcionados a pequenas comunidades. Contudo, mesmo em escala pequena, o Planejamento Regional Amazônico ainda reproduz modelos importados de desenvolvimento de outros centros. Frequentemente, os projetos agroextrativistas, de assentamento rural, de base comunitária etc. consideram o espaço como espaço vazio destinado ao planejamento do desenvolvimento regional para realidades projetadas, mas cujos resultados são insignificantes. Neste sentido, o planejamento do desenvolvimento regional amazônico deve considerar o “território-rizoma” e a dinâmica interna de localidades para que se evite separar o todo das partes e as partes do todo, sem segregar e nem replicar realidades forjadas por conjecturações cujas abstrações evidenciem as facetas perversas e desastrosas do planejamento do desenvolvimento regional tecnicista e burocrático expresso pelo “território da ciência ocidental dominante”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANERJEE, Subhabrata Bobby. *Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza*. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2006. 245p.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECKER, Bertha K. *As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2015.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix. 2006.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Tradução Mayra Teruya Eichenberg, Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 45-46.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. COELHO, Maria Célia Nunes et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP: UFPA/NAEA, p. 7-32, 2001.

CASTRO, Edna. *Geopolítica da água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais*. Problemática do uso local e global da água da Amazônia. Belém: NAEA, p. 504, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DINIZ, Francisco P. S. *Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local*. 2012. 185 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. Belém. Disponível em: [http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/06/francisco\\_perptuo\\_santos\\_diniz.pdf](http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/06/francisco_perptuo_santos_diniz.pdf). Acesso em: ago. 2019.

ESPADA, Ana Luiza Violato et al. Manejo Florestal Comunitário Em Parceria Na Amazônia Brasileira: O Caso da Flona do Tapajós. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3472/644>. Acesso em: ago: 2018.

GIARD, Luce. Sequência de Gestos. In MAYOL, Pierre (org.). *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAUBERT, Laura E.; PRELLWITZ, Klaus P. Apontamentos sobre a hermenêutica de Friedrich Schleiermacher. *ConTextura*, Belo Horizonte, 13, dez. de 2018, p. 39-48. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br>. Acesso em: ago. 2019.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Petrópolis, RJ: Edições Loyola Jesuítas, 2008.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo et al. “A Ciência da andiroba”: falas sobre as técnicas por coletores e os avessos do uso econômico da biodiversidade. Conhecimentos tradicionais e territoriais na Pan-Amazônia, 2010, p. 98-108. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/421>. Acesso em: out. 2016.

MCCRATH, David et al. Manejo Comunitário de Lagos de Várzeas e o Desenvolvimento sustentável da Pesca na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 1, n. 2, 2008. p. 1-23 Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4/1>. Acesso em: ago. 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, política e defesa. Relações internacionais e defesa na Amazônia. (p. 65-95) In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.) *Relações Internacionais e Defesa da Amazônia* – Belém, PA, 2007.

MONTEIRO, Silvana Drumond. Semiótica peirciana e a questão da informação e do conhecimento 10.5007/1518-2924.2006 v11nesp3p43. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 11, n. 2, p. 43-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/369/433>. Acesso em: ago. 2019.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 7, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6398>. Acesso em ago. 2016.

PETRAGLLA, Izabel. *Edgar Morin: A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis: Vozes, 2008

QUEIROZ, Helder L.; PERALTA, Nelissa. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa*. Dimensões humanas da biodiversidade, p. 447-476, 2006. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/4225071/DimensoesHumanasBiodiversidade.pdf>. Acesso em ago. 2019.

RODRIGUES, Márcia B. F. *Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário*. Dimensões, n. 17, 2005. Disponível em: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2431/1927>. Acesso em: ago. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b (p.31 a 83).

SOUZA, Marcelo Lopes de. SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 2009.

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 30, n.2, p. 286-90, ago. 1996. Disponível em: [http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3371/1/Artigo\\_ReflexoesParadigmaHolistico.pdf](http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3371/1/Artigo_ReflexoesParadigmaHolistico.pdf). Acesso em set 2019.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. *Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social*. Ciências Sociais Unisinos, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93842201.pdf> Acesso em: ago. 2019.

VON BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

# Paper do NAEA Volume 28

## Lazer na região norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais

*André Henrique Chabaribery Capi<sup>1</sup>*

*Mirleide Char Bahia<sup>2</sup>*

*Rita Maria Peloso Grasso<sup>3</sup>*

*Edmur Antonio Stoppa<sup>4</sup>*

*Hélder Ferreira Isayama<sup>5</sup>*



### RESUMO

Esse estudo é fruto de uma pesquisa financiada pelo Governo Federal que objetivou compreender três questões: o que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz? Especificamente, nesse texto tivemos como objetivo abordar as vivências de lazer da população que reside na região norte brasileira considerando o recorte da categoria classe social. A amostra desta investigação foi composta pelos dados dos sujeitos residentes na região norte do território brasileiro com idade superior a sete anos de idade. O instrumento de coleta foi o questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas. Os resultados da pesquisa trazem aspectos que demonstram, especificamente, como as pessoas da Região Norte têm vivenciado o lazer, com as especificidades demarcadas pelas diversas classes sociais. Alguns indicadores da pesquisa evidenciam um maior acesso da classe A1 a diversas atividades de lazer, pois estas se tornam mais acessíveis devido as melhores condições financeiras e culturais, como é o caso das turísticas, que para esse grupo se destacou.

**Palavras-chave:** Lazer. Classes Sociais. Região Norte. Práticas.

---

1 Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Paulista (UNIP) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: andrechacapi@gmail.com.

2 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

3 Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: ritapeloso13@gmail.com.

4 Docente da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP. Colíder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP). E-mail: stoppa@usp.br

5 Docente da UFMG e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional da UFMG. Editor da Revista Licere. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br.

## **ABSTRACT**

This study is the result of a research financed by the Federal Government that aimed to understand 3 questions: what does the Brazilian do as leisure? What would you like to do, but not as a leisure experience? And why not? Specifically, in this text we had as objective to approach the leisure experiences of the population that resides in the northern Brazilian region considering the cut of the social class category. The sample of this investigation was composed by the data of the subjects residing in the northern region of the Brazilian territory older than 7 years of age. The collection instrument was the structured questionnaire, composed of open and closed questions. The results of the research bring aspects that demonstrate, specifically, how the people of the North Region have experienced the leisure, with the specificities demarcated by the different social classes. Some of the research indicators show a greater access of class A1 to several leisure activities, since these become more accessible due to the better financial and cultural conditions, as is the case of the tourist ones, which for this group stood out.

**Keywords:** Leisure. Social Classes. North Region. Practices.

## INTRODUÇÃO

A compreensão do lazer como direito social a todas as pessoas no Brasil é resultado do reconhecimento desse tema como um fenômeno da sociedade moderna. O debate sobre o lazer no país é relativamente recente, e a década de 1970 é um marco para a produção de conhecimentos no campo<sup>6</sup>, entretanto, as pesquisas produzidas demonstram a relevância das experiências no tempo livre no cotidiano das pessoas.

O lazer, a partir da década de 1980, se torna um tema de investigação nas universidades brasileiras, fomentado, principalmente, na área da Educação Física. O interesse pelo tema disseminou a criação de grupo de estudos, cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu), eventos acadêmicos e produção de pesquisas, inclusive em diálogo com outras áreas de conhecimento, devido ao seu caráter interdisciplinar. Os estudos na área articulam o tema lazer com diferentes temáticas, tais como a educação, formação e atuação profissional, política pública, aspectos sociais, gênero, faixa etária, saúde, esporte, arte, entre outras discussões. Esse esforço da academia na produção do conhecimento é relevante para contribuir com as ações que propiciem a democratização do acesso ao lazer, que é um direito social previsto na Constituição de 1988.

Desde 2003, o estado brasileiro, na esfera federal, desenvolve uma série de ações, via Ministério do Esporte (ME)<sup>7</sup>, a fim de tornar o esporte recreativo e o lazer acessível à população brasileira. Destacamos nesse processo a criação de uma secretaria para promover programas de esporte recreativo e lazer, eixos temáticos nas conferências nacionais de esporte, proposição da rede CEDES<sup>8</sup> para fomentar a pesquisas.

Assim, por intermédio de uma pesquisa induzida pela Rede CEDES do Ministério do Esporte, nove Universidades Brasileiras desenvolveram a pesquisa “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas”. Realizada a partir de 2015, o objetivo da pesquisa foi conhecer o lazer do brasileiro buscando compreender três questões: o que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz? Esta pesquisa foi realizada de modo a colaborar com o levantamento e análise de dados para subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, como também, fomentar outras investigações na área a partir da exploração do banco de dados da pesquisa.

---

6 Foi na década de 1970 que o sociólogo francês Joffre Dumazedier iniciou uma série de atividades no país e disseminou um novo olhar embasado na sociologia empírica do lazer. O autor lançou diversos livros que foram traduzidos para a língua portuguesa, dentre elas: Questionamento teórico do lazer (1975); Lazer e cultura popular (1976); Sociologia empírica do lazer (1978); Valores e conteúdos culturais do lazer (1980), dentre outros.

7 Na gestão atual (2019-2022) do Governo Federal, o Ministério do Esporte deixou de existir e sua estrutura passou a integrar o Ministério da Cidadania como uma de suas secretarias, a Secretaria Especial do Esporte (SEE). No entanto, é importante destacar que essa Secretaria manteve a estrutura anteriormente existe, com as mesmas secretarias e cargos.

8 É a sigla que representa os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, que foi criada para fomentar a produção e difusão do conhecimento dos programas sociais e da política pública na área de esporte e lazer. A publicação de todas as pesquisas realizada pela rede encontra-se disponível no Repositório Institucional que é organizado pelo LaboMidia/UFSC (<http://www.labomidia.ufsc.br/redecodes/>) que tem a responsabilidade de implantar e administrar o projeto de informação/documentação esportiva.

Esse artigo é fruto do recorte dessa pesquisa e o objetivo foi utilizar os dados que retratam as vivências do lazer das pessoas de diferentes classes sociais residentes na região norte do país.

A concepção de classe social se baseia na perspectiva de utilização do termo para dar a ideia de que existem abismos sociais, ou seja, indivíduos e grupos possuem diferenças entre si e ocupam lugares díspares na sociedade. O fator financeiro é uma das características marcantes na definição de uma classe social, no entanto, para Souza (2003) existem outros fatores e parâmetros que definem também essa divisão como, por exemplo, a formação dos seres humanos, os estímulos e as oportunidades auferidas nos primeiros anos de vida.

No Brasil há, pelo menos, três conjuntos bem demarcados de estudos de classes sociais. Os dois primeiros apoiados nas perspectivas neoweberiana e neomarxista, que focalizam a construção de esquemas de posições de classe, baseados em critérios objetivos, de acordo com a teoria, fundamentados e determinados a priori, a fim de investigar as implicações das afinidades de classe sobre as chances de vida dos indivíduos (RIBEIRO, 2011; SANTOS, 2011). Outro conjunto de estudos traz em seu bojo, a investigação sociológica que distingue, nas classes sociais, agentes coletivos de disputa e/ou transformação da ordem social vigente. Todos eles são moldados pela tradição marxista, que trazem no cerne da investigação, a tentativa de juntar economia e política, ou seja, os processos políticos, de um lado, e a ação e os interesses das classes sociais, de outro (BOITO JR.; GALVÃO, 2012).

Para Souza (2003), no Brasil “moderno”, o debate sobre a luta de classe é encoberto, camuflado, a fim de naturalizar as diferenças, as desigualdades existentes entre as classes. Para entendermos melhor a divisão de classes na sociedade, é imprescindível compreendermos o conceito de estratificação social. Os estudos sobre a estratificação social têm como referência principal as teorias de Karl Marx e Max Weber, mesmo que elas tenham abordagens diferenciadas. Para Weber (1971), a sociedade pode ser estratificada com base em três aspectos: econômico, social e político, que por sua vez se ramificam em diferentes conceitos. Neste sentido a distinção de classe social baseia-se no critério econômico, todavia os chamados estamentos<sup>9</sup> se configuram por meio da distinção social que os indivíduos adquirem no meio em que vive (status, importância da qual o indivíduo é oriundo).

E por fim, o terceiro componente definido por Weber (1971), é a política que também origina grupos com prerrogativas em comparação aos demais, possibilitando algum tipo de desigualdade. O autor não vê o trabalho (sob a perspectiva da economia) como o aspecto mais importante para a estratificação social, porque segundo seus estudos, os estratos na sociedade são formados pela junção/união dessas diversas ordens. Divergindo das ideias de Weber, Marx (1978), afirma que a estratificação social se baseia no sistema de classes, dividido, sobretudo, entre a burguesia e o proletariado. Sua teoria está centrada nos estudos econômicos, bem como, nos aspectos sociais da economia e seus efeitos.

Na contemporaneidade a estratificação social universal é classificada em três grupos: classe alta, classe média e classe baixa, todavia, de acordo com o país e o seu padrão econômico e social, as classes sociais podem ser subdivididas. No Estado brasileiro, a classificação dos indivíduos adotada para as diferentes classes sociais, utiliza o critério desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP).

---

9 Conjunto de pessoas que desempenha uma mesma função social ou que possui a capacidade de influenciar certo setor, por exemplo, o estamento ideológico.

Na pesquisa “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas” dividimos a população em classes sociais, a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), vigente em 2013 e que estimava o poder de compra da população brasileira. Essa classificação faz a divisão do mercado em classes econômicas definidas como A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E, por meio da somatória de pontos relativos à posse de itens e grau de instrução do(a) chefe de família (ABEP, 2008).

Esse sistema enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas e a divisão de mercado definida pelas entidades é, exclusivamente, de classe econômica. O Sistema de Pontos considera a Posse de Itens (Televisão em cores; Rádio; Banheiro; Automóvel; Empregada mensalista; Aspirador de pó; Máquina de lavar; Videocassete e/ou DVD; Geladeira; Freezer) e o Grau de Instrução do Chefe de família (Analfabeto/Primário incompleto; Primário completo/Ginásial incompleto; Ginásial completo/Colegial incompleto; Colegial completo/Superior incompleto; Superior completo).

Este critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias [...] é de fundamental importância que todo o mercado tenha ciência de que o CCEB, ou qualquer outro critério econômico, não é suficiente para uma boa classificação em pesquisas qualitativas. Nesses casos deve-se obter além do CCEB, o máximo de informações (possível, viável, razoável) sobre os respondentes, incluindo então seus comportamentos de compra, preferências e interesses, lazer e hobbies e até características de personalidade. Uma comprovação adicional da conveniência do Critério de Classificação Econômica Brasil é sua discriminação efetiva do poder de compra entre as diversas regiões brasileiras, revelando importantes diferenças entre elas (ABEP, 2003, p. 3-4).

De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), a Renda familiar por classes estaria distribuída, conforme demonstra o quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1: Renda Média Familiar por Classes Sociais

CLASSE	PONTOS	RENDA MÉDIA FAMILIAR (R\$)
A1	30 a 34	7.793
A2	25 a 29	4.648
B1	21 a 24	2.804
B2	17 a 20	1.669
C	11 a 16	927
D	6 a 10	424
E	0 a 5	207

Fonte: ABEP, 2003.

Além da ideia de classes sociais, a concepção teórica de lazer adotada segue a mesma proposta no projeto-base, na qual o lazer é entendido como “cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É

fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 2011, p. 31).

A opção por estudar o lazer na região norte do país, considerando a classe social das pessoas, tem relação com a inexistência de estudos nesse contexto. Também entendemos, que explorar e aprofundar a análise desse aspecto possibilita aos pesquisadores e gestores dos estados e municípios se apropriar desse conhecimento para orientar suas ações no processo de democratização do acesso ao lazer da população que vive nessa região.

## ASPECTOS GERAIS SOBRE A REGIÃO NORTE

A região Norte é a maior entre as demais regiões do país em área territorial<sup>10</sup>, no entanto, apresenta a menor densidade demográfica. É composta por 7 (sete) estados, com suas respectivas capitais, que são: Acre (Rio Branco); Amazonas (Manaus); Amapá (Macapá); Roraima (Boa Vista); Rondônia (Porto Velho); Pará (Belém) e Tocantins (Palmas). Atualmente tem uma população de 18.16 milhões de habitantes e, dentre todos os estados, o estado do Pará é o que possui a maior população, com aproximadamente oito milhões de habitantes<sup>11</sup>.

Até o século XVI, parte da região Norte só era conhecida pelas expedições dos bandeirantes, que tinham como objetivo principal, aprisionar os indígenas e vendê-los como escravos para as zonas canavieiras do nordeste brasileiro. No século seguinte (XVII), os jesuítas tentaram catequisar os índios, assim como, a coroa portuguesa defendeu o território de ameaças estrangeiras, fundando vários fortes, e houve o início do povoamento de algumas cidades. Ao final do século XIX, deu-se início aos ciclos econômicos, que caracterizaram sobremaneira a economia da região, dentre estes, o ciclo da borracha, com a exploração do látex<sup>12</sup> (SARGES, 2010; BAHIA, 2012).

O crescimento das cidades amazônicas, especialmente de Belém e de Manaus, teve impulso a partir da economia extrativista da borracha, em fins do século XIX e início do século XX, mais precisamente no período entre 1840 e 1920. O processo de modernização aconteceu a partir da segunda metade do século XIX, em função do enriquecimento de certos setores sociais da região com a produção da borracha, a partir de 1840, como parte do processo de inserção da Amazônia na economia mundial, transformando a paisagem urbana aos moldes de cidades europeias (SARGES, 2010; BAHIA, 2012).

Sarges (2010, p. 20) demonstrou que, em função da economia que se instalava nessas cidades, chegavam novos contingentes, resultando numa ampliação e modificação na paisagem do urbano das mesmas, “ocorrendo modificações na paisagem como o calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc.”.

10 Segundo dados do IBGE (2010), a área territorial é de 3.869.638 km<sup>2</sup>.

11 [https://www.suapesquisa.com/geografia\\_do\\_brasil/populacao\\_norte.htm](https://www.suapesquisa.com/geografia_do_brasil/populacao_norte.htm). Acessado em março de 2019.

12 <https://www.todamateria.com.br/regiao-norte/>: acessado em fevereiro de 2019.

O capitalismo e a modernidade se refletiam na estrutura urbana de Belém e de Manaus, seguindo o modelo de urbanismo moderno da Europa, com características de uma época conhecida como Belle Époque, materializados em construções de boulevards, de praças, de jardins, de bosques e a abertura de longas e largas avenidas. Mas, esse “progresso” era visivelmente direcionado apenas à área central das cidades (Belém e Manaus), onde geralmente quem habitava era a elite local e parte da classe média em crescimento (BAHIA, 2012).

Com a queda da comercialização da borracha, em função de vários fatores – “grande rentabilidade da heveicultura do Oriente; a falta de uma classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultuosas remessas de lucro para o exterior” (SARGES, 2010, p. 133), há uma transformação na configuração da região amazônica e suas principais metrópoles, Belém e Manaus, veem seu crescimento econômico e sua importância decrescerem no cenário nacional e internacional.

Nesse período, entre 1920 e 1960 há uma estagnação econômica, mantendo-se pouco contato comercial com o exterior e, com a queda do destaque para a borracha, a produção econômica fica restrita à produção de juta e castanha-do-pará. De acordo com Trindade Junior (1998), em consequência disso, também se verifica uma estagnação urbana, com um crescimento urbano limitado às cidades do Médio Amazonas.

Castro (2006) aponta que a intervenção estatal ocorrida nesta década, por meio de um projeto político de integração, interferiu diretamente na urbanização da Amazônia e no desenvolvimento de sua fronteira urbana, por meio de políticas de incentivo e financiamento da migração para a região e da construção de grandes empreendimentos e o estabelecimento de uma nova dinâmica espacial. Segundo Bahia (2012), a partir dessas transformações, houve um crescimento e um dinamismo centrado em cidades situadas às margens das rodovias – e não mais voltado às cidades ribeirinhas, resultando numa urbanização concentrada nas capitais estaduais.

Castro (2006) e Trindade Junior (1998) relatam que a partir da inauguração da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1960, e da Transamazônica, na década de 1970, adotou-se uma série de medidas que se caracterizaram como estratégias de integração da região com a economia do Centro-Sul, repercutindo significativamente na configuração dos espaços intraurbanos da Amazônia, contribuindo para o aumento populacional da região e para o processo de metropolização das cidades.

A região Norte, por suas especificidades geográficas e seu tardio desenvolvimento, carrega ao longo de sua história uma concentração populacional de seus territórios na área urbana e às margens dos seus rios, acarretando inúmeras dificuldades que limitam sobremaneira o crescimento e desenvolvimento de sua população. Ainda que seja a maior região em termos de superfície, as estatísticas apontam que a região tem uma densidade demográfica baixa, calculado em 4,7 km<sup>2</sup>.

Não obstante possuir recursos naturais incalculáveis (animal, vegetal e mineral) a região enfrenta, historicamente, inúmeras dificuldades vividas por praticamente todos os 7 estados que a compõe como, por exemplo, a qualificação de suas infraestruturas urbanas, em aspectos como as redes de esgoto e de água tratada. Tais fatores fazem com que a região ainda seja considerada pobre e atrasada, se conferidos os seus índices de PIB<sup>13</sup> e de IDH, principalmente em itens como a educação, considerados os mais baixos níveis de escolaridade de todo o país.

---

13 Em 2017, o PIB da região norte girava em torno de 6,1% do nacional. IBGE/2017: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2019.

Esses dados se refletem na vida cotidiana dos moradores das cidades da Região Norte e em suas condições de cidadania, com defasagem em diversos aspectos como, por exemplo, nas políticas de saúde, de transporte, de saneamento, de educação, de democratização de espaços públicos e de esporte e lazer, mas também como possibilidades de resistência às condições cotidianas.

## **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA E DADOS ENCONTRADOS NA PESQUISA**

A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, realizada pela técnica de survey, por levantamento amostral, com os dados coletados por intermédio de entrevistas pessoais, presenciais, em pontos de fluxo, nas cidades previamente sorteadas para compor a amostra.

A amostra desta investigação foi composta pelos dados dos sujeitos residentes na região norte do território brasileiro com idade superior a sete anos de idade. Para definir a amostra desta e demais regiões o estudo ampliado considerou as cotas representativas da população de acordo com as variáveis de cada região. Além disso, consideraram em cada estado cotas de sexo, idade, escolaridade e renda.

Segundo Stoppa e Isayama (2017) a pesquisa, “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas” possui um erro amostral máximo de 2% para o país e nível de confiança de 95%. Em relação à região norte, o erro amostral é de 6,9% para mais ou para menos.

O instrumento de coleta foi o questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, no entanto, nossa análise se restringe a relacionar e analisar as respostas de quatro perguntas estruturadas: O que faz como obrigação? o que faz no fim de semana? o que gostaria de fazer no tempo livre? por que não faz no tempo livre?, classificadas como hábitos relacionados aos usos do tempo livre cruzados com a categoria classe social.

Entendemos que o retrato da desigualdade socioeconômica no Brasil está relacionado a má distribuição de renda, nível de instrução e acesso ao trabalho, situações que refletem no modo de vida das pessoas. Segundo Andrade e Marcellino (2011, p. 2) o acesso das pessoas as experiências de lazer têm estreita relação com as “maneiras de habitar, de se deslocar, de obter renda, de usufruir serviços básicos, de se relacionar com o espaço urbano, variam de acordo com a condição financeira do cidadão, sua origem, sua idade, seu sexo, dentre outros fatores”.

Em virtude da quantidade de cruzamentos entre diversas categorias de análise, gerando uma quantidade bastante significativa de informações, neste texto foi necessário escolher opções em relação a algumas destas, tendo sido elencadas, para cada uma das quatro perguntas descritas, as informações referentes às classes sociais e da população da região norte do Brasil. A seguir, é possível ver o detalhamento das informações e a análise do que demonstram os dados.

A primeira pergunta “O que faz como obrigação?” demonstra os resultados na Tabela 1, a seguir:

VARIÁVEIS	A1 %	A2 %	B1 %	B2 %	C1 %	C2 %	D %	E %
Trabalho	125	75,2	65	57,5	53,4	44,4	44,9	42,8
Estudo		31,8	33,7	34,7	32,3	28,8	20,3	
Família	50	24,4	34,4	29	27,7	31,5	34,7	57,1
Afazeres Domésticos	25	36,1	41,6	51,5	54,2	60,1	60,2	42,7
Religião		4,2	5,7	6,6	6,1	6,1	5,7	7,1
Trabalho Social		4,2	1,7	0,9	0,3	0,1	0,3	7,1
Comp. Político/Social		1,4	1	0,8	0,3	0,1	0,3	
Outros		7,1	5	3,3	6,7	3,6	6,7	7,1

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Quando questionados sobre o que fazem de obrigação espontânea, em todas as classes sociais predomina o trabalho, com diferença representativa das classes mais alta A1, A2 até em relação à classe E, com diferença de 200%.

O item “Estudo” não é destacado pelas classes A1 e E, enquanto para as demais classes (A2, B1, B2, C1 e C2) os dados são semelhantes e menos destacado pela classe D. Por outro lado, a família como obrigação espontânea é destacada por todas as classes aparecendo com mais destaque nas classes E e A1, com 57,1% e 50%, respectivamente.

Os afazeres domésticos são destaque nas classes C2, D, C1, B2, E e B1 (variação de 60,2% a 41,6%), enquanto nas classes mais altas, aparecem com menor representatividade (A1 = 25% e A2 = 36,1%). Essa diferença tem relação com a possibilidade de as pessoas das classes mais abastadas economicamente terem condição de contratar profissionais para realizarem as tarefas domésticas. No entanto, o fato de todas as classes apontarem o trabalho doméstico como atividade espontânea poderia ter relação com o prazer na execução dessas tarefas.

Em relação à outra esfera de obrigação da vida cotidiana, a religião não é destacada como obrigação espontânea somente na classe A1. Nas demais classes foi citada de maneira bem discreta. Essa baixa representatividade da religião como obrigação espontânea reforça o caráter de obrigação da religião na vida das pessoas, talvez por entenderem os espaços formais onde ocorrem as cerimônias religiosas, em qualquer vertente, seja compreendida como local especificamente de devoção e fé. Nesse contexto as pessoas deixam de considerar as festividades promovidas nos diferentes grupos religiosos como atividade espontânea.

O trabalho social como obrigação espontânea não aparece na classe A1 e tem um pequeno destaque nas classes A2 e E, com mais representatividade nesta última. Segundo Hiendlmayer, Sette e Carvalho (2018) o trabalho social está ligado às instituições religiosas, com temas sociais, tais como a saúde, a educação, a ação comunitária e a defesa de direitos civis. Para esses autores, as pessoas realizam esses trabalhos por diferentes motivos, que vão desde a busca para desenvolver valores pessoais, o autoconhecimento, a melhoria da autoestima e as preocupações com a comunidade, até a busca pela apreciação e reconhecimento do trabalho realizado. Esses aspectos podem elucidar porque são as pessoas das classes A2 e E que se engajam nessas ações. Os da classe A2, buscando o crescimento pessoal e da E, a preocupação com a comunidade.

As categorias “Compromisso político e social” também apresentaram dados com pouca representatividade como obrigação espontânea. A questão política pode ter relação com a obrigatoriedade de todo cidadão ter que votar nos períodos eleitorais, seja no âmbito de eleger os representantes nas diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal), ou mesmos, nos processos de escolha dos representantes de associações de diferentes classes (clubes, entidades profissionais) até eleições de condomínio de moradia.

A segunda pergunta “O que faz no fim de semana?” tem relação com a possibilidade da população ocupar o tempo livre, de usufruto de direitos trabalhistas conquistados historicamente, com atividades de lazer.

A promulgação do decreto-lei nº 5.452, em 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, social e humano da classe trabalhadora.

Segundo Pinto (2009), a CLT dispôs sobre um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); remuneração para repouso semanal (art. 67 a 69), feriados (art. 70) e férias (art. 129 a 153).

Como resultado de uma longa batalha social, a conquista de direitos representou o reconhecimento do indivíduo como cidadão. Ao lado dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais passam a constar na agenda internacional, sendo considerados uma prerrogativa essencial de respeito à vida e à dignidade humanas (BAHIA, 2012).

Entre as conquistas trabalhistas, o tempo no fim de semana se configura como um direito legal adquirido, que deve ser usufruído. Mas como será que o cidadão brasileiro vivencia esse tempo no fim de semana, diante das necessidades humanas e da carga de trabalho cada vez mais aumentada? É o que demonstra a Tabela 2, apresentando os dados da questão sobre o que as pessoas fazem no fim de semana.

Tabela 2: O que as pessoas fazem aos finais de semana por classe social

VARIÁVEIS/CLASSES	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
Ócio		4,2	2,4	2,4	4,9	6,7	2,9	21,3
Turístico	125	56,2	55,3	43	37,4	28,3	21,5	
Físico-esportivo		49	43	49,1	44,1	38,5	30,1	
Artístico		22,9	24,1	18,4	15,7	11,6	5,7	7,1
Social	25	73,5	76,1	64,5	62	60,2	62,4	107
Manual		1,4	1	1,1	1,3	1,8	0,6	7,1
Intelectual		4,2	4,5	4,4	4,9	1	0,3	
Outros	25	30,1	64	57	63,2	53,9	58,2	14,2
Qualificação: estudo, cursos		4,2	2,4	0,4	0,1	0,6	0,3	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

As opções que mais se destacaram na opinião das pessoas em relação ao que fazer aos finais de semana foram, respectivamente, as atividades sociais, físico-esportivas e turísticas. Todas as classes também destacaram outras situações. Sobre as atividades sociais a demanda da classe E representou 107%, B1 76,1%, A2 73,5%, B2 64,5%, C1, C2 e D aproximadamente 62% e a

classe A1 com menor índice, 25%. Essa menor representatividade da classe A1 nas atividades sociais têm relação com a possibilidade de acessar outras atividades que se tornam acessíveis devido a melhor condição financeira e cultural, como as turísticas, que para esse grupo se destacaram com 125% das respostas. Em relação às atividades turísticas, tal opção não foi apontada pela classe E, enquanto as classes A2 e B1 apontaram, aproximadamente, 56% de interesse, seguido por B2 com 43%, C2 com 28,3% e D com 21,5%.

Quase todas as classes sociais apontam o Turismo como uma atividade vivenciada, com algumas diferenças em seu acesso, conforme as condições financeiras. A restrição do acesso às práticas da atividade turística da classe E pode apontar para uma falta de recursos para acessá-las. Cacho e Azevedo (2010) destacam, além do fator econômico, a falta de disponibilidade de tempo para as práticas turísticas.

Figueiredo e Nóbrega (2015) consideram o Turismo como processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem. Não é apenas o deslocamento que define o Turismo, mas também as experiências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e espaço.

Segundo Oliveira (2008), para a atividade turística se tornar mais acessível é necessário desenvolvimento de ações educativas, de sensibilização e de formação de pessoas de maneira integrada, em localidades que tenham potencial para serem pensadas e planejadas para se explorar seus diferentes atrativos para o turismo. Além disso, deve-se pensar numa Política de democratização do turismo pelo Poder Público.

De acordo com Hamoy (2018), o turismo se mantém da diversidade das culturas e das diferentes expressões e modos de vida dos seres humano. Portanto, deve ser pensado não apenas como uma possível solução para a economia, mas como um fenômeno social que leva em consideração as atividades praticadas pelas populações locais, utilizando-se do meio natural a favor da atividade (GALLERO, 1996) e deve respeitar a resiliência ambiental, social e cultural.

O turismo surge como estratégia de superar as tensões geradas pelo cotidiano de trabalho e vida urbana, além de possibilitar novas experiências e conhecimentos. Para acontecer, o turismo exige deslocamento e conta com inúmeras e variadas matérias-primas, que juntas formam um sistema<sup>14</sup> para atender ao turista. Enquanto produto social, vem ao longo do tempo se redefinindo espacial e temporalmente (HAMOY, 2018, p. 59).

Outros conteúdos como as atividades físico-esportivas e intelectuais não foram destacadas como opções pelas classes A e E. Entre 43% a 49% dos entrevistados das classes A2 até a C1 as atividades físico-esportivas foram citadas como práticas vivenciadas aos finais de semana, enquanto as classes C2 e D representou 38,5% e 30,1% das respostas, respectivamente.

O acesso às atividades artísticas, não foi relatado pelos entrevistados da classe A1, enquanto 24,1% da B1, 22,9% da A2, 18,4% da B2, 15,7% da C1, 11,6% da C2, 5,7% da D e 7,1% da E responderam que participam de ações ligadas a essa manifestação aos finais de semana.

A opção outros foi relatado por todas as classes, com destaque para as B1 (64%), C1 (63,2%), D (58,2%), B2 (57%) e C2 (53,9%) que apresentou um alto índice. Talvez isso possa ter relação com a dificuldade das pessoas em atrelar as atividades realizadas como prática de lazer, ou mesmo, escolherem o fazer nada, por falta de opção e iniciativa para ocuparem o tempo livre.

---

Sobre o Sistema Turístico (SISTUR) ver BENI, M. Análise Estrutural do Turismo. 11. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

Souza (2003), em um estudo sobre as classes sociais no Brasil, afirma que a classe alta e a média detentora do conhecimento e dos bens culturais, usufrui de um poder financeiro que lhe permite um acesso maior e melhor ao consumo. Neste sentido, o resultado da pesquisa reproduz e confirma essa desigualdade. Esses fatores demonstram o quanto ainda precisamos avançar em ações educativas para o lazer.

Outro fator que pode limitar as pessoas a acessarem o lazer aos finais de semana e o porquê de não fazerem atividades no tempo livre pode ter relação com a falta de tempo. Observamos esse aspecto ao analisar os dados da pergunta “Por que não o faz no tempo livre?”.

Diante do cenário em que a sociedade se depara, torna-se interessante mapear as razões que fazem com que as pessoas não consigam concretizar seus desejos de escolha do que fazer em seu tempo livre. A Tabela 3 demonstra esse panorama.

Tabela 3: Porque as pessoas não fazem atividades no tempo livre

VARIÁVEIS	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
<b>Tempo</b>	50	50	50,8	43,9	37,3	28,2	18,9	35,7
<b>Espaço/Local</b>		5,7	6,8	9,1	10,8	12,3	5,4	21,4
<b>Saúde</b>		1,4	3,5	2,1	3,1	4,7	7,2	7,1
<b>Dinheiro/Recursos Financeiros</b>	25	12,9	21,7	28,5	32,1	37	42,3	35,6
<b>Outros</b>		23,1	17	17,1	18,3	15,4	16,1	
<b>Nada, faz que gostaria</b>		10,1	7,2	8,2	6,9	7,6	10	7,1
<b>Não sabe, não respondeu</b>	25	5,7	2,1	2,5	2,3	3,2	6,8	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Todas as classes apontam a falta de tempo como um aspecto que as impedem de fazer atividades no tempo livre. A classe D aparece com o menor índice com 18,9%, nas demais, esse valor é mais expressivo, pois 50% dos entrevistados das classes A1, A2 e B1 destacam a falta de tempo. Em seguida vem a B2 com 43,9, C1 37,3%, C2 28,2% e a E com 35,7%. Segundo Marcellino (2006) essa restrição de tempo para prática do lazer tem relação com a necessidade de grande parcela da população ter que trabalhar aos finais de semana.

Essa valorização em ocupar até o tempo dos finais de semana com atividades profissionais está atrelada ao fator econômico. As pessoas de baixa renda utilizam o tempo dos finais de semana, feriados, férias e, até o horário de intervalo entre as jornadas de trabalho para desenvolverem outro trabalho formal ou informal com o propósito de obter uma renda extra. As pessoas das classes socioeconômicas mais privilegiadas, também valorizam o trabalho, extrapolando a carga horária mensal e semanal máxima prevista pela CLT em 44 horas com o objetivo de acumular dinheiro, ampliar o patrimônio ou consumir bens e serviços como forma de reconhecimento social. Essa reflexão vai ao encontro dos dados apresentados por Forjaz (1988) que afirma que todas as classes sociais dedicam mais que 8 horas diárias de trabalho e, ainda, 20% das pessoas, independentemente da classe social, trabalham no fim de semana.

A falta de dinheiro é o segundo ponto destacado pelos entrevistados como limitador para não praticarem atividade no tempo livre, independentemente da classe social. O que se

verifica na tabela é que essa limitação se destaca mais nos entrevistados das faixas menos favorecidas (D - 42,3%, C2 - 37%, E - 35,6%, C1 - 32,1% e B2 - 28,5%).

A classe A1 não apontou o espaço como problema para a prática do lazer. Entretanto é uma das barreiras para as demais classes. Para Marcellino (2006), Melo (2008) e Brenner, Dayrell e Carrano (2008) a limitação aos espaços de lazer tem relação com os aspectos econômicos e culturais, local de moradia, pois a maioria dos equipamentos de lazer estão concentrados nas regiões centrais das cidades, enquanto na periferia as pessoas não contam com as mínimas condições para a prática de lazer. Esses estudos também destacam a escassez de espaços para os folguedos, jogos e brincadeiras infantis, devido à violência urbana e a especulação imobiliária. A primeira situação dificulta as pessoas de realizarem essas práticas nas ruas por medo de roubo, excesso de circulação de veículos, exposição às drogas. Já a segunda porque as áreas centrais onde poderiam ser construídos centros culturais, praças e parques se tornam locais para empreendimentos comerciais, como as grandes lojas de departamentos e os shoppings.

Os problemas de saúde também foram destacados, com menos representatividade, pelos diferentes grupos, exceto o da classe A1 que não destacou isso como limite para fazer atividade no tempo livre. Os índices mais altos parecerem nas classes D (7,2%) e E (7,1%).

A variação desse tempo livre na vida dos indivíduos, seja com maior ou menor disponibilidade, pode organizar-se conforme alguns padrões assimilados na sociedade de como se deve dispor o tempo para as diversas atividades e como os indivíduos utilizam e valorizam o sentido do tempo cotidiano para si.

Um outro aspecto a ser destacado se refere ao acesso a espaços públicos de lazer. A classe A1 não apontou o espaço como um problema para a prática do lazer, entretanto, para as demais classes sociais, o acesso ao espaço é uma barreira significativa. Alguns fatores se relacionam a essa limitação como, por exemplo, o local de moradia e o local de concentração de espaços e equipamentos de lazer nas cidades, haja vista que a maioria destes estão concentrados em bairros centrais das cidades, com poucas possibilidades na periferia.

Em pesquisas realizadas por Bahia et al. (2008), sobre os diversos espaços e equipamentos de lazer de Belém-Pará (cinemas, teatros, parques, praças, centros culturais etc.), foi identificada a existência de uma concentração de espaços e equipamentos de lazer nos bairros mais centrais da cidade, tendo apenas as praças como opção mais democraticamente distribuída na região central e nos bairros mais periféricos desse município.

Cabe ressaltar que os espaços públicos podem ser entendidos como áreas de sociabilidade e de lazer, sendo indispensáveis ao cotidiano das cidades, assumindo um papel fundamental para cidadãos de todas as classes. Entretanto, as classes sociais média e alta, vêm atribuindo aos espaços públicos e, à própria cidade, a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em espaços privatizados, em condomínios fechados e em áreas de segunda residência. Por outro lado, para as classes mais pobres, por não possuírem muitas opções, os espaços públicos nas cidades continuam sendo fundamentais para suas práticas de lazer.

A criação e manutenção de espaços públicos de lazer pode ser um potencial instrumento na ressignificação do espaço urbano. Nesse sentido, o Poder Público tem papel primordial na implementação de políticas que sejam capazes de transformar a cidade num espaço ambiental urbano de qualidade, com segurança e equidade no acesso.

Considera-se que o lazer pode ter um importante papel, no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo, de forma a contribuir, efetivamente, com a possibilidade de uma vivência mais rica e prazerosa da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos, além de preservar a identidade dos locais e aumentar o potencial turístico de nossas cidades (MARCELLINO, 2006; BAHIA et al., 2008).

Apesar de todas as dificuldades socioeconômicas, a região norte é a região que possui a principal área de preservação natural do país, haja vista a importância ambiental da floresta amazônica para o clima e o ecossistema, o que ajuda a explicar a baixa densidade demográfica local. Além das riquezas naturais e da diversidade que marca o meio ambiente da região, há a presença de uma rica cultura criada pela população que habita a região.

Seja no meio urbano, seja no campo, a população amazônica desenvolveu costumes, hábitos, ritos, crenças, oriundos do embate cultural vivido no período da colonização e da miscigenação entre a cultura europeia (principalmente portuguesa), afro e indígena. Tal influência surge em várias manifestações da cultura popular da região. Na culinária, as comidas típicas e os frutos regionais; na música e nas danças, o batuque africano e os rituais indígenas marcam várias manifestações; nas lendas e mitos amazônicos, outro elemento forte presente que compõe o cotidiano e os fatos oriundos de sua vivência com a cidade, com o rio e com a mata; na produção artesanal bastante peculiar, destacando-se a cerâmica, as cestarias, os brinquedos, os sachês e perfumarias extraídos de raízes. A produção local e a criação permanente desse artesanato demonstram resistências ao intenso processo vivido de industrialização na região, o qual, por vezes, uniformiza as peças artesanais, as danças, as músicas, a culinária, enfim, os modos de viver (LIMA et al., 2011).

Saber o que gostariam de fazer no tempo livre pode dar indicativos de desejos e necessidades que existem dentro de si, mas que podem ou não ser concretizados. A Tabela 4 demonstra o que as pessoas gostariam de fazer neste tempo.

Tabela 4: Questão sobre o que a pessoas gostariam de fazer no tempo livre

VARIÁVEIS	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
Ócio		2,8	1,7	2,1	1,4	2,1	2,7	
Turístico	50	49,1	48,2	40,8	44,5	46,1	45,1	42,8
Físico-esportivo		21,6	24,6	25,2	23,1	21,6	15,1	21,3
Artístico		2,8	7,2	5,5	4,7	4,9	2	7,1
Social		5,7	6,3	10,3	9,5	10,4	11,6	28,5
Manual		1,4	0,7	0,9	1,6	0,7	2	
Intelectual		1,4	1	0,5	1	1,5	1,3	
Outros	25	2,8	5,4	4,8	3,9	4,8	5,8	7,1
Nada, faz tudo que deseja		10,1	6,9	8	6,4	7,6	10	7,1
Qualificação: estudo, cursos		4,3	5,4	6,1	7,3	3,4	2	
Não sabe, não respondeu	25	4,3	1,4	1,6	1,7	1,9	5,8	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Entre todas as opções a que mais se destacou para todas as classes sociais, foi o desenvolvimento das atividades turísticas no seu tempo livre. O desejo por atividades turísticas no tempo de lazer, para a classe social A1, tem relação com a condição financeira das pessoas desse nível social. A condição econômica desse grupo permite cobrir os gastos com moradia, transporte, alimentação e outras necessidades do cotidiano, como também, a realização de passeios e viagens, atividades que dependendo o destino e o tipo de hospedagem exigem um alto investimento econômico.

Para Coriolano (2005, p. 296) o modelo de desenvolvimento econômico mundial

foi planejado para concentrar riquezas e ao fazê-lo produz essa contradição, própria do sistema, que alimenta a vida econômica social e política. Daí por que em qualquer dimensão da vida ela vai se reproduzir seja no mundo do trabalho, no consumo ou na oportunidade de produzir e de usufruir o turismo.

Corroborando com o estudo de Coriolano (2005) destacamos que o acesso habitual da classe A às atividades turísticas se concretiza, pois esse grupo possui, trabalho e renda. O desejo pelo conteúdo turismo como forma de lazer das pessoas das classes sociais menos favorecidas é realidade e estas tentam se incluir. Uma possibilidade é a participação no turismo social e turismo dos trabalhadores que se caracterizam como atividades “adaptadas às condições econômicas dos grupos com pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema” (CORIOLANO, 2005, p. 296).

Em seguida apareceu o gosto em acessar atividades físico-esportivas na faixa aproximada de 23% independentemente da classe. Em terceiro observamos a opção por práticas sociais, seguida das artísticas. A busca por atividades intelectuais e manuais não foi indicado como opção pelas pessoas da classe E.

Entendemos que o não apontamento de interesse da classe A pela maioria das possibilidades de atividades de lazer tem relação com o amplo acesso desse grupo às manifestações ligadas a essas diferentes linguagens.

Em contrapartida, o interesse das demais classes sociais pelas atividades físico-esportivas tem influência de diferentes fatores. Segundo Isayama (2007), o predomínio pelo gosto dessas atividades na realidade das pessoas é decorrente da influência do esporte de alto rendimento, que serve de referência para as pessoas de todas as idades, mas, principalmente para crianças e jovens.

Especificamente no Brasil, conhecido como país do futebol, ocorre a supervalorização, pelos meios de comunicação na propagação dos esportes via programas esportivos, transmissão de jogos ao vivo em diferentes plataformas, situação que desperta ainda mais o interesse das pessoas pelo acesso a essa prática jogando na rua, nos campos de várzea, parques e praças públicas, clubes sociais recreativos corporativos, privados ou públicos. Outro ponto destacado por Isayama (2007) é o fato da prática esportiva e de atividades físicas possibilitar a reunião e a aproximação das pessoas nos treinamentos e competições.

Outro desejo destacado por todas as classes sociais, exceto a A1, é a busca por atividades sociais e artísticas. A primeira, por permitir o contato face a face e o convívio social. As manifestações associativas do estar com o outro, ocorrem em diferentes situações e espaços, como no bate papo na rua, no bar, nas festas, nos locais de práticas físico-esportivas, nos grupos de dança, nas práticas do artesanato, nos momentos de passeios e viagens.

Para Stoppa (2007), essa convivência no tempo do lazer possibilita vivências que favorecem a sociabilidade. Segundo o autor, uma segunda perspectiva pode ser impulsionada, “ligada a classificação de grupos, segundo o tipo de sociabilidade desenvolvida, sejam eles organizados, com a frequência a associações, ou os chamados espontâneos, cuja organização não é estruturada previamente, podendo agir ou desaparecer de uma hora para outra” (STOPPA, 2007, p. 119). As atividades de lazer em que predominam os interesses sociais, permite a busca de saídas para os problemas encontrados no cotidiano das pessoas e dos grupos de interesses.

O acesso às atividades artísticas também é destacado como um interesse de lazer pelas pessoas. Entendemos que as atividades artísticas se caracterizam por exercitar o imaginário (imagens, emoções e sentimentos). A arte sensibiliza, por meio do seu conteúdo estético, configurando a busca da beleza e do encantamento (MARCELLINO, 2002). O interesse pela arte tem relação com o desejo das pessoas em dançar, em cantar, em assistir filmes ou espetáculos de teatro ou dança. Segundo Melo (2007), o acesso às manifestações artísticas não pode ser categorizado a partir das classificações tradicionais de cultura erudita, popular e de massas. Concebemos que o desafio na democratização do lazer consiste em permitir o acesso das pessoas às diferentes manifestações artísticas, sem criar constrangimentos e posturas discriminatórias, ao ponto de fazer o grande público acreditar na hierarquização dessa arte, além de fazer esse público não se julgar “interessado, merecedor ou mesmo possuidor de educação para buscar a arte nos seus momentos de lazer” (MELO, 2007, p. 73).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a analisar os dados de uma pesquisa nacional mais ampla, sobre o lazer do brasileiro, buscando apresentar a realidade do lazer das pessoas de diferentes classes sociais da região norte do país.

As desigualdades socioeconômicas no Brasil, estão relacionadas à má distribuição de renda, ao nível de instrução e ao acesso ao trabalho e, também, seus reflexos nas práticas de lazer da população, ficam nítidas as diferenças entre as diversas regiões do Brasil.

Os resultados da pesquisa trazem aspectos que demonstram, especificamente, como as pessoas da Região Norte têm vivenciado o lazer, com as especificidades demarcadas pelas diversas classes sociais. Alguns indicadores da pesquisa evidenciam um maior acesso da classe A1 a diversas atividades de lazer, pois estas se tornam mais acessíveis devido as melhores condições financeiras e culturais, como é o caso das turísticas, que para esse grupo se destacou amplamente.

Enquanto para classe E, esta opção nem é cogitada, por algumas razões, como o fator de baixo poder econômico e a falta de disponibilidade de tempo para as práticas turísticas. Essa classe, geralmente, ocupa o tempo dos finais de semana, dos feriados, das férias e até o horário de intervalo entre as jornadas de trabalho, para desenvolverem outro trabalho formal ou informal com o propósito de obter uma renda extra.

O conteúdo turismo, possui uma dimensão que transcende o viés econômico. Nas concepções críticas e atuais sobre a temática, enfatiza-se sua relevância sociocultural, como um elemento de integração entre as regiões e suas diferentes culturas, sendo capaz de gerar

conhecimentos e desenvolvimento pessoal e social. Por conseguinte, as vivências de lazer turísticas assumem um significativo papel para a formação das pessoas.

Por fim, destacamos que o desenvolvimento de políticas públicas de lazer na região norte precisa levar em consideração a possibilidade de fomentar um processo de potencialização da cultura amazônica, dando visibilidade à produção cultural dos sujeitos, tendo como princípio fundamental a garantia do acesso e a produção de práticas que compõem a cultura lúdica da humanidade, como direitos da população de todas as classes sociais, indistintamente.

Para tanto, cabe considerar, que a implementação de políticas públicas de lazer, em qualquer região do Brasil, precisa estar fundamentada em bases sólidas de construções coletivas, democráticas e participativas de todos os sujeitos envolvidos (setor público, setor privado, ongs, sociedade civil), sem perder de vista os aspectos regionais, no que concerne às características econômicas, ecológicas, políticas e socioculturais.

## REFERÊNCIAS

- ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. S. Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; 2003. URL: <http://www.abep.org/?usaritem=arquivos&iditem=23> Acesso em: 09 de dezembro de 2018.
- ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. S. Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; 2008. [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17096/17096\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17096/17096_4.PDF) Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- ANDRADE, C. P. de; MARCELLINO, N. C. O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens. *Licere*, Belo Horizonte, v.14, n.2, jun/2011.
- BAHIA, M. C.; COSTA, M. C.; CABRAL, D. M.; CUNHA, B. L. Q.; CARAVELAS, D. C. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, S. L. *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. Belém: NAEA / ANPUR, 2008.
- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. 300 f.
- BOITO Jr., A. & GALVÃO, A. (org.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo, Alameda. 2012.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz*. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44.
- CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. de. O turismo no contexto da sociedade informacional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.
- CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (org). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 13-21.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Espanha. v. 3, n. 2, 2005. p. 295-304. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf> Acesso em: 15 abr. 2019.
- FIGUEIREDO, S. J. de L.; NOBREGA, W. R. de M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In FIGUEIREDO, S. J. de L.; AZEVEDO, F. F. de; NOBREGA, W. R. de M.; (Orgs). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11 – 37.
- FORJAZ, M. C. S., 1988. Lazer e consumo cultural das elites. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, n. 6, 1988, p. 99-113. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_06/rbcs06\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_06.htm) Acesso em: 15 abr. 2019
- GALLERO, L. El Impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HAMOY, J. A. *Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure- PA*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018. 199 f.

HIENDELMAYER, C.; SETTE, C.; CARVALHO, L. Investigação do perfil de personalidade em trabalhadores voluntários. *Psic. Rev. São Paulo*, v. 27, n. 1, 199-218, 2018.

IBGE: <https://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>. Acessado em janeiro de 2019.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 31-46.

LIMA, P. C.; MOREIRA, F. S.; DIAS, D. C.; BAHIA, M. C.; ALMEIDA, A. C. P. C.; FONSECA, Z. V. D. Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do Estado do Pará por meio das Políticas Públicas. In: SOARES, Á. et al (org.). *Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*. Manaus - AM: EDUA, 2011. p. 130 – 165. 210p

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2011.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 4 ed. Campinas, Autores Associados, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1978.

MELO, V. A. *A Cidade, O Cidadão, O Lazer e a Animação Cultural*. disponível em: [http://grupoanima.org/wp-content/uploads/anim\\_cult\\_cidade\\_livro\\_licere.pdf](http://grupoanima.org/wp-content/uploads/anim_cult_cidade_livro_licere.pdf). 2008.

MELO, V. M. Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 65-88.

OLIVEIRA, H. V. *A prática do turismo como fator de inclusão social*, 2008.

PINTO, L. M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.

RIBEIRO, C. *Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil*. 2011.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. 212 p.

SANTOS, J. Desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 75 (26): 28-55. 2011.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

STOPPA, E. A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 119-134.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 212 p.

TRINDADE JUNIOR, S. C. *A Cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 366 f.

WEBER, M. “Classe, estamento, partido”. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

# Paper do NAEA Volume 28

## O Graffiti e a paisagem da cidade: arte, ação e cultura em Campos dos Goytacazes<sup>1</sup>

*Elis de Araújo Miranda<sup>2</sup>  
Arthur Nogueira Rangel<sup>3</sup>*



*Dedicamos este texto à memória  
de Luiz Antônio Furtado Aguiar (1992-2009),  
um artista visual forjado pela geografia.*

### RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise das referências simbólicas impressas na paisagem urbana da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ produzidas por grafiteiros entre os anos de 2004 e 2018. Nessa perspectiva, o graffiti é entendido enquanto uma arte libertária que busca difundir novas ideias, mensagens políticas e referências culturais do lugar. Um movimento artístico que vem passando por processos de ressignificações em sua própria estrutura organizacional, em suas técnicas e estética. Dessa forma, este estudo possibilita um entendimento da criação de uma nova paisagem urbana, onde o sentido da representação é descrito sob a ótica dos artistas, criadores desses novos significados. Os grafiteiros são os sujeitos das ações e as crews constituem-se nos grupos nos quais os sujeitos encontram-se inseridos e podem definir tipos de ações diferenciadas que (re)elaboram cotidianamente a paisagem urbana. A paisagem, portanto, é produto e produtora de ações realizadas por agentes culturais/políticos.

**Palavras-chave:** Graffiti. Ação. Paisagem. Política Cultural.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisa com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

<sup>2</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) da Universidade Federal Fluminense. Coordena o Laboratório de Pesquisa Cultura, Planejamento e Representações Espaciais (LabCult). E-mail: elismiranda10@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Rede Pública Municipal de Ensino da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. É integrante do Laboratório de Pesquisa Cultura, Planejamento e Representações Espaciais (LabCult). E-mail: arthur\_nr2@yahoo.com.br.

## **ABSTRACT**

The work herein presents an analysis on the symbolic references impressed on the cityscape of Campos dos Goytacazes, RJ, produced by graffiti artists, from 2004 to 2018. From this perspective, graffiti is grasped as a libertarian art aimed at propagating new ideas, political messages and local cultural references; an artistic movement which has overcome processes of redefining its own organizational structure, its techniques and its aesthetics. Therefore, this study shines light upon the creation of the new urban landscape, where the meaning of the representation is described from the artists' perspectives, then becoming creators of these novel meanings. The graffiti artists are the subjects of those actions whereas the crews embody the groups in which the subjects are integrated; furthermore, they define a set of differentiated actions which (re)elaborate the cityscape on a daily basis. The landscape thus is both a product and a producer of these actions undertaken by cultural/political agents.

**Keywords:** Graffiti. Action. Landscape. Cultural Policies.

## INTRODUÇÃO

As expressões urbanas, ações e representações culturais elaboradas por sujeitos inseridos em grupos, buscam difundir ideias e estabelecer diálogos entre o artista e demais sujeitos na/da cidade. Assim, o presente trabalho tem como foco a análise do graffiti, compreendido no contexto do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ, apontado como uma expressão artística de movimentos de resistência e representação simbólica de um grupo subalternizado a partir das suas grafias e desenhos expressos na paisagem.

Dentre as artes urbanas elaborada com tintas spray, destaca-se o graffiti. Esta expressão tem maior representatividade na cidade de Campos dos Goytacazes, paralelamente ao identificamos as pichações, que tiveram um avanço significativo nos últimos cinco anos, logo após o período de criação de novos cursos de nível superior em duas universidades públicas e em um instituto federal<sup>4</sup>, concentrando uma população de jovens imigrantes universitários.

Este trabalho busca analisar as ideias difundidas a partir dos graffiti impressos na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, fotografadas pelos autores ao longo dos anos de 2016 a 2018. De forma mais específica, o trabalho busca identificar os graffiti na paisagem, relacionando-os aos grafiteiros que os produziram; averiguando as formas de atuação dos grafiteiros na produção artística: festival, rolês e/ou mutirões, e os lugares da cidade onde essas representações encontram-se impressas de forma mais concentrada.

O estudo ampara-se no método fenomenológico, que se constitui a base da formação da escola denominada Geografia Humanista. Esta escola de pensamento tem em Eric Dardel (1954), Yi-Fu Tuan (1983) e Edward Relph (1976) os seus principais expoentes. A geografia humanista debruça-se sobre as experiências vivenciadas pelos sujeitos nos lugares e suas formas de apropriação concreta ou simbólica do espaço, além das formas com que os artistas representam seus lugares nas obras de arte. Os lugares de encontros e as marcas na paisagem revelam como se dão as relações dos sujeitos inseridos neste movimento artístico com o espaço. A mediação e a compreensão dos fenômenos, tais como: ansiedade, conduta, sociabilidade, topofilia ou topofobia, só ocorreriam por meio de suas vivências experimentadas a partir das ações realizadas individualmente ou em grupo em um dado espaço-tempo, lidas nas expressões artísticas impressas nas paisagens.

A produção da paisagem marca as referências de indivíduos ou de grupos em um dado lugar (espaço-tempo-existência-sensorialidade-identidade). A partir das referências simbólicas impressas na paisagem, criadas no contexto de movimentos artísticos/culturais/políticos demonstram as formas com que os sujeitos podem se expressar para sociedade, que a produção do espaço se faz também por meio das relações de afeto, identidade, sociabilidade e não apenas por meio da dominação, do controle, da imposição de limites e fronteiras e da violência, como fazem os grupos hegemônicos e/ou agentes do Estado que buscam delimitar o uso do espaço com o emprego de armas, normatizações ou controles de circulação que expressam o domínio territorial a partir de demonstrações de força (armada na maioria das vezes) e poder, legitimados por normatizações impostas aos sujeitos errantes.

---

4 As duas Universidades Públicas são a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e o Instituto Federal Fluminense (IFF).

Para Jacques os “Errantes” são o “Outro urbano que resiste à pacificação e desafia a construção desses pseudoconsensos publicitários. Os errantes são aqueles que Milton Santos chamou de Homens Lentos, que Ana Clara Torres Ribeiro chamou de sujeitos corporificados e Michel de Certeau, de Praticantes Ordinários das Cidades” (2014, p. 23).

Para a elaboração deste trabalho, seguimos as seguintes etapas: a) primeiro foi realizada uma pesquisa teórico-conceitual sobre a arte do graffiti enquanto um fenômeno urbano; b) um segundo momento, foram realizadas entrevistas com grafiteiros atuantes na cidade de Campos dos Goytacazes, buscando a compreensão da formação do lugar e do próprio movimento do graffiti e c) acompanhamos os eventos culturais ligados ao graffiti realizados na cidade para fins de registros fotográficos dos graffiti e, por fim, tivemos participação nas dinâmicas culturais e artísticas para fins de compreender as diferentes dinâmicas que envolvem a produção do graffiti a partir de *rolês*, festivais ou *mutirões*.

O graffiti é arte efêmera. Realizado por sujeitos subalternizados que estão a todo o momento buscando dar voz aos seus ideais, a partir de suas grafias ou personagens, numa tentativa de autoafirmação de existência ou na busca de ocupar simbolicamente o espaço urbano. Deste modo, o presente trabalho evidencia em seus resultados, as dinâmicas existentes nas ações dos grafiteiros em uma cidade média da região central do Brasil, caracterizada por ser a cidade que mais recebe rendas advindas da exploração do petróleo: Campos dos Goytacazes, no Norte do Rio de Janeiro.

## O GRAFFITI NO CONTEXTO DA ARTE URBANA

O termo graffiti encontra-se em consonância com o aquele utilizado pelos grupos de artistas de rua que usam esta grafia para designar seus trabalhos. Desse modo, graffiti é uma reminiscência do vocábulo italiano *Sgraffire*, que significa uma técnica de decoração de fachadas, segundo a qual se sobrepõem várias camadas de estuque; antes de este secar, o artista faz incisões em forma de linhas e levanta grandes zonas da camada superior (STAHL, 2009, p. 9).

A segunda definição de graffiti, apresentada por Gitahy (1999, p. 13), afirma que “*graffiti vem do italiano inscrição ou desenho de épocas antigas, [...] riscados a ponta ou a carvão, em rochas, paredes*”. Numa espécie de síntese das duas definições apresentadas, Nicholas Ganz define o termo graffiti como uma derivação da palavra italiana *sgraffito*, que significa rabisco ou ranhura. Segundo este autor existe desde os primórdios da humanidade (GANZ, 2010, p. 8).

O que nos interessa não é a definição da técnica, mas o graffiti enquanto ação coordenada, elaborada por sujeitos organizados em grupos que buscam imprimir uma marca no espaço como um ato político por meio da arte. Assim, entendemos o graffiti como movimento artístico-cultural-identitário-político disseminado mundialmente que objetiva ocupar simbolicamente o espaço urbano. Não há, no mundo, uma paisagem metropolitana sem graffiti ou pichações, o que demonstra a importância de refletirmos sobre tal fenômeno.

Os grafiteiros seriam, segundo Aguiar (p.16; 2018), os “sujeitos da ação, que em seus meandros, são capazes de romper o ordinário cotidiano, a partir de expressões que

subvertem a ordem urbana, questionando a organização do espaço. Um questionamento que se faz com arte, beleza e inteligência. Concordamos com Aguiar, em diálogo com Jacques, com a tese da desconstrução dos pseudoconsensos publicitários promovida por artistas urbanos: os sujeitos errantes.

## **Graffiti: um movimento artístico-político-cultural**

Ao longo do tempo, as escritas urbanas vêm compondo formas de resistências perante a sociedade, impondo-se a autoexistência do movimento juvenil, que por sua vez pode impor a um determinado lugar uma representatividade de poder, dominação ou reflexão de um único indivíduo ou de uma coletividade. Apesar do graffiti e da pichação possuírem, a princípio, objetivos distintos, ambas as técnicas estão pautadas sobre a mesma base ideológica: a difusão de ideais políticos, sociais, étnicos e culturais dos sujeitos errantes. O graffiti e a pichação se caracterizam por terem enraizados em seus movimentos, a essência do caráter comunicativo e subversivo (LOPES, 2011, p. 34) e quando falamos de movimentos, consideramos também os movimentos dos corpos em coreografias arriscadas e as marcas dos movimentos trazidas nos corpos (Aguiar, 2018).

Essa essência na qual o graffiti se originou tal qual é praticado até a atualidade, é apontado numa espécie de consenso entre os estudiosos e os próprios praticantes da arte. Um movimento que (in)surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), entre os anos de 1960 e 1970, sobretudo nos bairros periféricos da cidade de Nova Iorque. Durante os anos de 1960, a cidade de Nova Iorque vivenciava uma profunda crise econômica. Imigrantes latinos e afrodescendentes que trabalhavam nas indústrias sofreram repressões e discriminações raciais. Em uma tentativa de “limpeza social” da área central, esses imigrantes, em especial os haitianos e porto-riquenhos, foram removidos das áreas centrais para as áreas mais periféricas da cidade, onde eram desprovidas de qualquer assistência social ou infraestrutura urbana. O sistema de transporte ferroviário consistia no principal meio de mobilidade da periferia para o centro.

Uma importante configuração organizacional que lutava pelos direitos civis dos imigrantes negros e nos Estados Unidos, foi a criação de um grupo partidário intitulado de “Partido dos Panteras Negras”, onde buscavam institucionalizar a luta dos direitos políticos civis e econômicos para homens e mulheres negras.

Importa ressaltar que os movimentos sociais não eram homogêneos. Havia disputas territoriais entre os representantes de grupos latinos e afrodescendentes. Se por um lado a diferença de etnias nos guetos nova-iorquinos causavam conflitos, por outro, essa mesma diversidade deu origem ao movimento cultural denominado Hip-hop, que teve como proposta reduzir os embates entre as gangs residentes nessa região, sobretudo nos bairros do Bronx e do Brooklyn. Dessa forma, Herschmann (2005), salienta que:

O hip-hop emergiu nos anos 70 nos Estados Unidos, como um forte referencial que permitiu a conformação de identidades alternativas e da consagração para os jovens, em bairros cujas antigas instituições locais de apoio foram destruídas. As identidades alternativas locais foram sendo forjadas a partir de modas e linguagens que vinham das ruas, dos guetos e de grupos e turmas de bairro. Nos Estados Unidos, muitos artistas, dançarinos e fãs do hip-hop continuam a pertencer a um sistema elaborado de grupos (HERSCHMANN, 2005, p. 186).

Na conjuntura da emergência do movimento hip-hop, as gangs deixaram de batalhar fisicamente uns contra os outros, e passaram a disputar espaços a partir de batalhas de rimas (o rap), das danças robotizadas e estilizadas que acompanhavam sincronicamente as batidas das músicas (o break), do graffiti (as artes plásticas) e práticas esportivas e de exibição de habilidades e movimentos de corpos (o basquete e o skate) O corpo se torna o próprio território de cada sujeito. É com o corpo e no corpo que as referências étnicas são expressas.

Assim, o hip-hop surgiu como um movimento de delimitação territorial dos distintos grupos periféricos e por fim tornou-se um movimento cultural de produção de um lugar de práticas artístico-culturais e esportivas, integrando os grupos periféricos. Assim, o graffiti, integrado ao movimento hip-hop se torna uma expressão dissipadora de valores e identidades, reconhecendo a identificação e afeição do grupo com o lugar (TUAN, 1983, p. 152) e os lugares de origem estão marcados nos corpos: o ritmo do andar, as cores das vestimentas, o cabelo *black power*.

O graffiti emerge como uma cultura juvenil de grupos excluídos, que assim como hoje, buscam dar voz aos agentes marginalizados e subalternizados pelo sistema em sua base conservadora. Assim, em relação ao movimento juvenil, como uma forma de reduzir as batalhas ou conflitos nos guetos, Arce (1999), destaca:

Essa nova dimensão das batalhas urbanas teve uma importante participação na atenuação dos níveis de violência entre esses setores jovens, à medida que as rivalidades são canalizadas para o terreno simbólico, o que é um dos aspectos pouco avaliados e submetidos à reflexão. Desse modo, o fenômeno do grafite diluiu, em alguns casos, a força das identidades cotidianas fortemente ancoradas na defesa dos limites do bairro, como sucedeu com o cholismo, pois eles vivem na cidade de uma maneira mais ampla (ARCE, 1999, p. 130).

Desde então, a partir dos anos 70 o graffiti que cada vez mais vinha ganhando espaço como uma cultura juvenil de massa, sofreu tentativas de “desmarginalização” ao ter sua expressão especulada a incorporação do conceito artístico da época e conseqüentemente com as galerias, o que marcaria como o fenômeno de tentativa de libertação de sua forma original (STAHL, 2009, p. 9).

Galerias de artes, museus e colecionadores de artes tentaram atribuir valor às obras produzidas nas ruas; produzindo exposições de graffiti em formato de quadros ou em paredes de galerias, atribuindo aos desenhos pintados em telas como arte e relacionando os muros das cidades às galerias<sup>5</sup>. Esse processo de musealização e de galerização do graffiti é bastante criticado pelos artistas de ruas. O processo de musealização priva os objetos de suas funções originais e os revestem de novos significados, destituindo os sujeitos de suas ações políticas e as obras de seus valores simbólicos e atribuindo-lhes valores de mercado.

Em seu meio cultural original e subversivo, o graffiti se enquadra no contexto da *street art* por ser um *ato artístico-político-cultural* e não um simples objeto a ser consumido, pois ele está

---

5 Ver as obras de Jean-Michel Basquiat (1960-1988) é considerado um dos artistas mais importantes da segunda metade do século XX. Segundo o texto impresso na exposição deste artista na mostra do Centro Cultural Banco do Brasil, entre 12 de outubro de 2018 a 7 de janeiro de 2019. Basquiat inicia sua atuação como artista de rua, escrevendo frases críticas, enigmáticas e/ou poéticas em paredes e muros da cidade de Nova Iorque como pseudônimo SAMO.

dentro de um contexto público no qual os trabalhos são realizados por indivíduos inseridos em contextos socioespaciais específicos, para a sociedade com o uso de técnicas artísticas e trazem referências de outros artistas de outros lugares e temporalidades. Na rua, o graffiti pode ser visto por todos indistintamente e as mensagens políticas, poéticas ou enigmáticas dos grafiteiros podem ser disseminadas por meio de fotografia, do cinema, estampadas em camisetas ou até mesmo inseridas em mostras de artes em galerias. A paisagem da cidade torna-se parte da obra e não apenas suporte.

## O graffiti em Campos dos Goytacazes

Enquanto um fenômeno urbano, transgressor, poético e efêmero, o graffiti na cidade de Campos dos Goytacazes só passou a ganhar maiores proporções a partir do ano de 2011 (RANGEL, LESSA, 2016, p.182). Antes desse período, o que se via eram cartazes de propagandas, mensagens religiosas e pichações em ações realizadas por indivíduos sem organização de grupos ou por agências de propaganda e marketing.

Enquanto uma expressão artística que compõe a paisagem urbana, o graffiti ganha visibilidade na área central da cidade a partir do ano de 2011 quando novos agentes se inserem na cidade. Mesmo que o movimento tenha iniciado nos primeiros dos anos 2000, principalmente nas áreas periférica, sobretudo com grafiteiros que atuavam como pichadores e passaram a criar obras em graffiti para se deixarem ser perseguidos pela polícia.

A partir de 2011 a cena da arte urbana é alterada. Supõe-se que o crescimento da população estudantil de nível superior tenha relação com o fortalecimento da arte urbana em Campos. Em 2009 foram abertos cinco novos cursos de graduação na Uff, além dos cursos de graduação em música e licenciatura em teatro no IFF, criados no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)<sup>6</sup>. Dois anos após a abertura dos novos cursos, a cidade vê crescer a demanda por espaços e eventos culturais para atender aos jovens universitários que migraram para Campos para estudar.

O primeiro grupo de grafiteiros organizado na cidade, com uma proposta de difundir as mensagens da periferia a partir da arte urbana foi a crew<sup>7</sup> “Progressivo Artcrew”. Criada no ano de 2004 e tendo como seu pioneiro e fundador o grafiteiro “Andinho”<sup>8</sup>, a Artcrew passou a atuar na cidade de maneira sistemática, selecionando os lugares onde o grupo atuaria.

No mesmo ano de 2004, Andinho foi o responsável por organizar o primeiro encontro de grafiteiros em Campos dos Goytacazes, o qual foi intitulado “Intervenção em Grande Muro”. Objetivou a criação de um painel pintado coletivamente, com impacto visual agradável para que o graffiti se tornasse algo palatável ao gosto do campista.

---

6 O REUNI é um programa que se realiza entre 2003 e 2012. Campos dos Goytacazes recebeu cinco novos cursos na área de ciências humanas com a expansão da Universidade Federal Fluminense e o Instituto Federal Fluminense abre os cursos de licenciatura em música, licenciatura em artes visuais e licenciatura em teatro.

7 Denominação dado pelos artistas para designar grupos de grafiteiros.

8 Andinho é um grafiteiro residente na cidade de Campos dos Goytacazes, no entanto aprendeu a arte do graffiti e todas suas técnicas quando era morador na cidade do Rio de Janeiro.

A partir da realização deste primeiro encontro de grafiteiros que se formou o grupo “Progressivo Artcrew (PAC)” (Fotografia 1), que se mantém em Campos até os dias atuais agregando artistas de municípios vizinhos, de outros estados e imigrantes estrangeiros.

Fotografia 1: Graffiti realizado pelo Progressivo Artcrew no ano de 2011, na área central da cidade



Foto: Arthur Rangel, 2016.

Outra hipótese sobre o crescimento do graffiti em Campos só ter acontecido a partir de 2011 é o fato da inserção de Campos no contexto da exploração de petróleo e ampliação das rendas petrolíferas para os municípios beneficiados pelas novas regras de distribuição dos royalties e participações especiais implementadas a partir da promulgação da Lei do Petróleo de 2007.

A indústria petrolífera brasileira concentra suas atividades em Macaé, município que recebeu imigrantes de todo o Brasil, além de estrangeiros que trabalham nas empresas prestadoras de serviços às petroleiras. Tais mudanças na dinâmica econômica da região proporcionaram impactos na economia, na estrutura territorial da região (PIQUET, CRUZ, VILANI, 2013) e nos movimentos culturais nas cidades da região petrolífera.

Os jovens trabalhadores que migraram para Macaé buscaram em Campos dos Goytacazes a continuidade da formação acadêmica. Em Campos concentram-se ofertas de cursos técnicos e de nível superior. Assim, os grafiteiros-trabalhadores-estudantes de Macaé passaram a rivalizar com os grafiteiros-trabalhadores-estudantes de Campos e essas disputas podem ser lidas na paisagem de Campos (RANGEL, LESSA, 2016).

Desde então, a maioria dos grafiteiros que atua na área central de Campos dos Goytacazes, assim como nas áreas periféricas, é em maioria, de estudantes universitários que vieram de outras cidades e integraram-se aos tímidos movimentos existentes. Além de estudantes que migraram para Campos, a arte do graffiti foi difundida a partir de oficinas de graffiti ofertadas pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude e pelo SESC. No SESC o objetivo é a difusão de uma técnica artística, enquanto os objetivos da Fundação da Infância e da Juventude era de “retirar os jovens das ruas com uma ocupação artística”. Nenhuma das instituições conseguiu alcançar os objetivos dos artistas e suas ações conseguiram provocar ressignificações nas ações dos artistas que não tiveram suas formações nas nos rolês e mutirões.

Se em sua essência o graffiti foi originado como uma arte urbana subversiva e efêmera, onde grafiteiros utilizavam de tags para assinar seus trabalhos, hoje, na cidade Campos dos Goytacazes, o que vimos é um processo de metamorfose da arte urbana, onde o graffiti perdeu seu caráter marginal e os artistas integraram-se em contextos, até então não acessados, como as escolas de artes, as oficinas oferecidas em centros culturais ou serem chamados para atuarem em oficinas oferecidas pelas secretarias municipais de cultura, de entretenimento ou da infância e da juventude e até mesmo para decorar quartos de crianças e jovens de classes abastadas que aplaudem os apagamentos dos graffitis e pichações em São Paulo pelo prefeito João Dória em janeiro de 2017.

Em Campos dos Goytacazes é perceptível quando um graffiti é produzido em um rolê, em um festival ou em um mutirão. O rolê configura-se em um ato solitário ou em um pequeno grupo que percorre a cidade como um flâneur e quando encontra oportunidade, realiza um trabalho com mensagens contundentes. Em mutirões, os artistas se reúnem em um lugar e pintam sem definição de temas, sem compromisso com o tempo e buscam interagir com os moradores do lugar, criando imagens que reportam ao cotidiano do bairro ou retratam moradores mais velhos. Por outro lado, quando o graffiti é produzido a partir dos festivais, especialmente aqueles financiados pela municipalidade (Figura 1), as pinturas deixam de ser uma arte marginal e tratam da memória da cidade, com imagens palatáveis ao gosto da sociedade.

Dessa forma, o processo de assimilação do graffiti por parte dos gestores municipais ocorreu justamente a partir do momento em que o graffiti perde seu poder de subversão e passa a atender as demandas estabelecidas pelos agentes públicos, oriundos de classes sociais hegemônicas. Os itens vedados no edital de Festival de Graffiti proposto pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude em 2016 expressam a censura em relação a temas de caráter político ou religioso, desvirtuando o caráter subversivo, marginal e periférico que deu origem ao graffiti em Nova Iorque.

Figura 1: Fragmento do Edital do Primeiro Festival de Graffiti em Campos dos Goytacazes, no ano de 2016

2.2 O artista deverá se inscrever no Projeto observando os temas: "História de Campos dos Goytacazes", sendo absolutamente vedado fugir ao tema proposto.

2.3 São vedadas nas artes que serão executadas qualquer tipo de apologia a drogas, sexo, religião, álcool, opinião política, ou qualquer outra imagem que



possa causar mal estar público a população, considerando se tratar de um espaço público.

Nesse mesmo evento, acompanhamos e entrevistamos os grafiteiros. Questionamos se naquela ocasião, (ano eleitoral) o poder público municipal não estaria valorizando a arte urbana tardiamente, visto que o graffiti existe na cidade desde a década de 2000, e só em 2016, foi realizado o primeiro e último festival de arte urbana financiada pela gestão municipal. O grafiteiro a atuar mais tempo na cidade respondeu dessa maneira:

O poder público acha bacana quando realizamos um painel bonito, onde aquela área passa a ser valorizada em virtude da arte, no entanto eles não querem saber se para a realização daquele painel foram gastos quinhentos ou seiscentos reais. A população aceita bem o graffiti, e o poder público, por sua vez, também aceita, só que ele não apoia o movimento, não ajuda no incentivo dessa arte (Entrevista concedida pelo grafiteiro que atuar a mais tempo em Campos).

Nesse contexto, o processo de cooptação do graffiti, durante os festivais financiados por gestores municipais, o grafiteiro passa a atuar de forma controlada e sua criação prioriza a estética, deixando de atuar a partir de uma perspectiva política. Dessa forma, o graffiti que originalmente surgiu nas ruas, guetos e bairros periféricos, passa a ser controlado e ganha status produto para o mercado.

## **A ARTE URBANA NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Quando não atuam em festivais, os artistas de Campos dos Goytacazes criam, por meio de outras duas formas de organização: os rolês e os mutirões, como já tratamos em parágrafo anterior. Em cada forma de organização, faz-se a opção por diferentes técnicas que resultam em pinturas com estilos, efeitos visuais, dimensões e formas de comunicação diferenciados.

Além do graffiti, verifica-se também a ampliação do conhecimento de outras técnicas artísticas com o uso de tinta, possibilitada pela inserção de novos artistas com formação em centros universitários e em cursos e oficinas de artes oferecidos na cidade. Ao mesmo tempo que se ampliam as possibilidades artísticas, ampliam-se as áreas geográficas de atuação dos novos artistas, o que ocasionou uma dissipação dessas expressões para bairros mais distantes e com menor circulação .

A cidade de campos dos Goytacazes de um modo geral vive um processo de metamorfose da sua arte urbana. Essa transformação abarca principalmente a estrutura e o modo de se fazer a arte urbana na cidade, onde passado e presente se combinam em interações formando novos signos e formas que se convertem em temas a serem trabalhados pelos novos artistas. Em outras palavras, os novos artistas, principalmente os que proveem de oficinas, possuem sua formação artísticas pautadas nos conhecimentos adquiridos com os artistas veteranos, no entanto, diferentemente dos veteranos, os novos artistas não retratam diretamente por meio de sua arte uma afeição com o lugar, eles optam por adotar um determinado tema e a partir dele realizam suas obras.

Ainda em relação a essa nova vertente da arte urbana em Campos, há ainda aqueles sujeitos que desenvolvem suas técnicas a partir de formação acadêmica em cursos de designer gráfico ou de artes visuais, visto que essa nova geração de artistas é composta por universitários, sendo alguns deles provenientes de outras cidades e até mesmo de outros estados.

Importa ressaltar que todas essas expressões artísticas possuem formas e estilos distintos, com os quais estão relacionados aos seus criadores com técnicas adquiridas na rua ou nas oficinas de artes que se fundem. Assim, as principais expressões de arte urbana presentes na cidade de Campos dos Goytacazes são: o graffiti, a pichação (ou pichação) e o estêncil. Destacamos algumas expressões e os artistas que as produziram, pois são esses os sujeitos que tem transformado a paisagem urbana e tem delimitado lugares de encontros dos grupos que se apropriam da cidade, mesmo que simbolicamente, por meio de suas marcas na paisagem.

## Graffiti

Destacamos as distintas formas de realizar uma pintura em graffiti, segundo técnicas descritas pelos grafiteiros de Campos: *Graffiti 3D*, *Wildstyle*, *Bomber*, *Letras Grafitadas*, *Graffiti artístico* ou *livre figuração*, *Graffiti Plástico*, *Graffiti Domeio* descritas e apresentadas a seguir:

*Graffiti 3D* – São desenhos tridimensionais, criados a partir de ideias visuais que apresentam certa profundidade e são característicos por não possuírem contorno. Este modelo de graffiti requer do grafiteiro uma técnica bem desenvolvida de cores e formas. Nesta obra, Kane KS imprime a palavra JESUS sob um Leão. Simbologias advindas de religiões neo-pentecostais que se embrenham em áreas periféricas e passam a ser referências para grafiteiros inseridos nesses contextos urbanos.

Fotografia 2: Graffiti 3D feito no viaduto pelo grafiteiro Kane KS



Foto: Arthur Rangel, 2016.

*Wildstyle* – Modelo de graffiti cuja sua principal característica são letras distorcidas, que tem o formato em setas e que cobre o desenho quase por completo. Suas letras são de difícil identificação, são utilizadas como códigos, são compreendidas pelas pessoas que conhecem o mundo do graffiti. Neste estilo há pouca possibilidade de criações com expressões políticas

por se tratar de uma representação do nome do artista, uma forma de reafirmar-se no grupo de um lugar. Da mesma forma ocorre com o estilo descrito a seguir, o estilo *bomber*.

Fotografia 3 Graffiti Wildstyle realizado na Avenida 28 de Março pelo grafiteiro Gouk



Foto de Arthur Rangel, 2016.

O *Bomber*, também conhecido também como vômito ou throw-up. Estilo caracterizado por apresentar letras cujas aparências são de expressões gordas e que parecem estar vivas. Essa técnica, geralmente utiliza-se de duas ou três cores, sendo ela a forma mais praticada por grafiteiros e pichadores iniciantes, por não requerer muita habilidade técnica e nem conseguem se posicionar politicamente.

Fotografia 4: Graffiti Bomber feito pelo grafiteiro Dog Jam. Localizado na quadra debaixo do viaduto central

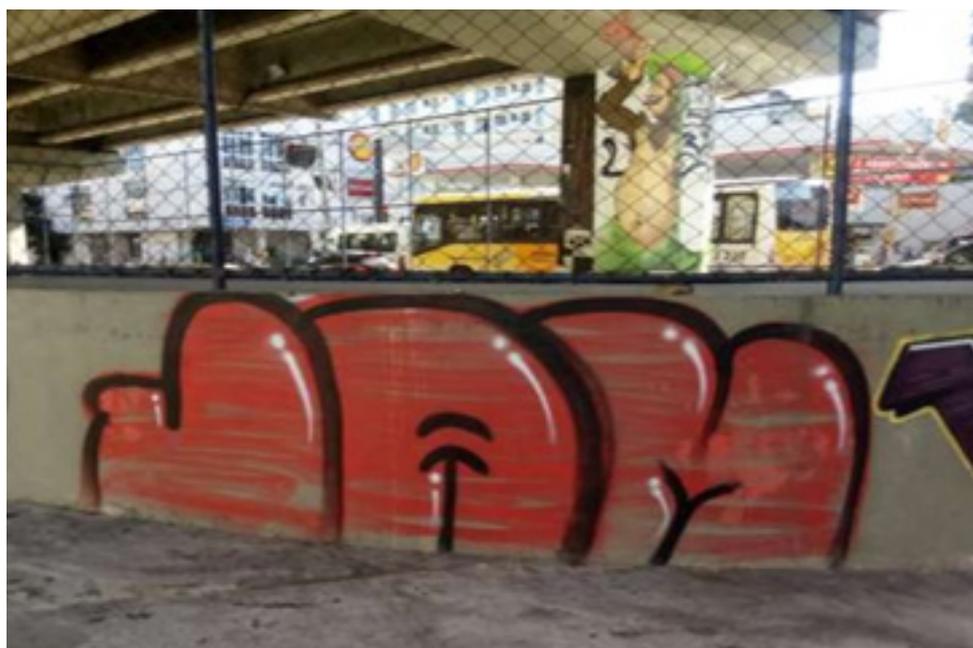


Foto: Arthur Rangel, 2016.

As Letras Grafitadas podem ser consideradas mais um estilo que não tem a preocupação em disseminar ideias, mas apenas disseminar o nome e a técnica do artista. É o tipo de graffiti que utiliza técnicas tanto da grafiteagem quanto da pichação, no entanto são formas mais sofisticadas do que o “bomber”. As letras grafitadas são caracterizadas por sempre representarem a assinatura do grupo após esses realizarem uma pintura em mural de forma coletiva.

Fotografia 5: Graffiti estilo Letras Grafitadas. Praça da República, Centro, Campos dos Goytacazes (RJ)



Foto: Arthur Rangel, 2016.

O Graffiti artístico ou livre figuração, um estilo mais elaborado em técnica, estilo e expressão de ideias. Os artistas apresentam elementos que fazem parte do mundo do grafiteiro, ou seja, esta modalidade é caracterizada por proporcionar a liberdade artística do seu autor, bem como a incorporação de caricaturas, personagens de história em quadrinhos, figurações abstratas e realistas e discutem temas políticos discutidos em um dado contexto sócio-geográfico-histórico-cultural. Na representação a seguir (Fotografia 6), obra criada por uma crew de grafiteiras denominada Teta-atua, as artistas discutem questões de gênero, o papel da mulher na sociedade e as formas de trabalho em que as mulheres atuaram e atuam na cidade de Campos dos Goytacazes (Fotografia 7).

Fotografia 6: Graffiti Artístico ou Livre Figuração realizado na mureta da Beira Rio pela grafiteira Panda no I Festival de Graffiti



Foto: Arthur Rangel, 2016.

Fotografia 7: Graffiti Artístico ou Livre Figuração realizado na mureta da Beira Rio pela grafiteira Panda no I Festival de Graffiti



Foto: Elis Miranda, 2016.

O Graffiti Plástico, estilo de graffiti que mistura elementos da arte urbana juntamente com elementos e técnicas das artes plásticas apresenta um resultado tal qual aqueles pintados em quadros e são aceitos como arte de galeria. O artista Michael Elioberto é formado em artes visuais posterior à sua formação de grafiteiro. Por meio desse estilo e técnica, o artista imprime ideias que causam ruídos na comunicação dos transeuntes com as obras nas ruas. Os pedestres costumam parar para admirar a obra por ser bonita e colorida ou se identificar com o desenho. Neste caso, o artista cria uma representação de um indígena hábil com o arco-e-flecha, buscando imprimir uma imagem positiva dos índios goitacá, etnia que dá nome ao município.

Fotografia 8: Graffiti plástico realizado na mureta da Beira Rio pelo grafiteiro Elioberto no I Festival de Graffiti



Foto: Arthur Rangel, 2016.

Por fim, o estilo de Graffiti *Domeio*, um estilo único criado pelo grafiteiro Murilo Domeio, que utiliza traços mais firmes e marcados, assemelhando-se a características tribais para a composição de sua arte. As máscaras criadas por Domeio encontram-se inscritas em lugares dispersos na cidade, em muros pintados com cores fortes que passam a ser incorporadas como pano de fundo ao traço do artista. O detalhe nos cacos de vidro fincados no muro, é incorporado na pintura, como a coroa de espinhos fincadas na cabeça de cristo crucificado, a imagem da fotografia 9 nos remete a dor, tortura e sofrimento dos povos negros. Domeio destaca-se por continuar fiel aos princípios subversivos e da arte marginal e sua ação como sujeito errante destaca-se dos demais grafiteiros que atuam em Campos.

Fotografia 9 - Graffiti Domeio realizado na Avenida 13 de maio



Foto: Elis Miranda, 2018.

## Pichação

Assim como o graffiti, a pichação (ou pixação) também apresenta distinções em suas técnicas e estilos. Os pichadores de Campos as distinguem como: pichação paralela, Pichação Estilo Reprodução, Pichação Politizada. A Pichação Paralela (Fotografia 10) é o estilo de pichação utilizado pelo poder paralelo, principalmente para demarcar territórios e pontos de comercialização de drogas. Essa técnica busca representar a imposição do poder do grupo local em relação a outros grupos.

Fotografia 10: Pichação ligada às facções do tráfico. Rua Dr. Pereira Nunes



Foto de Arthur Rangel, 2016.

Enquanto a *Pichação Estilo Reprodução* prioriza a repetição da marca do pichador por meio da sua assinatura, as denominadas tags. Esse estilo é utilizado principalmente por pichadores iniciantes, onde busca por meio da reprodução exaustiva de sua tag o reconhecimento da sociedade e entre os demais pichadores. O suporte para a realização das pinturas é cuidadosamente selecionado. A fotografia 11 demonstra a preferência de pichadores pelos muros revestidos com pedras, o que torna a pintura “eterna” pelo grau de dificuldade de limpeza dos muros e assim a assinatura se torna “eterna” ou até que o muro seja demolido.

Fotografia 11: Pichação Estilo reprodução realizada com tags de pichadores na Avenida Alberto Torres, centro da Cidade



Foto de Arthur Rangel, 2016.

A Pichação Politizada, no qual o pichador busca dar voz e expressar as ideias pelas quais se identifica e estão associadas a voz de um grupo, de forma direta e incisiva a respeito de questões políticas, ideológicas e de problemas sociais. Geralmente esse tipo de pichação se relaciona com o momento político ou social o qual é vivenciado no ato da ação e quase sempre são criadas ao mesmo tempo em que acontecem marchas, passeatas ou atos que devem criar comunicação com pessoas que não tenham participado dos atos, mas que as fazem pensar sobre o tema.

Fotografia 12: Pichação Politizada na Av. Pelinca



Foto de Arthur Rangel, 2016.

## Estêncil

Como uma das três técnicas de pintura em parede com o uso de tinta, o estêncil se expressa segundo o Estêncil Artístico e Livre Figuração, Estêncil Subversivo. Entretanto, em ambos os casos, há conceitos a serem discutidos. Em ambos os casos, os artistas estão inseridos em movimentos políticos e culturais e a partir do estêncil desejam disseminar uma ideia, um conceito-chave.

O Estêncil Artístico e Livre Figuração permite ao artista trabalhar com elementos artísticos próprios ou se remeter a temas já estabelecidos por outros artistas em outros tempos ou lugares, mas ainda necessitam ser discutidos nessa cidade. Esse estilo costuma ser mais bem visto pela sociedade, pois prioriza traços mais detalhados e passa a ser caracterizado como “belo” pela população. E o artista passa a ser convidado para criar em espaços públicos e privados e ser remunerado por seu trabalho.

Fotografia 13: Estêncil realizado pelo grafiteiro Pablo Malafaia no viaduto do centro da cidade

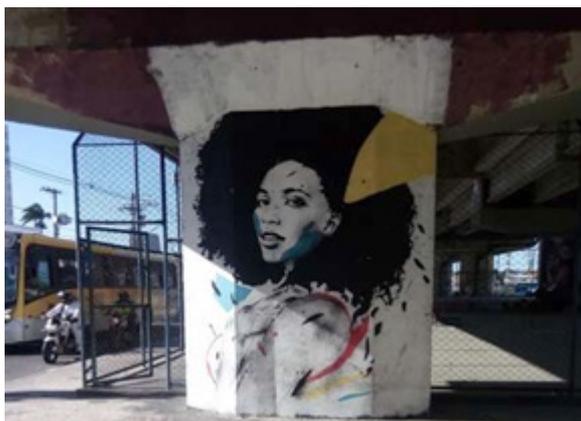


Foto de Arthur Rangel, 2017.

O Estêncil Subversivo é utilizado em manifestações sociais e intervenções urbanas que buscam de forma direta alcançar os transeuntes, grupos sociais, agentes políticos com poder de decisão. Esse estilo se assemelha ao da pichação politizada, no entanto, prioriza-se trabalhar com imagens ou com frases metafóricas. E ao utilizar o estêncil, os artistas se resguardam das ações policiais que já assimilaram que “pixo é vandalismo e graffiti é arte”. E quando o ato da pintura dá com uma única cor e é realizado a mão livre, os agentes policiais entendem que se trata de pichação e quando há cores, quando se utilizam de máscaras para que a pintura seja feita dentro de um padrão estético, o agente a considera bonita e assim não criminaliza a ação, mesmo que as frases sejam de cunho político contundente.

Fotografia 14: Estêncil Subversivo. Autor desconhecido



Foto: Arthur Rangel, 2016.

Apesar da evidência dada a essas três categorias de arte urbana, destacamos que as expressões artísticas realizadas nas ruas não se esgotam em tais categorias, pois existem outros estilos que são criados a partir de uma ou duas categorias das quais foram citadas. Dessa forma, tanto o graffiti, a pichação e o estêncil, compõem formas, técnicas e estilos que podem variar de acordo com o artista, o grupo no qual pertence. Além das artes om

tintas, há outras expressões com uso de colagens de papel, como os stickers, os lambes e/ou os cartazes que não são feitas diretamente com a aplicação de papéis em muros, postes, bancos, pilastras. Geralmente são desenhos elaborados graficamente e depois impressos em papéis e por fim colados em paredes com uso de cola artesanal.

Ainda em relação as caracterizações, cabe aqui destacar que não é o intuito desta pesquisa criar uma catalogação das expressões urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes, visto que as expressões urbanas se [re]criam a cada ação dos sujeitos e isso não caberia dentro do prazo estimado para a construção deste trabalho. A principal intenção é apresentar as expressões realizadas na cidade de Campos dos Goytacazes, relacionar aos artistas e identificar como essas ações criam na cidade formas de uso e ocupação simbólica do espaço urbano por meio das intervenções nas paisagens. Ao mesmo tempo possibilitam ao leitor uma melhor compreensão das próprias expressões e dos variados estilos com os quais os transeuntes se deparam diariamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado anteriormente, o presente trabalho partiu de estudos e análises de arte urbana, buscou conhecer a história do graffiti e os contextos históricos e geográficos das primeiras pinturas que receberam esta denominação. Buscamos também conhecer as técnicas de produção artística a fim de identificar quais delas são utilizadas por artistas de Campos e por fim, buscamos conhecer a produção local, identificando seus autores, as técnicas adotadas por cada artista e os lugares de atuação.

Por mais que o graffiti tenha passado por intervenções por parte do poder público local durante a realização dos festivais, os grafiteiros tentaram escapar das regras impostas e criaram desenhos com mensagens subliminares a partir de um equilíbrio entre o caráter subversivo, garantindo a liberdade de expressão e as demandas impostas pelos gestores municipais. Identificamos que os grafiteiros tentam atuar no limite de sua “liberdade”, sem deixar de atender aos requisitos propostos pelos governantes e assim garantir a presença do graffiti na paisagem urbana e o reconhecimento do graffiti como uma expressão artística.

Além dos festivais, foram realizadas ações coletivas denominadas como mutirões e ações individuais, os rolês. Nos mutirões procuram realizar seus trabalhos em grupo de grafiteiros, em áreas periféricas ou em favelas localizadas no centro da cidade, seguindo a duas regras: o estilo é livre, o tema é lugar, onde cada artista expressa a sua relação com o lugar como morador ou não daquele bairro.

Destacamos, ainda, o papel das universidades instaladas em Campos dos Goytacazes (Universidade Federal Fluminense; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Instituto Federal Fluminense). Os espaços universitários se tornaram lugar de encontro da juventude, pois nas universidades eles integram os cursos de graduação ou de extensão, integram sujeitos dos mais distintos lugares, classes sociais e formação cultural. A partir das universidades adquirem formação e podem, ainda, se tornarem agentes culturais, promovendo atividades como os saraus; compõem coletivos artísticos e culturais e participam de espaços de decisão das políticas culturais universitárias.

Salientamos a ação dos sujeitos errantes como aqueles que proporcionam uma ruptura no ritmo da cidade, um lapso de tempo em que os habitantes da cidade são obrigados

a observar algo que destoa da paisagem criada pelos pseudoconsensos publicitários. Ao observar a imagem em estêncil de uma bela mulher negra, a mulher negra, pobre, moradora de periferia, que não se vê pouco representada nas propagandas de televisão ou em outdoors, é tocada por aquela imagem. Do mesmo modo, o trabalhador que se depara com a mensagem “devolve meu voto golpista” também pode ser levado a uma reflexão a cerca no momento político vivenciado no país.

Assim, mesmo que o graffiti de Campos tenha passado por ressignificações, ainda assim, promove ações de ocupação simbólica do espaço, cria uma nova paisagem urbana e promove elaborações de pensamento entre aqueles que estão na cidade e não a vivenciam. Os grafiteiros buscam devolver aos trabalhadores e trabalhadoras o tempo da reflexão que o modo de produção capitalista lhes furtou. A cidade cinza ou bege mantém a mente ocupada com o trabalho. Enquanto as cores, que representam a diversidade da vida, fazem os sujeitos sonharem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Luiz Antônio Furtado. *Contra a cidade cinza: a pichação, o grafite e as possibilidades de subversão*. Dissertação de mestrado em Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2018.

ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 239-243.

CARLSSON, Benk; LOUIE, Hop. *Street art: técnicas e materiais para arte urbana*. Perles Beads. 1 ed. São Paulo: 2015.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 35-85.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Temas e Caminhos da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 07-14.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Temas e Caminhos da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 37-71.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Geografia Cultural: uma antologia (2)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 57-69.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 221-237.

GANZ, Nicholas; MANCO, Tristan (org.). *O mundo do grafite: arte urbana dos cinco continentes*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010;

GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GONÇALVES, Paulo Roberto. *A descoberta dos espaços urbanos: a expressão do graffiti em Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2011.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. *GEOgraphia*, América do Norte: UFF, v. 5, n. 10, p. 113-123, dez. 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: UFPA, 2014.

LOPES, Joana Gonçalves Vieira. *Grafite e pichação: os dois lados que atuam no meio urbano*. 2011. 37 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de; TARTAGLIA, Leandro. Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis. *GEOgraphia*, América do Norte: UFF, v. 11, n. 22, p. 59-88, 2009.

PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna e VILANI, Rodrigo M. *O desafio da abundância: 10 anos do boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

RANGEL, Arthur Nogueira; LESSA, Ranna Albino. O graffiti na área central de Campos dos Goytacazes: tatuagens na epiderme urbana. *Élisée, Rev. Geo. UEG*, Anápolis, v.5, n.1, p.170-192, jan. /jun. 2016.

RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: história, conceitos e o seu da paisagem percebida como perspectiva de estudo. *Ra' e Ga - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba: UFPR, v. 13, n. 13, p. 19-27, set. 2007.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

STAHL, Johannes. *Street Art. Alemanha*: Tandem Veriag GmbH, 2009.

TARTAGLIA, Leandro R. S. *Geograf(it)ando: a territorialidade dos grafiteiros na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Federal Fluminense, 2010.

TARTAGLIA, Leandro R. S. *Geograffitis: uma leitura geográfica dos graffitis cariocas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

## Paper do NAEA Volume 28

# Do tombamento ao plano diretor municipal: processos, demandas e planejamento urbano na cidade de Baião-PA

*Stéfano da Paixão Santos<sup>1</sup>*  
*Francisca Ferreira Michelin<sup>2</sup>*



### RESUMO

Este estudo está debruçado sobre o processo de tombamento do patrimônio edificado ocorrido na cidade de Baião, Estado do Pará, e seus possíveis desdobramentos políticos e administrativos impelidos ao poder público local. Neste espaço, investigamos no próprio processo em questão, clareamentos sobre os papéis desempenhados entre sociedade civil e o poder do Estado na preservação e proteção do patrimônio cultural, bem como, compreender a efetividade dos instrumentos legais de intervenção e gestão do espaço urbano, tais como a Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Plano Diretor Municipal, Lei Orgânica Municipal, entre outros. Desta forma, pautado na experiência vivida ao longo do processo de patrimonialização em Baião, o texto apresenta reflexões focadas na relação entre o projeto de intervenção urbanística em área patrimonializada e a necessidade de desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio edificado e sua área de entorno.

**Palavras-clave:** Patrimônio Cultural. Tombamento. Plano Diretor Municipal. Planejamento Urbano.

---

1 Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL.

2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL.

## **ABSTRACT**

This study is about the process of classification of the built heritage occurred in the city of Baião, State of Pará, and its possible political and administrative developments impelled to the local public power. In this article, we investigate in the process in question, clarifications on the roles played by civil society and the power of the Brazilian State in the preservation and protection of cultural heritage, as well as to understand the effectiveness of the legal instruments for intervention and management of urban space, such as the Federal Constitution, City Statute, Municipal Master Plan, Municipal Organic Law, among others. Furthermore, based on the experience lived throughout the classification process in the city of Baião, the text presents reflections focused on the relationship between the project of urban intervention in classified area and the need to develop a policy of preservation of the built heritage and its surrounding area.

**Keywords:** Cultural heritage. Classification. Municipal Director Plan. Urban planning.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Baião, Estado do Pará, viveu recentemente o processo de patrimonialização de seus marcos históricos. O processo que tramitou na esfera estadual com o protocolo 2014/74022 sob a responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará (DPHAC) está dividido em dois momentos específicos, sendo o primeiro de reconhecimento oficial do bem em questão, ou seja, o tombamento em si, e o segundo momento que se deu dois anos após o primeiro com a definição da poligonal da área de entorno do patrimônio tombado, fechando assim, um ciclo de quatro anos de processo.

Fundada em 1694 como entreposto comercial, a cidade de Baião é originária da capitania de Cametá, sendo segundo núcleo populacional surgido na região do Baixo Tocantins, quando era governador do Grão-Pará Antônio Coelho de Carvalho que, desejoso em povoar a região tocantina, designa ao sesmeiro português Antônio Baião a missão de povoamento, facultando-lhe a escolha do lugar. De acordo com Ramos (2009), Antônio Baião procurando então cumprir o estabelecido para concessão da sesmaria, escolheu um local alto e aprazível, à margem direita do rio Tocantins. Desta forma, a fundação da cidade de Baião está ligada ao processo de expansão da colonização portuguesa na Amazônia.

Conforme o último Censo de 2010 do IBGE, o município de Baião, localizado às margens direita do rio Tocantins, mesorregião de Cametá, distante 270 quilômetros da capital do estado, com acesso pela rodovia estadual PA 151, contava naquele momento com 36.882 habitantes, com expectativa populacional para 2018 estimada em 46.416 habitantes. Sua densidade demográfica gira em torno de 9,81 habitantes por Km<sup>2</sup>. Atualmente, Baião possui uma extensão territorial que contabiliza 3.758,300 Km<sup>2</sup>. No passado, em meados de... foi um dos maiores municípios do Brasil chegando a ser limítrofe com os Estados do Maranhão, Goiás e Mato-Grosso (MOURA, 1989, p.129).

O processo de patrimonialização na cidade de Baião teve início em fevereiro de 2014, protocolado através da Associação de Agentes de Patrimônio da Amazônia- ASAPAM, sob o registro 2014/74022 na Secretaria de Cultura do Estado do Pará e automaticamente encaminhado ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura do Estado do Pará- DPHAC.

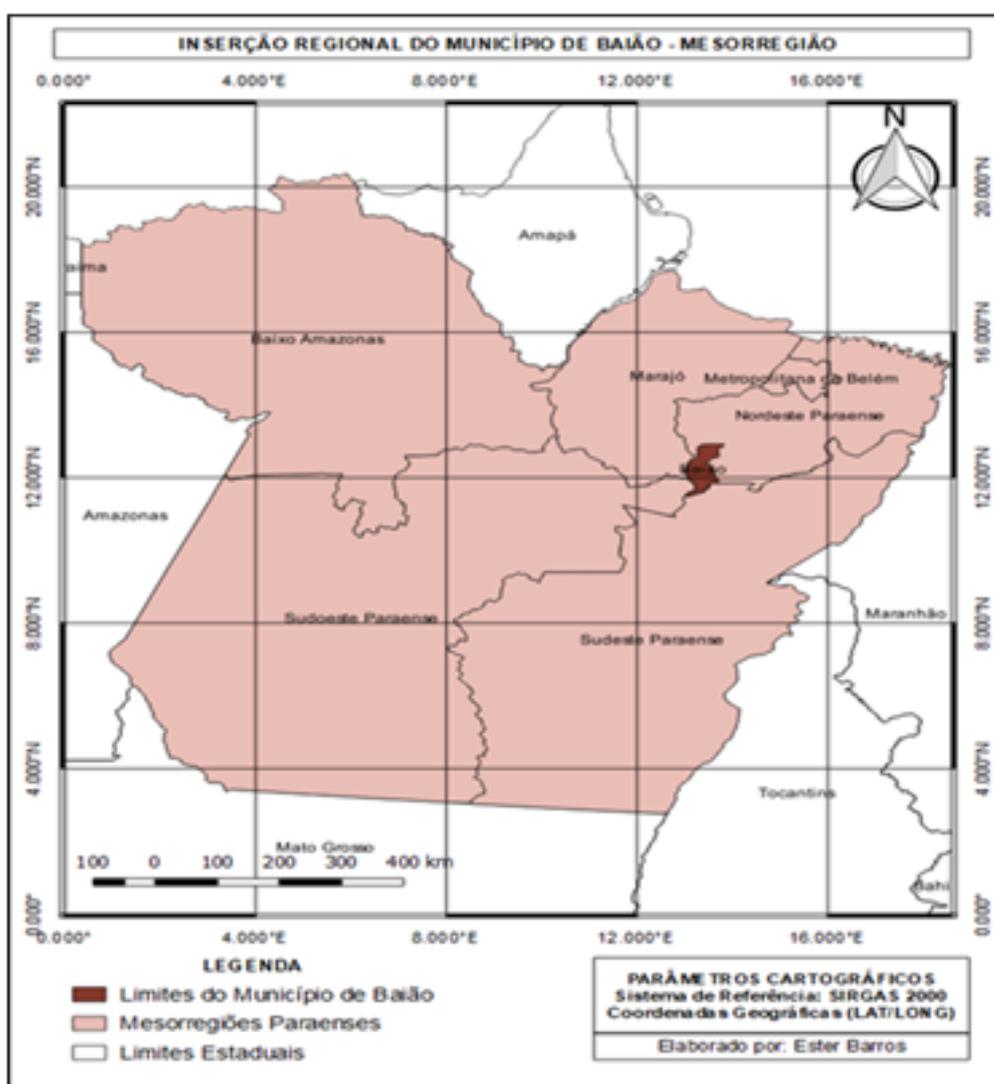
Embora o pedido de tombamento envolvesse três bens de valores históricos para a cidade, pois assim o processo foi instruído pela ASAPAM, desde o início a Caixa D'água de Ferro foi o eixo central de todo o desenvolvimento processual, o que significa dizer que, os demais bens foram trabalhados na perspectiva complementar, ou seja, na condição de entorno. Dos três bens arrolados no processo, a Caixa D'água era o único bem que atravessava os limites históricos do município, ou seja, seu testemunho está para além de Baião, marcando definitivamente seu lugar na história regional e também estadual. Desta forma, a possibilidade de proteção deste bem histórico se enquadra nos interesses culturais do Estado do Pará como um todo.

Os bens culturais propostos no processo são: a Caixa D'água de Ferro, datada de 1906; o Casarão dos Seixas de 1888 e a Escadaria Municipal Pau-da-Gaivota, uma construção da primeira metade do século XX. Todos erguidos a poucos metros uns dos outros.

Baião foi a única cidade do interior do Pará a possuir um sistema de água encanada naquele momento da história do estado do Pará. O sistema de abastecimento funcionou de 1906 até

meados da década de 1960, período em que foi desativado por não atender mais a demanda populacional de Baião. Em sua volta orbitam dois outros bens, são eles: o Casarão de 1888, residência do Sr. José Antônio Correia Seixas, dono de terras e seringais em Baião. Em outro momento da história da cidade, o prédio sediou a Intendência Municipal, mais tarde, sede da prefeitura e, com o passar dos anos a construção foi ganhando outras funções. A última construção envolvida é a Escadaria Pau da Gaivota, um belvedere empreendido na década de 1930, que tem por função dar acesso à população ao porto da cidade. Os três bens juntos constituem-se em um inquestionável conjunto arquitetônico real de referência histórica, espacial e geográfica para população. Além disso, esse conjunto efetiva-se também como um importante agenciador de memórias das pessoas de Baião.

Figura 01: Mapa de Inserção Regional de Baião-PA



O pedido de tombamento protocolado através da Associação Agentes de Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), entidade civil sem fins lucrativos voltada para questões relativas à proteção e preservação do patrimônio cultural, sediada em Belém, capital do Estado,

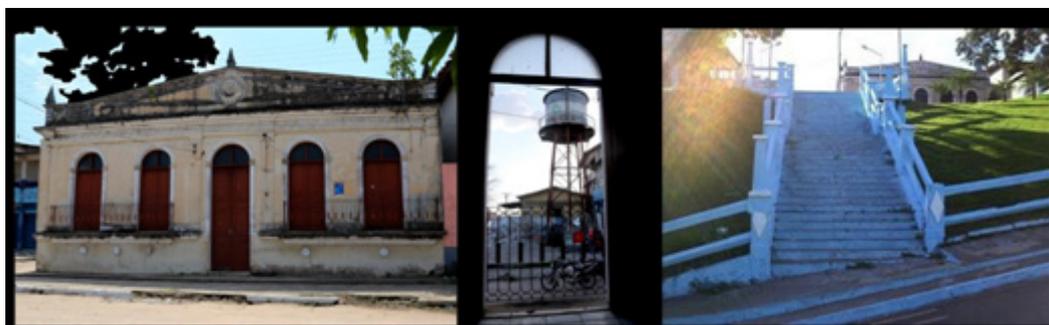
iniciou em 17 de fevereiro de 2014 e, encerrou a primeira etapa em 27 de julho de 2016 com o deferimento ao tombamento e publicação no Diário Oficial do Estado. Uma vez designado pela ASAPAM a representá-la junto ao DPHAC e como articulador local, o autor deste trabalho, discutiu com o referido departamento a necessidade e importância de se constituir uma área de entorno com a finalidade de proteção do patrimônio tombado.

Daí partiu-se para os estudos do mapa da cidade, compreensão do histórico de ocupação da área em questão e conseqüentemente a definição da poligonal do patrimônio, ou seja, da área de entorno. Feito isso, a certidão de tombamento do patrimônio histórico de Baião foi republicada em 06 de fevereiro de 2018, desta vez com a poligonal definida.

É importante frisar que a decisão de pleitear o pedido de tombamento na esfera estadual se deu por motivos práticos, pois, o município de Baião não dispunha na sua estrutura administrativa de nenhum setor, departamento, diretoria, órgão ou qualquer instância para esta finalidade, muito embora os artigos 172 e 176 da Lei Orgânica do Município apresentem medidas aplicáveis no acatamento do patrimônio cultural, por isso buscou-se na lei estadual 5.629/90 respaldo para formalizar o pedido de tombamento, nos direcionando desta forma a uma estrutura política acima do município.

## O PROCESSO QUE VIABILIZOU A PATRIMONIAIZAÇÃO EM BAIÃO

Figura 02: Casarão dos Seixas, Caixa D'água de Ferro e Escadaria Pau da Gaivota



Fonte: Elza Lima / Agosto, 2015.

Para entendermos o debate em torno do patrimônio edificado em Baião é preciso o cruzamento de instrumentos jurídicos como a Constituição Federal, Constituição do Pará, Estatuto da Cidade, Lei Orgânica do Município de Baião, Plano Diretor Municipal, através dos quais cada esfera atua e/ou transfere para outra o direito ou o dever de criar e efetuar as suas próprias políticas para o patrimônio cultural. Conforme já fora dito anteriormente, a busca pelo reconhecimento e proteção estatal ao patrimônio edificado de Baião começou pela observação da Lei Orgânica do Município, assegurado nos artigos 172 e 176 da Lei Orgânica do Município, onde diz:

A cultura, entendida como todo um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, terá do Município o estímulo, a valorização e apoio ao patrimônio, como a produção cultural de sua população (Lei Orgânica do Município de Baião, 1990).

A lei assegura uma sucessão de procedimentos para que o poder público local possa dar condições para o pleno desenvolvimento da política cultural no Município em seus vários aspectos, entre os quais o patrimônio material e imaterial. A Lei Orgânica do Município de Baião (1990) outorga:

Art. 173 – O Poder Público garantirá o reconhecimento, a preservação e o desenvolvimento dos diferentes aspectos, fatores e atividade que compõem a identidade cultural do Município, através de:

I – levantamento da realidade/perfil cultural do Município, em todos os seus aspectos, visando recuperar a história da comunidade e investigar todos os seus bens culturais;

II – implantação de um sistema de captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à Cultura, de modo a organizar uma memória consistente sobre os mais diferentes aspectos da realidade cultural;

III – ampla circulação de todas as informações referentes a sua realidade cultural;

IV – criação de espaços para o pleno e adequado exercício da atividade cultural;

V – fornecimento de entidades culturais privadas, de utilidade pública, através do apoio técnico financeiro para incentivar a produção local sem fins lucrativos.

§ Único – O Município garantirá a manutenção e ampliação permanente dessa memória através da pesquisa, preservação, restauração do patrimônio documental, bibliográfico, museológico, histórico, artístico e arquivístico.

Art. 174 – Constituem produção e patrimônio culturais do Município as atividades e os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

V – a cidade, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico, e inerentes a relevantes narrativas da história cultural local;

VI – a cultura indígena tomada isoladamente e em seu conjunto.

A Lei Orgânica segue oferecendo outros procedimentos no que tange à política cultural em geral no Município, porém, em relação ao patrimônio edificado, a lei apresenta uma lacuna a respeito da responsabilidade do Município em criar/ter sua própria instância de atuação no campo do patrimônio cultural. Numa primeira leitura, interpreta-se que a competência de patrimonialização de seus bens materiais e salvaguarda de seus bens imateriais cabe a outras esferas. O contrário não fica claro, legando assim, a outrem o ato de reconhecimento e chancela de seu patrimônio cultural.

Assim está escrito na lei citada acima:

O Poder Público apoiará e acompanhará projetos ao tombamento de bens culturais de modo a contribuir na preservação do patrimônio histórico, artístico

e cultural da região. O Município tomará a iniciativa de solicitar aos órgãos competentes o tombamento de bens de interesse histórico, artístico e cultural relevantes para a identidade cultural do Município (Lei Orgânica do Município de Baião, 1990).

Antes de seguirmos estudando o processo de patrimonialização ocorrido na cidade de Baião e seus detalhes, é necessário fazermos de maneira breve, uma incursão sobre o instituto do tombamento como forma de intervenção estatizada sobre um determinado bem de valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e ambiental.

Tomasevicius Filho (2004) afirma que, historicamente, a expressão tombamento/tombar tem suas origens no ano de 1375, com o rei de Portugal, Dom Fernando, quando designou o Arquivo Nacional português a função de registrar e inventariar suas propriedades. O referido arquivo com duas torres localizava-se no conjunto Torre do Tombo aos arredores de Lisboa. Foi apenas no século XIX que a Torre do Tombo passou a preservar a história de Portugal, devido à sua transformação em arquivo oficial (TOMASEVICIUS FILHO, 2004, p.245). Desta forma, tombar, para os portugueses, tem o mesmo sentido de registrar, inscrever, arrolar, inventariar bens. Portanto, em Portugal o ato administrativo de preservação chama-se “classificação” e no Brasil denominamos de tombamento.

Rabello (2009) entende que há uma falta de clareza para a grande maioria das pessoas no trato conceitual entre preservação e tombamento. Para autora, preservação é conceito genérico, nele está inserida uma gama de ações do poder público com objetivo de conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma nação, ou seja, um conjunto de instrumentos e medidas voltados para a preservação da memória. Portanto, o conceito é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica (RABELLO, 2009, p.19).

O tombamento, por sua vez, é um ato administrativo específico, distintivo para um determinado bem cultural. Deste modo, é uma das possibilidades de uma política de patrimônio cultural, e tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis. Como a coisa é apropriável, objeto do direito de propriedade, são importantes para análise da fonte constitucional todos os dispositivos da Carta Magna que, direta ou indiretamente, se referem à propriedade e as suas limitações em função do interesse público (ibid, p.24).

Para Fonseca (2005), o instituto do tombamento efetiva a proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil - incide sobre este sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar, específica. Para a autora, o direito à propriedade do indivíduo é limitado pelo espírito de função social da propriedade, regulada pela legislação brasileira. Nesse sentido, o exercício do direito de propriedade sobre as coisas não se pode contrapor a outros valores, não econômicos, de interesse geral, e, por isso, o exercício desse direito tutelado pela administração pública (FONSECA, 2005, p.39). Ao mesmo tempo, impõe ao proprietário limitações ao exercício do direito a coisa, uma vez que o tombamento o afeta de característica pública. Assim, mesmo a coisa continuando no domínio particular, se sujeita a controle e fiscalização pública especial, por interessar à coletividade (FARIA, 2010, p. 56). Sobre a delicada relação entre direito privado e o direito público onde o patrimônio é muitas das vezes objeto de disputa entre as partes com interesses divergentes, Fonseca afirma:

Sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, incidem, assim duas modalidades de propriedade: a propriedade da coisa, alienável, determinada por seu valor

econômico, e a propriedade dos valores culturais nela identificados que, por meio do tombamento, passa a ser alheia ao proprietário da coisa: é propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob a tutela do Estado (FONSECA, 2005, p.40).

Outro aspecto do ato de tombamento refere-se aos tipos que lhes são aplicados de acordo com cada caso, cada necessidade, são eles: tombamento voluntário e tombamento compulsório. O tombamento voluntário consiste na manifestação espontânea do proprietário ao solicitar do órgão competente beneplácia para com o bem em questão. Na direção contrária deste entendimento, ocorre o tombamento compulsório. Assim sendo, Faria (2010) ao se referir ao Decreto-Lei 25/37 testifica:

Tombamento voluntário - Extraem-se do art. 7º do Decreto-Lei nº 25/37 duas hipóteses de realização de tombamento voluntário: a primeira verifica-se quando o proprietário de um bem (móvel ou imóvel), reconhecendo nele o valor cultural de que cogita a legislação pertinente, manifesta à autoridade administrativa o desejo de vê-lo tombado. Nesse caso, constatando o órgão técnico que o bem se reveste de uma das manifestações culturais, promove o tombamento solicitado. A outra hipótese ocorrerá quando o particular, pessoa física ou jurídica, anui ao tombamento pretendido pela Administração Pública, ao receber a notificação pertinente. Nesse caso, embora não solicitado o tombamento, concorda com a medida. Tombamento compulsório - O tombamento será compulsório nos casos em que o proprietário da coisa ao receber a notificação do órgão competente não concordar com ela, oferecendo resistência na via administrativa ou na jurídica. É a disciplina do art. 8º do Decreto-Lei nº 25/37. Não havendo contestação no prazo legal, determina-se a inscrição do bem no livro próprio de acordo com a natureza da sua manifestação cultural. Se contestado, a conclusão do processo será demorada, submetendo-se a todas as fases previstas na lei e no regulamento (FARIA, 2010, p. 68-69).

Para além dessas duas formas de tombamento acima citadas, existem outras, como o tombamento provisório, tombamento definitivo e tombamento por ofício. Segundo Faria (2010), o tombamento provisório é realizado precariamente, sem antes verificar se o respectivo bem atende, definitivamente, às exigências legais para integrar-se ao patrimônio cultural. A notificação do proprietário pela entidade ou órgão competente equivale ao tombamento provisório.

Para realização do tombamento definitivo é necessário observar todos os requisitos formais do procedimento e os relativos ao bem tombado. Dessa forma, concluído o processo não restarão dúvidas relativas à legalidade dos aspectos formais, identificação e classificação do bem, segundo suas características, em conformidade com a legislação de proteção cultural (FARIA, 2010, p.69).

Por sua vez, o tombamento por ofício preceitua que o diretor do IPHAN, através de ofício, tome bens de propriedade da União, Estados ou Municípios, notificando a entidade a qual pertença ou aquela sob cuja guarda esteja o bem cultural para se façam surtir os efeitos necessários (COSTA, 2011, p.89). Sobre este último tipo de tombamento, a expedição do ato de tomar independe do consentimento da entidade notificada (FARIA, 2010, p.68).

As modalidades de tombamento aqui citadas são similarmente aplicáveis aos bens de natureza pública, circunstância na qual se enquadra o processo de patrimonialização ocorrida na cidade de Baião, Estado do Pará.

O processo de tombamento em Baião tramitou durante um ano e seis meses até a realização da primeira visita dos técnicos do DPHAC à cidade, ocorrida entre os dias 21 e 22 de agosto

de 2015. A presença dos técnicos possibilitou a realização de uma audiência pública com membros da sociedade local. Neste encontro discutiu-se sobre a importância da proteção e preservação do patrimônio histórico que estava em jogo.

Dias antes da audiência, foi realizada uma mobilização nas redes sociais convocando a comunidade em geral para o debate, esta mobilização ficou conhecida como #PatrimonializaBaião. Segundo Marchesan (2015), hoje se sabe que quanto mais participativa for uma política de preservação, maior seu êxito e sua sustentabilidade. Sobre a participação social em decisões relativas ao patrimônio é possível compreender que a sociedade civil tem se organizado no sentido de atuar decisivamente no histórico recente da preservação patrimonial. Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos econômicos e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político (FONSECA, 2005, p. 180).

Figura 03: Primeira e segunda foto- Professores debatem o processo de tombamento em Baião. Terceira foto- Professores e estudantes acompanham visita técnica do DPHAC



Fonte: Elza Lima / Agosto, 2015.

No que concerne aos níveis de participação dos atores no processo de tomada de decisões, o grau de consciência da população sobre os valores patrimoniais é determinante. Sob esse aspecto, graças aos meios de comunicação de massa, uma diversidade considerável de atores pode intervir no processo de transformação urbana (LAPA, 2013, p.94).

Torna-se importante lembrar que as políticas públicas no Brasil são oriundas da participação social no processo de tomada de decisão do Estado. Esta via de mão dupla ganha força no Brasil com a redemocratização em 1988 e, por conseguinte, com a promulgação da nova Constituição Federal. O termo cidadania como elemento combinado entre direitos e deveres, passa ser a chave para aquele “novo” Brasil. Por conseguinte, a relação entre o patrimônio e a nação aparece como possibilidade de ligação entre a construção da cidadania e a produção do espaço (RIBEIRO, 2013). Nesta direção, a participação popular se consolida como meio de legitimação da sociedade civil nos espaços democráticos. Portanto, nas formas de participação mais amplas, há também a possibilidade de mobilização dos diferentes segmentos da população no processo de construção de sua identidade, a partir de valores culturais comuns (REIS, 2011). O conceito de cidadania, bastante utilizado ultimamente para diversos fins, carrega consigo uma abertura para o debate de novas práticas de gestão, apropriação e condução de políticas referentes à identificação e preservação do patrimônio cultural edificado (RIBEIRO, 2013).

Figura 04: Peça publicitária em forma de adesivo distribuída aos participantes da audiência pública



Criação: Camila Favacho e Stéfano Paixão, agosto, 2015.

Dessa forma, Coelho (2013) ensina:

Na Constituição de 5 de outubro (Brasil, 1988), encontramos, no parágrafo 1º do artigo 216, a presença do “Poder Público, com a colaboração da comunidade”, como promotor e protetor do patrimônio cultural brasileiro. Desvela-se, assim, a clara participação da sociedade civil como agente participante dos processos e mecanismos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, junto aos diferentes níveis de governo - União, Estados e Municípios (COELHO, 2013, p.57).

É de suma importância a participação da comunidade local em momentos de definição do futuro de seu do patrimônio cultural, não somente para conhecimento processual do objeto em foco, mas principalmente porque é a identidade e a memória da comunidade que está em jogo durante os processos de patrimonializações. Não existe uma política nacional implantada no Brasil que estabeleça uma relação mais estreita entre os bens tombados e os grupos sociais dos quais participam. A ausência dessa relação tem gerado uma dicotomia entre o que o poder público decide preservar-tombam e as próprias comunidades que vivenciam esses bens (ibid, p. 56). O poder público não detém o monopólio da gestão, ele deve compartilhá-lo com a sociedade. A evolução da gestão patrimonial caminha no sentido da politização do processo de identificação dos diversos sentidos do patrimônio cultural, ampliando o leque de protagonistas envolvidos na questão em suas múltiplas etapas: construção, identificação, eleição, gestão, valorização etc. (MARCHESAN, 2015, p. 322).

## DEMANDAS GERADAS NO BOJO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO NO MUNICÍPIO DE BAIÃO

O processo de patrimonialização em Baião trouxe à tona a indagação de instrumentos jurídicos de gestão local, como o Plano Diretor Municipal, aprovado como lei de nº 1.392-A em 03 de outubro de 2006. Neste, o Município declara através de um conjunto de normativas os meios e os critérios para uso social, responsável, democrático e sustentável dos espaços urbanos e rurais no território baionense. O Plano Diretor é uma determinação prevista no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, onde diz que toda cidade com mais de 20.000 habitantes, encontram-se obrigadas a elaborá-lo.

Para Vieira (2012), o Plano Diretor deverá estabelecer a maneira como a propriedade cumprirá sua função social, garantido, desse modo, o acesso à terra urbanizada e regularizada. Deverá ser capaz de atender a todos os cidadãos, no reconhecimento de seu direito à moradia e aos serviços e equipamentos públicos. Além de a Constituição Federal definir o campo de aplicação, objetivos, conteúdo, também estabelece a participação da sociedade na elaboração e aprovação do novo plano diretor (SANT'ANA, 2006, p.132).

É através do plano diretor que o município determina quais serão suas zonas de interesses prioritárias para organização e otimização da gestão do seu território. O plano de diretor de Baião estabeleceu quatro zonas de interesse especial, são elas: Zona Especial de Interesse Social; Zona Especial de Interesse Ambiental; Zona Especial de Interesse Cultural e Zona Especial de Segurança Alimentar. Muito estranhamente o referido plano não previu a criação da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, ou seja, o patrimônio edificado não foi incluído, o que sugere uma invisibilidade social e política desses bens. Segundo Lauande (2009, p.55) o PDM de Baião nada diz sobre isso, não obstante os quase quatro séculos de história deste local e a importância dele na formação do espaço sub-regional (Baixo-Tocantins).

É importante compreendermos o plano diretor como instrumento legal que abre caminho para criação de uma série de medidas que visem proteger e preservar o patrimônio cultural, em especial os de ordem material que sempre estão na mira da especulação imobiliária, do perverso processo de gentrificação de espaços históricos. Para Castriota (2009), a preservação de bens culturais, em especial os bens edificados de interesse histórico ou arquitetônico, configura-se como requisito para o cumprimento da função social da propriedade, prevista pela Constituição Federal, e deve ser tratada no plano diretor.

De acordo com o Estatuto da Cidade (Art. 40, §3º) o plano diretor deverá ser revisto a cada dez anos. Isso implica dizer que, uma vez concluído não se encerra o planejamento, e as dinâmicas da sociedade devem ser contemplada nas possibilidades de ajustes constantes dos instrumentos (VIEIRA, 2012), o que de fato aconteceu três anos após o encerramento da primeira fase da patrimonialização em Baião, com a publicação da Certidão de Tombamento em Diário Oficial do Estado. A segunda fase do processo de reconhecimento deste patrimônio foi a delimitação da área de entorno do bem tombado, o que só ocorrera em fevereiro de 2018.

No dia 27 de julho de 2016, o DPHAC finalizou o processo de patrimonialização em Baião com a publicação da Certidão de Tombamento no Diário Oficial do Estado do Pará, conforme dita o rito. No primeiro momento a publicação apenas tomba oficialmente a Caixa D'água de Ferro de Baião, não incluindo ou estendendo a proteção estatal para o Casarão dos Seixas e a Escadaria Pau-da-Gaivota, bens previstos no processo.

Figura 05: Certidão de Tombamento

**CERTIDÃO DE TOMBAMENTO**

De acordo com a Lei Estadual nº. 5.629 de 20.12.1990, que "dispõe sobre a preservação e Proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará", a partir da presente data fica **Tombado** sob a denominação "**Caixa D'Água de Baião**", o bem imóvel sito à Praça da Luz, localizado no Município de Baião, Pará.

O tombamento na forma da Lei, deverá ser inscrito no **Livro Tombo nº 03 - Livro de Bens Imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural, paisagístico, como: obras, cidades, edifícios e sítios urbanos ou rurais**, pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT). Publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Cultura, 05 de julho de 2016.

Thais Zumero Toscano Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural/DPHAC/SECULT	Rosário Lima da Silva Diretora de Patrimônio - DPAT/SECULT
Homologo: Paulo Roberto Chaves Fernandes Secretário de Estado de Cultura - SECULT	

### Protocolo 990645

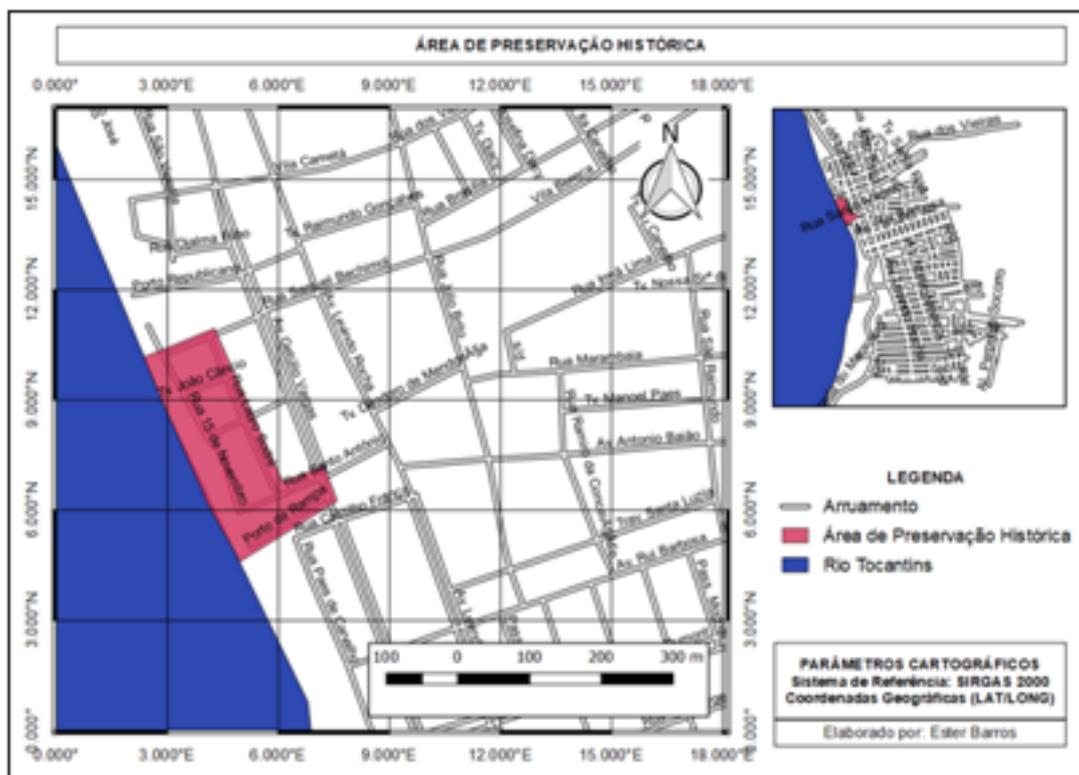
Fonte: DOE em 27/07/2016, p.81.

Após a publicação, iniciou-se junto ao DPHAC a discussão a respeito da delimitação da área de entorno de proteção ao bem tombado, visto que esta seria a única possibilidade naquele momento de extensão da proteção e preservação para o Casarão dos Seixas e Escadaria Pau-da-Gaivota, quando ambos estão no mesmo espaço histórico da cidade. A inserção do bem cultural, e de todos os elementos que o integram, em seu contexto, sempre que possível, é decorrência de um de seus elementos: a função de testemunho, a capacidade que ele tem de se comunicar, silenciosamente, por sua simples presença em determinado contexto espacial (MARCHESAN, 2007, p. 168). O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. É por isso que, na maior parte dos casos, isolar ou destacar um monumento equivale a mutilá-lo (CHOAY, 2006, p. 201).

Para Motta e Thompson (2010) deve-se entender que a previsão de um espaço de proteção além do monumento tombado é uma consequência do próprio ato de tombamento. Assim como os imóveis e sítios tombados estão submetidos às limitações impostas pelo órgão federal de proteção ao patrimônio cultural, também estão as áreas vizinhas a esses bens. Desta forma, o art. 30 da lei 5.629/1990 estabelece: "Os bens culturais imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, cabendo ao DPHAC ou AMPPPC a definição dessas áreas, inclusive ampliá-las". Assim foi feito, após discutir com os técnicos do DPHAC os limites e possibilidades da área envoltória do bem, argumentos históricos, geográficos, identitários

e políticos, chegamos à definição da poligonal do patrimônio cultural de Baião. A partir deste momento, além de um bem tombado, teríamos também a cobertura para uma área de interesse histórico e cultural.

Figura 06: Mapa de Preservação Histórica de Baião-PA



O ato patrimonializador do tombamento faz lembrar o ritual da transubstanciação que, na tradição cristã, se refere à conversão do pão e do vinho, no corpo e no sangue de Cristo. Trata-se, porém, de uma “transubstanciação simbólica de uma coisa (prédio, igreja, paisagem) em outra (patrimônio cultural), cujo significado extravasa o sentido de sua destinação e função originárias (COELHO, RADUN, 2016, p. 30). Diante dessa nova demanda posta ao DPHAC, prevista em lei, o departamento cumprindo uma determinação das práticas burocráticas, republica a Certidão de Tombamento, um ano e sete meses depois da primeira fase, em julho de 2016.

Figura 07: Republicação da Certidão de Tombamento de Baião

**OUTRAS MATÉRIAS  
REPUBLICAÇÃO  
CERTIDÃO DE TOMBAMENTO**

De acordo com a Lei Estadual nº 5.629 de 20.12.1990, que "dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado do Pará", a partir da presente data fica Tombado sob denominação "**Caixa D`Água de Baião**", o bem imóvel sito à Praça da Luz, localizado no Município de Baião, Pará.

A área de entorno tem por abrangência a área limitada pela poligonal, que tem início na esquina da Rua Castilhos França; segue pela Rua Quinze de Novembro até esquina com Travessa Samuel Benchimol; dobra à direita e segue a Rua Lauro Sodré - abrangendo a margem esquerda e direita da mesma - , até a Rua Castilhos França; prossegue contornando a Praça Castilhos França e segue em linha imaginária que circunda o Porto de Baião; terminando na esquina das Ruas Castilhos França e Quinze de Novembro, também conhecidas como esquina da Praça da Luz - início da poligonal.

O tombamento na forma da Lei, deverá ser inscrito no **Livro de Tombo nº 03 - Livro de bens imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural, paisagístico, como: obras, cidades, edifícios e sítios urbanos ou rurais**, pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT). Publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Cultura, 06 de setembro de 2017.

**Rosário Lima da Silva**  
Diretora de Patrimônio - DPAT/SECULT  
Homólogo:  
**Paulo Roberto Chaves Fernandes**  
Secretário de Estado de Cultura - SECULT

**Protocolo: 276423**

Fonte: DOE em 06/02/2018, p. 33.

Esgotadas todas as fases de atuação do DPHAC, onde o Estado do Pará cumpriu seu papel constitucional de proteção e preservação do patrimônio cultural, faltava agora o próprio município de Baião desempenhar seu dever. Faltava rever instrumentos jurídicos de gestão pública, e o foco volta-se ao plano diretor municipal, que por sinal, a esta altura já estava em vias de revisão, após doze anos de promulgado. Rabello (2005) ensina que, quando um órgão de proteção do patrimônio federal, ou estadual, tomba um sítio urbano em função do seu interesse cultural, este ato administrativo estará criando diretamente, uma significativa área de articulação de interesse com o município. Ainda segundo Rabello (2005), em função deste ato de proteção, o município terá que receber ou absorver, necessariamente, na sua atividade de gestão urbanística, aquela imposição, mesmo que não a explicita, diretamente, no corpo de suas leis. Nesta direção, Rabello (2005) orienta:

Quando a administração federal, ou estadual, estabelece o tombamento de uma área urbana (e seu entorno), esta imposição deve ser considerada, e respeitada, pelos agentes públicos municipais, quando praticarem atos de gestão urbana, pelos quais são constitucionalmente competentes. Consequentemente, qualquer licenciamento de obra só poderá ser deferido pelo Município se forem

observadas as restrições impostas pela pessoa jurídica de direito público que tutela o tombamento e seu entorno (ibid, p. 07).

O caminho percorrido durante todo o processo de tombamento nos habilitou a pleitear junto ao poder público de Baião o direito de fazermos defesa pública do patrimônio cultural, agora tombado, dentro da programação das audiências públicas. Notamos que, até este momento não falava-se na criação da zona de preservação histórica da cidade, mesmo com recente processo de patrimonialização. Desta forma, no dia 02 de março de 2018, realizamos a defesa pública do patrimônio cultural de Baião e de pronto apresentamos a necessidade de criação da zona de preservação histórica da cidade. O plano diretor pode prever a criação de zonas e áreas de proteção e preservação cultural, que podem ser criadas por leis específicas. A propósito, é dever do município, ouvindo população, assim fazê-lo (AHMED, 2015, p. 383). A elaboração do Plano Diretor deve envolver todos os moradores, os empresários, os movimentos organizados-moradia, meio ambiente e outros, as entidades de classes, o poder público, enfim todos os agentes que atuam e vivem na cidade, para se discutir como a cidade pretende se desenvolver e ocupar o seu território (BALTRUSIS, 2007, p. 246).

Figura 08: Defesa pública do patrimônio cultural durante a revisão do plano diretor municipal



Fonte: Cleber Pastana, março/2018.

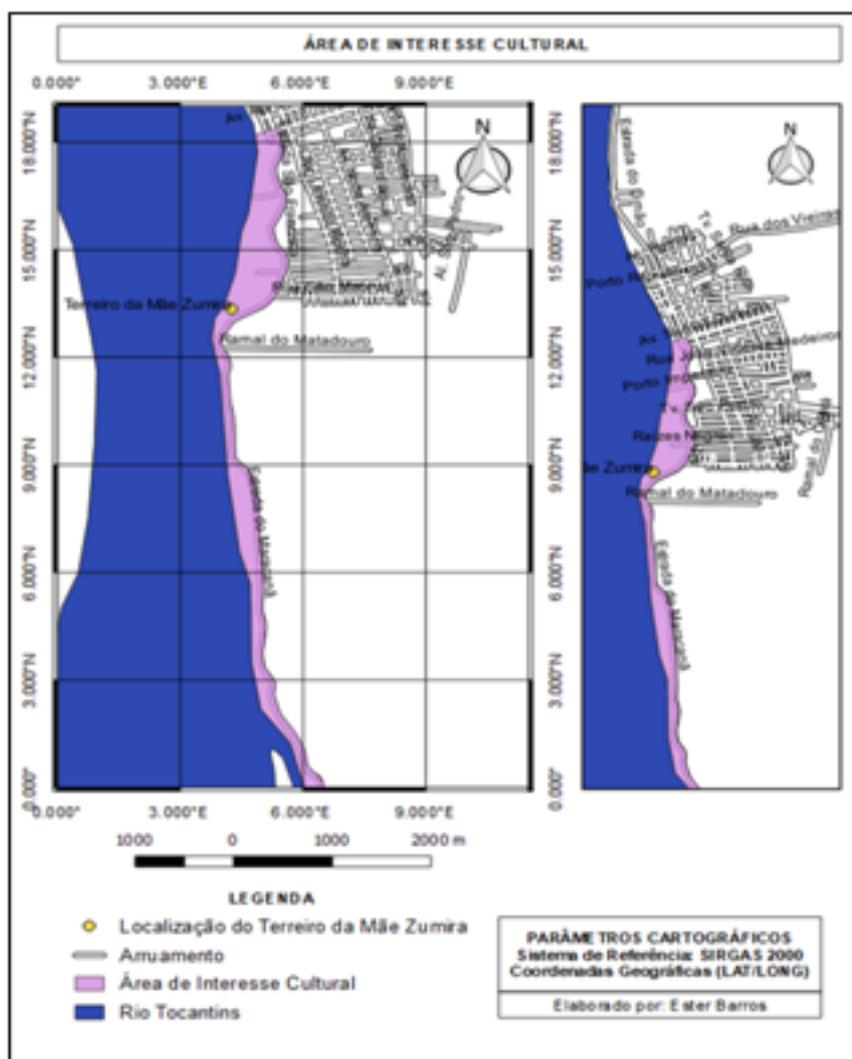
Sáímos desta audiência com o compromisso de redigir o texto de criação da zona especial de preservação histórica de Baião. O texto foi criado levando em conta a poligonal de proteção definida em conjunto com o DPHAC, mas também apresenta algumas disciplinas de gestão do espaço histórico da cidade. Após elaboração da zona de preservação histórica, o novo plano diretor de Baião já foi submetido à nova audiência pública, onde foi ratificado pelo público presente. Atualmente o plano aguarda aprovação final na câmara de vereadores do município.

Vale lembrar que, no que se refere a zona de interesse cultural, o plano diretor municipal anterior considerava apenas as comunidades quilombolas devidamente reconhecidas pela Fundação Palmares como tal, ignorando por completo outras áreas localizadas na própria sede do município, como foi no caso dos bairros de São Francisco e Maracanã. Estes bairros que são extensões territoriais do perímetro urbano de Baião

Os referidos bairros são historicamente locais de ocupação negra dentro do perímetro urbano de Baião, com larga produção de cultura popular como o Boi-Bumbá, Cordões de Pássaros, blocos de carnaval, cultura pesqueira e cultura afroamazônica com a presença do terreiro de Mãe Zulmira.

De acordo com último censo do IBGE de 2010, nesta região vivem aproximadamente cinco mil habitantes. Foi levando em conta todo esse universo sociocultural que propomos a ampliação da zona de interesse cultural das comunidades quilombolas localizadas no outro lado do rio para este reduto negro urbano importantíssimo na formação do povo baionense.

Figura 09: Mapa de Zona de Interesse Cultural de Baião-PA



A produção de patrimônios resultaria de um conjunto de operações levadas a cabo pelos próprios agentes do campo patrimonial, os quais tenderiam a assegurar a promoção metafísica e a transubstanciação de um bem, atribuindo-lhe valores e transcendem à sua materialidade e, ao mesmo tempo, estabelecer regras e formas de instituição e controle dos ritos de consagração do patrimônio (COELHO, RADUN, 2016, p.30).

A experiência vivida neste processo de patrimonialização em Baião, processo esse que ainda não se esgotou, pois será preciso rever a Lei Orgânica do Município, comprova a ideia de que a sociedade pode e deve se apropriar dos processos e instâncias de deliberação sobre os direitos sociais, entre eles, o direito a memória, a cultura e ao patrimônio.

É a própria sociedade, com seu sentimento de pertencimento a determinado local, a determinada cultura, que representa as melhores condições de avaliar seu patrimônio e de colaborar nas estratégias de preservação (MARCHESAN, 2015, p. 331). O apreço de uma comunidade por determinado bem cultural pode representar uma prova de seu valor superior àquela obtida por laudos técnicos que, por vezes plenos de erudição, carecem de sensibilidade (MARCHESAN, 2015, p. 327). A valorização do patrimônio só pode ocorrer socialmente, quando a comunidade onde o bem cultural está inserido (seja ela local, municipal, nacional ou mesmo mundial) entende que ele é relevante para contar a sua história e construir sua identidade (SOMEKH, 2017, p. 43).

Podemos dizer que, o patrimônio edificado em Baião e todo o processo que o envolveu encontrou na população, ainda que em grupo pequeno, mas com grande interesse no tema, a ressonância proposta por Gonçalves (2005). A participação popular nas decisões sobre preservação e conservação do patrimônio histórico dá legitimidade às ações da prefeitura e ajuda a fazer frente a interesses exclusivamente econômicos que podem não considerar a importância dos bens culturais (SOMEKH, 2017. p. 43).

## **PLANEJAMENTO URBANO E O NOVO PROJETO PARA CIDADE**

O processo de tombamento de um bem edificado no centro histórico de qualquer cidade, seguido da delimitação da área de entorno, requererá do poder público local a revisão de sua política urbana e conseqüentemente de seus projetos construtivos de intervenção em região patrimonializada. De acordo com Pessoa (2011, p. 56), o conceito de centro histórico nasceu na Europa para definir aquela parte da cidade onde esta surgiu e que se consolidou até o início da era moderna, sendo delimitada pelas suas muralhas do final da Idade Média e da Renascença. Para o autor, será esta a porção de cidade objeto de políticas de preservação urbana na Itália, França, Espanha, Portugal entre outros países europeus. Estava, portanto, desde a sua concepção, o conceito de centro histórico ligado à ideia de cidade europeia - um pedaço do território, apropriado pelo homem, fisicamente delimitado (muralhas) e consolidado, contraposto claramente ao campo em termos funcionais e paisagísticos.

Para Nardi (2012, p. 238), considerando uma perspectiva patrimonial mais abrangente, procura-se compreender de maneira mais ampla o centro histórico no contexto das cidades contemporâneas, através da relação dual entre valores a ele atribuídos pela visão própria do campo do patrimônio e os valores construídos socialmente no interior desse espaço urbano praticado por seus usuários. Para esta autora:

Situa-se, portanto, o centro histórico no ponto de encontro entre duas trajetórias dinâmicas, construídas temporalmente: uma que corresponde à das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural; e outra que corresponde à dinâmica da cidade, com expansões e estagnações do território, transformações culturais, econômicas e sociais (NARDI, 2012, p.238).

Geralmente, são para essas regiões centrais que se dirigem grandes projetos urbanísticos na intenção de se criar uma espécie de imagem da cidade. É através desta imagem construída que a governabilidade local tentará de alguma forma criar ambientes favoráveis a vida cultural da cidade. As políticas de imagens que as cidades contemporâneas adotam para atrair investimentos tem como uma de suas dimensões mais importantes a patrimonialização de bens culturais urbanos, sobretudo localizados nas antigas áreas centrais (SCOCUGLIA, 2010, p. 37). A produção e a reestruturação do espaço urbano nos países centrais se processaram, nas últimas décadas do século XX, em grande parte, sob a égide da cultura e do patrimônio. Como foi notado por vários autores, esse processo originou-se na crise do modernismo como projeto urbano, social e estético, a partir de seu uso intensivo nas reconstruções e renovações urbanas após a 2ª Guerra Mundial, e de sua vulgarização por meio do “estilo internacional” (SANT’ANNA, 2017, p.57).

De acordo com Lyra (2016, p. 43) a evolução da noção de patrimônio em suas diferentes escalas- cidades, áreas centrais, bairros, ruas e praças, resultou em grande parte da análise dos resultados de experiências na proteção, na valorização, na revitalização e na reabilitação dessas áreas. A perspectiva integradora e global do patrimônio urbano foi também resultado da superação da visão isolada do bem imóvel, do repúdio à prática de renovação urbana alicerçada no pensamento modernista e, finalmente, na trágica experiência da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil o processo de revitalização de centros históricos para fins comerciais, turísticos, lazer, entre outros, ocorreu primeiramente com o Pelourinho, em Salvador, na Bahia. Scocuglia (2010) considera que alguns dos primeiros centros urbanos alvos de ações de reabilitação com vistas à preservação de seus valores culturais deu-se no nordeste, refletindo tendências internacionais (com adaptações locais), influenciadas pelo imaginário das elites nacionais e políticas, bem como dos investimentos dos organismos internacionais vinculados a preservação patrimonial.

Esses projetos de intervenção em centros antigos são oriundos das recomendações da missão da Unesco no nordeste brasileiro, aos cuidados de Michel Parent, arquiteto e inspetor geral dos monumentos da França. O aperfeiçoamento do sistema de preservação então desencadeado contou com um estudo fundamental em seu embasamento: a análise da situação do patrimônio brasileiro feita em 1967 pelo arquiteto Michel Parent, patrocinada pela Unesco, em atendimento à solicitação encaminhada dois anos antes por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Resultaram desse trabalho as iniciativas para elaboração de planos diretores para Ouro Preto, em Minas Gerais, Parati, no Rio de Janeiro, e Salvador, na Bahia.

O plano para Salvador foi considerado prioritário não apenas devido às condições de degradação física e social do centro histórico, mas também pelo seu potencial turístico (LYRA, 2016, p. 86). Nesta direção, Santa’anna (2017) confirma que, o primeiro plano de refuncionalização da área mais degradada do centro antigo surgiu no final dos anos 1960, no mesmo momento em que, em decorrência da política nacional de incentivos para o setor, se implantava toda ordem uma estrutura pública para o desenvolvimento do turismo na Bahia.

Calçado em sol, praia, patrimônio e cultura popular, o produto turístico “Salvador-Bahia”, cuja a concepção geral ainda perdura, se concretiza, desde então, pela promoção de lugares de representação e de encontro com uma Bahia idealizada, alegre, colorida e festeira. Esta concepção, elaborada pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa data também dessa época. Santa’anna completa: no centro antigo, o Pelourinho foi sempre visto e projetado como um desses lugares. A aliança entre turismo e patrimônio na Bahia, portanto, não é recente. Ela está no cerne da vocação econômica traçada para Salvador pela política de desenvolvimento industrial do estado, essa política fez parte dos investimentos do Programa de Cidades Históricas no Pelourinho, durante os anos de 1970, e também no discurso inaugural da EMBRATUR (ibid, p. 77).

O relatório da Unesco impactaria, sobretudo, os tecnocratas do Regime Militar iniciado em 1964 ao revelar as potencialidades turísticas das regiões mais pobres do Brasil, enquanto uma saída para o desenvolvimento e promoção do suposto Milagre Brasileiro, foi criado em 1973 o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) com ênfase no turismo cultural (SCOCUGLIA, 2010, p. 41). Confuso!

Segundo Lyra (2016), quatro anos mais tarde, os ministérios do Planejamento e o da Educação e Cultura, reformulam o programa, denominando-o apenas como Programa de Cidades Históricas, como forma de atender também a região sudeste. Ainda de acordo com autor, o programa agora reformulado tinha como objetivo apoiar estudos, projetos e investimentos nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, com vistas à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e a preservação de expressões culturais significativas. O programa foi executado de 1977 a 1979. Nesta direção, Vieira (2006) confirma:

Este pode ser considerado como o primeiro movimento no sentido de buscar a vitalidade econômica dessas áreas especialmente via turismo. Em junho de 1975, por ocasião da tentativa de se estender o programa a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, foi realizada uma avaliação de desempenho do programa que constata a insuficiência dos recursos investidos para o enfrentamento de situações de extremo degrado. São, então, realizados alguns ajustes e se reinaugura o programa em 1977, agora chamado de Programa de Cidades Históricas (VIEIRA, 2006, p.79).

Para além de intervenções em centros históricos, o referido programa também desdobrou-se na criação de cursos de especialização em restauro como maneira de formar profissionais capacitados para atuarem na recuperação de bens tombados. A formação dividia-se em três tipos distintos: para arquitetos, técnicos de nível superior, e para mestres de obras. Assim sendo, Lyra (2016) aponta:

O programa abrangia, ainda, como atividades complementares: formação e capacitação de recursos humanos especializados, de nível superior, intermediário e operário; pesquisa, prospecção e cadastramento de bens culturais em extinção ou deformação, de caráter erudito e popular; formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em técnicas de criação artística e artesanal; complementação de infraestrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região (LYRA, 2016, p.87).

Na década de 1990 outro programa de alcance nacional focado no patrimônio urbano nasceria em Quito, no Equador, quando do encontro entre representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1995. Após o evento, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), lança ao banco a proposta de Revitalização de Sítios Urbanos através da recuperação do patrimônio cultural, com um programa para desenvolver-se em 20 cidades brasileiras via parceria entre União, estados e municípios. Desta forma, nascia o Monumenta, talvez o mais conhecido programa de revitalização do patrimônio urbano

do Brasil. Baseado nas mesmas premissas da experiência no Equador, o programa brasileiro, entretanto, adquiriu contornos que colocaram novos desafios ao modelo de preservação sustentável preconizado por esta agência de desenvolvimento (SANTA'ANNA, 2017, p.321).

Torna-se importante afirmar que o programa Monumenta estabeleceu outras formas de relacionamento/envolvimento de esferas devido alguns fracassos registrados no programa anterior. O PCH considerou como mote quase que infalível, a constante restauração do patrimônio das cidades selecionadas, para que se pudesse desenvolver de maneira satisfatória o turismo. Destarte, o programa ocupou-se com infraestrutura hoteleira mínima, melhoria de acessos, ações de divulgação do patrimônio, das belezas naturais e das manifestações folclóricas locais, entre outros.

Vieira (2006, p.84) observa que o PCH não alcançou condições mínimas de sustentabilidade por não envolver todos os atores interessados na recuperação das áreas, especialmente por não ter trabalhado o apoio e adesão da iniciativa privada, concentrando apenas investimentos públicos nas áreas beneficiadas. Santa'anna (2017) concorda ao afirmar que a ideia de que investimentos do Estado atrairiam interesse privado em um público permanente não se realizou. A principal herança deixada pelo PCH foi a ampliação e a modernização do campo institucional do patrimônio, com a criação ou estruturação, nos estados, de organismos de preservação, antes restrita ao IPHAN (ibid. p. 319). Por outro lado, o PCH possuía uma forte perspectiva de responsabilidade social para com as camadas de menor poder aquisitivo que habitavam estas áreas. Apesar desta aproximação, esta população não detinha as condições para garantir a continuidade do processo independente do poder público. Além disso, o fato de o programa estar vinculado à esfera federal distancia-o um pouco da realidade cotidiana das cidades (ibid, p. 84).

Ao ser financiado pelo BID, o programa Monumenta vislumbrou no setor privado uma forma de sustentabilidade para a preservação de centros urbanos antigos, desta forma, segundo Santa'anna (2017), impulsionado pelo interesse de países centrais em realizar investimentos em serviços urbanos, a partir da abertura das economias latino-americanas para o comércio exterior, o BID retomou e intensificou, a partir de 1994, sua atividade no campo da preservação do patrimônio urbano. A autora prossegue afirmando que o BID passou a financiar projetos que previam inversões não somente em infraestrutura, melhoria do espaço público e conservação de monumentos, mas também no fomento à atividades econômicas nas áreas em processo de revitalização, bem como, na reabilitação de imóveis privados. De acordo com Nardi (2015, p.105) as características importantes do programa foram: o envolvimento do poder público municipal; a criação dos Fundos Municipais de Preservação e o desenvolvimento de atividades que promovessem a sustentabilidade econômica das áreas de intervenção.

Em cada um dos municípios ou estados executores, foi instalada uma Unidade Executora de Projetos (UEP), a qual cabia a coordenação da elaboração do projeto local, a execução dos procedimentos licitatórios e o controle do cumprimento de contratos de obras e de provisão de itens e serviços (LYRA, 2016, p.90). Com a intenção de fortalecimento e integração institucional, essas unidades, por vezes, configuraram estruturas paralelas, elevando a dissensão nas decisões e dificultando a articulação técnica e política entre as instituições (NARDI, 2015, p.105). A ideia inicial era que as UEP tivessem um espectro de atuação mais amplo, funcionando à semelhança da Empresa Centro Histórico de Quito, com instâncias de compartilhamento com o setor privado da execução de ações nas áreas do projeto,

incluindo captação de recursos e viabilização de empreendimentos. Diante da impossibilidade legal de implantação de tais organismo no Brasil, o papel das UEP foi bastante reduzido (SANTA´ANNA, 2017, p. 327).

Lyra (2016) ressalta que os objetivos propostos pelo BID foram de longo prazo, no qual cobrou-se do governo brasileiro aumento da conscientização da sociedade acerca do patrimônio, exigindo também, aperfeiçoamento da gestão de patrimônios e a definição de critérios para as prioridades de conservação. Para curto prazo, pediu-se o aumento da utilização econômica, cultural e social das áreas beneficiadas. O princípio econômico adotado pelo programa era o da sustentabilidade entendida como geração permanente de receitas suficientes para garantir o equilíbrio financeiro das atividades e manter conservados todos os imóveis da área do projeto, incluindo monumentos cujas receitas sejam insuficientes para sua conservação, para tal, previa-se a constituição de um Fundo de Preservação nas cidades incluídas no projeto (ibid, p. 90-91).

Durante a execução do programa Monumenta surgiram alguns impasses entre o BID e o governo brasileiro, tais como o número inicial de cidades atendidas pelo o programa e o número final. O programa iniciara com uma lista de 20 cidades espalhadas por todas as regiões do país, no entanto, a lista final do programa apontava para 27 cidades. No processo de estabelecimento da abrangência do Monumenta e de suas prioridades, o BID, assim como os consultores estrangeiros, alertaram as autoridades brasileiras para o risco de se pulverizar recursos com a inclusão de muitas cidades, e de perder assim a oportunidade de realizar intervenções realmente significativas (SANTA´ANNA, 2017, p. 325). A autora supõe que o motivo do aumento do número de cidades a serem incluídas no programa, se deva a pressões políticas, desta forma, a seleção de novas cidades não obedeceu a critérios relacionados aos objetivos do programa e à identificação das problemáticas urbanas e patrimoniais específicas, recomendadas pelo BID.

No que se refere à lista inicial do programa de 20 cidades, no ano de 1997 as cidades de Recife, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e São Luiz, foram pré-selecionadas, pois segundo Santa´anna (2017), estas cidades eram representativas das problemáticas de conservação existente no Brasil, englobado setores urbanos degradados, cidades médias tombadas e conjuntos de monumentos em centros metropolitanos. Formaram o que foi chamado de Amostra Representativa do Programa (LYRA, 2016, p.91).

No ano de 2010 o programa Monumenta chega ao fim, abrindo caminho para uma nova política federal também focada no patrimônio urbano. Desta vez, com o retorno de investimento estatal para esta área, denominado de PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). O PAC Cidades Históricas, foi na verdade o desdobramento de uma política governamental muito maior que o patrimônio cultural. Ela abrangia as políticas de saúde, saneamento básico, transportes e rodovias, educação, estruturação das universidades, entre outros. Com o intuito de desenvolver uma política transversal, envolvendo o Ministério da Cultura e os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de agências como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Caixa Econômica Federal, foram elaborados planos de ações que pactuados com os municípios e estados deveriam ser executados a partir de uma gestão compartilhada (NARDI, 2015, p. 106).

Como já fora dito anteriormente, o processo de patrimonialização na cidade de Baião é fato recente (2014-2018), o que implica dizer que o município jamais teve a chance de participar de algum programa de revitalização de sua região histórica, não somente pelo fato de seu

reconhecimento via Estado ser muitíssimo novo, mas pela lógica da política patrimonial brasileira que ainda concentra-se em cidades de médio e grande porte, ou quiçá, em cidades de larga tradição patrimonial. O exemplo de Baião ilustra muito bem os casos de cidades longínquas, dos grotões brasileiros, às vezes suficientemente inexpressiva para o resto do Estado, ainda que sua fundação remonte a 325 anos de existência e de presença da colonização portuguesa na Amazônia. Desta forma, fica evidente que um projeto de revitalização/requalificação de sua região frontal as margens do rio Tocantins, de fato, interessa quase que unicamente ao próprio município.

Não percamos de vista que o próprio processo de patrimonialização em Baião colocou em xeque a possibilidade de construção de uma obra urbanística em área de interesse histórico legalmente definida pela lei de nº 5. 629/90 que rege o patrimônio cultural do Estado do Pará, bem como, faz/fez observar as recomendações de tratados internacionais (leia-se Cartas Patrimoniais), dos quais o Brasil é país signatário.

Sampaio (2009) ensina que, ao final da Segunda Guerra Mundial foram criadas a ONU-Organização das Nações Unidas e a Unesco-Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, sendo que esta última ampliou a cooperação entre os povos, promovendo o surgimento de acordos, recomendações e convenções para a organização do intercâmbio cultural. Também tentou coibir o roubo e a apropriação indébita de bens culturais. A aceitação jurídica de que existem bens culturais de interesse “universal” e que devem ser protegidos pelo consórcio das nações só aconteceu em 16 de novembro de 1972, em Paris, com a aprovação da Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em sua 17ª reunião. Para esta Sampaio, a partir desta convenção, a preservação do patrimônio deixa de ser assunto de economia doméstica, para se tornar um compromisso internacional. Para Vasques (2016, p.39) as cartas, declarações e demais recomendações no âmbito do patrimônio, são documentos reconhecidos internacionalmente, amplamente difundidos e utilizados como referência teórica nos trabalhos e estudos na temática do patrimônio cultural, eles refletem a evolução dos debates e pensamentos de uma época sobre o tema em nível mundial. Esses documentos passaram, dentre outras recomendações, a indicar códigos de posturas internacionais e a orientar a conduta dos profissionais atuantes na área da conservação-restauração, além de proporcionar a ampliação das noções de patrimônio e bem cultural para os países signatários (CALDAS, SANTOS, 2013, p.04). Tais parâmetros se integram a características próprias de cada nação, estado ou município, mas a grande maioria está pautada em princípios internacionais, regidos por documentos de diversos países signatários (NARDI, 2015, p. 52).

Dos vários acordos internacionais ratificados pelo Brasil, dois deles, em especial, se aplicam ao contexto do patrimônio de Baião, são eles: A Norma de Quito (1967) e a Recomendação de Paris (1968). O primeiro refere-se à associação direta e inseparável entre o bem tombado e o entorno, onde ambos, se comunicam e se completam. De acordo com Vasques (2016), um pode qualificar o outro, ou seja, ao se valorizar um bem cultural, gera-se uma ação benéfica também ao perímetro urbano em que se encontra implantado. Já o segundo acordo, trata da realização de obras públicas ou privadas em áreas de interesse histórico e cultural, oficialmente reconhecidas pelo Estado.

Como já citamos outras vezes, a segunda fase do processo de patrimonialização em Baião compreendeu a definição da área de entorno do bem tombado. Dentro da referida área, que compreende um quadrante total de 24. 465, 65 metros quadrados, localiza-se a Praça

João Cância, local apontado pelos mais velhos e pelo consenso da cidade, como o lugar que deu origem a Baião, ou seja, seu primeiro núcleo habitacional.

As histórias contadas sobre esse local relatam a existência de uma igreja que ruína no ano de 1917. Durante muito tempo se acreditou na cidade que esta história não passaria de imaginação dos moradores do lugar, uma vez que, não haviam provas dessa construção, nem por meios de documentos, muito menos por meios da cultura material. Por outro lado, levantamentos de relatos de viajantes que passaram por Baião entre os séculos XIX e XX, indicam a existência da tal igreja.

O relato de Oscar Leal, geógrafo lusitano que esteve em Baião em 26 de dezembro de 1886, em sua crônica sobre o lugar confirma a existência do prédio: “Da Igreja do Rosário restam apenas ruínas” (LEAL, 2012, p. 76). Além deste, foram encontrados mais relatos referentes a esta igreja, em outros documentos como no Relatório da Província do Grão-Pará datado de 1838.

Figura 10: Praça João Cância



Fonte: Ajax Filho, junho, 2019.

A partir do conhecimento da existência desses documentos, pleiteamos junto ao DPHAC que fosse delimitada área de entorno do bem tombado, estendendo assim a proteção através da poligonal até a praça João Cância, local onde outrora existiu a Igreja do Rosário. A preservação dessas evidências, que irão alimentar as memórias e a história da cidade e de seus habitantes está relacionada com um projeto de cidade do futuro e não a uma mera contemplação da cidade do passado (MEIRA, 2004, p. 14). O intuito da proteção visava (e ainda visa) garantir que através da realização de construção da orla de Baião dentro da poligonal do patrimônio, as prospecções arqueológicas em busca de indícios materiais da igreja do Rosário fossem realizadas. Neste sentido, a Carta de Paris (1968), recomenda:

Medidas Administrativas- Por ocasião dos estudos preliminares sobre projetos de construção em local de reconhecido interesse cultural, ou no qual seja provável encontrar objetos de valor arqueológico ou histórico, conviria, antes que uma decisão fosse tomada, que se elaborassem diversas variantes desses projetos, em escala regional ou local. A escolha entre essas variantes deveria basear-se em uma análise comparativa de todos os elementos, com o objetivo de adotar a solução mais vantajosas, tanto do ponto de vista econômico quanto no que diz respeito à preservação e ao salvamento dos bens culturais.

Métodos de Preservação e Salvamento dos Bens Culturais- As medidas destinadas a preservar ou a salvar os bens culturais deveriam ser tomadas com suficiente antecipação ao início das obras públicas ou privadas. Nas regiões importantes do ponto de vista arqueológico ou cultural, tais como cidades, aldeias, sítios e bairros históricos, que deveriam estar protegidos pela legislação de cada país, qualquer nova construção deveria ser obrigatoriamente precedida de escavações arqueológicas de caráter preliminar. Se necessário, os trabalhos de construção deveriam ser retardados a fim de permitir a adoção de medidas indispensáveis para assegurar a preservação ou o salvamento dos bens culturais (CURY, 2004, p. 132).

Destarte, a patrimonialização em Baião deverá redimensionar as relações e as práticas políticas do governo local para com esta área da cidade. Uma vez provada que esta porção da cidade é de fato o embrião que deu origem e, partiu dela a expansão urbana de Baião, torna-se indubitável a necessidade de aplicabilidade desta recomendação acima citada. Esse espaço urbano é o local, por excelência, onde se manifestam as permanências, as rupturas, as continuidades e as relações do antigo com o novo. A síntese se dá em cada momento, em relação a si e aos momentos anteriores da sua história. O patrimônio cultural faz parte dessa dialética, constituindo-se numa ponte entre o passado e o futuro, a lembrar que a cidade é fruto de uma complexa construção histórica (MEIRA, 2004, p.13). Nas cidades, os bens culturais estruturam uma rede de relações sociais que lhes atribuem sentidos e ajudam criar laços de pertencimento a partir dos lugares urbanos (Ibid, p.14). As intervenções e propostas para áreas urbanas preservadas perpassam diversas escalas, que podem estar circunscritas em um único edifício ou abrangerem processos de planejamento urbano que procurem aproximar o objeto de preservação de uma realidade urbana mais complexa (NARDI, 2015, p.95).

Outro acordo internacional aplicável ao caso de Baião é a Recomendação de Nairóbi, de 1976, que segundo Vasques (2016), trata da salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno, apresentando um caráter novo: a presença do fator social que sítios históricos desempenham. No caso de Baião a região patrimonializada possui uma linha frontal ao rio Tocantins de aproximadamente 313 metros, ou seja, uma região portuária, de intensa circulação das comunidades ribeirinhas que buscam na sede do município serviços médicos, bancários, comerciais, entre outros, bem como, de movimentação de canoas (cascos), barcos de pequenos e médios tamanhos e as vezes navios.

É nesta região de sobe e desce entre a cidade alta e o porto, que orbitam ofícios bastante peculiares a cultura local, como as mulheres vendedoras de camarão (camaroeiras), com seus paneiros na cabeça forrados a folhas de bananeiras; o vendedor de tapioca, tucupí, frutas regionais; a vendedora de mingau dos mais variados sabores amazônicos como o de açaí, bacaba, tapioca, milho, croeira, entre outros, que são iguarias muito presente na cultura alimentar nortista. O reconhecimento e a valorização da vida que corre nesta pequena porção da área patrimonializada de Baião, está contemplada em

outro documento internacional, a Declaração de Xian (2005), que por sua vez, introduz a ideia de que as práticas sociais, costumes, saberes, usos ou atividades tradicionais e outros aspectos do patrimônio imaterial são formadores do espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (VASQUES, 2016, p. 45). Com a Carta de Xian foi possível perceber o avanço no reconhecimento da importância de debater e estabelecer parâmetros para conservação dos ambientes de monumentos e sítios históricos, endossando Cartas anteriores e conectando outros documentos que tratam de temas como desenvolvimento sustentável, autenticidade, qualidade de vida, identidade cultural (ibid). Olhar a cidade começa a ser algo dividido entre olhar o patrimônio construído e olhar para as pessoas que encontramos na cidade (GOMES, 2013, p. 285).

Essas e outras atividades sociais e econômicas tornam esse espaço patrimonializado em um lugar de sociabilidade, ou seja, são essas práticas a “alma do lugar”. A alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo, mas não existe sem um corpo. A alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos “desalmado”. Tanto quanto a essência natural dos lugares, pareceu-me indispensável agregar ao conceito de banalidades desconsideradas pelo planejamento. Quando o planejamento ignora a escala do comum, subtrai-lhe a essência, o sal da terra (YÁZIGI, 2002, p. 24 - 30). De acordo com Gomes (2013), as cidades têm intensa vida urbana, ruas muito frequentadas e espetáculos da vida pública que ultrapassam largamente a simples funcionalidade do deslocamento das pessoas. Nessas ruas, a atividade da observação e da visibilidade são também muito vivas. Segundo Gomes (2013), esses lugares, marcos da cidade, refletem talvez a valorização da reciprocidade do olhar, da observação como um prazer, o prazer da contemplação da vida urbana. O olhar muda de lugar para olhar a mesma coisa, a cidade (ibid, p. 280-281).

A valorização da área portuária depende de uma nova perspectiva que sustenta que a cultura é capaz de determinar o crescimento econômico, e o equilíbrio social. Isto implica em estratégias específicas de intervenção e gestão do espaço urbano que incluem, necessariamente, a elaboração de imagens culturais e a valorização do patrimônio cultural (PIO, 2017, p. 190). Trata-se de uma imagem positiva e conveniente da cultura, como se esta pudesse resolver problemas sociais e econômicos que caracterizam a história recente da cidade. Nesse sentido, o patrimônio e os discursos a seu respeito desempenham um papel na modernização da cidade e a inclusão de temas como criatividade, sustentabilidade e inovação na agenda das políticas urbanas e culturais (ibid).

Destinada a receber a construção da orla da cidade de Baião, a rua 15 de novembro, rua frontal que margeia o rio Tocantins, hoje encontra-se em estado de degradação ambiental, tanto pela ocupação irregular de seu solo, quanto pela sua desestruturação física. Lama, buracos, mato, lixo, erosões, falta de iluminação, segurança, saneamento, asfalto, entre outros, constituem a realidade de uma rua totalmente desprovida de qualquer qualidade urbana. De acordo com Lefebvre (2016, p.49), o urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante. O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência (ibid).

Figura 11: Situação atual da Rua 15 de Novembro



Fonte: Ajax Filho, Junho, 2019.

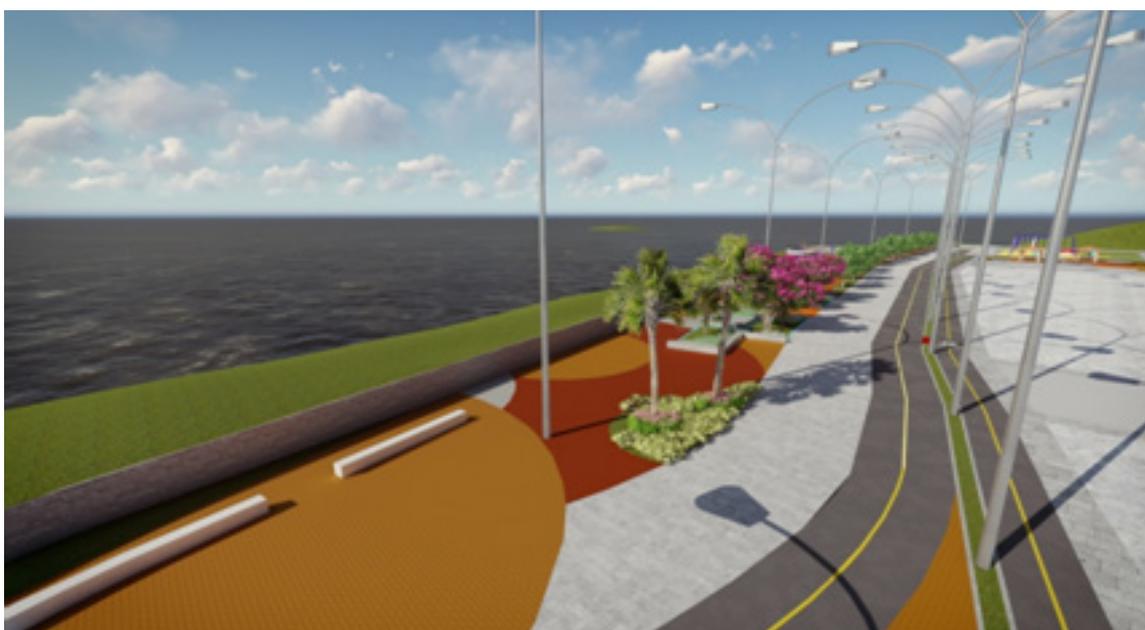
Figura 12: Erosão em trecho da rua 15 de Novembro



Fonte: Ajax Filho, junho, 2019.

O novo projeto de urbanismo para rua 15 de novembro poderá qualificar tanto o lugar, quanto as relações socioespaciais para com a sua população local. Paulo Gomes (2013), em *O Lugar do Olhar*, aponta que o espaço público é resultado da articulação de três esferas: uma física, uma comportamental e outra de significação. O espaço físico são posições dentro de um sistema complexo de sentidos, atributos e qualidades. O espaço público seria então a articulação dessas três dimensões, como espaço de comunicação que se ativa pelo recurso narrativo que traduz valores e significados em composições e arranjos de imagens espacializadas (ibid, p. 188).

Figura 13: Layout da requalificação da orla de Baião, rua 15 de novembro



Fonte: Prefeitura Municipal de Baião. Projeto: Alice Rosas, 2018.

Com o novo projeto para a rua 15 de novembro, o poder público local informa querer qualificar as estruturas urbanas da rua, bem como configurá-la em área para o lazer, turismo, arte, cultura, memória e patrimônio cultural. O projeto apresenta-se também como um local de contemplação do rio Tocantins, uma moldura para uma paisagem amazônica. A elaboração de uma imagem atrativa da cidade precisa não só de certa quantidade de investimentos, planos e projetos arquitetônicos executados por parceria público-privadas, mas da criação de valores sobre ela que possam ser compartilhados pela maioria e, sobretudo, que possam agir como um elemento de identificação tanto dos próprios habitantes quanto dos visitantes da cidade (TORRES, 2014, p.162).

O projeto de requalificação da região frontal de Baião, poderá direcionar o olhar da população local para uma região que hoje encontra-se, pelo menos na sua maior porção, degradada pelo abandono. Esta região padece hoje por conta de abandonos de todas as ordens, sejam elas físicos-estruturais, históricas e/ou sociais. Direcionar o olhar dos habitantes da cidade para esta região significa colocar em evidência a possibilidade de construção de um futuro que não poderá negar seu passado, muito menos ignorar as razões da existência e da aplicabilidade

de leis e regramentos do patrimônio cultural aos quais Baião passa a seguir. As pranchas que apresentam os projetos de arquitetura e urbanismo em perspectiva, ao mesmo tempo que procuram reproduzir a sensação do observador diante da obra, indicam um ponto de vista sob o qual os projetos devem ser vistos. Ensinam a olhar e indicam o que deve ser visto (GOMES, 2013, p. 287).

Figura 14: Layout da requalificação da orla de Baião, rua 15 de novembro



Fonte: Prefeitura Municipal de Baião. Projeto: Alice Rosas, 2018.

É de suma importância que a proposta de requalificação frontal de Baião seja um projeto capaz de dialogar com o acúmulo de tempos existentes na rua 15 de Novembro, uma vez que, sendo a região patrimonializada, exigirá do poder público local maleabilidade e disposição política para agir/atuar de maneira qualificada numa região de memórias e de interesse histórico-cultural, de operacionalização do estado do Pará, através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) e todo seu aparato institucional, bem como frente à articulação política do movimento social ora denominado de Patrimonializa Baião, o mesmo que agora se organiza para criação e implantação do Museu Comunitário da Cultura de Baião, o primeiro da cidade.

Uma preservação histórica em que o patrimônio fala mais do presente do que do passado e em que o amanhã é capturado pelo agora. Portanto, nessa chave de interpretação, o projeto nos coloca entre um passado encantado e um futuro ideal. Mas, entre a celebração da memória que se reflete na patrimonialização da área e as formas de habitar e construir os patrimônios locais, há um espaço e um tempo que precisam ser vivenciados e compreendidos. Como lembra Walter Benjamin, é necessário que nosso presente se sinta visado pelas imagens do passado e que se reconheça neles (PIO, 2013, p.193).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de patrimonialização ocorrido em Baião pode ser entendido como um elo aglutinador de políticas voltadas ao campo dos patrimônios como um todo, seja material ou imaterial, ou quiçá como um fato disparador para tal. Será através dele e por causa dele, que o poder público terá a chance de rever sua Lei Orgânica no tocante a política de patrimônio, chamando para si a responsabilidade que também é sua para a realização de ações concretas, tais como a criação de lei municipal de tombamento para o patrimônio material e a de salvaguarda para os bens imateriais; a criação de um órgão municipal para a gestão dessa política criando frentes de atuação junto às escolas da rede pública de ensino, bem como com as comunidades em geral. Além de zelar pelos patrimônios do município, este órgão deverá ter harmoniosa relação com o Estado através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará, sediado em Belém, capital do estado, para que se tenha uma gestão compartilhada entre as esferas, valendo-se de um pacto federativo.

Será necessário que haja alinhamento entre as políticas públicas de urbanismo, cultura e educação, para que a população possa ter pleno exercício de seu direito sobre a cidade e seus bens. A preservação do patrimônio cultural não deve representar um fim em si, mas abrir possibilidades de conhecimento e discussão sobre grupos sociais que se estabeleceram no ambiente urbano ou em outros contextos de preservação. Possibilidades que não se restringem aos grupos, mas ampliam a compreensão do próprio ambiente urbano objeto da preservação, que sempre, estará interconectado com outras realidades, com outras temporalidades, com outras experiências (NARDI, 2015, p. 49).

No que se refere ao projeto de construção da orla de Baião, o poder público local precisará ter sensibilidade o suficiente para cumprir dois quesitos para o sucesso do empreendimento. Primeiro, não deixar de cumprir durante a realização das obras, as recomendações internacionais para com a região patrimonializada. Estratégia que pode gabaritar o município perante outras esferas e instâncias de deliberação de recursos financeiros, transmitindo assim, a imagem de responsabilidade, boa gestão e segurança institucional. O segundo quesito, será a inclusão dos bens imóveis patrimonializados pelo DPHAC no projeto de requalificação da região frontal da cidade, sendo esta uma região protegida pela legislação do Estado do Pará, através de um plano de restauração e novos usos do patrimônio edificado. Portanto, o patrimônio passa ser então, o que Santa'anna (2017) identificou como *commodity's*, um capital cultural.

Outro aspecto importante e talvez primordial na execução da obra na região tombada, é que, o referido projeto seja colocado num patamar elevado de importância que ultrapasse simplesmente o desejo de requalificação da área degradada, mas sim, como um projeto mediador entre o passado e o futuro da cidade de Baião, entre a memória da população e a política de gestão da cidade, ressignificando espaços e tempos acumulados e vividos na região reconhecida. Esta prática binária entre preservar e construir nos remete aos postulados de Gustavo Giovannoni (1873-1947), que ao tratar de questões sobre edifícios, urbanismo, restauração e arquitetura, fundamenta a articulação de projetos urbanísticos como o enlace entre a necessidade de construir e viabilizar melhorias das condições de salubridade, habitabilidade e circulação com a necessidade de preservação da cidade antiga.

Essa divergência de critérios tem toda a aparência de um contraste irreduzível entre duas concepções opostas, entre vida e história. Parece que, de um lado, estão exigências positivas do desenvolvimento moderno e do moderno modo de viver, do outro, o respeito pelas memórias

históricas e artísticas, pelas condições de ambiente nas quais a velha cidade se desenvolveu (GIOVANNONI, 2017, pag. 94). Para o autor, as intervenções inflamam e dividem as cidades entre inovadores e conservadores que sempre se posicionarão em lados opostos. Os inovadores dizem: as cidades não são museus ou arquivos, mas são feitas para serem vividas da melhor forma possível e nós não podemos comprometer o desenvolvimento delas e para o caminho a civilização, fechando a vida nova dentro de ruas estreitas e tristes, apenas por um equivocado respeito fetichista em relação ao passado. As nossas exigências são complementemente diversas daquelas dos nossos antepassados, e, a essas, nós não podemos mais nos adaptar da mesma forma que não saberíamos mais usar seus vestidos pitorescos, mas incômodos (GIOVANNONI, 2017, p. 95).

Respondem os conservadores: a vida não pode ser movida somente por um conceito material utilitário, sem um ideal, sem a busca de beleza; menos ainda do que a vida de um indivíduo, pode ser a tal vida coletiva das cidades, que deve conter em si os elementos de educação moral e estética e que não pode prescindir da tradição na qual se encontra boa parte da glória nacional. E a tradição é ofendida no dia em que se demole ou se deturpa um monumento e se tira um testemunho de arte e história ou que se transforma violentamente a fisionomia do ambiente que os séculos paulatinamente imprimiram a todo um bairro (GIOVANNONI, 2017, p. 95-96).

Portanto, o projeto de construção da orla da cidade de Baião coloca na mesa de discussão o antagonismo apontado por Giovannoni entre duas polaridades de entendimento e gestão do espaço tombado. Numa ponta o poder público local com desejo de modernização da área com projeto arrojado para a pequena cidade de Baião, e noutro lado, a força de um movimento social organizado lutando para que este projeto de modernização considere o legado histórico do primeiro núcleo de ocupação da cidade, inclusive, apontando ao poder público local a necessidade de realização de prospecção arqueológica na região como medida de salvaguarda da possível cultura material ali existentes, bem como, medida para o licenciamento e liberação da obra.

Uma vez realizada a prospecção arqueológica e confirmando a existência de cultura material, será imprescindível que o poder público local desenvolva um programa de educação para o patrimônio como forma de socialização dos trabalhos realizados e confirmação da importância histórica e cultural da região.

Desta forma, o projeto urbanístico da orla poderá cumprir seu papel de mediador entre tempos vividos, presentismo e futuro que se avizinha para a pequena cidade de Baião e seus 325 anos de existência. Assim, quando construirmos, lembremo-nos de que construímos para sempre. Que não seja para o deleite do presente, nem para o uso presente apenas; que seja uma obra tal que nossos descendentes nos sejam gratos por ela; que nós pensemos, enquanto colocamos pedra sobre pedra, que virá um tempo em que aquelas pedras serão consideradas sagradas porque nossas mãos as tocaram (RUSKIN, 2008, p. 67-68).

Por fim, nota-se que, no caso de Baião, o patrimônio cultural pode/deve cumprir o papel de elemento mediador entre o Estado e a sociedade, conforme suscita Gonçalves (2005) o sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez na sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Flávio. *Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Zoneamento Urbano como instrumento de Proteção dos Bens Culturais*. Org. SOARES, Inês Virgínia Prado, CUREAU, Sandra. Bens Culturais e Direitos Humanos. Edições Sesc. São Paulo, 2015.

BALTRUSIS, Nelson. O Plano Diretor de Diadema 2001: uma breve avaliação. In: BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato, (Org). *Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial*. Editora: Annablume. São Paulo, 2007.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Cartas Patrimoniais, legislação e restauração do Grande Hotel de Pelotas: breves considerações*. XVI Seminário de História da Arte. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceito, políticas, instrumentos*. São Paulo. Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. MACHADO, Luciano Vieira. 4ª ed. Estação Liberdade: UNESP. São Paulo, 2006.

CHUVA, Márcia (org). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. IPHAN. Rio de Janeiro, 1995.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COELHO, Olívio Gomes Paschoal. *Novos Atores na Preservação do Patrimônio*. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David, CORRÊA, Elyane Lins (org) *Estado e Sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2013.

COELHO, Ilanil, RADUN, Denis Fernando. *Tombamento, Destombamento e Retombamento: o jogo do patrimônio cultural no Brasil*. In: BERND, Zilá, SANTOS, Nádia Maria Weber (org) *Memória Social: pesquisas e temas emergentes*. UnilaSalle Editora. Canoas/RS, 2016.

COSTA, Rodrigo Vieira. *A dimensão Constitucional do Patrimônio Cultural: o tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais*. Editora Lumens Juris. Rio de Janeiro, 2011.

CURY, Isabelle. (Org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª edição. IPHAN. Rio de Janeiro, 2004.

FARIA, Edimur Ferreira. *O Tombamento e seus Reflexos*. DIAS, Maria Tereza Fonseca. PAIVA, Carlos Magno de Souza (coord) *Direitos e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Editora Fórum. Belo Horizonte, 2010.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. *Bens Culturais e sua Proteção Jurídica*. Curitiba. Juruá Editora, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Ed. UFRJ; MINC-IPHAN. Rio de Janeiro, 2005.

GIOVANNONI, Gustavo. *Textos Escolhidos*. KUHLE, Beatriz Mugayar (org). Tradução: Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kuhl. Atiliê Editorial. Cotia, SP- 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios*. Rev. Horizontes Antropológicos, ano 11, n 23. Porto Alegre, 2005.

LAPA, Tomás de Albuquerque. *Participação Popular como Estratégia de Proteção ao Patrimônio Edificado*. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David, CORRÊA, Elyane Lins (org) Estado e Sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2013.

LAUANDE, Milene Risuenho. *Os Planos Diretores de Mocajuba e Baião: em busca de instrumentos de planejamento e gestão além do estatuto da cidade*. Dissertação de Mestrado - UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2009.

LEAL, Oscar. *Viagem a um país de selvagens*. Senado Federal, Conselho Editorial. Brasília, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Editora Centauro. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo, 2001.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAIÃO. ED. Graphitte Editores, 1990.

LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do Patrimônio Edificado: a questão do uso*. IPHAN. Brasília, 2016.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. 2ª Ed. Editora Contexto: São Paulo, 2002.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural*. Org. SOARES, Inês Virgínia Prado, CUREAU, Sandra. Bens Culturais e Direitos Humanos. Edições Sesc. São Paulo, 2015.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A Tutela do Patrimônio Cultural Sob o Enfoque do Direito Ambiental*. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2007.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2004.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analúcia. *Entorno de bens tombados*. Iphan/DAF/Copedoc. Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Ignacio Baptista de. *De Belém a São João do Araguaia: vale do rio Tocantins*. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Belém, 1987.

NARDI, Letícia. *Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana*. Editora Appris. Curitiba, 2015.

PESSOA, José. Reflexões sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil; In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Claudia Marcia Freire Lage (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Editora Fórum. Belo Horizonte, 2011.

PIO, Leopoldo Guilherme. *Usos e sentidos no patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*. Editora Gramma. Rio de Janeiro, 2017.

RAMOS, Sandoval. *Baião: a história de um município*. Belém, 2009.

RABELLO, Sônia. *Estatuto da Cidade e a preservação do patrimônio cultural federal: compatibilizando gestão*. In: Daniel Roberto Fink. (Org). Temas de Direito Urbanístico 4, 1 ed. São Paulo. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

REIS, Nestor Goulart. Patrimônio Cultural e Problemas Urbanos. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras, CORRÊA, Elyane Lins (org) *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. p-117-127.

RIBEIRO, Claudio Rezende. Patrimônio e Cidadania: contradições conceituais do espaço cordial. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David, CORRÊA, Elyane Lins (org) *Estado e Sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2013.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Revisão: Beatriz e Gladys Mugayar Kuhl. Cotia- SP. Ateliê Editorial, 2008.

SAMPAIO, Suzanna. *Usos legais do patrimônio: as cartas internacionais e as legislações nacionais*. In: FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra C.A; RAMBELLI, Gilson (org). Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. Editora Annablume. Campinas, 2009.

SANT'ANA. Ana Maria de. *Plano Diretor Municipal*. Ed. Leud. São Paulo, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*. EDUFBA-PPG-AU FAUFBA. Salvador, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio Material e Imaterial: dimensões de uma mesma ideia*. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David, CORRÊA, Elyane Lins (org) *Estado e Sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2013.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. *Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2010.

SOMEKH, Nádia. *Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais*. Mack Pesquisa. São Paulo, 2017.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *O Tombamento no direito administrativo e internacional*. In: Revista de Informação Legislativa. v. 41. nº 163. Julho/Setembro, 2004.

TORRES, Natália Pérez. Paisagem cultural urbana e patrimônio: dispositivos de configuração política da cidade contemporânea. In: CASTELLS, Alícia Norma González; SANTOS, Jeana Laura da Cunha (Org). *Patrimônio Cultural e seus campos*. Editora UFSC. Florianópolis, 2014.

VASQUES, Viviane Sampaio. *Entorno dos bens tombados: reflexões acerca da sua delimitação e gestão para salvaguarda dos bens*. Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica-Programa de Engenharia Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *Construindo Cidades: o plano diretor como experiência de planejamento urbanos*. Ed. UFPEL. Pelotas, 2012.

VILHENA, Luiz Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Funarte; Minc, FGV. Rio de Janeiro, 1997.

# Paper do NAEA

## Volume 28

### Festa, religião e cidade: experiência e expertise<sup>1</sup>

Léa Freitas Perez<sup>2</sup>



Desde já me escuso de não ter power point para apresentar, do mesmo modo que não tenho facebook, nem twitter. Definitivamente não sou moderna e me recuso a ser contemporânea, no senso atribuído por Agamben. Ora bem, mas o que é ser contemporâneo? Aprendi com Agamben, e peço licença para uma citação longa, mas fundamental relativamente ao que quero pontuar: “Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado as suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. Essa não-coincidência, essa discronia, não significa, naturalmente, que contemporâneo seja aquele que vive num outro tempo, um nostálgico que se sente em casa mais na Atenas de Péricles, ou na Paris de Robespierre e do marquês de Sade do que na cidade e no tempo em que lhe foi dado viver. Um homem inteligente pode odiar o seu tempo, mas sabe, em todo caso, que lhe pertence irrevogavelmente. Sabe que não pode fugir ao seu tempo.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (2009, p. 58 - 59). É contemporâneo, continua Agamben, intempestivamente, à la Nietzsche, também “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros.

---

1 Este texto originalmente foi apresentado na forma de palestra em 22 de agosto de 2019 em atividade conjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e do Programa em Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. A presente versão é revisada e ampliada para fins de publicação. Estrando em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL.

2 Professora titular aposentada da Ufmg, coordenadora do Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis/ Ufmg, bolsista de produtividade do Cnpq.

Contemporâneo é, justamente, aquele sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (2009, p. 62 - 63). Todavia, não me engano, mergulhar nas trevas do presente e em sua obscuridade, não é alhear-se dele, é abrir-se para aquilo que Derrida chamou de brilho além clausura, é perceber “o escuro de seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo”, é receber “em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo”, por isso ser contemporâneo é um ato/postura/gesto de coragem, isto é, “ser capaz de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também perceber nesse escuro uma luz, que dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” ou, em outras palavras, é “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar (p. 64 - 65).

Isso posto, quero aqui pôr em discussão alguns elementos de um esforço de estudos que venho desenvolvendo desde 2009, quando comecei – de modo sistemático, contínuo e articulado – a me debruçar sobre as procissões do catolicismo popular luso-brasileiro na tripla articulação entre festa, religião e cidade, tematizando variadas possibilidades empíricas e conceituais de suas modulações e de suas interfaces, desde uma visada de diálogo Brasil-Portugal.

Estudando as procissões do catolicismo popular luso-brasileiro, fazendo dos passos das procissões (fato histórico-etnográfico) também passos de pesquisa (reflexão epistêmico-heurística) o maior aprendizado que tive foi de que ao fim e ao cabo, melhor dizendo do cabo ao fim – trata-se sempre de fazer corpo na duração do fazer corpo (ao mesmo tempo fato histórico-etnográfico e reflexão epistêmico-heurística) e de que nos resta, a nós intelectuais, é fazer a escritura da experiência na experiência da escritura.

## **PRIMEIRO. SOBRE MINHA ABORDAGEM DO TEMA**

Introduzindo o campo epistêmico conceitual de minha visada sobre o tema postulo que festa, religião e cidade são três formas fundamentais de ligar, três formas eminentes de sociação (SIMMEL, 1983), por intermédio das quais se realizam a troca e a comunicação, dois fundamentos essenciais da experiência humana em coletividade<sup>3</sup>.

Ligação/comunicação com os afetos e com as emoções, ligação/comunicação/troca com o sagrado e com os deuses, ligação/negociação com os deveres e com as obrigações. Festa, religião e cidade: comunidade afetiva de desejos e de sonhos, comunidade de crenças e de fé, comunidade política, pautando e regulando a comunicação e as trocas.

---

3 Sociação – *vergesellschaftung* – é “o processo permanente do vir-a-ser da vida social, processo sempre in fieri, que está acontecendo sem que se possa dizer que já aconteceu”. Vale dizer que “não há propriamente sociedade feita, mas antes o fazer-se sociedade”. A sociação como processo social básico, que denota o dinamismo constitutivo da vida social, não se confunde nem com a socialização nem com a associação, pois ela se refere não de conteúdos, mas da “forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses”. Para evitar equívocos e incompreensões, é importante enfatizar que, para Simmel, a noção de interesse não está relacionada ao cálculo utilitário e ao egoísmo individualista, característicos da modernidade ocidental. Interesse, impulso, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento, são “as matérias com as quais a vida é preenchida”. No entanto, em si mesmos, “não são sociais”. Tal como ele diz: “Estritamente falando, nem fome, nem amor, nem trabalho, nem religiosidade, nem tecnologia, nem as funções e resultados da inteligência são sociais. São fatores de sociação apenas quando transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação” (SIMMEL, 1983, p. 22, 31).

Esta tríade, sob a preeminência interessada (por via da *démarche* adotada) do primeiro elemento, move e enseja minha abordagem, tendo como ponto de partida e âncora o princípio heurístico e epistêmico, segundo o qual através da festa, da religião e da cidade, podemos apreender e compreender nossas sociedades. Dito de outro modo: festa, religião e cidade são tomadas como tropos a partir dos quais quero pensar os fundamentos do vínculo social e a constituição da imaginação coletiva sob suas formas afetiva (festa), cultural (religião) e associativa (cidade), no eixo da longa duração.

Desde essa *démarche*, propus um horizonte compreensivo sobre a festa, seguindo a proposição de Jean Duvignaud, segundo a qual a festa é muito mais do que a festa, ambicionando avançar o patamar/dimensão empírico/*événementiel*, mudando o registro de discussão sobre a festa, nos quadros do qual ela geralmente encontra-se fixada na literatura acadêmica, notadamente em nossas práticas discursivas e textuais<sup>4</sup>.

Meu ponto, tendo, no entanto como ponto que o ponto é sempre fugido, pois que quando pensamos tê-lo alcançado, já está em outro lugar, sempre escapa, é expor o que tenho denominado de ultrapassamento (no sentido de ir além, mas não de deixar para trás) do entendimento da festa em perspectiva (festa-fato) para sua apreensão como perspectiva (festa-questão).

É importante esclarecer, tanto quanto possível, uma vez que deliberadamente prefiro o pensamento obscuro e confuso às ideias claras e distintas, que meu objetivo muito mais do que propor uma teoria, um modelo, é o de partilhar um horizonte compreensivo, que propõe pensar o fundo epistêmico de nossas práticas discursivas e textuais sobre festa. Dito de outro modo: trata-se de propor uma alternativa de enfoque da coisa-presente (festa-fato) para o suplemento-referência à coisa (festa-questão), dado que parto do ponto de vista desconstrutor segundo o qual a presença plena, nua e crua da coisa (em si e para si) não existe, pois que a coisa jamais é anterior à sua suplementação pelo conceito, i. e., a coisa é desde sempre intencionada em e por algum tipo de discurso que a ela se refere.

Para tanto, apresento e discuto a tese da morte da festa, efeito/desvio provocado pela precariedade conceitual de que a festa padece nas ciências humanas, que seria resultado do advento da modernidade. Tudo se passa como se a modernidade, tal um rolo compressor, acabasse com a festa de modo inelutável. A tese da morte da festa reduz o fenômeno festivo a dois modelos de referência: 1) o “modelo de tipo sociológico” (modelo da festa arcaica), desenvolvido a partir dos estudos das ditas sociedades primitivas; 2) o “modelo de tipo histórico” (modelo da festa tradicional), desenvolvido em torno do estudo das festas ocidentais do passado, por isso a denominação de festa tradicional (GRISONI, 1976, p. 232). Em ambos os modelos a festa é tomada em perspectiva, como coisa, como estudo de caso.

Argumento que trate-se de festa arcaica ou de festa tradicional, em ambos os modelos, mesmo que por razões diferentes, num de ordem morfológica, noutra de ordem temporal, a festa é tomada apenas como um fato/acontecimento que é definido em perspectiva, seja relativamente a um tipo de sociedade (a festa arcaica da sociedade primitiva) ou a um tempo findo (a festa tradicional do passado), tornando-se, assim, um marcador de fronteiras sociológicas e históricas, funcionando como um grande divisor, sendo, no entanto, em

---

4 A esse sujeito ver Perez (2012).

relação à contemporaneidade, um anacronismo: arcaísmo ou tradição, não tem existência própria fora a sua pura factualidade.

Proponho que a festa não morreu, de que não mantém como um fóssil, muito ao contrário, está viva, porque é mais do que ela mesma, é a própria vida.

Assim introduzo, a partir da perspectiva de Duvignaud, minha proposição, composta de dois passos epistêmico-metodológicos, a saber:

Primeiro passo – desubstantivar, desfuncionalizar, isto é, desreificar a ideia de festa, tratando-a não mais como fato eminentemente social (coisa), dotado de um conteúdo específico, relativo a um determinado tipo de sociedade e/ou grupo e a um determinado tempo. Segundo passo – tratar a festa como questão, isto é, como perspectiva, como caso de estudo. Assim, a festa deixa de ser um objeto a ser descrito para tornar-se um mecanismo, um operador de ligações que atua por meio da “destruição concertada” (DUVIGNAUD, 1977) do real socializado (GRISONI, 1976), abrindo para a experimentação humana o campo do possível, isto é, do imaginário: campo das percepções e das imagens da vida coletiva, que não se reduzem à própria vida coletiva, pois que se referem e remetem à instância do desejo, do imprevisível, do indecível, do indeterminado, da interioridade, da embriaguez mística, do excesso, do gozo. Deixa igualmente de ser, este é o ponto fulcral de meu argumento, um fato socio-lógico para tornar-se uma virtualidade antropológica, que faz parte de atos, tais como o sagrado, o jogo, o sonho, o transe, a arte, a doença mental, de ‘finalidade zero’, podendo atuar/operar fora/para além daquilo que convencionalmente chamamos de festa. Postulo que tal como o princípio da reciprocidade, a festa é o ato mesmo de produção da vida e, não, simplesmente, sua mera reprodução.

Nossas festas sejam laicas ou religiosas, oficiais ou populares – em sua multiplicidade de manifestações, recortando o país de norte a sul, de leste a oeste –, mostram uma maneira singular de viver o fato coletivo, de perceber o mundo e de com ele se relacionar. São vias reflexivas privilegiadas para se penetrar no coração da sociedade brasileira. E se penetra pela porta da cidade, da igreja, da praça, lugares onde a festa acontece. No passado, como hoje, a festa é o espaço por excelência de reunião social, de assembleia coletiva e de socialidade<sup>5</sup>. Na festa à brasileira, o que importa, acima de tudo, é a ação, a participação ativa. O que vale e prevalece é a assembleia efervescente, a exaltação geral, o carnavalesco próprio à festa. O carnaval e as festas religiosas, formas de espetáculo por excelência, dizem respeito a uma maneira particular de viver o fato humano em sociedade e de perceber o mundo. No Brasil, o carnaval é mais que uma festa, corresponde

---

5 A socialidade diz respeito às relações de vizinhança, aos costumes, aos hábitos que tornam possível a convivência, sendo, assim, uma expressão do societal, isto é, do estar-junto, no qual é privilegiado o lúdico, a partilha de sentimento comum, a proximidade. O societal se cristaliza em agregações de toda ordem, que são tênues, efêmeras, de contornos indefinidos, marcadas por uma ética da simpatia e do instante, pelo dispêndio, pelo excesso, pelo esteticismo, pela epifanização dos corpos e das relações, pelo presenteísmo, pelo nomadismo, pela participação direta, pela via da partilha de um sentimento comum, pela solidariedade orgânica. Enquanto que para o triângulo sociedade/sociabilidade/social podemos associar uma centralidade, uma fixidez institucionalizadas e um formato universal abstrato, para o par socialidade/societal, falamos em “nebulosas afetuais policentradas”, o qual quer de que falei antes. Em termos do religioso, o social diria respeito à ideia de Igreja, isto é, ao aspecto institucional e institucionalizador, ao sagrado domesticado que se manifesta nas cerimônias solenes e oficiais, por exemplo, enquanto a socialidade remeteria à ideia de seita, isto é, à comunidade local e ao aspecto instituinte, ao sagrado selvagem que pode em potência se epifanizar na festa (MAFFESOLI, 1987, p. 107).

a um modo de ser e de viver, a um princípio orientador que caracteriza o mais profundo deste país. Entre nós, tudo começa e tudo termina pelo carnaval, o que vale dizer que nada começa verdadeiramente, tanto quanto nada tem fim. Nós vivemos sempre em trânsito, em movimento, na abundância carnavalesca. Nesse modo de viver, a realidade não é negada, mas transfigurada e exacerbada por um realismo irônico que, afirmando-a, simultaneamente, dela ri e se distancia de sua dureza factual.

## **SEGUNDO. A EXPERIÊNCIA DA ESCRITURA NA ESCRITURA DA EXPERIÊNCIA**

Reza a lenda que certa vez indagado sobre o que é a antropologia, Clifford Geertz disse que ela é aquilo que os antropólogos fazem. Indagado, igualmente, sobre o que os antropólogos fazem respondeu que o quê os antropólogos fazem é escrever. Ampliando o alcance da postulação do ilustre antropólogo, proponho que a atividade fundamental do ofício é a escritura, sendo, assim, o antropólogo um autor, podendo mesmo tornar-se um “fundador de discursividade” (GEERTZ, 2002)<sup>6</sup>.

Mas o quê/quem é o autor? Para mim, e na companhia de Agamben, e na esteira de Foucault, o autor é um “gesto”, que “continua inexpresso em cada ato de expressão”, pois que tal “exatamente como o infame, o autor está presente no texto apenas em um gesto, que possibilita a expressão na mesma medida em que nela instala um vazio central” (2007, p. 59). Mas de que vazio central se trata? Segundo Foucault, nossos textos [dos intelectuais], atravessam “vidas reais” [das pessoas e dos grupos que tomamos, inadequadamente do meu ponto de vista, por objetos de estudo, quando o mais correto seria vê-los como sujeitos] que são “postas em jogo” em nossas frases, de modo que, e de acordo com Agamben, o autor “é o ilegível que torna possível a leitura, o vazio lendário de que procedem a escritura e o discurso” (p. 59, 61).

Trata-se, portanto, da alteridade em ato, encenada no gesto autoral do texto, só restando ao escritor a profanação da própria palavra e da própria autoria de seu próprio texto, vivendo “na intimidade de um ser estranho”, mantendo-se “constantemente vinculado a uma zona de não conhecimento” (p. 17). Dito de outro modo, a atividade escritural, típica da antropologia – em sua forma canônica, a etnografia –, é de caráter autoral e fruto de uma experiência singular e intransferível, o campo (estive lá, por exemplo), sendo neste senso um testemunho. Por isso falo em experiência da escritura na escritura da experiência. Como argutamente diz Octávio Paz, escrevemos “para ser o que somos ou para ser aquilo que não somos. Em um ou em outro caso, nós buscamos a nós mesmos [antropologia de si]. E se temos a sorte de encontrar-nos – sinal de criação – descobriremos que somos um desconhecido. Sempre o outro, sempre ele, inseparável, alheio, com teu rosto e o meu, tu sempre comigo e só” (2005, p. 76).

A dimensão testemunhal da atividade escritural do antropólogo relaciona-se diretamente ao que se tem denominado, nem sempre acuradamente, de antropologia de si, feita

---

<sup>6</sup> Para Geertz, apoiando-se na definição foucaultiana de autor, os fundadores de discursividade não somente produziram suas obras, mas, ao produzi-las, “produziram algo mais: as possibilidades e as regras de formação de outros textos” (2002, p. 32).

primordialmente na primeira pessoa. Vem de Gianni Vattimo minha inspiração para propor uma *démarche* de escritura em primeira pessoa, aquela que parece requer uma “escrita necessariamente ‘pessoal’ e comprometida”; uma tal pessoalidade escritural, no entanto, é bom lembrar, não é “essencialmente narrativa e talvez não tenha sempre muito claramente como referência um eu narrante-crente” (1998, p. 7). Como diz Francis Affergan “aquele que se descobre escrevendo, que escreve descobrindo e que descobre sua própria capacidade de escrever, impotente que é de provar a veracidade do que vê, não pode senão exigir ser acreditado sob palavra” (1987, p. 111). Uma tal abordagem inspira-se ainda em Michel Leiris e em sua ambiciosa provocação para que não tenhamos expor, em nossos textos, nosso “coeficiente pessoal”, pois que é ele que permite “o cálculo do erro – a melhor garantia possível de objetividade” (2007, p. 303). Ou em termos mais maussianos, mas sempre na pena de Leiris, “só o concreto é verdadeiro”, “é levando o particular ao limite que se atinge o geral, e pelo máximo de subjetividade que se toca a objetividade” (2007, p. 302).

O exercício da etnografia – como escritura da experiência na experiência da escritura re-encontra a *raison d’être* da perspectiva antropológica, a textualização da alteridade. Ou nos termos de James Clifford, a etnografia “traduz a experiência e o discurso em escrita” (1998, p. 88). A escritura do texto – seus regimes de enunciação e de textualização, a prática textual (experiência da escritura) e a ordem do discurso (escritura da experiência) – é expressão textualizada de uma cultura e de sua época. A tematização da escritura da experiência na experiência da escritura possibilita a reflexão epistêmico-heurística num duplo e complexo jogo, como atividade e com objeto de investigação da própria antropologia. A disciplina, ela mesma, passa a ser pensada como expressão exemplar dos modos pelos quais uma episteme, ao textualizar o outro (seu “fora”), enquanto “objeto”, constrói, administra e defende a sua própria economia de relações e de enraizamentos (seu “dentro”).

### TERCEIRO. PASSOS DE PESQUISA E PASSOS DE PROCISSÃO

Ao longo dos últimos dez anos, mergulhando em profundidade no multiverso festivo luso-brasileiro, pude experimentar e refletir sobre o que chamei de aproximação epistêmico-heurística entre passos de pesquisa e passos de procissão.

A cada procissão, mesmo com meus pés exaustos de tantos passos dados nos passos de cada procissão, ao chegar do campo me via diante de um imenso material – fotográfico, sonoro, anotações de campo, com minhas observações e minhas rápidas impressões – que precisava registrar, como demandado pela boa prática do *métier* – no diário de campo seminal e clássico instrumento de trabalho do antropólogo, que nada mais é do que um texto, que serve para gerar outros textos. Lentamente, passo a passo, a cada procissão e a cada entrada em meu diário de campo, percebia que a pesquisa avançava, ela também passo a passo e que tanto a procissão quanto a pesquisa apresentavam certas similitudes, que valiam a pena serem exploradas em uma visada epistêmico-heurística.

A ideia de explorar o que viria, posteriormente, chamar de passos de pesquisa e passos de procissão veio-me, de modo mais pregnante, como não poderia ser da leitura de textos. Padre Abel Varzim (2002), em livro primoroso e inspirador, fez uma aproximação entre os passos da procissão dos Passos e os passos das prostitutas no Bairro Alto em Lisboa. Do mesmo outro padre, Aires Nascimento, ao introduzir *A Lisboa de Santo António*, diz que não

se deveria procurar no livro “a reconstituição erudita dos locais e da vida de António”, que não haveria nele “arqueologia, mas percurso” e que as referências que ali se encontram “são as que bastam para ritmar os passos” (1996, p. 9).

Vem ainda de Velho (2006) e sua reflexão sobre a aproximação entre conhecimento científico e teologia, a partir da análise da história da antropologia brasileira e de suas condições de produção de conhecimento, na forma de aula. Criticando a ancoragem apofática da doxa antropológica canônica – “a busca do reconhecimento empírico daquilo que na verdade já é pressuposto teoricamente” – propõe, para a disciplina, uma busca catafática, “baseada em afirmações positivas”, com o intuito de atingir “um *homo absconditus* na antropologia” e nele “buscar as suas próprias manifestações, as ‘homofonias’ (em correspondência às manifestações de Deus, as teofanias)”. Ou, mais eruditamente, avança ele – não querendo “misturar o grego e o latim”, e para que possamos nos aproximar “do próprio nome da disciplina – buscar as *antropofanias*”. Antropofanias essas “que uma antropologia apofática pode explorar e experimentar, em direção diferente à de uma antropologia – catafática” – que “se confunda com o imediatamente dado tomado como autoevidente (como no populismo antropológico) ou com as construções conceituais”, restituindo, em nossa perspectiva de conhecimento, a “chama das coisas” e, assim, poder “retornar e desenvolver o conhecimento no sentido da intimidade, comunhão, integridade e participação associado ao ato nupcial: o tal do ‘conhecimento no sentido bíblico’” (VELHO, 2006, p. 14, 15).

Assim, articulando experiência de campo e reflexão analítica comecei a esboçar as similitudes epistêmico-heurísticas entre pesquisa e procissão. Ambas as atividades – ainda que se situando em planos de referência e de experiência distintos, uma no da ciência a outra na do transcendente, ou seja, uma na do profano real e a outra na do sagrado mistério – baseiam-se em sequências ordenadas e sistemáticas de deslocamento, com necessário investimento corporal, implicando sempre um percorrer caminhos, ou seja, percursos, avançando em busca de algo e acreditando em algo, na procura de um encontro. Fé na procissão, conhecimento na pesquisa, em ambas o gesto fundamental é o da relação, daquilo que liga, a fé em uma, o conhecimento em outra. Outra similitude é a imperiosa participação, afetiva numa, de conhecimento noutra. Participação que, em ambas as atividades, para além das sequências delimitadas que configuram sua estrutura formal, e que se epifanizam seja no desenvolvimento da pesquisa e no seu produto final – o texto, (qualquer que seja seu suporte) – seja no ritual, intervém o elemento da surpresa, do acaso, do inesperado, que reenvia, por sua vez, à imaginação criadora, à fantasia, eventualmente, à invenção<sup>7</sup>.

## QUARTO. FAZER CORPO NA DURAÇÃO DO FAZER CORPO

Tomo as relações entre corpo e duração, isto é, em fazer corpo na duração do fazer corpo como uma espécie de fórmula de apreensão das procissões, no geral, e em Portugal no

7 Como bem diz o mestre Otávio Velho, falando do trabalho de campo, trata-se da “descoberta daquilo que não se está procurando”, apontando para a irrupção no trabalho do antropólogo [ou de qualquer outro pesquisador adicional] da imprevisibilidade, “acentuando a centralidade dos indícios sensoriais e das conexões estabelecidas entre elementos aparentemente díspares e distantes entre si, tudo isso demandando paciência, sensibilidade e tempo”; “tempo, até, de desaprender teorias e pensamentos automatizados, inclusive os que veem revestidos de autoridade” (2006, p. 11).

particular. Duração porque remetem a uma hi[e]stória de longa de séculos e de séculos<sup>8</sup>. Fazer corpo também porque operar ligações é seu intento e feito fundamental. Para Marcel Mauss, um de nossos mais célebres autores, ele mesmo um fundador discursividade, a questão fundamental das ciências sociais é entender a sociedade, tomando-a como aquilo que faz corpo. Ora, como sabemos, sociedade, no plano institucional e normativo, é corpo constituído por regras e por práticas, que só fazem senso e nexos se demandarem e gerarem emoções e sentimentos epifanizados nos corpos de seus membros.

Falo em fazer corpo também porque uma procissão é um cortejo de corpos individuais, marchando lado a lado, corpo a corpo, criando um corpo coletivo. Corpos em desfile, constituindo um corpo processional. Um corpo constituído a partir de vários corpos, que se ligam por sentimentos e por emoções comuns. Um corpo emocional, comunidade emocional em termos weberianos, dir-se-ia. Uma corporação. Em suma, estamos a lidar com corpos que se fazem e refazem, a cada procissão, a cada ano e na duração. Corpos místicos (logo sagrados), a serviço de um mito religioso (a igreja) e político (a cidade, a nação), que se produzem e re-produzem coletiva e publicamente (logo sociais) em reunião extraordinária e especialmente consagrada (logo em festa), em desfile público, no coração da cidade.

Fazer corpo na duração do fazer corpo, igualmente, porque em se tratando de procissão do catolicismo, não se pode desconsiderar alguns elementos fundamentais: 1) esta religião, desde seu começo, “se ligou à corporização (incarnação) da Palavra divina (Verbo, Logos) e ao sinal deste mesmo corpo oferecido por todos como alimento perpétuo que assimila a si os que o recebem, fazendo de todos eles um só corpo também” (CLEMENTE, 2006, p. 223). Quem de nós não aprendeu ou, pelo menos já ouviu falar, seja o célebre trecho do Evangelho segundo São João, para o qual no princípio era o Verbo e que ele estava com Deus, se fazendo carne e habitando entre nós (1, 1-14) seja do trecho de São Paulo na Primeira Carta aos Coríntios celebrando a eucaristia (a santa aliança, fundadora da comunidade cristã) pelo corpo e pelo vinho (1 Cor 11, 23-24)<sup>9</sup>. Os apóstolos estão a nos re-lembrar que quem adere ao Senhor, faz-se corpo espiritual com Ele (e corpo comunal com seus parceiros de fé), base da doutrina paulina da igreja como Corpo de Cristo; 2) o próprio ano litúrgico do catolicismo romano toma como unidade a duração da vida de Cristo, tendo como índices/marcadores fatos e episódios a ela ligados, constituindo um calendário, dividido em tempos/ciclos, para cada um tendo uma comemoração, ou seja, uma festa, o todo compondo um

8 Grafo história propositadamente hi[e]stória para ressaltar o *double bind* que o tropo comporta e solicita como fato e artefato, evento e acontecimento, real factual e reconstrução imaginária e discursiva, para enfatizar igualmente que hi[s]tórias puxam h[is]tórias numa rede sem fim de remissões e de disseminações. *Double bind* [duplo vínculo] é um tropo proposto por Gregory Bateson em 1956, que se refere à existência de injunções paradoxais [aporéticas], dupla postulação. Uso-o em sua acepção derridiana, que remete ao senso mesmo da diferença e da indeterminação no que tange à solução e ao fechamento de uma questão de pensamento, em uma só palavra: indecidibilidade.

9 “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio Dele, e sem Dele e sem Ele nada do que foi feito se fez. E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a Sua glória, como a glória do unigênito do Pai” (1, 1-14, grifos meus). “Eu recebi do Senhor o que também vos transmiti. O Senhor Jesus na noite em que era entregue, tomou o pão e, tendo graças, partiu-o e disse: ‘Isto é o meu corpo, que é para vós; fazei isso em memória de mim’. Do mesmo modo, depois da ceia, tomou o cálice disse: ‘Este cálice é a nova Aliança no meu sangue; fazei isto sempre que o beberdes, em memória de mim’. Porque, todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha” (1 Cor 11, 23-24, grifos meus).

corpus ao mesmo tempo religioso, litúrgico e festivo, que dura pela sua repetição anual ao longo do tempo; 3) procissões operam uma inequívoca associação com a cidade, com seu corpo urbano, logo encenando, sincronicamente e no eixo da longa duração, as relações e coimplicações entre festa, religião e cidade; 4) as dramatizações rituais que fazem os *corpus* de memória desse *corpus* religioso são a procissão dos Passos, que trata do último encontro de Jesus com sua mãe, e a procissão do Corpus Christi (Corpo de Deus), eventos de hi[e]stória longa, remontando a tempos medievais<sup>10</sup>.

Um último ponto a considerar relaciona-se ao fazer corpo na duração do fazer corpo em relação à própria atividade de pesquisa.

Na experiência e na *expertise* que adquiri nos últimos dez anos, fez-se evidente que não somente a pesquisa, em seu desenvolvimento, ou seja, em seu fazer corpo, precisa levar em conta o(s) corpo(s) de conhecimentos de sua área de abrangência, como também, ela mesma, requer duração para se constituir. Essa duração é central para a fecundidade e qualidade de seu resultado. Citando apenas uma experiência de campo. Na cidade de Sabará, em Minas Gerais – ainda que se tenham dúvidas, devido à ausência de comprovação documental – as comemorações da Semana Santa, motivo de orgulho e de ampla participação popular, datam de 1850 com o Registro do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e Via Sacra, tendo portanto um século e meio de existência. Em 2015, quando fiz minha primeira incursão de campo constava na programação dos festejos a realização de uma “procissão do Fogaréu – Via Sacra com a imagem de Nossa Senhora das Dores”. Seguindo a procissão achei muito estranho, pois se tratava bela e bem de uma via-sacra, não sendo em nada uma modalidade de fogaréu, já amplamente estudada, com um corpo de conhecimento bem delineado. Quando voltei a cidade, depois do campo, para conversar com um dos padres encarregados da organização das festividades, toquei no tema do fogaréu, ainda que lateralmente, para não despertar indevidamente a atenção. Em 2016, fui novamente a campo e, para minha surpresa, na programação voltou a constar somente, e como il se doit, “Via Sacra com a imagem de Nossa Senhora das Dores”. Esse fato/dado é revelador da importância crucial na pesquisa do fazer corpo na duração do fazer corpo seja na consideração do corpo de conhecimento já acumulado sobre o tema seja na continuidade sequencial do trabalho de campo. Imagine-se que tivesse ido somente uma vez em campo e que produzisse um texto – afinal é essa, como já mencionado, a tarefa do antropólogo – dizendo que em Sabará se realiza procissão do Fogaréu, e que esse texto fosse citado por um outro texto que tomasse o meu testemunho como sendo o seu próprio. O resultado poderia ser desastroso, criando uma doxa sobre a existência de uma tradição que, de fato, não existe.

---

10 Na solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Deus, ou festa do Corpo de Deus, da qual a procissão é um momento, pois que fazem também parte dela a missa e a cerimônia de adoração do santíssimo sacramento, o que está em foco é o mistério da eucaristia, uma vez que rememora a presença real do Cristo no pão consagrado, na sacrossanta hóstia. A procissão dos Passos, em termos de dramatização ritual, é um cortejo público de fiéis, que revivem as etapas da Paixão de Cristo, distribuídos na forma de sete passos que correspondem a alguns dos episódios do caminho doloroso de Cristo entre o Pretório e o Calvário. Liga-se à devoção ao Senhor dos Passos, que remonta à idade média, especialmente aos cruzados que, tendo visitado os locais sagrados percorridos por Jesus a caminho do martírio, quiseram, quando de volta à Europa, re-produzir espiritualmente este caminho sob forma de dramas sacros, de procissões, de ciclos de meditação, ou estabelecendo capelas especiais nos templos (os passos). Da perspectiva teológica, seja a procissão dos Passos seja a do Corpo de Deus, epifanizam em praça pública e de modo coletivo, a passagem do transitório e do efêmero (a vida terrena da humanidade e o tempo cronológico) ao permanente (a vida/páscoa eterna ao lado do Deus pai todo-poderoso e o tempo kairótico), assim como a passagem da cidade dos homens à cidade de Deus, favorecendo a experimentação do dom ablativo do amor e do seu encontro derradeiro. Para mais detalhes ver Perez (2013).

## PARA TERMINAR

Esta minha fala/procissão já vai longa e cansativa. Meus pés cansados, meus passos confusos. É boa hora de terminar, dar apenas mais um pequeno passo final, que bem sei inconclusivo é. Muitos passos foram dados, muitos outros virão, bem sei que muito ficou de fora desta minha escritura da experiência na experiência da escritura e não somente por seu estreito corpus temporal, mas também por minha própria estreiteza compreensiva.

E para terminar aciono o poeta e o romancista: Bebi a taça [...] do pensamento Até o fim; reconheci-a pois Vazia, e achei horror. Mas eu bebi-a. Raciocinei até achar verdade, Achei-a e não a entendo. Já se esvai (Fernando Pessoa). “O estremecimento é o melhor que há na humanidade. Por mais que o mundo lhe dificulte o sentimento, Arrebatado ele sente fundo o assombro” (Fausto, apud Otto).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFERGAN, Francis. *Exotisme et altérité: essai sur les fondements d'une critique de l'anthropologie*. Paris: Puf, 1987.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é ser contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BASTIDE, Roger. Conclusão de um debate recente: “o pensamento obscuro e confuso”. *Tempo Brasileiro*, n. 25. 1996.
- CLEMENTE, Manuel. A festa do “Corpo de Deus” no passado nacional e torriense. SILVA, Carlos Guardado (coord.). *História das festas*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras/Universidade de Lisboa, 2006.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1998.
- DUVIGNAUD, Jean. *Le Don du Rien: essai d'anthropologie de la fête*. Paris: Stock, 1977.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- GRISONI, Dominique. *Esquisse pour une théorie de la fête*. *Autrement* (7). 1976.
- LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- PAZ, Octávio. *O desconhecido de si mesmo: Fernando Pessoa. Pessoa: pensamento vivo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- PEREZ, Léa Freitas. Fazer corpo na duração do fazer corpo. *Revista de Ciências Sociais* 44(2). 2013.
- PEREZ, Léa Freitas. Festa para além da festa. PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania. *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um Exemplo de Sociologia Pura ou Formal. *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- VATTIMO, Gianni. *Acreditar em acreditar*. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.
- VELHO, Otávio. *Trabalhos de campo, antinomias e estradas de ferro*. Aula inaugural proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de